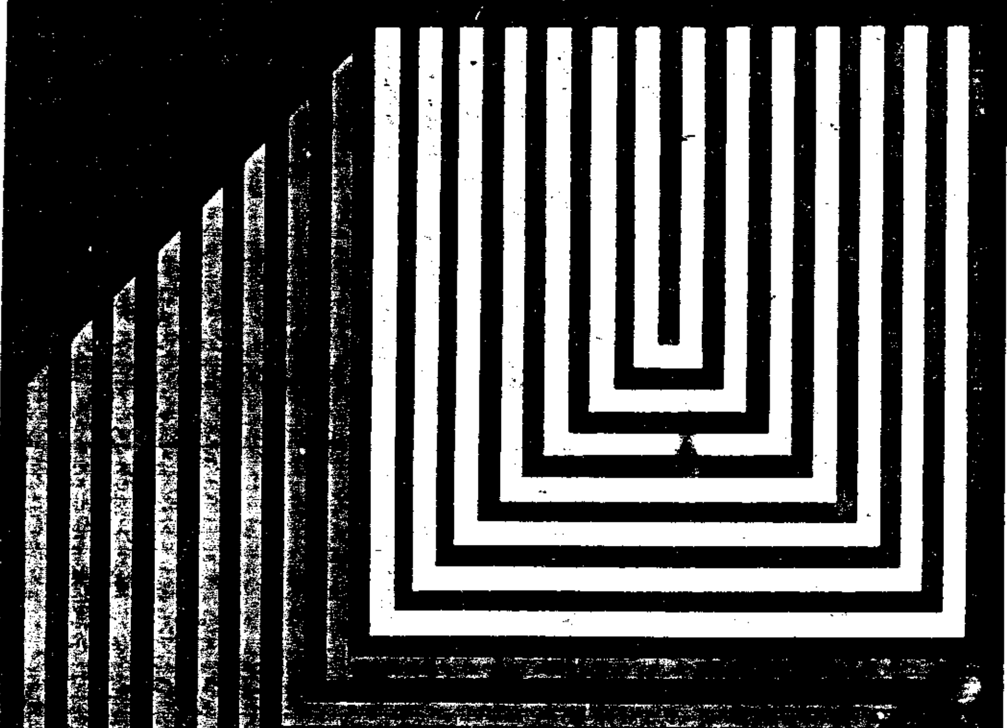
Volume IV

escritos políticos

Antonio Gramsci



colecção universidade livre



seara nova

Volumes publicados

1 — *Estilística da Língua Portuguesa*
por Rodrigues Lapa
Esgotado

2 — *Marx/Engels*
por Jean Bruhat

3 — *O Modo de Produção Asiático*
C. E. R. M.

4 — *Camponeses, Sans-Cullotes e Jacobinos*
por Albert Soboul

5 — *Condições Actuais do Humanismo*
por Hector Agosti

6 — *Escritos Políticos* — Vol. I
por Antonio Gramsci

7 — *Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas* — Vol. I
por Maurice Godelier

8 — *Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas* — Vol. II
Antologia de Marx/Engels

9 — *Estrutura e Dialéctica da Personalidade*
por Alberto L. Merani

10 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. I
por Paul Boccara

11 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. II
por Paul Boccara

12 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. III
por Paul Boccara

13 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. IV
por Paul Boccara

14 — *Escritos Políticos* — Vol. II
por Antonio Gramsci

15 — *Economia Política do Capitalismo* — Vol. I
por Humberto Pérez González

16 — *Economia Política do Capitalismo* — Vol. II
por Humberto Pérez González

17 — *Sobre o Capital de Marx*
por Friedrich Engels

18 — *Escritos Políticos* — Vol. III
por Antonio Gramsci

19 — *Escritos Políticos* — Vol. IV
por Antonio Gramsci

colecção universidade livre

Tradução de
Manuel Simões

Capa de
Acácio Santos

Antonio Gramsci

escritos políticos

Volume IV



SEARA NOVA
1978

NOTA PRÉVIA

Na tradução que se apresenta agora tivemos o cuidado de respeitar tanto quanto possível, a prosa nada fácil de Gramsci (é conhecida a sua tese de obrigar o leitor a um esforço de leitura), os seus períodos dilacerados pela necessidade de exposição do rigor ideológico, o seu «estilo», o que equivale a dizer que procurámos respeitar o homem e o pensador.

Se se considerar, além disso, que estes textos correspondem à juventude do autor (o primeiro dos quais, com efeito, escrito Gramsci (é conhecida a sua tese de obrigar o leitor a um momento de pesquisa não só ideológica como linguística, teremos um quadro de condicionalismos que a prosa de Gramsci não deixará de reflectir, tornando-se mais «fluída» à medida que o seu autor avança para a maturidade. (N. do T.)

ÍNDICE

1925

1926

Apêndice

A FUNÇÃO DO REFORMISMO EM ITÁLIA (*)

Durante muito tempo, em Itália, foi possível ao reformismo ocultar-se sob a bandeira do socialismo por uma falta de clareza das suas concepções no movimento operário. É recente, de facto, a formação de um Partido reformista, mas não é recente o reformismo em Itália. Se Filippo Turati, chefe desta corrente, pôde ser tomado durante muito tempo como socialista, isso aconteceu por causa da lentidão com que se desenvolveram os partidos em Itália. Estudiosos e observadores ingleses admiravam-se, de facto, já desde antes da guerra, que a burguesia italiana considerasse Turati como socialista. Mas o erro não foi cometido apenas pela classe burguesa: o mesmo erro foi considerado, até há poucos anos, pelas classes trabalhadoras. O que é o socialismo de Turati e do seu partido, é hoje claro a todos; é um liberalismo democrático que, como nos outros países capitalistas, tem a função de «esquerda burguesa». Antes de conseguir esclarecer assim a função do reformismo em Itália, muitas lições foram necessárias à classe operária, incluindo a do fascismo, a mais terrível e a mais próxima historicamente. É só com os acontecimentos do pós-guerra e com a experiência do proletariado internacional que a classe operária atinge, também em Itália, a elaboração de uma sã doutrina política marxista, de modo a distinguir as duas funções de socialismo e reformismo.

Antes da guerra, o partido político da classe operária era um só: o Partido Socialista. Por muitos anos, neste Partido,

(*) Não assinado, *L'Unità*, 5-2-1925. A atribuição a Gramsci não é certa.

se tinham verificado debates sobre o socialismo revolucionário e sobre as reformas, sobre a colaboração e sobre a intransigência. Mas destes debates nunca se tinha chegado à elaboração de uma táctica e de um programa socialista de modo a desmascarar a tendência reformista, apresentando-a como é realmente, isto é, uma tendência burguesa infiltrada no movimento operário. Intransigente e reformista [deviam] (¹) estar no mesmo partido, o que implicava necessariamente uma plataforma de acção comum. Esta plataforma encontramo-la especialmente na base eleitoral que o Partido Socialista tinha em Itália. Apesar de todas as apologias à luta de classes e às afirmações verbais de revolucionarismo, o Partido Socialista Italiano era substancialmente um partido democrata, à semelhança de todos os outros partidos que se tinham desenvolvido nos limites da II Internacional. Este carácter do Partido Socialista resultou, em primeiro lugar, na táctica perante a guerra. A fórmula de «neutralidade», que para a burguesia italiana aparecia como derrotista e subversiva à luz da crítica socialista, foi julgada e condenada como uma fórmula equívoca e oportunista. E de facto era-o tanto que até os sociais-patriotas Turati e Treves podiam aceitar a mesma fórmula e aparecer aos olhos das massas como pacifistas, ainda que tal não fosse de considerar minimamente.

A guerra cessou e iniciou-se o período das consequências. A crise revolucionária do após guerra surpreende o Partido Socialista não preparado para enfrentar todos os problemas da revolução proletária. Faltam ideias claras sobre a função do Partido, sobre as tarefas da classe operária na conquista do poder e na criação do Estado proletário. O período do pós-guerra assinala de facto o período de preparação mais intensa da classe operária revolucionária. A experiência do proletariado russo foi estudada, assimilada, tornada própria do proletariado italiano. Através de uma longa série de agitações e de movimentos, a classe operária forja a sua consciência revolucionária. A fábrica torna-se o centro de formação desta nova consciência. Os problemas do controlo operário, da produção socialista, do Estado operário, da função do Partido proletário, das relações entre o Partido e a revolução são

(¹) O texto original repete aqui a linha, com evidente erro tipográfico: «apresentando-a como é realmente», tornando incompreensível o sentido da frase que provavelmente se deve ler como propomos.

aqueles de que se ocupa neste período a classe operária. Despedaça-se a tradição democrática do Partido Socialista; quebra-se a velha e tradicional plataforma eleitoral; forma-se uma nova educação proletária; determinam-se novas orientações no interior da classe operária. De todo este interno trabalho da classe operária surge em 1921 o Partido Comunista, secção italiana da Internacional Comunista. Mas o reformismo não abandona ainda a sua máscara; continua ainda a ocultar-se sob o nome de socialismo, o qual, a partir deste momento, se torna equivalente de oportunismo, isto é, de anti-socialismo. Qual é a táctica seguida até aqui pelos reformistas?

Perante o profundo despertar no meio dos trabalhadores italianos, determinado pela Rússia revolucionária, os reformistas não seguiram a táctica de uma oposição nítida e aberta que os teria atirado para um isolamento completo. Pelo contrário, preferiram agir com a hipocrisia conhecida em todos os sociais-traidores, para mascarar os seus planos contra-revolucionários. E aceitaram comparecer na Rússia, como D'Aragona e outros, representando o proletariado revolucionário italiano; e mostraram aceitar o conceito de ditadura proletária, embora deformando-o como na moção de Reggio Emilia; e nem sequer repudiaram o conceito de violência, como o próprio Turati se esforçou em provar nos seus discursos de Bolonha e de Livorno (²). Este comportamento dos reformistas foi depois assim definido por D'Aragona: «Os reformistas ficaram no Partido Socialista para sabotarem a revolução.»

Precisamente para sabotar a revolução, isto é, para salvar a burguesia do avanço da classe operária, os reformistas têm conduzido, de traição em traição, os trabalhadores italianos para a derrota, criando assim as condições favoráveis ao desenvolvimento e ao sucesso do fascismo. Antes da guerra, os reformistas exerceram no Partido Socialista a função de contra-revolucionários, fazendo aceitar às massas que seguiam este Partido, ainda que em minoria, a sua ideologia social-pacifista. Permanecendo no Partido Socialista no pós-guerra e conservando nas suas mãos as maiores organizações operárias, os reformistas puderam, através de desvios de toda a espécie, continuar a sua obra contra-revolucionária, com a sistemática sabotagem de todos os movimentos que podiam

(²) O XVI e o XVII Congresso do PSI, de 1910 e de 1921.

desembocar na luta de proletariado para a conquista do poder. Exemplo típico: a ocupação das fábricas.

A função e a natureza contra-revolucionárias dos reformistas revelaram-se, porém, claramente neste último período depois da formação de uma sólida vanguarda revolucionária em Itália e dos desenvolvimentos políticos determinados pelo fascismo. Caíram todas as máscaras. Os reformistas tiveram que aparecer na sua verdadeira luz, apesar de ousarem ainda apoiar-se, assaz brandamente, nos princípios da luta de classes. A sua função de servos do capitalismo e dos agentes burgueses no movimento operário resultou, com grande evidência, dos últimos factos e especialmente das providências tomadas pelos chefes confederais com a recente expulsão de três organizações comunistas (3). Qual é o exacto significado desta atitude dos chefes confederais? Só pode ser explicada pondo-a em relação com as negociações em curso entre populares, «giolittianos» e reformistas. Afastados da vanguarda revolucionária da classe operária, os socialistas não podiam deixar de acabar nos braços da burguesia. Este processo, que se verificou há tempos nos outros países capitalistas, vai-se cumprindo também em Itália. Os reformistas, depois de terem sabotado o movimento revolucionário, não conquistaram bastantes títulos de glória aos olhos da classe burguesa para lhe merecerem a confiança. Devem mostrar agora que não só estão dispostos a sabotar o movimento operário revolucionário mas também a combatê-lo; isto é, devem assegurar à burguesia de que a sua táctica e o seu programa de governo não são diversos da táctica e do programa dos trabalhistas ingleses e dos sociais-democratas alemães. Como os trabalhistas ingleses, os reformistas italianos seriam, no momento próprio, bons monárquicos e bons administradores dos banqueiros italianos, como os sociais-democratas alemães (republicanos com grande pesar, confessou-o o presidente Ebert) saberiam, em caso de necessidade, fazer funcionar as metralhadoras contra os comunistas, seguindo nada mais nada menos o exemplo de Hamburgo (4). A expulsão dos primeiros comunistas da Confederação só deve entender-se, portanto, como uma acção demonstrativa destinada a assegurar as fracções burguesas nestes dias de negociações entre populares, «giolittianos» e reformistas. A atitude dos chefes confederais completa a atitude dos populares, de resto inspirada por Turati. É preciso criar um novo bloco anticomunista, depois da experiência fascista. E os reformistas têm querido criar um novo título de mérito para fazer parte do bloco. A função do Partido Socialista Unitário é assim historicamente decidida: é a mesma do partido de Noske (*). A quem cabe a honra de representar em Itália o papel do social-traidor alemão?

(3) Trata-se de Nicola, Juraga e Ghidetti, subscritores de uma moção de áspera condenação do trabalho confederal e promotores de um *comité* secreto de desforra proletária. Cf. os documentos publicados num opúsculo do PCd'I: *L'Unità sindicale: i comunisti contro la manovra scissionista dei riformisti confederali*, Milão, 1925.

(4) Gramsci refere-se à insurreição comunista de Setembro de 1923, reprimida duramente pelo Governo de Stresemann.

(*) V. nota da pág. 31.

A ESCOLA DE PARTIDO (*)

Enquanto se inicia o primeiro curso de uma escola de Partido, não podemos deixar de pensar nas numerosas tentativas que se fizeram neste campo, no interno do movimento operário italiano, e na singular sorte que elas tiveram. Deixemos de parte as tentativas levadas a efeito numa direcção que não é a nossa, na direcção das «Universidades» proletárias sem cor partidária, academias oratórias privadas de qualquer interno princípio de coesão unitária nos seus melhores elementos, frequentemente veículo da influência, sobre a classe operária, de esforço e ideologias antiproletárias. Tiveram o destino que lhes convinha, de sucessão e cruzamento sem deixar nenhum traço profundo. Mas nem sequer a propósito das tentativas feitas no nosso campo, e sob a nossa direcção, se pode dizer muito de diverso. Tiveram, acima de tudo, sempre carácter esporádico e, além disso, nunca conduziram a resultados satisfatórios. Recordemos, por exemplo, os anos 1919-20. A escola então iniciada em Turim, entre um grande fervor de entusiasmo e em condições assaz favoráveis, nem sequer durou o tempo necessário para desenvolver o programa traçado no início. Não obstante isto, teve uma repercussão bastante favorável no nosso movimento, porém não aquele que esperavam os promotores e os alunos. Das outras tentativas, por aquilo que conhecemos, nenhuma teve o sucesso e a repercussão daquela. Nunca se saiu do grupo limitado, do pequeno círculo, do esforço de poucos isolados. Não se conseguiu combater e

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo, 1-4-1925*, rubrica «Editoriale».

superar a aridez e a infecundidade dos restritos movimentos «culturais» burgueses.

Motivo fundamental destes insucessos foi a ausência de uma ligação entre as «escolas» projectadas ou iniciadas e um movimento de carácter objectivo. O único caso em que existe esta ligação é o da escola de *Ordine Nuovo* de que falámos no início. Neste caso, porém, o movimento de carácter objectivo — o movimento de fábrica e de partido, em Turim — é de tal amplitude que excede e quase anula completamente a tentativa de criar uma escola na qual se afinem as capacidades técnicas dos militantes. Uma escola adequada à importância daquele movimento requereria, não a actividade de poucos, mas o esforço sistemático e ordenado de todo um partido.

Considerada deste modo a pouca sorte que tocou até agora às tentativas para criar escolas para os militantes do proletariado, em relação com a sua causa fundamental, ela aparece não tanto como um mal mas como sinal de inatacabilidade do movimento operário por parte do que seria, para ele, efectivamente um mal. (Mal seria se o movimento operário se tornasse campo de saque ou instrumento de experiência para a suficiência de mal formados pedagogos, se ele perdesse o seu carácter de apaixonada milícia para assumir os de estudo objectivo e de «cultura» desinteressada.) Nem um «estudo objectivo» nem uma «cultura desinteressada» podem ter lugar nas nossas fileiras, nada que se assemelhe ao que é considerado como objectivo normal de ensino, segundo a concepção humanista, burguesa, da escola.

Somos uma organização de luta e nas nossas fileiras estuda-se para aumentar, para afinar as capacidades de luta de cada um e de toda a organização, para compreender melhor quais são as posições do inimigo e as nossas, para melhor poder adequar, a partir delas, a nossa acção de cada dia. Estudo e cultura não são, para nós, outra coisa senão consciência teórica dos nossos fins imediatos e supremos e do modo como poderemos conseguir traduzi-los na prática.

Até que ponto esta consciência existe hoje no nosso Partido, se difundiu nas suas fileiras, penetrou nos camaradas que têm funções de direcção e nos simples militantes que devem pôr quotidianamente em contacto com as massas as palavras do Partido, tornar eficazes as suas ordens, realizar as suas directivas? Ainda não, segundo cremos, na medida necessária para nos tornar aptos a cumprir em cheio o nosso trabalho de

guia do proletariado. Ainda não na medida adequada ao nosso desenvolvimento numérico, aos nossos recursos organizativos, às possibilidades políticas que a situação nos oferece. A escola de Partido deve propor-se preencher o vazio que existe entre o que deveria ser e o que é. Está estreitamente ligada com um movimento de forças que nós temos o direito de considerar como as melhores que a classe operária italiana desenvolveu no seu interior. É a vanguarda do proletariado, a qual forma e instrui os seus quadros, que junta uma arma — a sua consciência teórica e a doutrina revolucionária — àquelas com as quais se prepara para enfrentar os seus inimigos ou as suas batalhas. Sem esta arma o Partido não existe e sem Partido nenhuma vitória é possível.

NECESSIDADE DE UMA PREPARAÇÃO IDEOLÓGICA DE MASSAS (*)

Há quase cinco anos que o movimento operário revolucionário italiano caiu numa situação de ilegalidade ou de semilegalidade. A liberdade de Imprensa, o direito de reunião, de associação e propaganda, foram praticamente suprimidos. A formação dos quadros dirigentes do proletariado não pode, portanto, verificar-se pelas vias e com os métodos que eram tradicionais em Itália até 1921. Os elementos operários mais activos são perseguidos, são controlados em cada movimento, em cada leitura; as bibliotecas operárias foram incendiadas ou dispersas; as grandes organizações e as grandes acções de massa já não existem ou não podem actuar-se. Os militantes não participam, ou participam só em medida limitadíssima, nas discussões e no contraste das ideias; a vida isolada ou a reunião casual de pequenos grupos reservados, o hábito que se pode formar de uma vida política que noutros tempos parecia excepção, suscitam sentimentos, estados de ânimo, pontos de vista que são frequentemente errados e algumas vezes até mórbidos.

Os novos membros que o Partido conquista numa tal situação, evidentemente homens sinceros e de vigorosa fé revolucionária, não podem chegar educados aos nossos métodos pela ampla actividade, pelas largas discussões, pelo controlo recíproco que são próprios dos períodos de democracia e de legalidade. Prospecta-se assim um perigo muito grave: a massa

(*) Escrito em Maio de 1925, publicado em *Lo Stato operaio* de Março-Abril de 1931.

do Partido, habituando-se, na ilegalidade, a pensar apenas nos expedientes necessários para fugir às surpresas do inimigo, habituando-se a ver possíveis e imediatamente organizáveis só acções de pequenos grupos, vendo como os dominadores aparentemente venceram e conservam o poder com o trabalho de minorias armadas e enquadradas militarmente, afasta-se insensivelmente da concepção marxista da actividade revolucionária do proletariado e, quando parece radicalizar-se, pelo facto de se ouvirem frequentemente enunciar propósitos extremistas e frases sanguinolentas, torna-se, na realidade, incapaz de vencer o inimigo. A história da classe operária, especialmente na época que atravessamos, mostra como este perigo não é imaginário. A recuperação dos partidos revolucionários, depois de um período de ilegalidade, é frequentemente caracterizada por um intravável impulso à acção pela acção, pela ausência de qualquer consideração das relações reais das forças sociais, do estado de ânimo das grandes massas operárias e camponesas, das condições do armamento, etc. Sucedeu assim muitas vezes que o Partido Revolucionário se fez massacrar pela reacção ainda não desagregada e cujas reservas não tinham sido justamente consideradas, entre a indiferença e a passividade das grandes massas, as quais, depois de um período reaccionário, se tornam muito prudentes e caem facilmente no pânico cada vez que se perspectiva um regresso à situação de que então saíram.

É difícil, em linha geral, que tais erros se não verifiquem; é por isso imperioso que o Partido se preocupe e desenvolva uma determinada actividade que tenda especialmente a melhorar a sua organização, a elevar o nível intelectual dos membros que se encontram nas suas fileiras no período do terror branco e que se destinam ao núcleo central, e mais resistente às provas e sacrifícios do Partido, que guiará a revolução e administrará o Estado proletário.

O problema aparece, assim, mais amplo e mais complexo. A recuperação do movimento revolucionário e especialmente a sua vitória lançam no Partido uma grande massa de novos elementos. Estes não podem ser recusados, especialmente se são de origem proletária, porque a sua adesão é precisamente um dos sinais mais sintomáticos da revolução que se está verificando; mas põe-se o problema de impedir que o núcleo central do Partido seja submerso e desagregado pela nova e impetuosa onda. Todos recordam o que aconteceu em Itália,

depois da guerra, no Partido Socialista. O núcleo central, constituído por camaradas fiéis à causa durante o cataclisma, restringiu-se até se reduzir ao número de cerca de 16 000. No Congresso de Livorno estavam representados 220 000 sócios, isto é, existiam no Partido 200 000 aderentes do pós-guerra, sem preparação política, em jejum, ou quase, em relação a qualquer noção da doutrina marxista, presa fácil dos pequenos burgueses declamadores e fanfarrões que constituíram, nos anos 1919-20, o fenómeno do maximalismo. Não é sem significado que o actual chefe do Partido Socialista e director do *Avanti!* seja precisamente Pietro Nenni, entrado no Partido Socialista depois de Livorno mas que resume e sintetiza em si todas as fraquezas ideológicas e os caracteres distintivos do maximalismo do pós-guerra. Seria verdadeiramente um crime que no Partido Comunista se verificasse, em relação ao período fascista, o que se verificou no Partido Socialista em relação ao período da guerra: mas isto seria inevitável se o nosso Partido não tivesse uma directriz também neste campo, se não providenciasse com tempo para reforçar ideológica e politicamente os seus actuais quadros e os seus actuais membros para os tornar capazes de conter e enquadrar massas ainda mais amplas sem que a organização sofra muitos sobressaltos e sem que a figura do Partido seja mudada.

Pusemos o problema nos seus termos práticos mais imediatos. Mas ele tem uma base que é superior a todas as contingências imediatas.

Sabemos que a luta do proletariado contra o capitalismo se desenvolve em três frentes: a económica, a política e a ideológica. A luta económica tem três fases: de resistência contra o capitalismo, isto é, a fase sindical elementar; de ofensiva contra o capitalismo pelo controlo operário da produção; de luta para a eliminação do capitalismo através da socialização. Também a luta política tem três fases principais: luta para travar o poder da burguesia no Estado parlamentar, isto é, para manter ou criar uma situação democrática de equilíbrio entre as classes que permita ao proletariado a organização e desenvolvimento; luta para a conquista do poder e para a criação do Estado operário, isto é, uma acção política complexa, através da qual o proletariado mobilize à sua volta todas as forças sociais anticapitalistas (em primeiro lugar, a classe camponesa) e as conduza à vitória; fase da ditadura do proletariado organizado como classe dominante para eliminar

todos os obstáculos técnicos e sociais que se interponham à realização do comunismo.

A luta económica não se pode desligar da luta política e nem uma nem outra se podem desligar da luta ideológica.

Na sua primeira fase sindical, a luta económica é espontânea, isto é, nasce ineIutavelmente da própria situação em que se encontra o proletariado no regime burguês, mas não é por si própria revolucionária, isto é, não conduz necessariamente ao derrube do capitalismo como sustentaram e continuam a sustentar com menor sucesso os sindicalistas. Isto é tão evidente que os reformistas e até os fascistas admitem a luta sindical elementar, ou melhor, sustentam que o proletariado, como classe, não deve desenvolver outra luta que não seja a sindical. Os reformistas só se diferenciam dos fascistas porque sustentam que, pelo menos os proletários como indivíduos e cidadãos (se o não fizer o proletariado como classe), devem lutar também pela «democracia em geral», isto é, pela democracia burguesa, por outras palavras, que lutem só para manter ou criar as condições políticas da pura luta de resistência sindical.

Para que a luta sindical se torne um factor revolucionário ocorre que o proletariado a acompanhe com a luta política, isto é, que o proletariado tenha consciência de ser o protagonista de uma luta geral que investe todas as questões mais vitais da organização social, isto é, tenha consciência de lutar pelo socialismo. O elemento «espontaneidade» não é suficiente para a luta revolucionária: nunca conduz a classe operária para além dos limites da democracia burguesa existente. É necessário o elemento consciência, o elemento «ideológico», isto é, a compreensão das condições em que se luta, das relações sociais em que vive o operário, das tendências fundamentais que operam no sistema destas relações, do processo de desenvolvimento que influencia a sociedade pela existência no seu interno de antagonismos irredutíveis, etc.

As três frentes da luta proletária reduzem-se a uma só para o Partido da classe operária, que é tal, precisamente, porque resume e representa todas as exigências da luta geral. Não se pode decerto pedir a cada operário que tenha uma completa consciência de toda a complexa função que a sua classe está determinada a realizar no processo de desenvolvimento da humanidade: mas isso deve ser exigido aos membros do Partido. Não nos podemos propor, antes da conquista

do Estado, modificar completamente a consciência de toda a classe operária; seria utópico porque a consciência de classe, como tal, só se modifica quando se tiver modificado o modo de viver da própria classe, isto é, quando o proletariado se tornar classe dominante, tiver à sua disposição o aparelho de produção e comercialização e o poder estatal. Mas o Partido pode e deve, no seu conjunto, representar esta consciência superior; de outro modo não se apresentará à cabeça mas à cauda das massas, não as guiará, mas será arrastado por elas. Por isso o Partido deve assimilar o marxismo e deve assimilá-lo na sua forma actual, como leninismo.

A actividade teórica, isto é, a luta na frente ideológica, foi sempre transcurada no movimento operário italiano. O marxismo, em Itália (com excepção de Antonio Labriola), foi mais estudado pelos intelectuais burgueses para o desnaturarem e dirigirem no sentido da política burguesa, do que pelos revolucionários. Vimos, por isso, conviverem ao mesmo tempo e pacificamente no Partido Socialista Italiano as tendências mais díspares, vimos como opiniões oficiais do Partido as concepções mais contraditórias. Nunca as direcções do Partido imaginaram que para lutar contra a ideologia burguesa, isto é, para libertar as massas da influência do capitalismo, ocorria primeiro difundir no próprio Partido a doutrina marxista e ocorria defendê-la de todas as contrafacções. Esta tradição não foi interrompida, pelo menos de modo sistemático e com uma actividade notável e continuada.

Diz-se, todavia, que o marxismo teve grande difusão em Itália e, num certo sentido, isso é verdade. Mas é verdade também que uma tal difusão não serviu o proletariado, não serviu para criar novos meios de luta, não foi um fenómeno revolucionário. O marxismo, isto é, algumas afirmações extraídas dos escritos de Marx, serviu a burguesia italiana para mostrar que por necessidade do seu desenvolvimento era necessário menosprezar a democracia, era necessário pisar as leis, era necessário rir da liberdade e da justiça: isto é, foi chamado marxismo, pelos filósofos da burguesia italiana, a constatação de que Marx estabeleceu sistemas que a burguesia adopta, sem necessidade de recorrer a justificações... marxistas, na sua luta contra os trabalhadores. E os reformistas, para corrigir esta interpretação fraudulenta, tornaram-se democratas, transformaram-se em turiferários de todos os santos consagrados pelo capitalismo. Os teóricos da burguesia ita-

liana tiveram a habilidade de criar o conceito da «nação proletária», isto é, de sustentar que toda a Itália era «proletária» e que a concepção de Marx devia aplicar-se à luta da Itália contra os outros Estados capitalistas, não à luta do proletariado italiano contra o capitalismo italiano; os «marxistas» do Partido Socialista deixaram passar em claro estas aberrações que foram aceites por um, Enrico Ferri, que passava por um grande teórico do socialismo. Esta foi a difusão do marxismo em Itália: serviu de salsa a todos os indigestos molhos que os mais imprudentes aventureiros da caneta quiseram pôr à venda. Foram marxistas, deste modo, Eurico Ferri, Guglielmo Ferrero, Achille Loria, Paolo Orano, Benito Mussolini...

Para lutar contra a confusão que se foi deste modo criando, é necessário que o Partido intensifique e torne sistemática a sua actividade no campo ideológico, que estabeleça como um dever do militante o conhecimento da doutrina do marxismo-leninismo, pelo menos nos seus termos mais gerais.

O nosso Partido não é um partido democrático, pelo menos no sentido vulgar que comummente se dá a esta palavra. É um Partido centralizado, nacional e internacionalmente. No campo internacional, o nosso Partido é uma simples secção de um partido maior, de um partido mundial. Que repercussões pode ter e já teve este tipo de organização que é, todavia, uma férrea necessidade da revolução? A própria Itália nos dá uma resposta a esta pergunta. Por reacção contra o habitual costume do Partido Socialista, em que se discutia muito e se resolvia pouco, cuja unidade, pelo choque contínuo das fracções, das tendências e frequentemente dos atritos pessoais, se fragmentava numa infinidade de pedaços desconexos, no nosso Partido acabou-se por não discutir coisa nenhuma. A centralização (a unidade de perspectiva e de concepção) tinha-se transformado numa estagnação intelectual. Para isto contribuiu a necessidade da luta incessante contra o fascismo, que precisamente na fundação do nosso Partido tinha já passado à sua fase activa e ofensiva, mas também a concepção errada do Partido, tal como é exposta nas «Teses sobre a táctica» apresentadas no Congresso de Roma (1). A centralização e a unidade eram concebidas de modo muito mecânico: o *comité* central, ou melhor, o *comité* executivo era todo o Partido, em lugar de representá-lo e dirigi-lo. Se esta concepção fosse permanentemente aplicada, o Partido perderia o seu carácter distintivo político e tornar-se-ia, no melhor dos casos, num exército (e um exército de tipo burguês): isto é, perderia a sua força de atracção, afastar-se-ia das massas. Para que o Partido viva e esteja em contacto com as massas ocorre que cada membro do Partido seja um elemento político activo, seja um dirigente. Precisamente porque o Partido é fortemente centralizado, requere-se um vasto trabalho de propaganda e de agitação nas suas filas, é necessário que o Partido, de modo organizado, eduque os seus membros e lhes eleve o nível ideológico. Centralização quer dizer especialmente que, em qualquer situação, mesmo no estado de sítio reforçado, mesmo quando os *comités* dirigentes não puderem funcionar por um determinado período ou forem postos em condição de falta de ligação com toda a periferia, todos os membros do Partido, cada um no seu ambiente, serão postos em condições de se orientarem, de saber extrair da realidade os elementos para estabelecer uma directriz para que a classe operária não se abata mas sinta que é guiada e pode ainda lutar. A preparação ideológica de massa é, portanto, uma necessidade da luta revolucionária, é uma das condições indispensáveis da vitória.

(1) Trata-se do II Congresso Nacional do PCd'I, que se realizou em Roma, em Março de 1922. As «teses sobre a táctica», apresentadas por Amadeo Bordiga e Umberto Terracini, foram aprovadas pela maioria dos congressistas, incluindo Gramsci.

A INTERVENÇÃO NO PARLAMENTO SOBRE A MAÇONARIA (*)

Presidente:

Tem a faculdade de falar o deputado Gramsci.

Gramsci:

O projecto de lei contra as sociedade secretas (1) foi apresentado ao Parlamento como um projecto de lei contra a maçonaria; é o primeiro acto real do fascismo para afirmar o que o Partido fascista chama a sua revolução. Nós, como Partido Comunista, queremos indagar não só o porquê da apresentação do projecto de lei contra as organizações em geral mas também o significado do facto de o Partido fascista ter apresentado esta lei dirigida prevalentemente contra a maçonaria.

Fomos dos poucos que tomámos a sério o fascismo, mesmo quando o fascismo parecia ser apenas uma farsa sangrenta, quando à volta do fascismo se repetiam apenas os lugares-comuns sobre a «psicose da guerra», quando todos os partidos procuravam adormecer a população trabalhadora apre-

(*) É o texto do discurso pronunciado em 16-5-1925, publicado em *L'Unità*, de 28-5.

(1) O projecto de lei afirmava perseguir o objectivo de «disciplinar a actividade das associações, entidades e institutos e a inscrição, neles, de empregados públicos». O relatório ministerial precisava que se queria ferir a maçonaria. No primeiro artigo da lei sancionava-se a obrigação, para todas as associações, de comunicar a relação dos inscritos, no segundo proibiam-se todos os empregados do Estado de se inscreverem em associações secretas.

sentando o fascismo como um fenómeno superficial, de brevíssima duração.

Em Novembro de 1920, previmos que o fascismo ocuparia o poder — coisa então inconcebível para os próprios fascistas — se a classe operária não interviesse a tempo, com as armas, contra a sua avançada sangrenta.

O fascismo, portanto, afirma hoje praticamente querer «conquistar o Estado». O que significa esta expressão tornada já lugar-comum? E que significado tem, neste sentido, a luta contra a maçonaria?

Uma vez que pensamos que esta fase da «conquista fascista» é uma das mais importantes atravessadas pelo Estado italiano e, pelo que nos diz respeito, sabendo que representamos os interesses da grande maioria do povo italiano, dos operários e dos camponeses, cremos necessária uma análise, ainda que apressada, da questão.

O que é a maçonaria? Foram ditas muitas palavras sobre o significado espiritual, sobre as correntes ideológicas que ela representa, etc.; mas todas elas são formas de expressão de que vos servis somente para vos enganardes reciprocamente, com plena consciência.

A maçonaria, dado o modo como se constituiu em Itália em unidade, dada a fraqueza inicial da burguesia capitalista italiana, a maçonaria foi o único partido real e eficiente que a classe burguesa teve por muito tempo. É preciso não esquecer que pouco antes de vinte anos depois da entrada dos piemonteses em Roma, o Parlamento foi dissolvido e o corpo eleitoral reduzido de cerca de 3 milhões a 800 mil.

Esta foi a confissão explícita, por parte da burguesia, de ser uma ínfima minoria da população se, depois de vinte anos de unidade, foi obrigada a recorrer aos meios mais extremos de ditadura para se manter no poder, para esmagar os seus inimigos de classe que eram os inimigos do Estado unitário.

Quais eram estes inimigos? Era prevalentemente o Vaticano, eram os jesuítas, e é preciso recordar o deputado Martire (²), para observar como ao lado dos jesuítas que vestem o hábito talar existem os jesuítas laicos, os quais não têm um especial uniforme que indique a sua ordem religiosa.

(²) Deputado clerical, ex-«aventiniano», agora pró-governo. Egilberto Martire falou contra a maçonaria.

Nos primeiros anos, depois da fundação do reino, os jesuítas declararam expressamente, ao longo de uma série de artigos publicados por *Civiltà Cattolica*, qual era o programa político do Vaticano e das classes que então eram representantes do Vaticano, isto é, das velhas classes semifeudais tendencialmente borbónicas no Sul ou tendencialmente austriazantes no Lombardo-Veneto, forças sociais numerosíssimas que a burguesia capitalista nunca conseguiu conter, embora no período do Ressurgimento representasse um progresso e um princípio revolucionário. Os jesuítas da *Civiltà Cattolica*, isto é, do Vaticano, punham em relevo, como primeiro ponto da sua política, a sabotagem do Estado unitário através da abstensão parlamentar, a travagem do Estado liberal por todas as suas actividades que podiam corromper e destruir a velha ordem; como segundo ponto, a criação de um exército de reserva rural para opor ao avanço do proletariado, pois já desde 1871 os jesuítas previam que no terreno da democracia liberal nasceria o movimento proletário, que se desenvolveria um movimento revolucionário.

O deputado Martire declarou hoje que finalmente se alcançou, à causa da maçonaria, a unidade espiritual da nação italiana.

Visto que a maçonaria representou, em Itália, a ideologia e a organização real da classe burguesa capitalista, quem é contra a maçonaria é contra o liberalismo, é contra a tradição política da burguesia italiana. As classes rurais, que eram representadas no passado pelo Vaticano, são hoje prevalentemente representadas pelo fascismo; é lógico, portanto, que o fascismo tenha substituído o Vaticano e os jesuítas na função histórica pela qual as classes mais atrasadas da população põem sob controlo a classe que foi progressista no desenvolvimento da civilização; eis o significado da alcançada unidade espiritual da nação italiana que teria sido um fenómeno de progresso há cinquenta anos; e hoje é, pelo contrário, o maior fenómeno de regressão...

[*Interrupção.*]

A burguesia industrial não foi capaz de travar o movimento operário, não foi capaz de controlar nem o movimento operário nem o movimento rural revolucionário. A primeira, instintiva e espontânea palavra de ordem do fascismo, depois

da ocupação das fábricas, foi por isso esta: «Os rurais controlarão a burguesia urbana que não sabe ser forte contra os operários.»

Se não me engano, então, senhor deputado Mussolini, não era esta a sua tese e entre o fascismo rural e o fascismo urbano dizia preferir o fascismo urbano...

Mussolini, presidente do Conselho de Ministros:

É preciso que o interrompa para lhe recordar um meu artigo de alto elogio do fascismo rural, de 1921-22.

Gramsci:

Mas este não é um fenómeno puramente italiano, embora em Itália, pela grande fraqueza do capitalismo, tenha tido o máximo desenvolvimento; é um fenómeno europeu e mundial, de extrema importância para compreender a crise geral do pós-guerra, quer no domínio da actividade prática quer no domínio das ideias e da cultura. A eleição de Hindenburg, na Alemanha, a vitória dos conservadores na Inglaterra com a liquidação dos respectivos partidos liberais democráticos, são o equivalente do movimento fascista italiano; as velhas forças sociais, originariamente anticapitalistas, ligadas ao capitalismo mas não absorvidas completamente por ele, assumiram a primazia na organização dos Estados, trazendo para a actividade reaccionária todo o fundo de ferocidade e de impiedosa decisão que lhe foi sempre própria; mas nós temos, em abundância, um fenómeno de regressão histórica que não deixa e não deixará de ter repercussões no desenvolvimento da revolução proletária.

Examinada neste terreno, a actual lei contra as associações será uma força ou está destinada a ser, pelo contrário, completamente inútil e vã? Corresponderá a uma realidade, poderá ser o meio para uma estabilização do regime capitalista ou será apenas um novo e aperfeiçoado instrumento oferecido à polícia para prender Fulano e Sicrano?... O problema, portanto, é este: a situação do capitalismo, em Itália, reforçou-se ou enfraqueceu-se depois da guerra com o fascismo? Quais eram as fraquezas da burguesia capitalista italiana antes da guerra, fraquezas que levaram à criação daquele determinado sistema político maçónico que existia em Itália e que teve o seu máximo desenvolvimento no «giolittismo»? As fraquezas

máximas da vida nacional italiana eram, em primeiro lugar, a falta de matérias-primas, isto é, a impossibilidade, para a burguesia, de criar em Itália uma indústria que tivesse uma raiz profunda no país e que pudesse progressivamente desenvolver-se, absorvendo a mão-de-obra exuberante. Em segundo lugar, a falta de colónias ligadas à mãe pátria, portanto a impossibilidade, para a burguesia, de criar uma aristocracia operária que permanentemente pudesse estar aliada à própria burguesia. Terceiro, a questão meridional, isto é, a questão dos camponeses ligada estreitamente ao problema da emigração que é a prova da incapacidade da burguesia italiana poder manter...

Mussolini:

Também os alemães emigraram aos milhões.

Gramsci:

O significado da emigração em massa dos trabalhadores é este: o sistema capitalista, que é o sistema predominante, não é capaz de assegurar o comer, a casa e o vestir à população, e uma parte não pequena desta população é obrigada a emigrar...

Rossoni:

Portanto a nação deve expandir-se no interesse do proletariado.

Gramsci:

Nós temos uma nossa concepção do imperialismo e do fenómeno colonial, segundo a qual eles são, acima de tudo, uma exportação de capital financeiro. Até agora o «imperialismo» italiano consistiu apenas nisto: o operário italiano emigrado trabalha para proveito dos capitalistas dos outros países, isto é, até agora a Itália foi apenas um meio de expansão do capital financeiro não italiano. Saem-vos da boca as afirmações mais pueris de uma pretensa superioridade demográfica da Itália em relação aos outros países; dizem sempre, por exemplo, que a Itália é demograficamente superior à França. Esta é uma questão que só as estatísticas podem resolver peremptoriamente e eu às vezes ocupo-me de estatísticas; ora

uma estatística publicada no pós-guerra, nunca desmentida e que não pode ser desmentida, afirma que a Itália de antes da guerra, do ponto de vista demográfico, se encontrava já na mesma situação da França depois da guerra; isto é determinado pelo facto de a emigração afastar do território nacional uma tal quantidade de população masculina, produtivamente activa, que torna catastróficas as relações demográficas.

No território nacional ficam os velhos, as mulheres, as crianças, os inválidos, isto é, a parte da população passiva que onera a população trabalhadora em medida superior a qualquer outro país, mesmo a França. É esta a fraqueza fundamental do sistema capitalista italiano, pelo que o capitalismo italiano está destinado a desaparecer tanto mais rapidamente quanto mais o sistema capitalista mundial deixar de funcionar para absorver a emigração italiana, para explorar o trabalho italiano que o nosso capitalismo não consegue enquadrar.

Os partidos burgueses, a maçonaria, como procuraram resolver estes problemas?

Conhecemos na história italiana dos últimos tempos dois planos políticos da burguesia para resolver a questão do Governo do povo italiano. Tivemos a prática «giolittiana», o colaboracionismo do socialismo italiano com o «giolittismo», isto é, a tentativa para estabelecer uma aliança da burguesia industrial com uma certa aristocracia operária setentrional para oprimir, para subjugar a esta formação burgueso-industrial a massa dos camponeses italianos, especialmente no «Mezzogiorno». O programa não teve sucesso. Constitui-se na Itália setentrional, de facto, uma coligação burgueso-proletária através da colaboração parlamentar e da política dos trabalhos públicos nas cooperativas; na Itália meridional corrompe-se a classe dirigente e dominam-se as massas com os maceiros... [*Interrupção do deputado Greco*] Vocês, fascistas, foram os maiores artífices da falência deste plano político, porque nivelaram na mesma miséria a aristocracia operária e os camponeses pobres de toda a Itália.

Tivemos o programa que podemos dizer do *Corriere della Sera*, jornal que representa uma força não indiferente da política nacional; 800 000 leitores são também um partido.

Vozes:

Menos...

Mussolini:

Metade! E, além disso, os leitores dos jornais não contam: Nunca fizeram uma revolução. Normalmente, os leitores dos jornais não têm razão!

Gramsci:

O *Corriere della Sera* não quer fazer a revolução.

Farinacci:

E nem o *Unità!*

Gramsci:

O *Corriere della Sera* apoiou sistematicamente todos os homens políticos do «Mezzogiorno», desde Salandra a Orlando, a Nitti e a Amendola; perante a solução «giolittiana», opressiva não só de classes mas até de todo o território, como o «Mezzogiorno» e as ilhas, tão perigosa como o actual fascismo para a própria unidade material do Estado italiano, o *Corriere della Sera* apoiou sempre uma aliança entre os industriais do Norte e uma certa vaga democracia rural prevalentemente meridional, no terreno do comércio livre. Uma e outra solução tendiam essencialmente para dar ao Estado italiano uma mais larga base do que a originária, tendiam a desenvolver as «conquistas» do Ressurgimento.

O que opõem os fascistas a estas soluções? Opõem hoje a chamada lei contra a maçonaria; dizem que querem, assim, conquistar o Estado. Na realidade, o fascismo luta contra a única força organizada eficientemente que a burguesia tinha em Itália, para suplantá-la na ocupação dos lugares que o Estado dá aos seus funcionários. A revolução fascista é apenas a substituição de um pessoal administrativo por outro pessoal.

Mussolini:

De uma classe por outra, como aconteceu na Rússia, como acontece normalmente em todas as revoluções, como metodicamente nós faremos!

[*Aplausos.*]

Gramsci:

É revolução só a que se baseia numa nova classe. O fascismo não se baseia em nenhuma classe que não estivesse já no poder...

Mussolini:

Mas se grande parte dos capitalistas estão contra nós, se vos cito grandes capitalistas que votam contra nós, que estão na oposição: os Motta, os Conti...

Farinacci:

E subsidiam os jornais subversivos!

Mussolini:

A alta banca não é fascista, sabe-o muito bem! [*Comentários.*]

Gramsci:

A realidade, portanto, é que a lei contra a maçonaria não é prevalentemente contra a maçonaria, o fascismo chegará facilmente a um compromisso com os maçães.

Mussolini:

Os fascistas queimaram as lojas dos maçães antes de fazer a lei! Portanto não há necessidade de conciliações.

Gramsci:

Contra a maçonaria, o fascismo aplica, intensificando-a, a mesma táctica que aplicou a todos os partidos burgueses não fascistas: num primeiro período, criou um núcleo fascista nestes partidos; num segundo período, procurou utilizar dos outros partidos as melhores forças que lhe interessavam, não conseguindo obter o monopólio como se propunha...

Farinacci:

E chamam-nos parvos?

Gramsci:

Só não seriam parvos se conseguissem resolver os problemas da situação italiana...

Mussolini:

Resolvê-los-emos. Já resolvemos bastantes.

Gramsci:

O fascismo não conseguiu actuar completamente a absorção de todos os partidos na sua organização. Com a maçonaria, empregou a táctica política do *noyautage*, depois o sistema terrorista do incêndio das lojas; e, por fim, emprega hoje a acção legislativa pelo que determinadas personalidades da alta banca e da alta burocracia acabarão por se acomodarem aos dominadores para não perderem o seu lugar; mas, com a maçonaria, o Governo fascista deverá chegar a um compromisso. Como se faz quando um inimigo é forte? Primeiro quebram-se-lhe as pernas, depois faz-se o compromisso em condições de evidente superioridade.

Mussolini:

Primeiro rompem-se-lhe as costelas, depois prendem-se, como vocês fizeram na Rússia! Vocês fizeram os vossos prisioneiros, conservam-nos e servem-vos! [*Comentários à parte.*]

Gramsci:

Fazer prisioneiros significa precisamente estabelecer o compromisso: por isso nós dizemos que, na realidade, a lei é feita especialmente contra as organizações operárias. Perguntamos porque é que há meses, sem que o Partido Comunista tenha sido declarado associação criminosa, os carabineiros prendem os nossos camaradas cada vez que os encontram reunidos em número de, pelo menos, três...

Mussolini:

Fazemos o que vocês fazem na Rússia...

Gramsci:

Na Rússia há leis que são observadas: vocês têm as vossas leis...

Mussolini:

Faz enredos formidáveis. Faz muito bem! [*Risos.*]

Gramsci:

Na realidade, o aparelho policial do Estado considera já o Partido Comunista como uma organização secreta.

Mussolini:

Não é verdade!

Gramsci:

Entretanto, prendem sem nenhuma imputação específica quem quer que seja encontrado numa reunião de três pessoas, só porque é comunista, e atiram-no para a cadeia.

Mussolini:

Mas depressa são libertados. Quantos estão na prisão? Agarramo-los simplesmente para os conhecer!

Gramsci:

É uma forma de perseguição sistemática, que antecipa e justificará a aplicação da nova lei. O fascismo adopta os mesmos sistemas do Governo Giolitti. Fazem como faziam os maceiros giolittianos no «Mezzogiorno», que prendiam os eleitores de oposição... para os conhecer.

Uma voz:

Verificou-se um caso apenas. O senhor não conhece o Sul.

Gramsci:

Sou meridional!

Mussolini:

A propósito de violências eleitorais, recordo-lhe um artigo de Bordiga que as justifica plenamente!

Greco Paolo:

O senhor deputado Gramsci não leu aquele artigo.

Gramsci:

As nossas não são as violências fascistas. [*Barulho, interrupção.*] Nós estamos seguros de representar a maioria da

população, de representar os interesses essenciais da maioria do povo italiano; a violência proletária é, por isso, progressiva e não pode ser sistemática. A vossa violência é sistemática e sistematicamente arbitrária porque representais uma minoria destinada a desaparecer. [*Interrupção.*] Temos que dizer à população trabalhadora o que é o vosso governo, como se comporta o vosso governo, para a organizar contra vós, para a pôr em condições de vos vencer. É muito provável que também nós nos veremos obrigados a usar os vossos próprios sistemas, mas como transição, provisoriamente. [*Barulho, interrupção.*] Com efeito: a usar os vossos próprios métodos, com a diferença que vós representais a minoria da população enquanto nós representamos a maioria. [*Interrupção, barulho.*]

Farinacci:

Mas então porque não fazem a revolução? O senhor deputado está destinado a ter o mesmo fim que Bombacci! (³) Expulsá-lo-ão do Partido!

Gramsci:

A burguesia italiana, quando estabeleceu a unidade, era uma minoria da população, mas como representava os interesses da maioria, ainda que esta não a seguisse, assim pôde manter-se no poder. Vocês venceram com as armas mas não têm nenhum programa, não representam nada de novo e progressivo. Ensinaram apenas à vanguarda revolucionária como só as armas, em última análise, determinam o sucesso dos programas e dos não programas... [*Interrupção, comentários.*]

Presidente:

Não interrompam!

Gramsci:

Esta lei não virá, de facto, travar o movimento que os senhores próprios prepararam no país. Visto que a maçonaria

(³) Por ocasião da estipulação de um tratado comercial entre a Rússia e a Itália, em 1923, o deputado comunista Nicola Bombacci falou na Assembleia de afinidades das duas revoluções. Por estas declarações e outras atitudes, foi obrigado pelo Executivo do PCI a demitir-se de deputado e afastou-se do Partido.

passará em massa para o Partido fascista, onde constituirá uma tendência, é claro que com esta lei os senhores esperam impedir o desenvolvimento de grandes organizações operárias e camponesas. Este é o valor real, o verdadeiro significado da lei. Alguns fascistas recordam ainda nebulosamente as lições dos seus velhos mestres, quando eram revolucionários e socialistas, e crêem que uma classe não pode permanentemente permanecer, tal sem ter um partido e uma organização que resuma a parte melhor e mais consciente. Há alguma coisa de verdade, nesta turva perversão reaccionária, dos ensinamentos marxistas. É decerto muito difícil que uma classe possa alcançar a solução dos seus problemas e atingir os seus fins inerentes à sua existência e à força real da sociedade sem que uma vanguarda se constitua e conduza esta classe até atingir tais fins. Mas ninguém disse que este enunciado é sempre verdadeiro, na sua mecanicidade exterior, para uso da reacção! Esta é uma lei que serve para a Itália, que deverá ser aplicada em Itália, onde a burguesia não conseguiu, e nunca conseguirá, de modo nenhum, resolver em primeiro lugar a questão dos camponeses italianos, resolver a questão da Itália meridional. Não é por acaso que esta lei é apresentada contemporaneamente a alguns projectos respeitantes ao saneamento do Mezzogiorno.

Uma voz:

Fale da maçonaria.

Gramsci:

Querem que eu fale da maçonaria. Mas no título da lei nem sequer se faz referência à maçonaria, fala-se apenas de organizações em geral. O capitalismo pôde desenvolver-se em Itália quando o Estado carregou sobre as populações camponesas, especialmente no Sul. Hoje os senhores sentem a urgência de tais problemas, por isso prometem um bilião para a Sardenha, prometem trabalhos públicos e centenas de milhão a todo o Mezzogiorno; mas para fazer trabalho sério e concreto deveriam começar por restituir à Sardenha os 100-150 milhões de impostos que todos os anos estorcem à população sarda! Deveriam restituir ao Mezzogiorno as centenas de milhão de impostos que todos os anos estorcem à população meridional.

Mussolini:

Não fazem pagar os impostos, na Rússia!...

Uma voz:

Na Rússia roubam, não pagam os impostos!

Gramsci:

Não é esta a questão, egrégio colega que deveria conhecer, pelo menos, as relações parlamentares que, sobre tais questões, existem nas bibliotecas. Não se trata do mecanismo normal burguês dos impostos: trata-se do facto de o Estado estorcer às regiões meridionais, todos os anos, uma quantidade de impostos que não restitui de nenhum modo, nem com serviços de qualquer género...

Mussolini:

Não é verdade.

Gramsci:

...quantias que o Estado estorce às populações camponesas meridionais para dar uma base ao capitalismo da Itália setentrional. [*Interrupção, comentários*] Neste terreno das contradições do sistema capitalista italiano, formar-se-á necessariamente, não obstante todas as leis repressivas, não obstante as dificuldades para constituir grandes organizações, a união dos operários e dos camponeses contra o inimigo comum. Vós fascistas, vós Governo fascista, não obstante toda a demagogia dos vossos discursos, não superastes esta contradição que já era radical, pelo contrário, fizeste-la sentir mais duramente às classes e às massas populares. Operastes nesta situação pelas necessidades desta situação. Juntastes novas poeiras às já acumuladas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista e acreditais suprimir, com uma lei contra as organizações, os efeitos mais mortais da vossa própria actividade. [*Interrupção*] Esta é a questão mais importante na discussão desta lei: podeis «conquistar o Estado», podeis modificar os códigos, podeis procurar impedir às organizações que existam na forma como têm existido até agora; não podeis prevalecer nas condições objectivas em que fostes obrigados a mover-vos. Não fareis mais do que obrigar o proletariado a procurar uma

perspectiva diferente da que foi difundida até hoje no campo da organização de massas. Isto queremos dizer ao proletariado e às massas camponesas italianas, desta tribuna: que as forças revolucionárias italianas não se deixarão abater, que o vosso turvo sonho não conseguirá realizar-se. [*Interrupção*] É muito difícil aplicar a uma população de 40 milhões de habitantes os sistemas de Governo de Zankov (4). Na Bulgária existem poucos milhões de habitantes e, todavia, não obstante as ajudas do estrangeiro, o Governo não consegue prevalecer à coligação do Partido Comunista e das forças camponesas revolucionárias, e na Itália há 40 milhões de habitantes.

Mussolini:

O Partido Comunista tem menos inscritos do que o Partido Fascista Italiano!

Gramsci:

Mas representa a classe operária.

Mussolini:

Não a representa!

Farinacci:

Atraiçoa-a, não a representa.

Gramsci:

O vosso é um consenso obtido pela força.

Farinacci:

Fala de Miglioli!

Gramsci:

Precisamente. O fenómeno Miglioli (5) tem precisamente uma grande importância no sentido do que eu disse atrás:

(4) Alexandre Zankov promoveu em Junho de 1923 um golpe de Estado na Bulgária por conta da direita agrária, instaurando um regime de terror.

(5) Guido Miglioli, deputado popular, dirigente de ligas «brancas» camponesas, apoiou-se aos comunistas em 1924-25, advogando uma frente única das oposições operárias e camponesas contra o fascismo. Por esta sua atitude política, foi expulso do Partido Popular no início de 1925.

que as massas camponesas, mesmo católicas, se perspectivam para a luta revolucionária. Nem os jornais fascistas teriam protestado contra Miglioli se o fenómeno Miglioli não tivesse esta grande importância, a de indicar uma nova orientação das formas revolucionárias que dependem da vossa pressão sobre as classes trabalhadoras. Concluindo: a maçonaria é a pequena bandeira que serve para fazer passar a mercadoria reaccionária antiproletária! Não é a maçonaria o que vos importa! A maçonaria passará a ser uma facção do fascismo. A lei deve servir para os operários e para os camponeses, os quais compreenderão isto muito bem da aplicação que dela se fará. A estas massas queremos dizer que não conseguireis sufocar as manifestações organizativas da sua vida de classe porque contra vós está todo o desenvolvimento da sociedade italiana. [*Interrupção.*]

Presidente:

Mas não interrompam! Deixem-no falar! O senhor deputado Gramsci, porém, não falou da lei!

Rossoni:

A lei não é contra as organizações!

Gramsci:

Senhor deputado Rossoni, até o senhor é uma alínea da lei contra as organizações. Os operários e os camponeses devem saber que não conseguireis impedir que o movimento revolucionário se reforce e se radicalize. [*Interrupção, barulho*] Porque só ele representa hoje a situação do nosso país... [*Interrupção.*]

Presidente:

Senhor deputado Gramsci, este conceito já o repetiu três ou quatro vezes. Tenha a bondade! Não somos jurados a quem ocorre repetir muitas vezes a mesma coisa!

Gramsci:

É preciso repeti-las, pelo contrário; é preciso que o sintam até à náusea. [*Interrupção, barulho*] O movimento revolucionário vencerá o fascismo. [*Comentários.*]

«LA RIVOLUZIONE LIBERALE» E A FRENTE ÚNICA OPERÁRIA (*)

Antifascismo burguês foi e continua a ser, por agora, sem dúvida, a posição mais avançada dos escritores de *Rivoluzione liberale*. À volta da revista torinesa de Gobetti, sobre cuja orientação política exerceu uma influência decisiva o movimento dos conselhos de fábrica e o estudo directo da vanguarda do proletariado revolucionário de Turim, reuniu-se um grupo de intelectuais que na observação dos factos históricos e dos antagonismos das classes sociais se valeram, num certo aspecto, do método de análise marxista, mas esvaziando-o do conteúdo revolucionário e do espírito proletário. Assim se explica como *Rivoluzione liberale* se encontra frequentemente ocupando posições mais avançadas do que os próprios partidos socialistas, os quais, perante o fascismo, tendem a fazer marcha atrás ao movimento operário, tirando-lhe o carácter autónomo e a fisionomia classista para fazer dele apenas um movimento liberal pequeno-burguês.

Rivoluzione liberale (n.° 21, Maio de 1925) faz um balanço [1] da conduta do Aventino. Visto que «na atitude aven-

(*) Não assinado, *L'Unità*, 28-5-1925.

(1) Trata-se de um escrito de Piero Gobetti, intitulado precisamente *Bilancio*. Cf. P.C., *Scritti politici*, Turim, 1960, pp. 826-28. Gobetti replicou a esta nota do *L'Unità*, num sucessivo artigo de *La Rivoluzione liberale*, de 7 de Junho de 1925 (*Il fronte unico*, agora em *Scritti politici*, cit., pp. 840-42), observando que não tinha qualquer preconceito contra os *comités* operários e camponeses (cuja formação, como instrumento da frente única dos trabalhadores, os comunistas advogavam) mas insistindo que «o proletariado está ainda num momento de depressão» e que, portanto, «o importante é não ter ilusões e saber que se trabalha a longo prazo...».

tiniana» ela declara ter as suas «responsabilidades», é natural que defenda estas responsabilidades, embora criticando, em parte, a táctica «ilusionista» dos partidos aventinianos. Mas o que importa no «balanço» de *Rivoluzione liberale* é a consequência que alcança, embora tomando como ponto de partida premissas que parecem injustificadas se não são melhor precisadas. Tal é — por exemplo — aquela em que *Rivoluzione liberale* afirma saber que «Mussolini é o mais forte» e «que a maioria dos italianos está com ele». Isto é exacto só no sentido que os fascistas dão a estas afirmações: «Isto é, são italianos apenas os fascistas; os fascistas estão com Mussolini, portanto Mussolini tem consigo a maioria dos italianos.» De outro modo, teremos que pedir a *Rivoluzione liberale* uma definição de «maioria». Seja como for, não é este o ponto principal do «balanço» de *Rivoluzione liberale*, o qual tem em mira estabelecer a nova conduta da *élite* de jovens que compreendem a situação formada à volta do Aventino. Segundo a revista liberal torinesa, «desapareceram para sempre as situações centristas». «O Aventino contou também», escreve R. L., «com as classes médias. Mas estas, pela sua natureza equívoca, estão sempre com o vencedor... Aqueles partidos aventinianos que se anunciavam como representantes das classes médias, como futuros partidos de governo, os partidos de democracia e, em parte, os populares e os unitários, perderão terreno no futuro próximo». Estabelecido, além disso, que a nova Assembleia, quando terá lugar, só poderá ser uma Assembleia fiel ao «duce», *Rivoluzione liberale* chega a esta conclusão:

> Já deve ser coisa assente que a única reserva sólida de qualquer nova política futura é o «movimento operário». Se à volta do Aventino se foi formando uma *élite* de jovens que compreendem a situação, esses *têm o dever de acabar com as inconcludentes polémicas contra os comunistas,* que ameaçam tornar-se um inútil diversivo, não ocupar-se de teoria das classes médias, não excogitar astúcias de golpes de mão, «mas trabalhar com lealdade para a frente única operária, embora este trabalho, pelas actuais condições de depressão das massas, não conduza a frutos imediatos».

Ainda que muito confusa, esta referência à frente única operária é decerto notável porque é feita por uma revista liberal que espelha o ponto de vista de uma *élite* de jovens intelectuais. Deixando de parte a afirmação, também errónea, de que nas actuais condições de *depressão* das massas (precisa-

mente depois da greve dos metalúrgicos, da manifestação do primeiro de Maio, dos resultados da Fiat ([2]), R. L. fala de depressão das massas!), o trabalho para a *frente única operária* não conduz a frutos imediatos, é notável que seja compreendido também pelos intelectuais antifascistas que a solução da crise deve procurar-se na classe operária, mediante a «frente única proletária». Mas quando se chega a este ponto, a análise ficaria incompleta se não se aceitasse a única maneira da frente única operária, que consiste na criação dos «*comités* operários e camponeses».

De outro modo, a crítica de *Rivoluzione liberale* à conduta do Aventino, é uma pura manifestação literária.

([2]) G. refere-se provavelmente ao facto de nas eleições para as CI os operários do grande complexo terem mostrado a sua tenaz vontade de resistência (na Fiat Lingotto, os comunistas conquistaram a maioria dos votos e registaram também um sucesso importante nas eleições da Caixa interna).

A VONTADE DAS MASSAS (*)

A propósito das crises de fracções que se manifestou no nosso Partido [1], o *Avanti!* publicou uma série de artigos que podem servir de motivo para confirmar alguns princípios fundamentais do comunismo internacional. É muito provável que os sofismas ideológicos do *Avanti!* não sejam próprios apenas dos escritores do *Avanti!* e dos magros grupos que constituem o Partido Maximalista. O nosso Partido é formado por elementos que se destacaram do Partido Socialista no Congresso de Livorno e, na sua maioria actual, por elementos vindos depois da campanha de recrutamento feita a seguir ao assassínio de Giacomo Matteotti; repetir certas verdades, destruir certos preconceitos que se tinham radicado na consciência há dezenas e dezenas de anos de tradição social-democrata, pode ser, por isso, tarefa necessária, e urgentemente necessária.

No artigo *La volontà delle masse* (*Avanti!* de 13 de Junho) contém-se a quinta essência do oportunismo maximalista italiano e do oportunismo social-democrata em geral.

Existe uma vontade das massas trabalhadoras, tomadas no seu conjunto, e pode o Partido Comunista colocar-se no terreno de «obedecer à vontade das massas em geral?». Não. Existem no conjunto das massas trabalhadoras muitas e dis-

---

(*) Assinado, Antonio Gramsci, *L'Unità*, 24-6-1925.

[1] A crise manifestou-se abertamente com a expressão de uma dissidência de esquerda que se verificou no chamado «Comitato d'intesa». O *L'Unità* deu notícia do pronunciamento dos dissidentes, depois chefiados por Amadeo Bordiga, em 7 de Junho de 1925, condenando asperamente «a actividade fraccionária» do grupo. Acerca destes acontecimentos, cf. *Stora del PCI*, cit., pp. 453 e segs.

tintas vontades: existe uma vontade comunista, uma vontade maximalista, uma vontade reformista, uma vontade democrática liberal. Existe até uma vontade fascista, num certo sentido e dentro de certos limites. Até que subsistir o regime burguês, com o monopólio da Imprensa na mão do capitalismo e, portanto, com a possibilidade, para o Governo e para os partidos burgueses, de apresentarem as questões políticas segundo os seus interesses, apresentados como interesses gerais, até que for suprimida e limitada a liberdade de associação e de reunião da classe operária ou puderem ser difundidas impunemente as mentiras mais impudentes contra o comunismo, é inevitável que as classes trabalhadoras se apresentem desagregadas, isto é, que manifestem muitas vontades.

O Partido Comunista «representa» os interesses de toda a massa trabalhadora, mas «actua» só a vontade de uma determinada parte das massas, da parte mais avançada, daquela parte (proletariado) que quer derrubar, com os meios revolucionário, o regime existente para fundar o comunismo.

O que significa a fórmula do *Avanti!*: «É preciso seguir a vontade das massas» em geral? Significa procurar justificar o próprio oportunismo, escondendo-se atrás da constatação de que existem ainda estratos atrasados de população trabalhadora, sob a influência da burguesia, que «querem» a colaboração com a burguesia. Mas estes estratos existirão sempre até que o regime burguês for o regime dominante; se o Partido «proletário» obedecesse a «esta vontade», na realidade obedeceria à vontade da burguesia, isto é, seria um partido burguês, não um partido proletário. O Partido proletário não pode «seguir atrás» das massas, deve preceder as massas, embora tendo objectivamente em conta a existência destes estratos atrasados.

O Partido representa não só as massas trabalhadoras mas também uma doutrina, a doutrina do socialismo e por isso luta para unificar a vontade das massas no sentido do socialismo, embora actuando no terreno real do que existe, mas que existe *movendo-se e desenvolvendo-se.* O nosso Partido actua a vontade daquela parte mais avançada das massas que lutam pelo socialismo e sabe que não pode ter como aliado a burguesia nesta luta que é precisamente luta contra a burguesia. Porque coincide com o desenvolvimento geral da sociedade burguesa e com as exigências vitais de toda a massa trabalhadora, esta «vontade» é progressiva, difunde-se, con-

quista cada vez mais novos estratos de trabalhadores, desagrega os outros partidos operários — operários pela sua composição social, não pela sua perspectiva política.

Naturalmente que o *Avanti!* nega diariamente a verificação deste facto, publica diariamente que o Partido Comunista é abandonado pelas massas, recorre nada menos do que ao testemunho de Hoeglund para dizer que o nosso Partido é uma coisa insignificante, etc. Mas não menos naturalmente o *Avanti!* nunca consegue explicar como é que, abandonado pelas massas, o nosso Partido é o partido relativamente mais forte da Confederação Geral do Trabalho, não consegue explicar como é que em Turim, Trieste, Bari, Taranto e numa série de outras cidades nós somos o partido mais forte, também de modo absoluto não consegue explicar como é que os operários de Turim, que o nosso Partido teria conduzido à ruína e à catástrofe, aproveitem todas as ocasiões para se afirmarem fiéis às nossas directrizes. Se nós representamos a vontade das massas mais avançadas e se esta vontade, através da luta, se difunde e se torna na vontade da maioria dos trabalhadores, é uma questão que só se decide e só se pode decidir na prática; os acontecimentos deste último período demonstraram que ela se decide favoravelmente para o nosso Partido, não obstante os exorcismos do *Avanti!* e de toda a imprensa do Aventino.

Há cinco anos que o Partido Maximalista está fora de todas as organizações internacionais; este facto não se apresenta e não podia apresentar-se sem resultados. O carácter internacionalista é essencial para um partido operário; não se pode ignorar sem levar inelutavelmente a uma completa degeneração ideológica e prática nos dirigentes e nas fileiras do Partido. Para o *Avanti!*, de facto, é claro que o *comité* central de um partido deve representar só a massa do Partido nacional, ou melhor, deve «obedecer à vontade» desta massa. Para nós, tudo isto é monstruosamente falso. O CC do nosso Partido não só representa e guia a massa do Partido italiano mas representa também o programa e a táctica do Partido, que se foram definindo através de cinco congressos da Internacional. De resto, como e porquê se constituiu o nosso Partido? Destacou-se do Partido Socialista precisamente pela questão do reconhecimento da autoridade da Internacional: no Congresso de Livorno nós queríamos a aplicação dos 21 pontos, a luta contra o reformismo, uma política agrária

diversa da tradicional, uma nova perspectiva sindical, novos métodos organizativos, etc., etc. A massa aderiu à Internacional e, portanto, constituiu um partido quando aceitou um programa bem determinado. O partido desenvolveu-se porque era e é uma secção da Internacional. É certo que um tal processo não se verificou mecanicamente, segundo um esquema matemático pelo qual um é sempre igual a um; tratou-se de um processo político no qual os homens participaram com todas as suas paixões e sentimentos individuais, com todas as virtudes e defeitos que são próprios deste baixo mundo. Mas se é certo que vieram muitos elementos para a Internacional e para o Partido (também porque tinham aderido ao programa comum pessoas mais ou menos conhecidas como Bombacci, Misiano, Repossi, Bordiga, Gramsci, Gennari, Marabini, etc., etc.), eles vieram essencialmente pelo programa comum e não pelas diferenciações de indivíduos e de grupos. E eis o dever do CC, o de iluminar cada vez mais as massas do Partido sobre o significado real do programa comum, sobre o seu valor, sobre o seu significado. E eis por que no nosso Partido a discussão versa e deve versar normalmente sobre questões concretas, não sobre os primeiros princípios; sobre a aplicação prática da perspectiva geral, não sobre a própria perspectiva.

Segundo os critérios do *Avanti!*, cada partido deveria repetir, diariamente, as discussões fundamentais: somos fascistas ou não? Somos reformistas, maximalistas, liberais, populares, democratas ou não? O facto de pôr assim a questão, por parte do *Avanti!*, é característico e sintomático da situação interna do Partido Maximalista. Uma vez que este Partido não pertence a uma organização internacional, baseando-se apenas em elementos da vida nacional, e uma vez que a sua direcção não tem directrizes, os sócios do Partido que se encontram, por dever, ao lado dos diferentes Di Cesarò, Amendola, Anile, Giolitti, Salandra, Orlando, acabaram por perder a consciência da sua individualidade política e são diariamente obrigados a pôr-se esta pergunta: somos ainda maximalistas ou somos fascistas como Di Cesarò e Salandra, ou somos populares como Anile e De Gasperi, ou somos democratas como Amendola?

No nosso Partido, não se verifica nada de tudo isto. A maioria do Partido, tal como era no momento do assassínio de Giacomo Matteotti, isto é, a maioria da velha guarda

tinha-se organizado politicamente no Congresso de Livorno à volta do programa da Internacional para a luta contra todos os partidos burgueses, incluindo os partidos operários que fazem a política da burguesia. A outra massa de sócios, numericamente superior à velha guarda, entrou no Partido depois do assassínio de Giacomo Matteotti, com base no programa geral da Internacional tal como era aplicado e é aplicado pelo nosso Comité Central: luta em duas frentes, contra o fascismo e contra as oposições aventinianas (duas frentes é um modo de dizer porque se trata da mesma frente burguesa), para a acção autónoma do proletariado revolucionário, para organizar a luta dos pobres contra os ricos à volta do proletariado revolucionário que só pode esmagar a reacção instaurando um novo Estado, instaurando a sua ditadura.

As discussões que se verificaram no interior do nosso Partido não podem dizer respeito às bases fundamentais sobre as quais a organização comunista nasceu e se desenvolveu. Pode suceder, todavia, que se forme uma corrente que pretenda fazer um trabalho de revisão, também neste campo. Decerto que pode suceder. Vivemos num mundo onde se verificam os factos mais curiosos e estranhos. Especialmente quando a situação se torna objectivamente difícil, verifica-se que alguns indivíduos, e até grupos inteiros, perdem a cabeça e crêem, e crêem até de boa fé, ter encontrado a solução específica para o momento e crêem poder resolver a questão constituindo um tribunal que julgue as culpas de alguns indivíduos, com o fatídico grito de «dá no 'untore' (*)»! Isto verificou-se já nos finais de 1920 e nos inícios de 21; a onda revolucionária do pós-guerra, depois de ter alcançado o seu vértice na marcha do exército vermelho sobre Varsóvia e na ocupação das fábricas em Itália, foi fragmentada pela reacção. Uma série de Partidos Socialistas, que tinham entrado de «bandeiras desfraldadas» na Internacional Comunista quando a situação era favorável, amainaram a bandeira quando a situação se tornou obscura. Naturalmente justificaram o seu recuo da frente revolucionária com as prepotências do *knut* moscovita, com o autoritarismo de Zinoviev, com a incompreensão dos russos sobre os acontecimentos europeus, etc., etc. De

(*) Durante a peste que devastou Milão no séc. XVII, chamavam-se com tal nome os que se pensava que difundiam a peste untando paredes e portas com substâncias e unguentos infectos. — *(N. do T.)*

1921 até hoje, não se verificou ainda a revolução, embora tenha dado passos gigantescos à escala mundial, como demonstram, por exemplo, os actuais acontecimentos da China. Outros elementos revolucionários foram-se desmoralizando por este frouxo ritmo da revolução e sente-se novamente a velha música das responsabilidades pessoais de Zinoviev, com esta mudança: em 1920-21 Zinoviev queria fazer a revolução a todo o custo sem olhar às «situações especiais» dos vários países; em 1925 Zinoviev não permite que a Europa faça a revolução. A «vontade das massas» não estava em jogo em 1920 e não o está em 1925. A vanguarda proletária esteve com a Internacional Comunista em 1920 e continua a estar com a Internacional em 1925, ainda que em 1925 o *Avanti!* possa registar como rebeldes ao «*knut* moscovita» alguns dos chefes que em 1921 manejavam este *knut* contra o *Avanti!*

São coisas que podem suceder e que sucedem. O que não deve ter como consequência que o CC as deixe alargar e não lute energicamente, pelo contrário, para as eliminar.

A SITUAÇÃO INTERNA DO NOSSO PARTIDO E AS TAREFAS DO PRÓXIMO CONGRESSO (*)

Na sua última reunião, o Executivo alargado da IC (1) não tinha que resolver nenhuma questão de princípio ou de táctica surgida entre o conjunto do Partido italiano e a Internacional. Um tal facto verificava-se pela primeira vez na sucessão das reuniões da IC. Por isso os camaradas mais autorizados do Executivo da IC teriam preferido que nem sequer se falasse de uma comissão italiana: dado que não existia uma crise geral do Partido italiano, nem sequer existia uma «questão italiana». Na realidade ocorre dizer imediatamente que o nosso Partido, embora tendo já antes do V Congresso, mas especialmente depois, modificado a sua atitude táctica para se apoiar à linha leninista da IC, não sofreu todavia nenhuma crise nas fileiras dos seus sócios e perante as massas: pelo contrário. Tendo sabido pôr as suas novas atitudes tácticas em relação à situação geral do país que se criou depois das

(*) *L'Unità*, 3-7-1925. Trata-se do texto da exposição apresentada por Gramsci, e aprovada por unanimidade, na sessão do CC do PCI realizada em 11-12 de Maio. Publicando-a, *L'Unità* precisa que «ela exprime o pensamento do próprio Comité Central a propósito da situação interna do Partido e das tarefas do próximo congresso» (o III, que se realizará em Lyon, em Janeiro de 1926).

(1) A quinta sessão do *comité* executivo alargado da Internacional Comunista realizou-se em Moscovo, de 21 de Março a 5 de Abril de 1925. Ali se pôs em primeiro plano o problema da «bolchevização» das várias secções nacionais da Internacional para as tornar deveras outras tantas expressões de «um único Partido Comunista mundial». Neste quadro, teve particular relevo a directriz de organizar o Partido através de células nos locais de trabalho, de oficina e de aldeia.

eleições de 6 de Abril e especialmente depois do assassínio de Giacomo Matteotti, o Partido conseguiu alargar-se como organização e estender de modo notabilíssimo a sua influência entre as massas operárias e camponesas. O nosso Partido é um dos poucos, senão talvez o único partido da Internacional, que pode afirmar um sucesso semelhante numa situação tão difícil como a que se foi criando em todos os países, especialmente europeus, em referência à relativa estabilização do capitalismo e ao relativo reforço dos governos burgueses e da social-democracia, que do sistema burguês se tornou uma parte cada vez mais essencial. Ocorre dizer, pelo menos entre parênteses, que é precisamente porque se constituiu uma tal situação e em relação às consequências que ela teve, não só no meio das grandes massas trabalhadoras mas também no interior dos Partidos Comunistas, que se deve enfrentar o problema da bolchevização.

A fase actual dos partidos da Internacional

As crises atravessadas por todos os partidos da IC, de 1921 a hoje, isto é, desde o início do período caracterizado por um afrouxamento do ritmo revolucionário, mostraram como a composição geral dos partidos não era muito sólida ideologicamente. Os próprios partidos oscilavam com mudanças muitas vezes fortíssimas da direita à extrema-esquerda, com repercussões gravíssimas em toda a organização e com crises gerais nas ligações entre os partidos e as massas. A fase actual atravessada pelos partidos da Internacional é caracterizada, pelo contrário, pelo facto de cada um deles se ter ido formando através das experiências políticas destes últimos anos, consolidando-se um núcleo fundamental que determina uma estabilização leninista da composição ideológica dos partidos e assegura que eles deixarão de ser atravessados por crises e oscilações muito profundas e muito largas. Pondo assim o problema geral da bolchevização, quer no domínio da organização quer no da formação ideológica, o Executivo alargado afirmou que as nossas forças internacionais atingiram o ponto resolutivo da crise. Neste sentido, o Executivo alargado é um ponto de chegada, e a constatação dos enormes progressos conseguidos na consolidação das bases organizativas e ideológicas dos partidos é um ponto de partida porque

tais progressos devem ser coordenados, sistematizados, isto é, devem tornar-se consciência difusa e operante de toda a massa.

Por algumas razões, os partidos revolucionários da Europa Ocidental só hoje se encontram nas condições em que se encontravam os bolchevistas russos já desde a formação do seu Partido. Na Rússia, não existiam, antes da guerra, as grandes organizações dos trabalhadores que caracterizaram, pelo contrário, todo o período europeu da II Internacional, antes da guerra. O Partido, na Rússia, não só como afirmação teórica geral mas também como necessidade prática de organização e de luta, resumia em si todos os interesses vitais da classe operária; a célula de fábrica e de rua guiava a massa, quer na luta pelas reivindicações sindicais quer na luta política para derrubar o czarismo. Na Europa Ocidental, pelo contrário, foi-se cada vez mais constituindo uma divisão do trabalho entre organização sindical e organização política da classe operária. No campo sindical, foi-se desenvolvendo, com ritmo cada vez mais acelerado, a tendência reformista e pacifista; isto é, foi-se cada vez mais intensificando a influência da burguesia sobre o proletariado. Pela mesma razão, a actividade nos partidos políticos foi-se mudando cada vez mais para o campo parlamentar, isto é, para formas que não se distinguiam em nada das da democracia burguesa. No período da guerra e no do pós-guerra imediatamente precedente à constituição da Internacional Comunista e às cisões no campo socialista que levaram à formação dos nossos Partidos, a tendência sindical-reformista foi-se consolidando como organização dirigente dos sindicatos. Veio assim a determinar-se uma stuação geral que põe precisamente também os Partidos Comunistas da Europa Ocidental nas mesmas condições em que se encontrava o Partido Bolchevista na Rússia, antes da guerra. Observemos o que aconteceu em Itália. Através da acção repressiva do fascismo, os sindicatos tinham vindo a perder, no nosso país, toda a eficiência quer numérica quer combativa. Aproveitando-se desta situação, os reformistas apoderaram-se completamente do seu mecanismo central, excogitando todas as medidas e as disposições que podem impedir a formação, organização e desenvolvimento de uma minoria, tornando-se maioria até conquistar o centro dirigente. Mas a grande massa quer a unidade, e tem razão, e reflecte este sentimento unitário na organização sindical tradicional italiana: a Confederação Geral do Trabalho. A massa quer lutar e quer

organizar-se, mas quer lutar com a Confederação Geral do Trabalho e quer organizar-se na Confederação Geral do Trabalho. Os reformistas opõem-se à organização das massas. Recorde-se o discurso de D'Aragona, no recente congresso confederal, em que afirmou que a Confederação deve ser constituída por não mais de um milhão de organizados. Se se considera que a própria Confederação afirma ser o organismo unitário de todos os trabalhadores italianos, isto é, não só dos operários industriais e agrícolas mas também dos camponeses e que em Itália existem pelo menos 15 milhões de trabalhadores organizáveis, é evidente que a Confederação quer, como programa, organizar a décima-quinta parte, isto é, 7,50 por cento dos trabalhadores italianos, enquanto nós quereríamos que se organizassem nos sindicatos e nas organizações camponesas 100 por cento dos trabalhadores. Mas se a Confederação, por motivos de política interna confederal, isto é, para manter a direcção sindical nas mãos dos reformistas, quer que só 7,50 por cento dos trabalhadores italianos estejam organizados, ela quer também — por motivos de política geral, isto é, para que o Partido Reformista possa colaborar eficazmente num governo democrático burguês — que a Confederação, no seu conjunto, tenha uma influência sobre as massas desorganizadas dos operários industriais e agrícolas e, impedindo a organização dos camponeses, quer que os partidos democráticos com os quais pretende colaborar mantenham a sua base social. Ela manobra então especialmente no campo das comissões internas que são eleitas por toda a massa dos organizados e dos desorganizados. Isto é, ela quereria impedir que os operários organizados fora da tendência reformista apresentassem listas de candidatos para as comissões internas, quereria que os comunistas, mesmo onde estão em maioria na organização sindical local e entre os organizados das oficinas consideradas singularmente, votassem, por disciplina, as listas da minoria reformista. Se este programa organizativo reformista fosse por nós aceite, chegar-se-ia, de facto, à absorção do nosso Partido por parte do Partido Reformista e a nossa única actividade seria a actividade parlamentar.

A tarefa das «células»

Por outro lado, como podemos lutar contra a aplicação e a realização de um tal programa sem determinar uma cisão

que nós não queremos absolutamente determinar? Para obter isto, não há outra saída do que a organização das células e o seu desenvolvimento no mesmo sentido em que se desenvolveram, na Rússia, antes da guerra. Como fracção sindical, e encostando-nos à garganta a pistola da disciplina, os reformistas impedem-nos a centralização das massas revolucionárias, quer para a luta sindical quer para a luta política. Então é evidente que as nossas células devem trabalhar directamente nas fábricas para centralizar as massas à volta do Partido, levando-as a reforçar as comissões internas onde estas existirem, a criar *comités* de agitação nas fábricas onde não existem comissões internas e onde estas não cumprem as suas tarefas, levando-as a querer a centralização das instituições de fábrica, como organismos de massa, não apenas sindicais mas de luta geral contra o capitalismo e o seu regime político. É certo que a situação em que nos encontramos é muito mais difícil do que aquela em que se encontraram os bolchevistas russos, porque nós devemos lutar não só contra a reacção do Estado fascista mas também contra a reacção dos reformistas nos sindicatos. Precisamente porque é mais difícil a situação, mais fortes devem ser as nossas células, quer organizativamente quer ideologicamente. De qualquer forma, por aquilo que incidiu no campo organizativo, a bolchevização é uma necessidade imprescindível. Ninguém ousará dizer que os critérios leninistas de organização do Partido são próprios da situação russa e que é um facto puramente mecânico a sua aplicação à Europa Ocidental. Opor-se à organização do Partido por células significa ainda uma ligação às velhas concepções sociais-democratas, significa encontrar-se realmente num terreno de direita, isto é, num terreno no qual não se quer lutar contra a social-democracia.

A frustrada intervenção de Bordiga em Moscovo

Sobre estes argumentos, não existe hoje qualquer divergência entre o conjunto do nosso Partido e a Internacional e, por isso, eles não podiam ter qualquer influência nos trabalhos da comissão italiana, a qual se ocupou apenas do problema da bolchevização do ponto de vista ideológico e político, observando especialmente a situação criada no nosso Partido. O camarada Bordiga tinha sido insistentemente con-

vidado para participar nos trabalhos do Executivo alargado. Teria sido este o seu preciso dever, visto que ele tinha aceite no V Congresso fazer parte do Executivo da IC. Era tanto mais exigível para o camarada Bordiga participar nos trabalhos se considerarmos que ele, num seu artigo (²) (cuja publicação, todavia, tinha sido por ele próprio subordinada à aprovação do Executivo da Internacional), tinha assumido em relação ao problema Trotsky uma atitude radicalmente contrária não só à do Executivo da Internacional mas contrária também à assumida, na prática, pelo próprio camarada Trotsky. É absurdo e deplorável, sob todos os pontos de vista, que o camarada Bordiga não tenha querido participar pessoalmente na discussão do problema Trotsky, não tenha querido inteirar-se directamente de todo o material relativo, não tenha querido apresentar as suas opiniões e as suas informações ao confronto de um debate internacional. Não é certamente com este comportamento que se pode demonstrar possuir as qualidades e os dotes necessários para projectar uma luta que deveria praticamente ter como resultado uma mudança, não só de perspectiva mas também de pessoas na direcção da Internacional Comunista.

Os cinco pontos de Lenine para um bom Partido bolchevista

A Comissão que deveria ter discutido especialmente com o camarada Bordiga fixou, na sua ausência, a linha que o Partido deve seguir para resolver a questão das tendências e das possíveis fracções que delas possam nascer, isto é, para fazer triunfar no nosso Partido a concepção bolchevista. Se examinarmos a situação geral do nosso Partido à luz das cinco qualidades fundamentais que o camarada Lenine punha como condições necessárias para a eficiência do Partido revolucionário do proletariado, no período da preparação revolucionária, isto é:

1) Cada comunista deve ser marxista (nós diremos hoje: cada comunista deve ser marxista-leninista);

(²) O artigo de Bordiga *(La questione Trotsky)* foi enviado de Nápoles em 8 de Fevereiro a *L'Unità* que o publicou em 3 de Julho de 1925. (Cf. *Storia del PCI*, cit., pp. 442 e 485).

2) Cada comunista deve estar na primeira linha das lutas proletárias;

3) Cada comunista deve odiar as poses revolucionárias e as frases superficialmente brilhantes, isto é, deve ser, não só um revolucionário mas também um político realista;

4) Cada comunista deve sentir-se sempre subordinado à vontade do seu Partido e deve julgar tudo do ponto de vista do seu Partido — isto é, deve ser sectário no sentido melhor que esta palavra pode ter;

5) Cada comunista deve ser internacionalista.

Se examinarmos a situação geral do nosso Partido à luz destes cinco pontos, observaremos que, se se pode afirmar que a segunda qualidade forma um dos traços característicos do nosso Partido, o mesmo não se pode afirmar para as outras quatro.

Falta no nosso Partido um profundo conhecimento da doutrina do marxismo e, portanto, também do leninismo. Sabemos que isto está ligado às tradições do movimento socialista italiano, no interior do qual faltou a discussão teórica que interessasse profundamente as massas e contribuísse para a sua formação ideológica. É também verdade, porém, que o nosso Partido não contribuiu até hoje para destruir este estado de coisas e que, pelo contrário, o camarada Bordiga, confundindo a tendência reformista para substituir por uma genérica actividade cultural a acção política revolucionária das massas, com a actividade interna do Partido orientada para elevar o nível de todos os seus membros até à completa consciência dos fins imediatos e, a longo prazo, do movimento revolucionário, contribuiu para o manter.

O fenómeno do «extremismo»

O nosso Partido desenvolveu bastante o sentido da disciplina, isto é, cada sócio reconhece a sua subordinação ao conjunto do Partido, mas o mesmo não se pode dizer no que respeita às relações com a IC, isto é, no que respeita à consciência de pertencer a um partido mundial. Neste sentido, basta dizer que o espírito internacionalista não é muito praticado e não certamente no sentido geral da solidariedade internacional. Esta era uma situação existente no Partido Socialista e que se reflectiu, com prejuízo nosso, no Congresso

de Livorno. Continuou a subsistir, em parte sob outras formas, pela tendência suscitada pelo camarada Bordiga em considerar especial título de nobreza o dizer-se sequaz de uma chamada «esquerda italiana». Neste sentido, o camarada Bordiga recriou uma situação semelhante à criada pelo camarada Serrati depois do II Congresso (³) e que levou à exclusão dos maximalistas da IC. Isto é, cria uma espécie de patriotismo de partido que recusa enquadrar-se numa organização mundial. Mas a fraqueza máxima do nosso Partido é a caracterizada pelo camarada Lenine no ponto terceiro: o amor pelas poses revolucionárias e pelas superficiais frases brilhantes é o traço mais relevante, não do próprio Bordiga mas dos elementos que dizem segui-lo. Naturalmente que o fenómeno do extremismo bordiguiano não viveu do ar. Tem uma dupla justificação. Por um lado, está ligado à situação geral da luta de classes no nosso país, isto é, ao facto de a classe operária ser a minoria da população trabalhadora e de estar prevalentemente aglomerada numa única zona do país. Numa tal situação, o Partido da classe operária pode corromper-se pelas infiltrações das classes pequeno-burguesas que, embora tendo interesses contrários, como massa, aos interesses do capitalismo não querem, porém, conduzir a luta até às suas extremas consequências. Por outro, contribuiu para consolidar a ideologia de Bordiga a situação em que veio a encontrar-se o Partido Socialista até Livorno e que Lenine caracterizou assim no seu livro *O extremismo como doença infantil do comunismo*: «Num partido onde existe um Turati e um Serrati, que não luta contra Turati, é natural que exista um Bordiga.» Não é, porém, natural que o camarada Bordiga se tenha cristalizado na sua ideologia mesmo quando Turati já não estava no Partido, não estava o próprio Serrati e Bordiga em pessoa conduzia a luta contra um e contra outro. O elemento da situação nacional era evidentemente preponderante na formação política do camarada Bordiga e tinha cristalizado nele um estado permanente de pessimismo sobre a possibilidade de o proletariado e o seu Partido poderem ficar imunes às infiltrações de ideologias pequeno-burguesas sem a aplicação de uma táctica política extremamente sectária que tornava impossível a aplicação e a realização dos dois princípios políticos que caracterizam o bolchevismo: a aliança entre operários e camponeses e a hegemonia do proletariado no movimento revolucionário anticapitalista. A linha a adoptar para combater estas fraquezas do nosso Partido é a da luta pela bolchevização. A campanha a realizar deve ser prevalentemente ideológica. Ela, porém, deve tornar-se política no que respeita à extrema-esquerda, isto é, a tendência representada pelo camarada Bordiga, que do fraccionismo latente passará necessariamente ao aberto fraccionismo (⁴) e procurará, no congresso, mudar a perspectiva política da Internacional.

(³) Entende-se o II Congresso da IC (Julho-Agosto de 1920).

A questão das tendências

Existem no nosso Partido outras tendências? Qual é o seu carácter e que perigo podem representar? Se examinarmos deste ponto de vista a situação interna do nosso Partido, devemos reconhecer não só que ele não atingiu o grau de maturidade política revolucionária que resumimos na palavra «bolchevização» mas que nem sequer atingiu a completa unificação das várias partes que confluíram na sua composição. Para isso contribuiu a ausência de qualquer amplo debate, o que infelizmente caracterizou o Partido desde a sua fundação. Se considerarmos os elementos que no Congresso de Livorno se alinharam pela Internacional Comunista, podemos constatar que das três correntes que constituíram o PC: 1) os abstensionistas da fracção Bordiga; 2) os elementos agrupados à volta de *Ordine Nuovo* e do *Avanti!* de Turim; 3) os elementos de massa que seguiam o grupo a que chamaremos Gennari-Marabini, isto é, os sequazes das figuras mais características do estrato dirigente do Partido Socialista que vieram connosco — apenas duas, a abstensionista e a de *Ordine Nuovo-Avanti!* de Turim, tinham desenvolvido um certo trabalho político autónomo, antes do Congresso de Livorno, tinham debatido, no seu interno, os problemas essenciais da Internacional Comunista e tinham portanto adquirido uma certa capacidade de experiência política comunista. Mas estas correntes, se conseguiram ter a primazia na direcção do novo Partido Comunista, não constituíam a maioria de base. Além disso, uma

(⁴) Note-se que Gramsci falava em Maio de 1925. Menos de um mês depois, o «fraccionismo aberto» manifestava-se com a constituição do «Comitato d'intesa».

só destas duas correntes, a abstensionista, desde 1919, ou seja, dois anos antes de Livorno, tinha tido uma organização nacional, tinha formado entre os seus aderentes uma certa experiência organizativa de partido, mas no período preparatório tinha-se exclusivamente ocupado de questões internas de partido, da luta específica das fracções, sem ter, no seu conjunto, atravessado experiências políticas de massa para além da questão puramente parlamentar.

A corrente que se constituiu à volta de *Ordine Nuovo* e *Avanti!* piemontês não tinha suscitado uma fracção nacional nem sequer uma verdadeira e própria fracção nos limites da região piemontesa em que tinha surgido e se desenvolvera. A sua actividade foi prevalentemente de massa; os problemas internos de partido foram por ela sistematicamente ligados às necessidades e aspirações da luta geral de classe, geral da população trabalhadora piemontesa e, especialmente, do proletariado de Turim: isto é, deu-se aos seus componentes uma melhor preparação política e uma maior capacidade de cada um dos seus membros, mesmo de massa, guiar movimentos reais, pô-la em condições de inferioridade na organização geral do Partido. Se se exceptuar o Piemonte, a grande maioria do nosso Partido foi-se constituindo pelos elementos alinhados em Livorno com a IC porque com a IC tinha ficado toda uma série de camaradas do velho estrato dirigente do Partido Socialista, como Gennari-Marabini, Bombacci, Misiano, Salvadori, Graziadei, etc.: nesta massa, que pelas concepções não se diferenciava nada dos maximalistas, se inseriram os grupos abstensionistas locais, dando-lhe a forma de organização do novo PC. Se não se tivesse em conta esta real formação do nosso Partido, não se compreenderiam nem as crises que o atravessaram e nem a situação actual. Pelas necessidades de luta sem tréguas que se impuseram no nosso Partido desde a sua origem, a qual coincidiu com o vibrar mais furioso da reacção fascista, razão por que se pode dizer que todas as nossas organizações foram baptizadas com o sangue dos nossos melhores camaradas — as experiências da Internacional Comunista, isto é, não só do Partido russo mas também dos outros Partidos irmãos, não chegaram até nós e só foram assimiladas pela massa do Partido, irregular e episodicamente. Na realidade, o nosso Partido encontrou-se isolado do conjunto internacional, encontrou-se a desenvolver a sua ideologia emaranhada e caótica sobre a única base das

nossas imediatas experiências nacionais; criou-se, em Itália, uma nova forma de maximalismo. Esta situação geral agravou-se o ano passado com o ingresso nas nossas fileiras da fracção aderente à III Internacional. As fraquezas que nos eram características existiam numa forma ainda mais grave e perigosa nesta fracção que há dois anos e meio vivia autonomamente no interior do Partido Maximalista, criando assim vínculos internos entre os seus aderentes, que deviam prolongar-se mesmo depois da fusão. Além disso, também a fracção inspirada na III Internacional, por dois anos e meio, foi completamente absorvida pela luta interna com a direcção do Partido Maximalista, luta que foi prevalentemente de carácter pessoal e sectário e só episodicamente tratou as questões fundamentais, quer políticas quer organizativas.

A bolchevização

É evidente, contudo, que a bolchevização do Partido, no campo ideológico, não pode só ter em conta a situação que resumimos na existência de uma corrente de extrema-esquerda e no comportamento pessoal do camarada Bordiga. Ela deve investir a situação geral do Partido, isto é, deve propor-se elevar o nível técnico e político de todos os nossos camaradas. É certo, por exemplo, que existe também uma questão Graziadei, isto é, que nós devemos basear-nos nas recentes publicações para melhorar a educação marxista dos nossos camaradas, combatendo os desvios chamados científicos por aquelas defendidos. Ninguém, porém, pode pensar que o camarada Graziadei represente um perigo político, isto é, que com base nas suas concepções revisionistas do marxismo possa nascer uma vasta corrente e, portanto, uma fracção que ponha em perigo a unidade organizativa do Partido. Por outro lado é preciso não esquecer que o revisionismo de Graziadei dá um apoio às correntes de direita que, embora em estado latente, existem no nosso Partido. A entrada da fracção inspirada na III Internacional, isto é, de um elemento político que não perdeu muitos dos seus caracteres e que, como já se disse, tende a prolongar mecanicamente, fora da sua existência de fracção no interior do Partido Maximalista, os vínculos criados no Partido precedente, pode sem dúvida dar a esta potencial corrente de direita uma certa base organizativa, pondo pro-

blemas que não podem ser absolutamente transcurados. Não é possível, todavia, que nasçam fortes divergências nesta espécie de apreciações; as questões para as quais chamámos a atenção, e que nascem da composição originária do nosso Partido, põem prevalentemente problemas ideológicos fortemente ligados a duas necessidades: 1) à necessidade que a velha guarda do Partido absorva a massa dos novos inscritos, chegados ao Partido depois do facto Matteotti, e que triplicaram os efectivos do Partido; 2) à necessidade de criar quadros organizativos de Partido que sejam, não só capazes de resolver os problemas quotidianos da vida do Partido, quer como organização própria quer nas suas ligações com os sindicatos e com as outras organizações de massa mas, que sejam também capazes de resolver os mais complexos problemas ligados à preparação da conquista do poder e ao exercício do poder conquistado.

O perigo de direita

Pode dizer-se que, potencialmente, existe no nosso Partido um perigo de direita. Está ligado à situação geral do país. As oposições constitucionais, embora historicamente tenham cessado a sua função desde que rejeitaram a nossa proposta de criar o Antiparlamento [5], continuam todavia a subsistir politicamente ao lado de um fascismo consolidado. Uma vez que as perdas sofridas pela oposição, se reforçaram o nosso Partido, não o reforçaram, porém, na mesma medida em que se consolidou o fascismo, que tem nas mãos todo o aparelho estatal, é evidente que no nosso Partido, perante uma tendência de extrema-esquerda que crê chegado o momento de passar ao ataque frontal do regime que não pode desagregar-se pelas manobras da oposição, poderá nascer, se não existe já, uma tendência de direita, cujos elementos, desmoralizados pelo aparente superpoder do Partido dominante, desesperando que o proletariado possa rapidamente derrubar o regime no seu

(5) A proposta foi avançada pelo Grupo Parlamentar Comunista em Outubro de 1924. Com ela os comunistas convidavam os partidos da coligação do Aventino a reunir-se em conjunto numa assembleia que funcionasse como Parlamento oposto ao Parlamento fascista, que legislasse e criasse um instrumento apto a recolher à sua volta a oposição das massas populares ao fascismo.

todo, começarão a pensar que talvez seja melhor táctica a que conduz, se não de facto a um bloco burguês-proletário para a eliminação constitucional do fascismo, pelo menos a uma táctica de passividade real, de não intervenção activa do nosso Partido, que permita à burguesia servir-se do proletariado como de uma massa de manobra eleitoral contra o fascismo. O Partido deve ter em conta todas estas possibidades e probabilidades, para que a sua justa linha revolucionária não sofra desvios.

O Partido, se deve considerar o perigo de direita como uma possibilidade a combater com a propaganda ideológica e com meios disciplinares ordinários cada vez que isso se mostra necessário, deve considerar, pelo contrário, o perigo de extrema-esquerda como uma realidade imediata, como um obstáculo ao desenvolvimento, não só ideológico mas político do Partido, como um perigo que deve ser combatido não só com a propaganda mas também com a acção política, porque conduz imediatamente à desagregação da unidade, mesmo formal, da nossa organização, porque tende a criar um Partido no Partido, uma disciplina contra a disciplina do Partido. Quer isto dizer que nós queremos atingir uma ruptura com o camarada Bordiga e com os que se dizem seus amigos? Quer dizer que nós queremos modificar a base fundamental do Partido como se era constituída no Congresso de Livorno e se tinha conservado no Congresso de Roma? Decerto e absolutamente que não. Mas a base fundamental do Partido não era um facto puramente mecânico: tinha-se constituído com a aceitação incondicionada dos princípios e da disciplina da IC. Não fomos nós que pusemos em discussão estes princípios e esta disciplina; não seria, portanto, de procurar em nós a vontade de modificar a base fundamental do Partido. Ocorre, além disso, dizer que para 90 %, se não mais, dos seus membros, o Partido ignora as questões que surgiram entre a nossa organização e a Internacional Comunista. Se o Partido, no seu conjunto, especialmente depois do Congresso de Roma [6], tivesse sido posto em condições de conhecer a situação das nossas relações internacionais, provavelmente não estaria agora na confusão em que se encontra. De qualquer forma, devemos afirmar com muita energia, para que se frustre o triste jogo de alguns elementos irresponsáveis que parece encontra-

(6) Entende-se o II Congresso do PCI (Março de 1922).

rem a sua felicidade política exacerbando as feridas da nossa organização, que nós consideramos possível um acordo com o camarada Bordiga e pensamos que tal seja também a opinião do próprio camarada Bordiga.

A organização da discussão

É segundo esta perspectiva geral que nós consideramos que se deve organizar a discussão para o nosso congresso. No período que atravessámos das últimas eleições parlamentares, o Partido conduziu uma acção política real que foi partilhada pela grande maioria dos nossos camaradas. Com base nesta acção, o Partido triplicou o número dos seus sócios, desenvolveu de modo tão notável a sua influência no proletariado que se pode dizer ser o nosso Partido o mais forte entre os partidos que têm uma base na Confederação Geral do Trabalho.

Conseguiu-se, neste período, pôr concretamente o problema fundamental da nossa revolução: o da aliança entre operários e camponeses. Numa palavra, o nosso Partido tornou-se um factor essencial da situação italiana. Neste terreno da acção política real, criou-se uma certa homogeneidade entre os nossos camaradas. Este elemento deve continuar a desenvolver-se na discussão do Congresso e deve ser uma das determinantes essenciais da bolchevização. Isto significa que o congresso não deve ser só concebido como um momento da nossa política geral, do processo através do qual nós nos ligamos às massas e suscitamos novas forças para a revolução. O núcleo principal da actividade do congresso deve ser, por isso, visto nas discussões que se farão para estabelecer que fase da vida italiana e internacional atravessamos, isto é, quais são as relações actuais das forças sociais italianas, quais são as forças motrizes da situação, que fase da luta de classes é a actual. Deste exame nascem dois problemas fundamentais: 1) como podemos desenvolver o nosso Partido de modo que ele se torne uma unidade capaz de conduzir o proletariado para a luta, capaz de vencer e de vencer permanentemente. Este é o problema da bolchevização; 2) que acção real e política o nosso Partido deve continuar a desenvolver para determinar a coligação de todas as forças anticapitalistas guiadas pelo proletariado (revolucionário), na situação concreta para derrubar o regime capitalista, num primeiro momento, e para constituir a base do Estado operário revolucionário, num segundo momento. Isto é, devemos examinar quais são os problemas essenciais da vida italiana e que soluções favorece e determina a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses e realiza a hegemonia do proletariado. O congresso deverá, pelo menos, preparar o esquema geral do nosso programa de Governo. Esta é uma fase essencial da nossa vida de Partido.

Aperfeiçoar o instrumento necessário para a revolução proletária em Itália: eis a tarefa maior do nosso congresso; eis o trabalho para o qual convidamos todos os camaradas de boa vontade a antepor aos interesses unitários da sua classe as mesquinhas e estéreis lutas de fracções.

A ORGANIZAÇÃO POR CÉLULAS E O II CONGRESSO MUNDIAL (*)

No seu artigo sobre a natureza do Partido Comunista [1], escreve o camarada Bordiga: «No II Congresso, em que foram estabelecidas por Lenine as bases da Internacional, embora possuindo já a experiência das células na Rússia, nem sequer se fez referência a tal critério organizativo, hoje apresentado como indispensável e fundamental, em nenhum daqueles clássicos documentos: o estatuto da Internacional; 21 condições para nela ser admitido, teses sobre a tarefa do partido, teses sobre as tarefas da Internacional. Trata-se de uma «descoberta» feita muito tempo depois e teremos oportunidade de ver como se coloca no processo de desenvolvimento da Internacional.»

A afirmação do camarada Bordiga não é exacta. Nas teses sobre as tarefas fundamentais da Internacional Comunista e, precisamente, no II capítulo («Em que deve consistir a preparação imediata e geral da ditadura do proletariado»), Lenine tinha escrito: «A ditadura do proletariado é a realização mais completa da direcção de todos os trabalhadores e de todos os explorados — que têm sido subjugados, pisados, oprimidos, aterrorizados, divididos, enganados pela classe capitalista — por parte da única classe que para uma tal missão dirigente tem sido preparada por toda a história do capitalismo. Por isso é preciso iniciar, por toda a parte e imediata-

---

(*) Assinado, Antonio Gramsci, *L'Unità*, 29-7-1925.
[1] Cf. Amadeo Bordiga, *La natura del Partito Comunista, L'Unità*, 26-7-1925.

mente, a preparação da ditadura do proletariado, procedendo do seguinte modo: Em todas as organizações, federações, associações sem excepção, em primeiro lugar nas proletárias, depois nas não proletárias da massa trabalhadora e explorada (políticas, sindicais, militares, cooperativas, culturais, desportivas, etc.), devem-se criar grupos ou células de comunistas, em primeiro lugar abertamente, mas também clandestinas; estas são obrigatórias quando se espere da burguesia a tentativa de dissolvê-las, a prisão ou o exílio dos seus militantes. Estas células, estreitamente ligadas entre si e ligadas à Direcção Central, devem trocar as suas experiências, fazer o trabalho de agitação, propaganda e organização, *adaptar-se absolutamente* a todos os sectores da vida pública, *a todos os aspectos e grupos da massa trabalhadora*; e com este múltiplo trabalho devem educar-se sistematicamente a si próprios, o Partido, as classes, as massas.»

Nas 21 condições de admissão, parágrafo 9, diz-se: «Todo o Partido que deseje pertencer à Internacional Comunista deve sistemática e tenazmente desenvolver uma actividade comunista nos sindicatos, nos conselhos operários, nos conselhos de empresa, nas cooperativas de consumo e em todas as organizações operárias. Nestas organizações, é necessário organizar células comunistas que, com um trabalho persistente e tenaz, ganhem para a causa do comunismo os sindicatos, etc.

«Estas células são obrigadas, no seu trabalho quotidiano, a desmascarar por toda a parte a traição dos sociais-patriotas e as oscilações dos centristas. As células comunistas devem estar completamente subordinadas ao Partido.»

Nas *Teses sobre as tarefas do Partido Comunista na Revolução Proletária*, parágrafo 18, pode ler-se: «Base de toda a actividade organizadora do Partido Comunista deve ser, por toda a parte, a criação de uma célula comunista; e isto, mesmo que seja pequeno o número dos proletários e semiproletários. Em cada Soviete, em cada sindicato, em cada cooperativa de consumo, em cada empresa, em cada conselho de inquilinos, onde quer que se encontrem mesmo só três homens que trabalham para o comunismo, deve imediatamente fundar-se uma célula comunista. Só o carácter compacto dos comunistas dá à vanguarda da classe operária a possibilidade de conduzir consigo toda a classe operária. Todas as células do Partido Comunista, que trabalham nas organizações sem partido, estão absolutamente subordinadas à organização do Partido e isto quer o Partido, naquele momento, trabalhe legalmente quer ilegalmente. As células comunistas de toda a espécie devem estar subordinadas uma à outra com base no mais rigoroso regulamento hierárquico, segundo um sistema o mais possível preciso.»

O II Congresso pôs o problema da organização dos Partidos Comunistas por células. A apresentação não foi clara para os partidos europeus. Confundiu-se a organização das células, base do Partido, com a organização das fracções comunistas nos sindicatos, nas cooperativas, etc.; na realidade, as duas formas organizativas não se distinguem bem entre si nos enunciados referidos, embora a distinção se faça claramente na parte que resume as teses sobre as tarefas do Partido. No ponto IV do resumo diz-se assim: «Onde quer que exista nem que seja só uma dúzia de proletários ou semiproletários, o PC deve ter uma célula organizada.» No ponto V: «Em cada instituição apartidária, deve existir uma célula do Partido Comunista rigorosamente submetida ao Partido.» É evidente que nestes dois pontos se pretende fazer a distinção entre a célula, base organizativa do Partido, e a fracção, organismo de trabalho e de luta do Partido nas associações de massa.

Que isto é assim resulta das teses escritas por Lenine em 1915 para a facção esquerda de Zimmerwald, isto é, para o núcleo revolucionário que fundará em 1919 a Internacional Comunista. E resulta do discurso pronunciado por Lenine no III Congresso, no artigo especial dedicado à organização e à estrutura dos Partidos Comunistas. Lenine interroga-se: Porque é que só o Partido Comunista Russo está organizado por células? Porque não foram executadas as disposições do II Congresso que indicavam o sistema das células como o sistema próprio dos Partidos Comunistas? E Lenine responde a estas perguntas afirmando que a responsabilidade disto pertence aos camaradas russos e a si próprio, porque nas teses do II Congresso usou-se uma linguagem muito russa e pouco «europeia», isto é, fez-se referência às experiências russas sem torná-las actuais, sem as explicar, supondo que eram conhecidas e compreendidas. As teses do III Congresso sobre a estrutura do Partido Comunista, escritas directamente por Lenine os submetidas ao seu controlo, são portanto não uma «descoberta», como diz o camarada Bordiga, mas a tradução em

linguagem compreensível para os europeus, dos enunciados breves e sugeridos que se contêm nas teses do II Congresso.

Mas porque é que o camarada Bordiga quer fazer esta distinção na história da Internacional entre o II Congresso e os sucessivos três congressos? No artigo sobre a «questão Trotsky», o camarada Bordiga sustenta que a história da Internacional se divide em duas partes: até à morte de Lenine, depois da morte de Lenine. No artigo sobre a natureza do Partido, pelo contrário, a segunda fase começa já a partir do III Congresso, isto é, de um período em que Lenine estava vivo e no máximo da sua eficiência intelectual e política. No decurso da discussão parece claro este ponto que é fundamental para a discussão do Partido: para o camarada Bordiga, o movimento revolucionário italiano encontra-se novamente numa fase semelhante à que decorreu entre o II Congresso e Livorno, isto é, numa fase em que se devem organizar fracções porque nos podemos encontrar (ou melhor, encontramo-nos) perante um problema de cisão. Como explicar de outro modo as referências feitas pelo camarada Bordiga, nos pontos relativos à esquerda e no artigo sobre a natureza do Partido, ao grupo de *Ordine Nuovo*, referências malévolas, cheias de aversão e de rancor, não destinadas a cancelar as diferenças mas, pelo contrário, a exasperá-las e a fazê-las parecer insolúveis? O camarada Bordiga, além do mais, esqueceu porém uma «pequena» coisa: que mesmo apresentando o II Congresso como pedra de comparação para compreender a situação actual do nosso Partido, não é decerto o grupo de *Ordine Nuovo* que aparece diminuído na função que sempre desenvolveu para a preparação do movimento comunista italiano. No II Congresso o camarada Lenine declarou fazer suas as teses apresentadas pelo grupo de *Ordine Nuovo* no Conselho Nacional do Partido Socialista de Abril de 1920 e quis que das deliberações do congresso resultasse: 1) que as teses de *Ordine Nuovo* correspondiam a todos os princípios fundamentais da III Internacional; 2) que no Congresso do Partido Socialista deviam ser examinadas as teses de *Ordine Nuovo*. Nenhum «extremista» quererá negar que entre o juízo do camarada Lenine e o do camarada Bordiga, o juízo do camarada Lenine seja considerado por nós mais importante e ditado por um espírito marxista um pouco mais profundo e seguro do que o do camarada Bordiga.

A ORGANIZAÇÃO-BASE DO PARTIDO (*)

No meu precedente artigo sobre as células, ao qual se refere o camarada Mangano (¹), não quis demonstrar mas apenas recordar uma coisa muito simples que deveria estar sempre presente na memória de todos os camaradas que queiram participar com seriedade na discussão do congresso, que tenham a intenção de favorecer a educação do Partido e não a de confundir as ideias. Quis recordar que o tipo de organização por células está estreitamente ligado à doutrina do leninismo e que, no campo internacional, o camarada Lenine indicou este tipo de organização desde a época da esquerda zimmerwaldiana.

Uma das características mais destacadas do leninismo é a sua formidável coerência e consequência: o leninismo é um sistema unitário de pensamento e de acção prática em que tudo se contém e se demonstra reciprocamente; da concepção geral do mundo até aos mais pequenos problemas de organização. O núcleo fundamental do leninismo, na acção prática, é a ditadura do proletariado e à questão da preparação e da organização da ditadura proletária estão ligados todos os princípios de táctica e de organização do leninismo. Se tivesse sido verdade o que o camarada Bordiga afirmou, isto é, que a organização das células, como base do Partido, foi uma

(*) Assinado Antonio Gramsci, *L'Unità*, 15-8-1925.

(¹) Trata-se do artigo precedente, *A organização por células e o III Congresso Mundial*. Romeo Mangano polemizava com as teses que ali se continham num artigo *(Contro le cellule)* que *L'Unità* publicava a seguir a este de G. *(A organização base do Partido)*, no mesmo número.

«descoberta» do III Congresso (²) — estaria demonstrada uma gravíssima incoerência do leninismo e da Internacional e seria verdadeiramente necessário interrogarmo-nos se no III Congresso não se verificou um desvio à direita, no sentido da social-democracia, isto é, uma mudança do terreno da acção revolucionária para um terreno de simples actividade organizativa, estranha à preparação da ditadura proletária.

Este é, de facto, o assunto polémico dos camaradas extremistas: «demonstrar» que a organização do Partido, com base nas células, não é parte essencial do leninismo com a afirmação de que a organização por células é uma «descoberta» posterior ao II Congresso — para atingir a demonstração de que a perspectiva da Internacional se mudou a partir do III Congresso visto que foram atribuídos aos Partidos Comunistas, a partir do III Congresso, tarefas essencialmente organizativas e não de acção. Assim se explicaria, segundo os extremistas, como diversos partidos, quando se apresentou um momento propício para a acção, faliram na sua tarefa histórica (realizar a insurreição armada e a conquista do poder): tinham sido distraídos por tarefas secundárias de organização interna ou de organização das grandes massas (questão das células, táctica da frente única e do Governo operário, luta pela unidade proletária, etc., etc.).

No meu precedente artigo, ao qual o camarada Mangano se refere, «demonstrei» como um dos elementos sobre o qual deveria basear-se o assunto polémico dos extremistas é insubsistente: não será difícil demonstrar como são do mesmo modo inconsistentes os outros.

A questão das células é certamente também um problema técnico de organização geral do Partido mas, antes de mais, é uma *questão política*. A questão das células é a questão da direcção das massas, isto é, da preparação da ditadura proletária, é a melhor solução técnica organizativa da questão fundamental da nossa época.

Os argumentos pró e contra as células trazidos até agora à discussão (se é mais segura a rua ou a fábrica, se aos intelectuais *como classe* é mais fácil, com as células ou com a

(²) No artigo *La natura del Partito Comunista*, Bordiga afirmava quanto o próprio Gramsci referia no seu escrito precedente. «Trata-se de uma *descoberta* feita muito tempo depois...», etc..

assembleia territorial, desviar o proletariado ou inquinar a sua ideologia) são argumentos secundários, observações de detalhe que influem de modo subordinado na aceitação da forma organizativa por células e não da forma por assembleias territoriais.

O argumento fundamental é o da direcção das massas que, por mim próprio, foi assim exposto perante o nosso Comité Central (cf. *L'Unità* de 3 de Julho) (³), não tendo os extremistas procurado sequer rebater uma sílaba:

«Por algumas razões, os partidos revolucionários da Europa Ocidental só hoje se encontram nas condições em que se encontravam os bolchevistas russos já desde a formação do seu Partido. Na Rússia, não existiam, antes da guerra, as grandes organizações dos trabalhadores que caracterizaram, pelo contrário, todo o período europeu da II Internacional antes da guerra. O Partido, na Rússia, não só como afirmação teórica geral mas também como necessidade prática de organização e de luta, resumia em si todos os interesses vitais da classe operária; a célula de fábrica e de rua guiava a massa, quer na luta pelas reivindicações sindicais quer na luta política para derrubar o czarismo. Na Europa Ocidental, pelo contrário, foi-se cada vez mais constituindo uma divisão do trabalho entre organização sindical e organização política da classe operária. No campo sindical, foi-se desenvolvendo, com ritmo cada vez mais acelerado, a tendência reformista e pacifista; isto é, foi-se cada vez mais intensificando a influência da burguesia sobre o proletariado. Pela mesma razão, a actividade nos partidos políticos foi-se mudando cada vez mais para o campo parlamentar, isto é, para formas que não se distinguiam em nada das da democracia burguesa. No período da guerra e no do pós-guerra imediatamente precedente à constituição da Internacional Comunista e às cisões no campo socialista que levaram à formação dos nossos Partidos, a tendência sindical-reformista foi-se consolidando como organização dirigente dos sindicatos. Veio assim a determinar-se uma situação geral que põe precisamente também os Partidos Comunistas da Europa Ocidental nas mesmas condições em que se encontrava o Partido Bolchevista na Rússia, antes da guerra. Observemos o que aconteceu em Itália. Através da acção repressiva do fascismo, os sindicatos tinham

(³) Cf., neste volume, o texto da comunicação de G.

vindo a perder, no nosso país, toda a eficiência quer numérica quer combativa. Aproveitando-se desta situação, os reformistas apoderaram-se completamente do seu mecanismo central, excogitando todas as medidas e as disposições que podem impedir a formação, organização e desenvolvimento de uma minoria, tornando-se maioria até conquistar o centro dirigente. Mas a grande massa quer a unidade, e tem razão, e reflecte este sentimento unitário na organização sindical tradicional italiana: a Confederação Geral do Trabalho. A massa quer lutar e quer organizar-se mas quer lutar com a Confederação Geral do Trabalho e quer organizar-se na Confederação Geral do Trabalho. Os reformistas opõem-se à organização das massas. Recorde-se o discurso de D'Aragona, no recente congresso confederal, em que afirmou que a Confederação deve ser constituída por não mais de um milhão de organizados. Se se considera que a própria Confederação afirma ser o organismo unitário de todos os trabalhadores italianos, isto é, não só dos operários industriais e agrícolas mas também dos camponeses e que em Itália existem pelo menos 15 milhões de trabalhadores organizáveis, é evidente que a Confederação quer, como programa, organizar a décima-quinta parte, isto é, 7,50 por cento dos trabalhadores italianos, enquanto nós quereríamos que se organizassem nos sindicatos e nas orgazinações camponesas 100 por cento dos trabalhadores. Mas se a Confederação, por motivos de política interna confederal, isto é, para manter a direcção sindical nas mãos dos reformistas, quer que só 7,50 por cento dos trabalhadores italianos estejam organizados, ela quer também — por motivos de política geral, isto é, para que o Partido Reformista possa colaborar eficazmente num governo democrático burguês — que a Confederação, no seu conjunto, tenha uma influência sobre as massas desorganizadas dos operários industriais e agrícolas e, empedindo a organização dos camponeses, quer que os partidos democráticos com os quais pretende colaborar mantenham a sua base social. Ela manobra então especialmente no campo das comissões internas que são eleitas por toda a massa dos organizados e dos desorganizados.

«Isto é, ela quereria impedir que os operários organizados fora da tendência reformista apresentassem listas de candidatos para as comissões internas, quereria que os comunistas, mesmo onde estão em maioria na organização sindical local

e entre os organizados das oficinas consideradas singularmente, votassem, por disciplina, as listas da minoria reformista. *Se este programa organizativo reformista fosse por nós aceite, chegar-se-ia, de facto, à absorção do nosso Partido por parte do Partido Reformista e a nossa única actividade seria a actividade parlamentar.*

«Por outro lado, como podemos lutar contra a aplicação e a realização de um tal programa sem determinar uma cisão que nós não queremos absolutamente determinar? Para obter isto, não há outra saída do que a organização das células e o seu desenvolvimento no mesmo sentido em que se desenvolveram, na Rússia, antes da guerra. *Como fracção sindical, e encostando-nos à garganta a pistola da disciplina, os reformistas impedem-nos a centralização das massas revolucionárias, quer para a luta sindical quer para a luta política.* Então é evidente que as nossas células devem trabalhar directamente nas fábricas para centralizar as massas à volta do Partido, levando-as a reforçar as comissões internas onde estas existirem, a criar *comités* de agitação nas fábricas onde não existem comissões internas e onde não cumprem as suas tarefas, levando-as a querer a centralização das instituições de fábrica, como organismos de massa, não apenas sindicais mas de luta geral contra o capitalismo e o seu regime político. É certo que a situação em que nos encontramos é muito mais difícil do que aquela em que se encontraram os bolchevistas russos, porque nós devemos lutar não só contra a reacção do Estado fascista mas também contra a reacção dos reformistas nos sindicatos. Precisamente porque é mais difícil a situação, mais fortes devem ser as nossas células, quer organizativamente quer ideologicamente. De qualquer forma, por aquilo que incidiu no campo organizativo, a bolchevização é uma necessidade imprescindível. Ninguém ousará dizer que os critérios leninistas de organização do Partido são próprios da situação russa e que é um facto puramente mecânico a sua aplicação à Europa Ocidental. Opor-se à organização do Partido por células significa ainda uma ligação às velhas concepções sociais-democratas, significa encontrar-se realmente num terreno de direita, isto é, num terreno no qual não se quer lutar contra a social-democracia.»

Posta assim a questão como deve ser posta, os argumentos que subordinadamente podem ser apresentados contra a organização por células perdem uma grande parte do seu signifi-

cado. Nenhuma forma organizativa pode ser absolutamente perfeita: o importante é fixar que tipo de organização corresponde melhor às condições e às necessidades da luta proletária e não andar à procura da forma perfeitíssima.

O camarada Mangano acha que o facto de ter recordado o discurso do camarada Lenine no III Congresso sobre a «potente ignorância» dos Partidos Comunistas «europeus», sobre a estrutura dos seus próprios Partidos, foi um... achado (4). O problema é muito mais complexo do que suspeita ou pode suspeitar o camarada Mangano, dada a sua firme vontade de manter-se na mesma «potente ignorância» e desprezar como «centrista» e «oportunista» todos os ensinamentos da experiência proletária dos outros países e da própria Itália.

Recordo um «pequeno» episódio de 1920. Em Junho de 1920, reuniu-se em Génova a Conferência Nacional da FIOM para fixar o plano de batalha da agitação metalúrgica que, em Setembro sucessivo, levou à ocupação das fábricas. Nós, miseráveis «ordinovistas», «centristas», «oportunistas», etc., etc., que temos tido sempre o miserável hábito de nos ocuparmos do real desenvolvimento dos acontecimentos operários, informados que na Confederação de Génova se tinha delineado o plano de luta da ocupação das fábricas, pusemos à direcção do Partido Socialista, através do camarada Terracini, a questão da intervenção do Partido na agitação metalúrgica e propusemos a criação de células como base organizativa do próprio Partido nas fábricas. A proposta foi rejeitada depois de um discurso do então extremista Baratono, o qual achou que a criação das células teria significado a denúncia do pacto de aliança, porque o Partido, com as células, teria suplantado os sindicatos (isto é, os reformistas) na direcção das massas. Batidos perante a direcção, um dos «ordinovistas», e precisamente o abaixo-assinado, encarregado pela secção socialista torinesa, deslocou-se à Conferência Nacional da fracção abstensionista que se realizou em Florença em Julho (5), para propor a formação de uma fracção comunista

(4) Romeo Mangano, no artigo citado, afirmava: «O camarada Gramsci procurou demonstrar que a descoberta da célula — base organizativa do Partido — não é recente mas... tem os mesmos anos da III Internacional... O *achado*, embora se cubra com a responsabilidade confessa do camarada Lenine, não honra decerto os Partidos Comunistas europeus e a própria Internacional...»

(5) Realizou-se, na realidade, em Maio.

com base nos princípios gerais organizativos e políticos da Internacional Comunista (células, conselho de fábrica). Também aqui a proposta foi rejeitada porque se considerava que, para dirigir as massas, eram inúteis as «puras formas organizativas», enquanto eram suficientes as afirmações de abstensionismo parlamentar. Assim a classe operária chegou à ocupação das fábricas sem direcção política revolucionária e os reformistas puderam assim dirigir as massas no sentido da renúncia à luta.

O episódio italiano, com a experiência «europeia» depois do II Congresso, mostra como era difícil que os velhos Partidos Socialistas compreendessem concretamente o que é a ditadura do proletariado, como não basta defender, em teoria, a ditadura e crer trabalhar para ela para ser considerado como tal e trabalhar em tal sentido.

Segundo o camarada Mangano, o facto de ter tardado a compreender deveria ter por consequência não a pressa em recuperar o tempo perdido, mas renunciar a compreender e a operar.

OPORTUNISMO E FRENTE ÚNICA (*)

Sentimos frequentemente repetir pelos maximalistas e também pelos reformistas, em relação às nossas propostas de frente única: «Nós aderiríamos se os comunistas renunciassem a querer-nos liquidar», «a frente única é uma manobra para nos liquidar», etc. Semelhantes declarações não passam de manifestações de preguiça mental e de autolesão política.

Sobre que se baseiam as propostas de frente única apresentadas pelo PC? A classe operária está dividida porque sobre uma parte dela operam, em medida mais ou menos vasta, as tendências pacifistas pequeno-burguesas, democráticas, reformistas: o próprio maximalismo não é mais do que reformismo prático. A constituição da vanguarda revolucionária no Partido é a garantia de salvaguardar uma parte da classe das ilusões sociais-democratas e da corrupção política do capital, e é o centro do alinhamento e de unificação progressiva de toda a classe.

Como poderá a classe operária, no seu complexo, e os seus estratos diversamente orientados do ponto de vista político, encontrar numa justa via a sua unidade de luta? Através das lutas parciais e da frente única. O Partido Comunista, fracção da classe operária, dirige-se às outras fracções e propõe uma acção comum visando alcançar os objectivos, alcance desejável pelas maiores massas e possível no momento dado.

O Partido Comunista não pretende «impor» o seu ponto de vista à classe operária; «propõe-no» simplesmente e chama

(*) Não assinado, *L'Unità*, 29-10-1925.

as outras fracções operárias que apoiam a luta de classes para se pronunciarem sobre ele, discutindo-o em comum. Uma vez estabelecido o programa de *acção*, o Partido Comunista empenha a sua disciplina na acção e, ao mesmo tempo, reivindica a sua liberdade de expor à classe operária em luta os meios que, em seu parecer, são necessários para fazer frente às necessidades derivantes do próprio desenvolvimento da acção. É evidente que tal liberdade corresponde, ela própria, à disciplina moral da acção, ao reforço de toda a classe, ao alcançar dos objectivos e à preparação das novas lutas requeridas pela situação objectiva e pelo interesse do proletariado.

É ridículo que partidos que asseguram ter a história consigo e serem indestrutíveis, tenham medo de serem liquidados porque assim «querem» os comunistas. Um método de luta e, por consequência, o partido que dele se torna defensor, não são liquidados ou valorizados porque assim querem pessoas ou grupos, mas são respectivamente valorizados ou liquidados pelo crivo da realidade, perante as exigências impostas pela acção.

Repetimos que a plataforma da frente única é «proposta» pelo PC e que o programa efectivo não pode deixar de ser discutido, definido e aceite em comum. Por consequência o PC, o primeiro a oferecer-se ao crivo da realidade, mostra à luz do sol não ser nem querer ser uma seita, não se apresentar com palavras mas com factos no terreno dos interesses dos trabalhadores.

Os que mostram ser uma seita e preferir o próprio estéril «patriotismo de partido» aos interesses da classe, são precisamente os que rejeitam as propostas do PC. Num verdadeiro partido de classe «o interesse de partido» não pode, em caso nenhum, entrar em conflito com os interesses de classe; quando tal antítese existe, quer dizer que aquele partido deixou de ser partido de classe.

Os sociais-democratas de todas as tintas já não se podem salvar perante as massas sustentando que as nossas propostas foram por eles rejeitadas porque irrealizáveis: as propostas de lista única no tempo das eleições políticas, da greve geral e da acção antifascista de classe no tempo do delito Matteotti, as propostas do Antiparlamento e da assembleia republicana [1], não se realizaram só por deliberada má vontade daqueles a quem eram dirigidas. A experiência sucessiva demonstrou às massas que elas eram oportunas, justas e realizáveis, e que só o PC viu com clareza a situação e se comportou como verdadeiro partido da classe operária.

Os maximalistas têm sabotado e liquidado o entendimento das «esquerdas sindicais» para passar ao entendimento de direita com os reformistas e por medo do fascismo. Ora a experiência demonstra a todos os operários que têm honesto sentimento de classe, que se o entendimento das «esquerdas sindicais» tivesse continuado, ter-se-ia certamente desenvolvido em extensão e em prestígio com o resultado que hoje a Confederação já não estaria nas mãos dos reformistas ou, pelo menos, a situação confederal seria bem diversa da presente, porquanto a classe operária teria combatido importantes batalhas e a reacção muito dificilmente teria podido ter via livre.

Mas, sem nenhuma dúvida, a realidade liquida o oportunismo de todas as cores. Os maximalistas, sobretudo, estão numa condição bem dura perante as massas: ou liquidar a própria inércia classista e a própria actividade social-democrata, anti-soviética e pró-capitalista e passar das palavras anti-reformistas aos factos, ou seja, à luta efectiva, coerente e organizada em aliança com a corrente sindical comunista contra a desastrosa e falida direcção reformista nos sindicatos, ou então liquidar completamente os últimos vestígios de revolucionarismo e de classismo, passar completamente para a outra parte do fosso e alcançar organicamente a social-democracia. Nós acreditamos que as massas operárias maximalistas não seguirão, por muito tempo, a política dos seus chefes.

---

[1] O PCI propôs, em Junho de 1925, aos partidos da esquerda do Aventino (republicano, PSU e PSI) a formação de «uma assembleia republicana com base nos *comités* operários e camponeses» que criasse um dualismo de poderes no país e que servisse como instrumento de organização das massas em sentido «sovietista». A proposta foi rejeitada pelas outras formações políticas.

O SIGNIFICADO E OS RESULTADOS DO III CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA D'ITÁLIA (*)

Cinco anos de vida do Partido

Dada a dificuldade de publicar imediatamente uma crónica jornalística dos trabalhos do III Congresso do nósso Partido, consideramos por agora oportuno oferecer aos camaradas e à massa dos leitores um exame e uma informação geral dos resultados do próprio Congresso.

Apressamo-nos, portanto, a anunciar que proximamente será publicada no nosso jornal a crónica material do Congresso e serão sucessivamente reunidas num volume as deliberações e as teses no seu texto definitivo [1].

Os resultados numéricos dos votos, no Congresso, foram os seguintes:

— Ausentes e não consultados: 18,9 %;
— Presentes ao Congresso: Votos para o CC 90,8 %; para a extrema-esquerda 9,2 %.

(*) *L'Unità*, 24-2-1926. Trata-se da única crónica sumária existente acerca do andamento dos trabalhos e dos resultados do III Congresso do PCI realizado clandestinamente em Lyon, de 20 a 26 de Janeiro de 1926. Esta crónica foi ditada por Gramsci a Riccardo Ravagnan, que a transcreveu para o jornal.

[1] Não resulta que tivesse sido actuado este propósito. Foram publicados, pelo contrário, alguns opúsculos que continham as *Teses políticas*, as actas da discussão da comissão política do Congresso e algumas deliberações congressuais.

O nosso Partido nasceu em Janeiro de 1921, isto é, no momento mais crítico, quer da crise geral da burguesia italiana quer da crise do movimento operário. A cisão, se era historicamente necessária e inevitável, encontrava porém as grandes massas impreparadas e relutantes. Em tal situação, a organização material do novo Partido encontrava as condições mais difíceis. Aconteceu, por isso, que o trabalho puramente organizativo, dada a dificuldade das condições em que devia desenvolver-se, absorveu as energias criadoras do Partido de modo quase completo. Os problemas políticos que se punham, pela decomposição, por um lado, do pessoal dos velhos grupos dirigentes burgueses, por um processo análogo ao movimento operário, por outro, não puderam ser aprofundados suficientemente. Toda a linha política do Partido, nos anos imediatamente sucessivos à cisão, foi em primeiro lugar condicionado por esta necessidade: manter unidas as filas do Partido, agredido fisicamente pela ofensiva fascista, por um lado, e pelos miasmas cadavéricos da decomposição socialista, por outro. Era natural que, em tais condições, se desenvolvessem no interior do nosso Partido sentimentos e estados de ânimo de carácter corporativo e sectário. O problema geral político, inerente à existência e ao desenvolvimento do Partido, não era visto no sentido de uma actividade pela qual o Partido devesse tender a conquistar as mais largas massas e a organizar as forças sociais necessárias para derrotar a burguesia e conquistar o poder, mas era visto como o problema da própria existência do Partido.

A cisão de Livorno

O facto da cisão foi visto no seu valor imediato e mecânico e nós cometemos, embora noutro sentido, o mesmo erro que tinha sido cometido por Serrati. O camarada Lenine tinha dado a fórmula lapidar do significado das cisões, em Itália, quando tinha dito ao camarada Serrati: «*Separem-se de Turati e depois façam a aliança com ele.*» Esta fórmula deveria ter sido por nós adoptada na cisão, verificada de forma diversa da prevista por Lenine. Isto é, como era indispensável, e historicamente necessário, deviamo-nos separar não só do reformismo mas também do maximalismo que, na realidade, representava e representa o oportunismo típico italiano do

movimento operário; e, depois disso, embora continuando a luta ideológica e organizativa contra eles, procurar fazer uma aliança contra a reacção. Para os elementos dirigentes do nosso Partido, todas as acções da Internacional, destinadas a obter uma aproximação a esta linha, apareceram como se fossem uma censura implícita da cisão de Livorno, como uma manifestação de arrependimento. Disse-se que, aceitando uma tal perspectiva da luta política, acabava por se admitir que o nosso Partido era apenas uma nebulosa indefinida, enquanto era justo e necessário afirmar que o nosso Partido, ao nascer, tinha resolvido definitivamente o problema da formação histórica do Partido do Proletariado Italiano. Esta opinião era reforçada pelas não longínquas experiências da revolução soviética na Hungria, onde a fusão entre comunistas e sociais-democratas foi certamente um dos elementos que contribuíram para a derrota.

O alcance da experiência húngara

Na realidade, a interpretação dada a este problema pelo nosso Parlamento era falsa e foi-se cada vez mais manifestando como tal às largas massas do Partido. Precisamente a experiência húngara deveria ter-nos convencido que a linha seguida pela Internacional na formação do Partido Comunista não era a que nós lhe atribuímos. É sabido, de facto, que o camarada Lenine procurou opor-se activamente à fusão entre comunistas e sociais-democratas húngaros, não obstante estes últimos se declarassem fautores da ditadura do proletariado. Pode dizer-se, por isso, que o camarada Lenine era em geral contrário às fusões? Certamente que não. O problema era visto pelo camarada Lenine e pela Internacional como um processo dialéctico, através do qual o elemento comunista, isto é, a parte mais avançada e consciente do proletariado, se põe à cabeça de tudo o que de honesto e de activo se formou e existe na classe, quer seja na organização de Partido da classe operária quer na função de direcção das grandes massas. Na Hungria foi um erro destruir a organização independente comunista, no momento da tomada do poder, para dissolver e diluir o grupo constituído na mais vasta e amorfa organização social-democrata que não podia deixar de retomar o predomínio. Também para a Hungria, o camarada Lenine

tinha formulado a linha do nosso velho Partido como uma aliança com a social-democracia, não como uma fusão. À fusão ter-se-ia chegado mais tarde, quando o processo de predomínio do grupo comunista se tivesse desenvolvido em larga escala no campo da organização sindical e do aparelho estatal e, isto, com a separação orgânica e política dos operários revolucionários e dos dirigentes oportunistas.

Para a Itália, o problema punha-se ainda em termos mais simples do que para a Hungria porque não só o proletariado não tinha conquistado o poder mas iniciava, precisamente no momento da formação do Partido, um grande movimento de retirada. Pôr em Itália a questão da formação do Partido, tal como tinha sido indicado pelo camarada Lenine na sua fórmula expressa a Serrati, significava — no atraso do proletariado que se iniciava então — dar a possibilidade ao nosso Partido de agrupar à sua volta os elementos do proletariado que teriam podido resistir, e que, sob a direcção maximalista, eram arrastados na derrota geral e caíam progressivamente na passividade. Isto significa que a táctica sugerida por Lenine e pela Internacional era a única capaz de reforçar e desenvolver os resultados da cisão de Livorno e de fazer verdadeiramente do nosso Partido, desde então, não só em abstracto e como afirmação histórica, mas de forma efectiva, o Partido dirigente da classe operária. Por esta falsa interpretação do problema, mantivemo-nos em posições avançadas, sozinhos e com a fracção de massas imediatamente mais próximas do Partido, mas não fizemos quanto era necessário para manter nas nossas posições o proletariado no seu conjunto, o qual, todavia, estava ainda animado por um grande espírito de luta, como o demonstraram tantos episódios, algumas vezes heróicos, da resistência oposta ao avanço adversário.

O Partido nos anos 1921-22

Um outro dos elementos de fraqueza da nossa organização consistiu no facto de tais problemas, dada a dificuldade da situação e dado que as forças do Partido eram absorvidas pela luta imediata para a defesa física própria, não se terem tornado objecto de discussão na base e, portanto, elemento do desenvolvimento da capacidade ideológica e política do Partido.

Aconteceu assim o I Congresso do Partido, o realizado em Livorno no Teatro S. Marco, logo a seguir à cisão, apresentou apenas tarefas de carácter organizativo imediato: formação dos organismos centrais e enquadramento geral do Partido. O II Congresso teria podido, e talvez devido, examinar e projectar as referidas questões, mas a isso se opuseram os seguintes elementos:

1) O facto, de não só a massa mas também uma grande parte dos elementos mais responsáveis e mais chegados à direcção do Partido, ignorarem literalmente que existiam divergências profundas e essenciais entre a linha seguida pelo nosso Partido e a sustentada pela Internacional;

2) O facto de o Partido ser absorvido pela luta directa física levava a desvalorizar as questões ideológicas e políticas em confronto com aquelas puramente organizativas. Era, portanto, natural que surgisse no Partido um estado de ânimo contrário, *a priori*, a aprofundar as questões que pudessem sugerir perigos de conflitos graves no grupo dirigente constituído em Livorno;

3) O facto de a oposição, que se revelou no Congresso de Roma e que dizia ser a única representante das directrizes da Internacional, ser, na situação dada, uma expressão do estado de ânimo de fraqueza e de passividade que existia em algumas zonas do Partido.

A crise sofrida, quer pela classe dominante quer pelo proletariado no período precedente à chegada do fascismo ao poder, pôs novamente o nosso Partido perante os problemas que o Congresso de Roma não tinha tido a possibilidade de resolver. Em que consistiu esta crise? Os grupos de esquerda da burguesia, fautores, por palavras, de um governo democrático que se propunha canalizar energicamente o movimento fascista, tinham arbitrado ao PS a decisão de aceitar ou não esta solução, para o liquidar politicamente sob a acusação da responsabilidade de falta de um acordo antifascista. Neste modo de apresentar a questão, por parte dos democratas, era implícita a preventiva capitulação perante o movimento fascista, fenómeno que se reproduziu depois no período da crise Matteotti. Todavia, tal interpretação, se teve num primeiro tempo o poder de determinar uma clarificação no PS, tendo-se, com base nela, produzido a cisão entre maximalistas e

reformistas, agravava porém a situação do proletariado. De facto a cisão tornava infrutuosa a táctica proposta pelos democratas, visto que o governo de esquerda, por eles sugerido, devia compreender o Partido Socialista Unido, isto é, significar a captação da maioria da classe operária organizada na engrenagem do Estado burguês, antecipando a legislação fascista e tornando politicamente inútil a experiência directa fascista. Por outro lado, a cisão, como apareceu mais claramente a seguir, só mecanicamente tinha levado os maximalistas a um salto à esquerda, os quais, se afirmavam querer aderir à IC e, portanto, reconhecer o erro cometido em Livorno, moviam-se porém com tantas reservas e reticências mentais capazes de neutralizar o despertar revolucionário que a cisão tinha determinado nas massas, levando-as assim a novas desilusões e a uma recaída de passividade, de que se aproveitou o fascismo para efectuar a marcha sobre Roma.

A nova situação do Partido

Esta nova situação reflectiu-se no IV Congresso da IC [2], onde se chegou à formação do *comité* de fusão, depois de incertezas e resistências que se ligavam à persuasão radicada na maioria dos delegados do nosso Partido de que a mudança dos maximalistas não representava mais do que uma oscilação transitória e sem futuro. De qualquer modo, é a partir deste momento que se inicia, no interior do nosso Partido, um processo de diferenciação no grupo dirigente de Livorno, processo que prossegue incessantemente e sai do campo do fenómeno de grupo para se tornar de todo o Partido, quando se advertem e se desenvolvem os elementos da crise do fascismo, iniciada com o Congresso de Turim do Partido Popular.

Torna-se sempre mais evidente que ocorre fazer sair o Partido das posições mantidas em 1921-22 se se quer que o movimento comunista se desenvolva paralelamente à crise que perturba a classe dominante. O acordo prévio, que tivera uma tão larga importância no passado, pelo que ocorria, acima de tudo, manter a unidade organizativa do Partido, acabaria por cair pelo facto de, na situação de conflito entre o nosso Partido e a Internacional, se constituir nas nossas filas um estado

[2] Novembro-Dezembro de 1922.

de fracção latente que encontrava a sua expressão em grupos nitidamente de direita, muitas vezes com carácter liquidacionista. Tardar ainda a pôr em toda a sua amplitude as questões fundamentais de táctica sobre as quais até agora se hesitou abrir a discussão, teria significado determinar uma crise geral do Partido, sem saída.

Chegaram assim novos grupos que se foram cada vez mais desenvolvendo até à vigília do nosso III Congresso, quando foi possível acertar que não só a grande maioria da base do Partido (que nunca tinha sido abertamente interpelada) mas também a grande maioria do velho grupo dirigente se tinha destacado nitidamente da concepção e da posição política de extrema-esquerda para aderirem completamente à Internacional e ao leninismo.

A importância do III Congresso

Do que foi dito até agora, nota-se claramente como eram grandes a importância e as tarefas do nosso III Congresso. Ele devia fechar toda uma época da vida do nosso Partido, pondo fim às crises internas e determinando um alinhamento estável de forças tais que permitissem um desenvolvimento normal da sua capacidade de direcção política das massas, por parte do Partido e, portanto, da sua capacidade de acção.

Resolveu o Congresso efectivamente estas tarefas? Sem dúvida que todos os trabalhos do Congresso demonstraram como, não obstante as dificuldades da situação, o nosso Partido conseguiu resolver a sua crise de desenvolvimento, atingindo um nível de homogeneidade, de bloco e de estabilização notável e decerto superior ao de muitas outras secções da Internacional. A intervenção dos delegados de base nas discussões do Congresso, alguns dos quais vindos das regiões onde é mais difícil a actividade do Partido, demonstrou como os elementos fundamentais do debate entre a Internacional e o CC, por um lado, e a oposição, por outra, foram não apenas mecanicamente absorvidos pelo Partido mas, tendo determinado uma convicção consciente e difusa, contribuíram para elevar de forma imprevista, mesmo pelos próprios camaradas mais optimistas, o tom da vida intelectual da massa dos camaradas e a sua capacidade de direcção e de iniciativa política.

Este é, parece-nos, o significado mais relevante do Con-

gresso. Resulta que o nosso Partido não só pode dizer-se de massa pela influência que exerce em largos estratos da classe operária e da massa camponesa mas porque adquiriu, considerados individualmente os elementos que o compõem, uma capacidade de análise das situações, de iniciativa política e de força dirigente que lhe faltavam no passado e que são a base da sua capacidade de direcção colectiva.

Além disso, todo o desenvolvimento dos trabalhos conduzidos pela base para organizar ideologicamente e praticamente o Congresso nas regiões e nas províncias onde a repressão policial vigia com maior intensidade todos os movimentos dos nossos camaradas, e o facto de se terem conseguido reunir, por sete dias, mais de sessenta camaradas para o Congresso do Partido e quase outros tantos para o Congresso Juvenil, são, por si próprios, uma prova do desenvolvimento atrás referido. É evidente, para todos, que todo este movimento de camaradas e de organizações não é apenas um puro facto organizativo mas constitui, só por si, uma altíssima manifestação de valor político.

Poucas cifras a propósito. Realizaram-se na primeira fase da preparação congressual, entre duas a três mil reuniões de base que culminaram em mais de uma centena de congressos provinciais e interprovinciais, onde foram escolhidos, depois de amplas discussões, os delegados ao Congresso.

Valor político e resultados adquiridos

Cada operário é capaz de apreciar todo o significado destas poucas cifras que é possível publicar cinco anos depois da época da ocupação das fábricas e três anos de Governo fascista que intensificou o trabalho geral de controlo de todas as actividades de massa e realizou uma organização de polícia, que é grandemente superior às organizações policiais precedentemente existidas.

Visto que a maior fraqueza da organização operária tradicional se manifestava tradicionalmente no desequilíbrio permanente e que se tornava catastrófico nos momentos culminantes da actividade de massa, entre a potencialidade dos quadros organizativos do Partido e o impulso espontâneo da base, é evidente que o nosso Partido conseguiu, não obstante as condições extremamente desfavoráveis do actual período,

superar em medida notável esta fraqueza e predispor forças organizativas coordenadas e centralizadas que asseguram a classe operária contra os erros e as insuficiências que se verificavam no passado. Este é outro dos significados mais importantes do nosso Congresso; a classe operária é capaz de acção e mostra ser historicamente capaz de cumprir a sua missão directora na luta anticapitalista, na medida em que consegue exprimir, do seu interior, todos os elementos técnicos que na sociedade moderna se demonstram indispensáveis para a organização concreta das intituições em que se realizará o programa proletário. E, deste ponto de vista, ocorre analisar toda a actividade do movimento fascista de 1921 até às últimas leis fascistas; ela foi sistematicamente dirigida para destruir os quadros que o movimento proletário e revolucionário tinha cansativamente elaborado em quase cinquenta anos de história. Deste modo o fascismo conseguia, na prática imediata, privar a classe operária da sua autonomia e independência política e obrigava-a à passividade, isto é, a uma subordinação inerte ao aparelho estatal, ou então, nos momentos de crise política, como no período Matteotti, conseguia procurar quadros de luta noutras classes menos expostas à repressão.

O nosso Partido ficou a ser o único mecanismo que a classe operária tem à sua disposição para seleccionar novos quadros dirigentes de classe, isto é, para reconquistar a sua independência e autonomia política. O Congresso demonstrou como o nosso Partido conseguiu brilhantemente resolver esta tarefa essencial.

Dois eram os objectivos fundamentais que deviam ser alcançados pelo Congresso:

1) Depois das discussões e dos novos alinhamentos de força que se tinham verificado, como dissemos precedentemente, ocorria unificar o Partido, quer no terreno dos princípios e da prática de organização quer no terreno mais estritamente político.

2) O Congresso era chamado a estabelecer a linha política do Partido para o próximo futuro e a elaborar um programa de trabalho prático em todos os campos de actividade das massas.

Os problemas que se punham para alcançar concretos objectivos não são naturalmente independentes um do outro,

mas são coordenados no quadro da concepção geral do leninismo. A discussão do Congresso, por isso, mesmo quando se desenvolvia à volta dos aspectos técnicos de cada questão prática, punha a questão geral da aceitação ou não do leninismo. O Congresso devia, portanto, servir para pôr em evidência em que medida o nosso Partido se tinha tornado um Partido bolchevista.

Os objectivos fundamentais

Partindo de uma apreciação histórica e política imediata da função da classe operária no nosso país, o Congresso deu uma solução a toda uma série de problemas que podem agrupar-se assim:

1) Relações entre o Comité Central do Partido e a massa do Partido. *a*) Neste grupo de problemas entra a discussão geral sobre a natureza do Partido, sobre a necessidade de ser um partido de classe, não apenas abstractamente, isto é, enquanto o programa aceite pelos seus membros exprime as aspirações do proletariado, mas por assim dizer fisiologicamente, isto é, enquanto a grande maioria dos seus componentes é formada por proletários e nele se reflectem e resumem apenas as necessidades e a ideologia de uma única classe: o proletariado. *b*) A subordinação completa de todas as energias do Partido, de tal modo socialmente unificado, à direcção do CC.

A lealdade de todos os elementos do Partido em relação ao CC deve tornar-se não só um facto puramente organizativo e disciplinado mas um verdadeiro princípio de ética revolucionária. Ocorre infundir nas massas do Partido uma convicção tão radicada desta necessidade, que as iniciativas divisionistas e todas as tentativas, em geral, para desagregar a unidade do Partido, encontrem na base uma reacção espontânea e imediata que as sufoque ao nascer. A autoridade do CC, entre um congresso e outro, nunca deve ser posta em discussão e o Partido deve tornar-se um bloco homogéneo. Só com tal condição o Partido será capaz de vencer os inimigos de classe. Como poderia a massa dos sem partido ter confiança que o instrumento de luta revolucionária, o Partido, consegue conduzir sem indecisões e sem oscilações a luta implacável para conquistar e manter o poder, se a central do Partido não tem a capacidade e a energia necessárias para eliminar todas as fraquezas que possam ferir a sua unidade?

Os dois pontos precedentes seriam de impossível realização se, no Partido, à homogeneidade social e à unidade monolítica da organização não se juntasse a consciência difusa de uma homogeneidade ideológica e política.

Concretamente, a linha que o Partido deve seguir pode ser expressa nesta fórmula: o núcleo da organização de Partido consiste num forte CC, estreitamente ligado com a base proletária do próprio Partido, no terreno da ideologia e da táctica do marxismo-leninismo.

Sobre esta série de problemas, a enorme maioria do Congresso pronunciou-se nitidamente em sentido favorável às teses do CC e rejeitou, não só sem a mínima concessão mas até insistindo na necessidade da intransigência teórica e da inflexibilidade prática, as concepções da oposição que poderiam manter o Partido num estado de deliquescência e de amorfismo político e social.

2) Relações do Partido com a classe proletária (isto é com a classe de que o Partido é directo representante, com a classe que tem a tarefa de dirigir a luta anticapitalista e de organizar a nova sociedade). Neste grupo de problemas entra a apreciação da função do proletariado na sociedade italiana, isto é, do grau de maturidade de tal sociedade para se transformar de capitalista em socialista e, portanto, da possibilidade de o proletariado se tornar classe independente e dominante.

O Congresso discutiu, por isso:

a) A questão sindical, que para nós é essencialmente questão da organização das mais largas massas, como classe em si, com base nos interesses económicos imediatos e como terreno de educação política revolucionária;

b) A questão da frente única, isto é, das relações de direcção política entre a parte mais avançada do proletariado e as suas fracções menos avançadas.

3) Relações da classe proletária, no seu conjunto, com as outras forças sociais que objectivamente estão no terreno anticapitalista, embora sejam dirigidas por partidos e grupos políticos ligados à burguesia; portanto, em primeiro lugar, as relações entre o proletariado e os camponeses. Também a

propósito de esta outra série de problemas, a enorme maioria do Congresso rejeitou as concepções erradas da oposição e alinhou-se a favor das soluções dadas pelo CC.

Como se apresentaram as forças do Congresso

Referimo-nos já ao comportamento assumido pela grande maioria do Congresso em relação às soluções a dar aos problemas essenciais no período actual. É oportuno, porém, analisar mais detalhadamente o comportamento assumido pela oposição e referir, ainda que brevemente, outros comportamentos que se apresentaram no Congresso como comportamentos individuais mas que poderiam, no futuro, coincidir com determinados momentos transitórios no desenvolvimento da situação italiana e que, por isso, devem ser desde já denunciados e combatidos. Já nos referimos, nos primeiros parágrafos desta exposição, aos modos e às formas que caracterizaram a crise de desenvolvimento do nosso Partido nos anos de 1921 a 1924. Recordaremos brevemente como no V Congresso mundial (3) a própria crise encontrava uma solução provisória organizativa com a constituição de um CC que, no seu conjunto, se colocava completamente no terreno do leninismo e da táctica da IC, que se decompunha em três partes, das quais, uma, que tinha a maioria mais um no próprio *comité*, representava os elementos de esquerda que se tinham destacado do velho grupo de Livorno, depois do IV Congresso; uma outra, que representava a oposição que se constituiu no Congresso contra as teses de Roma, e a terceira, que representava os elementos «terzini» (4), entrados no Partido depois da fusão. Não obstante as suas intrínsecas fraquezas, pelo facto de a função dirigente, no seu interno, ser nitidamente exercida pelo chamado grupo de centro, isto é, pelos elementos de esquerda que se destacaram do grupo dirigente de Livorno, o CC conseguiu, todavia, estruturar e resolver energicamente o problema da bolchevização do Partido e o seu acordo completo com as directrizes da IC.

(3) Junho-Julho de 1924.

(4) A fracção inspirada na III Internacional, do PSI, que se separou do velho partido e cuja fusão com o PCI foi sancionada no V Congresso da IC.

Posições da extrema-esquerda

Certamente que se verificaram resistências e o seu episódio culminante, que todos os camaradas recordam, foi a constituição do «Comitato d'intesa», isto é, a tentativa para constituir uma fracção organizada que se contrapusesse ao CC na direcção do Partido. A constituição do «Comitato d'intesa» foi, na realidade, o sintoma mais relevante da desagregação da extrema-esquerda, a qual, uma vez que sentia perder progressivamente terreno nas fileiras do Partido, procurou galvanizar com um acto clamoroso de rebeldia as poucas forças que ainda lhe restavam. Depois da derrota ideológica e política sofrida pela extrema-esquerda já no período pré-congressual, é notável o facto de o seu núcleo mais resistente ter assumido posições cada vez mais sectárias e de hostilidade em relação ao Partido, do qual se sentia cada dia mais longe e separado. Estes camaradas não só continuaram a manter-se no terreno da mais estrénua oposição a determinados pontos concretos da ideologia e da política do Partido e da Internacional, mas procuraram sistematicamente motivos de oposição a todos os pontos, de modo a apresentarem-se em bloco, quase como um partido no Partido. É fácil imaginar que, partindo de uma tal posição, se tivesse que chegar, durante o desenvolvimento do Congresso, a comportamentos teóricos e práticos, nos quais a dramaticidade (que era um reflexo da situação geral em que o Partido deve mover-se) dificilmente se distinguia de um certo histrionismo que aparecia afectado a quem realmente tinha lutado e se tinha sacrificado pela classe operária.

Nesta ordem de acontecimentos deve ser posta, por exemplo, a questão prévia apresentada pela oposição, imediatamente a seguir à abertura do Congresso, com a qual se contestava a sua validade deliberativa, procurando-se de tal modo preconstituir um alibi para uma possível recuperação da actividade divisionista e para um possível desconhecimento da autoridade da nova direcção do Partido. À massa dos congressistas, que conheciam os sacrifícios e esforços organizativos para a preparação do Congresso, esta questão prévia surgiu como verdadeira e própria provocação e não é sem significado que os únicos aplausos (o regulamento do Congresso proibia, por motivos compreensíveis, as manifestações clamorosas de consenso ou de censura) foram dirigidos ao

orador que estigmatizava o comportamento assumido pela oposição e sustentou a necessidade de reforçar demonstrativamente o novo *comité*, a eleger com mandado específico de implacável rigor, contra qualquer tentativa que praticamente pusesse em dúvida a autoridade do Congresso e a eficiência das suas deliberações.

Afloramento de desvios de direita

À mesma ordem de acontecimentos e de modo agravado pela forma afectada e teatral, pertence também a atitude assumida pela oposição, antes do fim do Congresso, quando se estavam para extrair as conclusões político-organizativas dos trabalhos do próprio Congresso. Mas os próprios elementos da oposição puderam ter a nítida demonstração daquilo que é o estado de ânimo difundido nas filas do Partido; o Partido não entende permitir que se continue a jogar ao divisionismo e à indisciplina; o Partido quer realizar o máximo de direcção colectiva e não permitirá que ninguém, qualquer que seja o seu valor pessoal, se contraponha ao Partido.

Nas sessões plenárias do Congresso, a oposição de extrema-esquerda foi a única oposição oficial e declarada. A atitude de oposição, sobre a questão sindical, assumido por dois membros do CC, pelo seu carácter de improvisação e de impulsividade deve considerar-se mais como um fenómeno individual de histerismo político do que como oposição em sentido sistemático. Durante os trabalhos da Comissão Política, pelo contrário, houve uma manifestação que, se se pode considerar por agora com carácter puramente individual [5], deve ser considerada, dados os elementos ideológicos que lhe formavam a base, como uma verdadeira e própria plataforma de direita que poderia ser apresentada ao Partido numa situação determinada e que por isso devia ser, como foi, recusada sem hesitações, dado especialmente que dela se tinha feito porta-voz um membro da velha Central. Estes elementos ideológicos são:

1) A afirmação que o governo operário e camponês pode constituir-se com base no Parlamento burguês;

(5) Trata-se das posições sustentadas por Angelo Tasca. Cf. a acta da Comissão Política, publicada em *Crítica marxista*, a.I, n.º 5-6, Setembro-Dezembro de 1963, pp. 302-27.

2) A afirmação que a social-democracia não deve ser considerada como a esquerda da burguesia, mas como a direita do proletariado;

3) Que na valorização do Estado burguês ocorre distinguir a função de pressão de uma classe sobre a outra, da função de produção de determinadas satisfações a certas exigências da sociedade.

O primeiro e o segundo de tais elementos são contrários às decisões do III Congresso; o terceiro está fora da concepção marxista do Estado. Os três, em conjunto, revelam uma orientação que concebe a solução da crise da sociedade burguesa fora da revolução.

A linha política fixada pelo Partido

Visto que assim se alinharam as forças representadas no Congresso, isto é, como uma mais rígida oposição dos resíduos do «extremismo» contra as posições teóricas e práticas da maioria do Partido, referir-nos-emos só rapidamente a alguns pontos da linha estabelecida pelo Congresso.

Questão ideológica

Sobre tal questão, o Congresso afirmou a necessidade de se desenvolver no Partido todo um trabalho de educação que reforce o conhecimento da nossa doutrina marxista nas fileiras do Partido e de desenvolver a capacidade do mais largo estrato dirigente. Sobre este ponto, a oposição procurou fazer uma hábil diversão: resumiu alguns velhos artigos ou fragmentos de artigos de camaradas da maioria do Partido, para sustentar que esses só relativamente tarde tinham aceite integralmente a concepção do materialismo histórico, como resulta das obras de Marx e de Engels, e sustentavam, pelo contrário, a interpretação que do materialismo histórico tinha sido dada por Benedetto Croce [6]. Uma vez que é conhecido que também as teses de Roma foram julgadas como essencialmente inspiradas na filosofia crociana, esta argumentação da oposi-

(6) Faz-se aqui referência ao ataque de Bordiga no Congresso, sobre a formação «idealista» de Gramsci e de Togliatti.

ção surgiu inspirada numa pura demagogia congressual. De qualquer modo, visto que a questão não é de indivíduos mas de massa, a linha estabelecida pelo Congresso, pela necessidade de um trabalho específico de educação para elevar o nível da cultura geral marxista do Partido, reduz a polémica da oposição a um puro exercício erudito de pesquisa de elementos, mais ou menos interessantes, sobre o desenvolvimento intelectual de cada um dos camaradas.

Táctica do Partido

O Congresso aprovou e defendeu energicamente, contra os ataques da oposição, a táctica seguida pelo Partido no último período da história italiana, caracterizado pela crise Matteotti. Ocorre dizer que a oposição não procurou contrapor à análise que da situação italiana foi feita pela Central, nas teses para o Congresso, uma outra análise que levasse a estabelecer uma linha táctica diversa, ou correcções parciais que justificassem uma posição de princípio. Pelo contrário, foi característica da falsa posição da extrema-esquerda o facto de nunca as suas observações e as suas críticas se terem baseado num exame, nem profundo e nem sequer superficial, das relações de força e das condições gerais existentes na sociedade italiana. Resultou assim claramente que o método próprio da extrema-esquerda, e que a extrema-esquerda diz ser dialéctico, não é o método da dialéctica materialista próprio de Marx mas o velho método da dialéctica conceptual, próprio da filosofia pré-marxista e até pré-hegeliana.

À análise objectiva das forças em luta e da direcção que estas assumem contraditoriamente em relação ao desenvolvimento das forças materiais da sociedade, a oposição substituía com a afirmação de possuir um especial e misterioso «faro», segundo o qual o Partido deveria ser dirigido. Estranha aberração que autorizava o Congresso a julgar extremamente perigoso e deletério para o Partido um tal método, que só levaria a uma política de improvisações e de aventuras.

Além disso, que a oposição nunca possuiu um método próprio capaz de desenvolver as forças do Partido e as energias revolucionárias do proletariado que possa ser contraposto ao método marxista e leninista, prova-o a actividade desenvolvida pelo Partido nos anos 1921-22, quando era politicamente dirigido por alguns dos actuais irredutíveis opositores. A este propósito, foram pelo Congresso analisados dois momentos da situação italiana, isto é, a atitude assumida pela direcção do Partido em Fevereiro de 1921, quando foi desencadeada a ofensiva frontal do fascismo na Toscana e na Puglia e a atitude da mesma direcção em relação ao movimento dos «Soldados do Povo» [7]. Pela análise destes dois momentos resultou que o método afirmado pela oposição conduz à passividade e à inacção e consiste, em última análise, simplesmente em extrair dos acontecimentos, já desenrolados sem a intervenção do Partido no seu conjunto, ensinamentos apenas de carácter pedagógico e de propaganda.

A questão sindical

No campo sindical, a difícil tarefa do Partido consiste em encontrar um acordo justo entre estas duas linhas de actividade prática:

1) Defender os sindicatos de classe procurando manter o máximo de coesão e de organização sindical entre as massas que tradicionalmente participaram na própria organização sindical. Esta é uma tarefa de excepcional importância porque o Partido Revolucionário deve sempre, mesmo nas piores situações objectivas, tender a conservar todas as acumulações de experiência e de capacidade táctica e política que se foram formando através do desenvolvimento da história passada na massa proletária. Para o nosso Partido, a Confederação Geral do Trabalho constitui, em Itália, a organização que historicamente exprime de modo mais orgânico estas acumulações de experiências e de capacidades e representa, portanto, o terreno entre o qual deve ser conduzida esta defesa.

2) Tendo em conta o facto que a actual dispersão das grandes massas trabalhadoras é devida essencialmente a motivos que não são internos à classe operária, pelo que existem possibilidades organizativas imediatas de carácter não estritamente sindical, o Partido deve propor-se favorecer e promover activamente estas possibilidades. Esta tarefa só pode ser cum-

[7] Cf. o escrito de Gramsci sobre o movimento, pp. 321-324, vol. II, presente edição.

prida se o trabalho organizativo de massa for transportado do terreno corporativo para o terreno industrial de fábrica e se as ligações da organização de massa passarem a ser electivas e representativas, para além da adesão individual, por meio do cartão do sindicato.

É claro, além disso, que esta táctica do Partido corresponde ao desenvolvimento normal da organização de massa proletária, como se tinha verificado durante e depois da guerra, isto é, no período em que o proletariado começou a pôr o problema de uma luta a fundo contra a burguesia para a conquista do poder. A tradicional forma organizativa do sindicato profissional, neste período, tinha sido integrada por todo um sistema de representações electivas de fábrica, isto é, pelas comissões internas. É sabido também que, especialmente durante a guerra, quando as centrais sindicais aderiram aos *comités* de mobilização industrial e determinaram, portanto, uma situação de «paz industrial» em alguns aspectos análoga à presente, as massas operárias de todos os países (Itália, França, Rússia, Inglaterra e também os Estados-Unidos) reencontraram as vias da resistência e da luta sob a guia das representações electivas operárias de fábrica.

A táctica sindical do Partido consiste essencialmente no desenvolvimento de toda a experiência organizativa das grandes massas, insistindo sobre as possibilidades de mais imediata realização, consideradas as dificuldades objectivas que são criadas ao movimento sindical pelo regime burguês, por um lado, e pelo reformismo confederal, por outro.

Esta linha foi aprovada integralmente pela grande maioria do Congresso. À sua volta, todavia, sucederam as discussões mais apaixonadas e a oposição foi representada, para além da extrema-esquerda, também por dois membros da central, tal como já referimos. Um orador sustentou que o sindicato está historicamente superado, porque a única acção de massas do Partido deve ser a que se desenvolve nas fábricas. Esta tese, ligada às mais absurdas posições do infantilismo esquerdista, foi nítida e energicamente rejeitada pelo Congresso.

Para um outro orador [8], pelo contrário, a única actividade do Partido, neste campo, deve ser a actividade organizativa sindical tradicional: esta tese está intimamente ligada a uma concepção de direita, isto é, à vontade de não chocar, muito gravemente, com a burguesia sindical reformista que se opõe activamente a todas as organizações de massa.

A oposição da extrema-esquerda era guiada por duas directrizes fundamentais: a primeira, de carácter essencialmente congressual, tendia a demonstrar que a táctica das organizações de fábrica sustentada pelo CC e pela maioria do Congresso, está ligada à concepção de *Ordine Nuovo*, semanário que, segundo a extrema-esquerda, era proudhoniana e não marxista; a outra está ligada à questão de princípio em que a extrema-esquerda se contrapõe nitidamente ao leninismo: o leninismo defende que o Partido guia a classe através das organizações de massa e defende, portanto, como uma das tarefas essenciais do Partido o desenvolvimento da organização de massa; para a extrema-esquerda, pelo contrário, este problema não existe e atribuem ao Partido funções tais que possam levar, por um lado, às piores catástrofes e, por outro, aos mais perigosos aventureirismos.

O Congresso rejeitou todas estas deformações da táctica sindical comunista, embora considerando necessário insistir com particular energia sobre a necessidade de uma maior e mais activa participação dos comunistas que trabalham na organização sindical tradicional.

A questão agrária

Pelo que respeita à sua acção entre os camponeses, o Partido procurou sair da esfera da simples propaganda ideológica, tendente a difundir só abstractamente os termos gerais da solução leninista do próprio problema, para entrar no terreno prático da organização e da acção política real. É evidente que isto era mais fácil de obter em Itália do que nos outros países, porque no nosso país o processo de diferenciação das grandes massas da população é, em certos aspectos, mais avançado do que noutros países, em consequência da situação política actual. Além disso, uma tal questão, dado que o proletariado industrial é, entre nós, só uma minoria da população trabalhadora, põe-se aqui com maior intensidade. O problema de saber quais são as forças motrizes da revolução e o da função directiva do proletariado apresentam-se,

(8) Trata-se ainda de Angelo Tasca. Cf. *Storia del PCI*, cit., pp. 505-506.

em Itália, de tal forma que solicitam uma particular atenção do nosso Partido e a procura de soluções concretas para os problemas gerais que se resumem na expressão: questão agrária.

A grande maioria do Partido aprovou a orientação que o Partido deu a estes problemas e afirmou a necessidade de uma intensificação do trabalho segundo a linha geral já parcialmente aplicada.

Em que consiste, praticamente, esta actividade? O Partido deve procurar criar, em cada distrito, uniões regionais da Associação de Defesa dos Camponeses: mas entre estes quadros organizativos mais largos, ocorre distinguir quatro grupos fundamentais das massas camponesas, para cada um dos quais é necessário encontrar atitudes e soluções políticas bem precisas e completas.

Um destes grupos é constituído pelas massas dos camponeses eslavos da Istria e do Friuli, cuja organização está intimamente ligada à questão nacional. Um segundo é constituído pelo particular movimento camponês que se resume no título «Partido dos Camponeses» e que tem a sua base especialmente no Piemonte; para este grupo de carácter confessional e de carácter mais intimamente económico, é válida a aplicação dos termos gerais da táctica agrária do leninismo, dado também o facto que tal grupo existe na província em que existe um dos centros proletários mais eficientes em Itália. Os dois outros grupos são, sem dúvida, os mais consideráveis e os que solicitam a maior atenção do Partido, isto é:

1) A massa dos camponeses católicos, agrupados na Itália central e setentrional, os quais são organizados, mais ou menos directamente, pela Acção Católica e pelo aparelho eclesiástico em geral, isto é, pelo Vaticano;

2) A massa dos camponeses da Itália meridional e das ilhas.

No que respeita aos camponeses católicos, o Congresso decidiu que o Partido deve continuar e deve desenvolver a linha que consiste em favorecer as formações de esquerda que se verificam neste campo e que estão intimamente ligadas à crise geral agrária, iniciada, já antes da guerra, no Centro e no Norte de Itália. O Congresso afirmou que a atitude assumida pelo Partido, em relação aos camponeses católicos,

ainda que contenha em si alguns dos elementos essenciais para a solução do problema político-religioso italiano, não deve de modo nenhum conduzir a favorecer as tentativas, que possam nascer, de movimentos ideológicos de natureza estritamente religiosa. A tarefa do Partido consiste em explicar os conflitos que nascem no terreno da religião como derivantes dos conflitos de classe e em procurar pôr sempre em maior relevo o carácter de classe destes conflitos e não, contrariamente, em favorecer soluções religiosas dos conflitos de classe, ainda que tais soluções se apresentem como de esquerda, porque põem em discussão a autoridade da organização oficial religiosa.

A questão dos camponeses meridionais foi examinada pelo Congresso com particular atenção. O Congresso reconheceu exacta a afirmação contida nas teses da Central, segundo a qual a função da massa camponesa meridional no desenvolvimento da luta anticapitalista italiana deve ser examinada em si e deve levar à conclusão que os camponeses meridionais são, depois do proletariado industrial e agrícola da Itália do Norte, o elemento social mais revolucionário da sociedade italiana.

Qual é a base material e política desta função das massas camponesas do Sul? As relações que se interpõem entre o capitalismo italiano e os camponeses meridionais não consistem apenas nas normais e históricas relações entre cidade e campo, como foram criadas pelo desenvolvimento do capitalismo em todos os países do mundo; no quadro da sociedade nacional, estas relações são agravadas e radicalizadas pelo facto de económica e politicamente toda a zona meridional e das ilhas funcionar como um imenso campo perante a Itália do Norte; que funciona como uma imensa cidade. Uma situação tal determina na Itália meridional a formação e o desenvolvimento de determinados aspectos de uma questão nacional, ainda que imediatamente não assumam uma forma explícita de tal questão, no seu conjunto, mas só uma vivacíssima luta com carácter regionalista e profundas correntes para a descentralização e as autonomias locais.

O que torna característica a situação dos camponeses meridionais é o facto de não terem, no seu conjunto, diferentemente do que acontece com os três grupos precedentemente descritos, nenhuma experiência organizativa autónoma. Aqueles estão enquadrados nos esquemas tradicionais da sociedade

burguesa pelos quais os agrários, parte integrante do bloco agrário-capitalista, controlam as massas camponesas e as dirigem segundo os seus objectivos.

Em consequência da guerra e das agitações operárias do pós-guerra que tinham profundamente enfraquecido o aparelho estatal e quase destruído o prestígio social das classes superiores nomeadas, as massas camponesas do Mezzogiorno despertaram para a vida própria e procuraram fatigosamente o seu enquadramento. Assim se verificaram movimentos dos ex-combatentes e vários partidos chamados de «renovação» que procuram explorar este despertar da massa camponesa, algumas vezes secundando-o, como no período da ocupação das terras, mais frequentemente procurando desviá-lo e, portanto, consolidá-lo numa posição de luta para a chamada democracia, como aconteceu ultimamente com a constituição da «União Nacional».

Os últimos acontecimentos da vida italiana, que determinaram uma passagem em massa da pequena burguesia meridional para o fascismo, tornaram mais aguda a necessidade de dar aos camponeses meridionais uma direcção própria para os subtrair definitivamente à influência burguesa agrária. O único organizador possível da massa camponesa meridional é o operário industrial representado pelo nosso Partido. Mas para que este trabalho de organização seja possível e eficaz ocorre que o nosso Partido se aproxime intimamente do camponês meridional, que o nosso Partido destrua no operário industrial o preconceito nele inculcado pela propaganda burguesa de que o Mezzogiorno é uma bola de chumbo que se opõe aos grandiosos desenvolvimentos da economia nacional, e destrua no camponês meridional o preconceito ainda mais perigoso, pelo qual vê no Norte de Itália um único bloco de inimigos de classe.

Para obter estes resultados ocorre que o nosso Partido desenvolva um intenso trabalho de propaganda também no interior da sua organização para dar a todos os camaradas uma consciência exacta dos termos da questão, a qual, se não for resolvida de modo clarividente e revolucionariamente por nós, dará à burguesia derrotada na sua zona a possibilidade de concentrar-se no Sul, para fazer desta parte de Itália a praça de armas da contra-revolução.

Sobre toda esta série de problemas, a oposição de extrema-esquerda só conseguiu dizer anedotas e lugares-comuns. A sua

posição essencial foi a de negar *a priori* que estes problemas existem em si, sem qualquer análise ou demonstração sequer potencial. Pode dizer-se até que, precisamente em relação à questão agrária, apareceu a verdadeira essência da concepção da extrema-esquerda, a qual consiste numa espécie de corporativismo que espera mecanicamente só do desenvolvimento das condições objectivas gerais a realização dos fins revolucionários. Tal concepção, como já dissemos, foi nitidamente rejeitada pela enorme maioria do Congresso.

Outros problemas tratados

No que respeita à questão da organização concreta do Partido, no período actual, o Congresso ratificou, sem discussão, as deliberações da recente Conferência de organização, já publicadas em *L'Unità*.

O Congresso, dado o modo da sua reunião e os objectivos que se propunha, os quais respeitavam especialmente a organização interna do Partido e o saneamento da crise, não pôde tratar amplamente algumas questões que são todavia assenciais para um partido proletário revolucionário. Deste modo, só nas teses foi examinada a situação internacional em relação com a linha política da IC. Na discussão do Congresso, tal argumento foi apenas aflorado e dos problemas internacionais tratou-se só a parte respeitante às formas e às relações de organização do Comintern, visto que era este um elemento da crise interna do Partido. O Congresso, porém, seguiu uma larguíssima e exaustiva exposição sobre os trabalhos do recente Congresso do Partido russo e sobre o significado das discussões que ali se verificaram.

Deste modo, o Congresso não se ocupou do problema da organização no campo feminino, nem da organização da imprensa, argumentos essenciais para o nosso movimento e que deveriam ter merecido um tratamento especial. Também a questão da redacção do programa do Partido, que tinha sido incluída na ordem de trabalhos, não foi tratada pelo Congresso. Pensamos que seja necessário remediar estas faltas com Conferências de Partido, propositadamente convocadas com tal objectivo.

Conclusão

Não obstante estas parciais deficiências, pode afirmar-se, concluindo, que a massa de trabalho desenvolvido pelo Congresso foi verdadeiramente imponente. O Congresso elaborou uma série de resoluções e um programa de trabalho concreto capazes de porem a classe proletária em condições de desenvolverem as suas energias e a sua capacidade de direcção política na actual situação.

Uma condição é especialmente necessária para que as resoluções do Congresso não só sejam aplicadas mas dêem todos os frutos que podem dar: ocorre que o Partido se mantenha intimamente unido, que nenhum germe de desagregação, de pessimismo e de passividade seja deixado desenvolver no seu interno. Todos os camaradas do Partido são chamados a realizar uma tal condição. Ninguém pode pôr em dúvida que isto será feito com a maior desilusão de todos os inimigos da classe operária.

O CAMARADA G. M. SERRATI E AS GERAÇÕES DO SOCIALISMO ITALIANO (*)

A personalidade política do camarada Giacinto Menotti Serrati tinha assumido significado e importância nacionais nos últimos dez anos; e é precisamente no quadro destes dez anos, caracterizados pela Guerra Mundial e pelo fascismo, que ocorre examiná-la para a apreciar justamente.

São conhecidas as fraquezas fundamentais do movimento revolucionário italiano tradicional. A maior fraqueza, a que pelo menos foi determinante nos momentos decisivos, parece-nos que pode ser identificada no facto de sempre ter faltado em Itália um grupo forte e homogéneo de dirigentes revolucionários, que tivesse um estreito contacto com o núcleo proletário fundamental do Partido Socialista. Numa tal situação, era impossível qualquer acumulação de experiências políticas revolucionárias, era impossível qualquer direcção colectiva, era impossível qualquer dedução rápida que permitisse extrair todas as consequências das conjunturas favoráveis à iniciativa revolucionária. É evidente também que, numa tal situação, em que a organização efectiva estava em relação inversa com o volume do Partido, o gabinete do chefe individual era enorme e a responsabilidade que pesava sobre a pessoa que sucessivamente se encontrava à frente do Partido era esmagadora. Esta situação explica como sucedeu que a tendência revolucionária do movimento socialista italiano, diferentemente do que aconteceu em relação à tendência refor-

(*) Assinado Antonio Gramsci, *L'Unità*, 14-5-1926, por ocasião da morte de Giacinto Menotti Serrati.

mista, tenha visto suceder-se, na sua direcção, uma verdadeira cinematografia de homens, enquanto os reformistas estavam fortemente agrupados à volta de Filippo Turati.

Não só; mas esta situação explica também o facto tristíssimo que todos (ou quase) os dirigentes da fracção revolucionária, depois de um instante de grande esplendor, tenham degenerado, tenham renegado as suas precedentes posições ou tenham até passado para a outra parte da barricada. É esta certamente uma das razões da persistência de uma certa sorte do reformismo entre as massas trabalhadoras italianas: porque, neste, a tradição da tendência está intimamente ligada à mesma pessoa, ao mesmo grupo de pessoas, conseguiu identificar-se permanentemente numa organização homogénea, composta sempre pelas mesmas individualidades.

Para usar um termo político aproximativo, pode dizer-se que no movimento socialista revolucionário italiano existiu sempre uma situação de *bonapartismo* em que era possível a homens mais ou menos convictos conquistar o lugar da mais alta direcção, com golpes de mão imprevistos, através de efémeros e pessoais sucessos obtidos num congresso ou no decurso de uma agitação operária. Não existia outra forma de selecção, precisamente porque não existiam grupos estáveis intimamente ligados com o proletariado urbano, isto é, com a fracção mais revolucionária da massa trabalhadora.

Giacinto Menotti Serrati despedaçou esta tradição, no sentido que, com ele, chegava ao supremo cargo do Partido um homem cujos dotes principais foram sem dúvida a força de carácter e a abnegação; não pôde despedaçá-la completamente porque não conseguiu (e nem sequer se propôs conseguir) forjar uma nova estrutura que o tornasse mais capaz de acção e de iniciativa. A finalidade que propunha Serrati no decorrer do seu trabalho de director do *Avanti!*, isto é, de guia política e ideológica das classes trabalhadoras italianas, foi a de atravessar o período da guerra, mantendo o Partido unido no terreno da negação da guerra.

Estes dois elementos, unidade do Partido e negação da guerra, para estarem juntos, requeriam uma limitação da actividade revolucionária do próprio Partido. O programa do Partido só podia ser o da intransigência formal, da não colaboração; não podia caminhar para a fórmula de Lenine: «transformação da guerra imperialista em guerra civil» sem imediatamente pôr o problema da cisão, o problema da criação de um novo partido para lutar, antes de mais, contra os camaradas de ontem, contra os amigos e irmãos de ontem. Ora o traço essencial da personalidade de Serrati, como homem de partido, era dado, pelo contrário, pelo sentimento de unidade, pelo esforço incessante para conservar esta unidade que representava dezenas e dezenas de anos de sacrifícios e de luta, que significava perseguições suportadas em grugo, anos de prisão cumpridos em grupo.

Pode dizer-se, deste ponto de vista, que o camarada Serrati foi o mais alto e nobre representante das velhas gerações do socialismo revolucionário italiano tradicional; que exprimiu quanto de mais generoso e de mais desinteressado estas gerações podiam exprimir.

Se isto não é tido em conta, não se pode compreender todo o drama que foi vivido no pós-guerra por esta geração e toda a importância e o altíssimo valor histórico que teve a adesão do camarada Serrati ao Partido Comunista.

Foi no período da guerra que as massas populares italianas conheceram e amaram Serrati. Ele resgatava, com a sua vontade rectilínea, a função do dirigente revolucionário que tinha sido degradada por homens como Enrico Ferri, Arturo Labriola, Benito Mussolini, expressões máximos daquele *bonapartismo* de partido a que nos referimos. A popularidade de Serrati não se formou nas fáceis arenas dos grandiosos comícios dos tempos normais, quando era fácil, com os brilhantes discursos ou com a baixa demagogia, agitar o sangue das multidões e fazer-se coreograficamente levar em triunfo, quando as grandes famas se constituíam em quinze dias para passarem a infâmias nos quinze dias sucessivos. Ela formou-se lentamente, à medida que aos mais profundos estratos da vida popular, na trincheira do Carso ou na aldeia siciliana (não obstante o *Avanti!* estivesse reduzido a pouquíssimos exemplares), chegava a notícia de que um jornal dirigido por um homem que se chamava Serrati não se dobrava nem às blandícias nem às ameaças da classe dominante e que ele teimosa e intrepidamente respondia «Não», em nome dos trabalhadores, a quem quer que quisesse, de um modo ou de outro, conquistar para a guerra a consciência das grandes multidões.

É certo que Serrati foi então amado como jamais outro dirigente de partido foi amado no nosso país.

No pós-guerra, todas as fraquezas inerentes à velha estrutura do movimento socialista italiano revelaram-se violentamente.

Perante os probelmas que então se apresentavam, o programa de conservar a unidade do Partido até à revolução, tal como tinha sido conservada através do incêndio da Guerra Mundial, tornava-se uma ilusão funesta.

O camarada Serrati acreditou que isso fosse possível ou esforçou-se por acreditar, por se persuadir disso, porque estava ligado por milhões e milhões de fios ao passado, à tradição, porque lhe parecia impossível que não pudesse obter-se no momento de desenvolvimento das forças revolucionárias o que tinha sido obtido durante a guerra, quando tudo parecia desfazer-se no movimento operário de todo o mundo e não somente em Itália.

Nós, talvez, gerações jovens, não demos toda a importância devida ao drama que então se viveu. Por isso não acreditámos, provavelmente para além do justificável, na agressão ao que nos parecia inútil sentimentalismo e estéril amor pelas velhas fórmulas e pelos velhos símbolos. Mas, na verdade, precisamente porque muito jovem, precisamente porque não tinha lutado para formar o que todavia era uma estrutura organizativa do Partido e uma tradição, precisamente porque não se tinha podido apaixonar pelo trabalho dos primeiros pioneiros, precisamente por tudo isto, a nossa geração podia perceber mais distintamente a insuficiência da velha geração para resolver as tarefas necessárias com a aproximação da tempestade reaccionária. Nós, jovens gerações, representávamos, na realidade, a nova situação na qual também a classe inimiga, com o fim de conservar o poder e esmagar o proletariado, teria destruído as velhas formas do Estado, criadas pela jovem burguesia do Ressurgimento: eram, e são, tempos de ferro e de fogo, em que se arrisca a ter razão só o que aventa as hipóteses mais pessimistas.

A grandeza do camarada Serrati e a prova, além do mais não necessária, de quanto a sua paixão unitária era profundamente sincera e dolorosa, é dada pelo facto de ter determinado, para reentrar nas filas da Internacional Comunista, uma nova cisão, sendo expulso do Partido que parecia ser a sua criatura. A realidade é que, com a vinda de Serrati para o nosso Partido, se fechava um inteiro período da história do movimento operário em Itália. As velhas gerações do socialismo revolucionário italiano, depois de terem hesitado, longa e dolorosamente, decidiam-se. Para elas era claro que *as velhas organizações tradicionais se tinham transformado em mera forma sem conteúdo, que a tradição não residia onde uma etiqueta parecia indicá-la mas vivia apenas na organização do Partido Comunista.* Esto foi o significado da vinda do camarada Serrati para o nosso Partido. Ela revelava e sancionava um processo molecular que se tinha desenvolvido obscuramente na massa dos trabalhadores italianos depois da cisão de Livorno, nos anos negros de 1921 e 1922, e pelo qual tudo o que de sincero, honesto e intrépido existia no proletariado revolucionário se tinha incorporado no nosso Partido, mudando radicalmente as posições dos partidos que dizem defender a classe operária.

O camarada Serrati morreu nas primeiras filas do Partido Comunista de Itália, nas primeiras filas da Internacional Comunista. Parece-nos que até na sua morte, tão trágica, existe um símbolo e um testemunho.

Ela revelou, de forma dramática, como a atroz e invisível luta que os militantes revolucionários devem conduzir quotidianamente para manterem íntegras, não obstante tudo, as posições da classe operária contra a classe dominante, compreende o sacrifício da própria vida.

Ao mesmo tempo que leva as massas a honrar e saudar o camarada caído pela causa comum, ela deve levar as massas a apertar-se cada vez mais à volta do Partido que do caído conservará a memória e continuará o trabalho.

UM EXAME DA SITUAÇÃO ITALIANA (*)

O exame que estamos para fazer propõ-se: *a*) verificar a linha geral estabelecida pelo III Congresso do nosso Partido; *b*) aceitar as mudanças que se verificaram na situação do país para determinar os pontos sobre os quais a acção imediata do Partido deve ser intensificada, se o nosso exame nos levar a concluir que a perspectiva geral não mudou radicalmente. Analisaremos os três elementos fundamentais da situação:

1) O elemento positivo revolucionário, isto é, a posição actualmente ocupada pelo nosso Partido e os progressos realizados pela táctica da frente única.

O exame deste elemento da situação deve servir-nos para verificar que grau de autonomia e de independência política foi alcançado pelo proletariado italiano e em que medida a classe revolucionária, guiada pelo nosso Partido, conquistou a confiança de outras classes da população trabalhadora: os camponeses e a pequena burguesia urbana;

(*) Trata-se do relatório para o Comité Directivo do PCI, apresentado por Gramsci em 11 de Agosto de 1926 e cujo texto foi publicado, com este título por *Stato Operaio*, de Março de 1928, advertindo que era extraído «do resumo estenografado» da reunião. O mesmo texto, com leves variantes e uma diversa disposição de algumas partes, foi republicado por Franco Ferri na *Rinascita*, de 14 de Abril de 1967, com base num escrito dactilografado contendo as notas escritas por G. e submetidas por ele a uma discussão preliminar, antes de desenvolver o relatório. Nestas notas aparece também uma última parte dedicada à situação internacional; G. ocupava-se particularmente da situação posta pela greve geral inglesa.

2) O elemento político representado pelo capitalismo que orgazina o bloco governativo burguês-agrário-fascista.

O exame deste elemento referir-se-á à situação económica geral do país, às novas relações que se vão formando entre o capitalismo dirigente e os elementos de massa do bloco governativo, constituídos essencialmente por determinados estratos das classes médias urbanas; relações que no passado se reflectiam no campo parlamentar e que hoje — dado o monopólio fascista — se reflectem no interior do Partido dominante, mediante lutas internas;

3) O elemento político representado pela tendência em constituir um bloco democrático de esquerda tendo o seu eixo no Partido Republicano, visto que a «condição republicana» constitui o terreno ideológico e prático da nova coligação.

O traço mais característico do III Congresso do nosso Partido consiste no facto de não se ter limitado a pôr genericamente o problema da necessidade de realizar a direcção do PC no interior da classe operária e da classe operária no interior da população trabalhadora italiana. Mas procurou indicar praticamente os elementos políticos através dos quais esta direcção teria podido realizar-se: isto é, procurou individuar os partidos e as associações através dos quais se explica a influência burguesa ou pequeno-burguesa sobre as classes trabalhadoras e que são possíveis de uma reviravolta de valores classistas. E esta — quanto a nós — é uma das maiores conquistas que o nosso movimento já realizou no terreno do método de trabalho, terreno sobre o qual se verifica a capacidade de direcção da vanguarda revolucionária.

Positivamente, pode afirmar-se que o nosso Partido conseguiu conquistar uma nítida posição de iniciativa política no meio das classes trabalhadoras. Neste último lapso de tempo, todos os órgãos jornalistas dos partidos que controlam as massas populares italianas apareceram cheios de polémicas contra a acção do nosso Partido. Todos estes partidos estão à defesa contra a nossa acção e, na realidade, eles são indirectamente guiados por nós, visto que pelo menos sessenta por cento da sua actividade,é dedicada a rechaçar as nossas ofensivas ou é determinada no sentido de dar às suas massas uma satisfação que as subtraia à nossa influência.

É evidente que, nas condições de opressão e de controlo representadas pela política fascista, os resultados da nossa táctica não se podem medir estatisticamente à escala das grandes massas. Todavia é inegável que quando determinados elementos de partidos democratas e sociais-democratas se mudam, ainda que molecularmente, para o terreno táctico preconizado pelos comunistas, esta mudança não pode ser casual e de significado puramente individual. A questão pode ser representada praticamente assim: em cada partido, mas especialmente nos partidos democratas e sociais-democratas nos quais o aparelho organizativo é muito flexível, existem três estratos. O estrato superior, muito estreito, que usualmente é constituído por parlamentares e por intelectuais quase sempre intimamente ligados à classe dominante. O estrato inferior, constituído por operários e camponeses, por pequeno-burgueses urbanos, como massa de partido e como massa de população influenciada pelo partido. Um estrato intermédio que, na actual situação, tem uma importância ainda superior à importância que tinha no período normal, visto que, quase sempre, representa o único estrato activo e politicamente vivaz destes partidos. É este estrato intermédio que mantém a ligação entre o superior grupo dirigente e as massas do partido e da população influenciada pelo partido. É sobre a estrutura deste estrato médio que os grupos dirigentes contam para uma futura reconquista dos diversos partidos e para uma reconstrução destes sobre uma larga base. Ora é precisamente sobre uma notável parte destes estratos médios dos diversos partidos com carácter popular que se exerce a influência do movimento para a frente única. É neste estrato médio que se verifica um fenómeno molecular de desagregação das velhas ideologias e dos velhos programas políticos e se vêem os inícios de uma nova formação política no terreno da frente única. Velhos operários reformistas ou maximalistas, que exercem uma larga influência em certas fábricas ou em certos bairros urbanos, elementos camponeses que nas aldeias ou nos burgos de província representam as personalidades mais avançadas do mundo rural, aos quais os camponeses da aldeia ou do burgo recorrem sistematicamente para pedir conselhos e directrizes práticas; pequenos intelectuais de cidade que, como expoentes do movimento católico de esquerda, irradiam na província uma influência que não se pode e não se deve medir pela sua modéstia; mas deve ser medida pelo facto de aparecerem na província como uma tendência daquele partido que os camponeses habitualmente seguiam. Eis os elementos sobre os quais o nosso Partido exerce uma atracção sempre crescente,

cujos expoentes políticos são um índice seguro de movimentos de base quase sempre ainda mais radical do que parece pelas mudanças pessoais.

Uma atenção particular deve ser dada à função desenvolvida pela nossa juventude na actividade para a frente única. Ocorre por isso ter presente que à acção da juventude deve ser consentida uma elasticidade que não é consentida ao Partido. É evidente que o Partido não pode chegar a fusões com outros grupos políticos ou aceitações de novos membros, com base na frente única que tende a criar a unidade de acção da classe operária e a aliança entre operários e camponeses e não pode ser a base de formação do Partido. Para os jovens, pelo contrário, a questão é diversa. Pela sua própria natureza, os jovens representam o estádio elementar de formação do Partido. Para entrar na «juventude», não se pode pedir que sejam já comunistas no sentido completo da palavra mas tão-só que tenham uma vontade de luta e de se tornarem comunistas. Por isso este ponto deve servir como referência geral para melhor fixar a táctica própria dos jovens. Um elemento que se deve ter em muita conta, porque tem um valor histórico não indiferente, é este: se tem importância o facto de um maximalista, um reformista, um republicano, um popular, um sardista, um democrata meridional aderirem ao programa da frente única proletária e da aliança entre os camponeses e operários, muito maior importância tem o facto que a tal programa adira um membro da Acção Católica, como tal. De facto os partidos de oposição, embora de forma inadequada e viscosa, tendem a criar e manter uma separação entre as massas populares e o fascismo. A Acção Católica, pelo contrário, representa hoje uma parte integrante do fascismo, através da ideologia religiosa tende a dar ao fascismo o consenso de largas massas populares e está destinada, em certo sentido, na intenção de uma tendência fortíssima do Partido fascista (Federzoni, Rocco, etc.), a substituir o próprio Partido fascista na função de partido de massa e de organismo de controlo político da população. Cada nosso sucesso, embora limitado, no campo da Acção Católica, significa portanto que nós conseguimos impedir o desenvolvimento da política fascista num campo que parecia fechado a qualquer iniciativa proletária.

Concluindo este ponto, podemos afirmar que a linha política do III Congresso foi verificada como justa e o balanço da nossa acção para a frente única é largamente activo.

A crise económica geral é o elemento fundamental da crise política. Ocorre examinar os elementos desta crise porque, entre eles, alguns são inerentes à situação geral italiana e funcionarão negativamente também no período de ditadura proletária. Estes elementos principais podem fixar-se assim: dos três elementos que tradicionalmente constituem o activo da balança italiana, dois, as remessas dos emigrantes e a indústria do turismo, desabaram. O terceiro elemento, a exportação, sofre uma crise. Se aos dois factores negativos — remessas dos emigrantes e indústria do turismo — e ao terceiro factor parcialmente negativo — exportação — se junta a necessidade de fortes importações de cereais pela falência da colheita, é evidente que as perspectivas para os próximos meses se apresentam catastróficas. É necessário ter em conta estes quatro elementos para compreender a impotência do governo e da classe dirigente. Decerto que se o governo nada ou quase nada pode fazer para aumentar as remessas dos emigrantes (ter presente a iniciativa prospectada pelo senhor Giuseppe Zuccoli, suposto sucessor de Volpi no Ministério das Finanças) e para fazer prosperar a indústria do turismo, pelo contrário alguma coisa se pode fazer para aumentar a exportação. Neste sentido, é possível uma grande política que, se não consegue fazer desaparecer a ferida, pelo menos tende a cicatrizá-la. Há quem pense na possibilidade de uma certa política de trabalho baseada no inflacionismo. Não é de excluir, naturalmente, esta possibilidade em sentido absoluto, mas: 1) mesmo que se verificassem os seus resultados, no campo económico seriam relativamente mínimos; 2) os seus resultados seriam, pelo contrário, catastróficos no campo político. Ocorre, de facto, ter presentes estes elementos:

1) A exportação representa, na balança italiana, apenas uma parte da actividade, no máximo dois terços; 2) para equilibrar a balança, ocorreria não só conduzir a actual base produtiva ao seu máximo rendimento mas ocorreria alargar a própria base produtiva, comprando no estrangeiro novas máquinas, o que pioraria ainda a balança; 3) as matérias-primas para a indústria italiana são importadas do estrangeiro e devem

ser pagas com moeda não desvalorizada. Um aumento da produção, em larga escala, levaria à necessidade de ter uma enorme massa de capital circulante para a compra das matérias-primas; 4) ocorre ter presente que o fascismo, como fenómeno geral, conduziu ao mínimo, em Itália, os salários e os vencimentos da classe trabalhadora. A inflação é compreensível num país com altos salários, como sucedâneo do fascismo, para abaixar o nível das classes trabalhadoras e voltar a dar, portanto, elasticidade à burguesia italiana. Não é compreensível em Itália, onde o nível de vida da classe operária está já a atingir a fome.

Como pode, pois, resolver a crise a classe dominante? A política económica do Governo fascista foi, até aqui, caracterizada pela falta de uma linha decidida e precisa. O Governo fascista segue a política do dia-a-dia. Todavia as suas últimas providências para a «batalha económica» são essencialmente dirigidas contra as massas trabalhadoras. Do sistema de compressão das classes trabalhadoras, culminado com a legislação sindical, passou-se ao aumento das horas de trabalho, o que determina o desemprego e, a seguir, a redução dos salários pelo acréscimo da mão-de-obra no mercado de trabalho. Os salários sofrem nova redução, que é provocada indirectamente pela fixação do custo de vida, já não sobre o seu custo real mas sobre os números-índices fornecidos pelos despachos governativos. Tudo isto não pode deixar de provocar a maior radicalização das massas e a sua mudança para formas de luta cada vez mais decididas.

Entre os elementos da crise económica há a nova organização das sociedades por acções, com os votos privilegiados, que é um dos elementos de ruptura entre pequena burguesia e capitalismo, e o facto do desnível verificado neste último tempo entre a massa do capital das sociedades anónimas, que se vai concentrando em poucas mãos, e a massa da poupança nacional. Este desnível mostra como as fontes da poupança vão secando porque os rendimentos actuais já não são suficientes para as necessidades.

Como é que tudo isto se reflecte no bloco da classe dominante?

Se observarmos de perto o PNF, veremos que este é dilacerado por lutas intestinas que, embora as superiores hierarquias se esforcem por eliminá-las, se manifestam de forma cada vez mais aguda. Veremos também que, na órbita fascista,

se manifestam duas tendências principais que em si próprias agrupam e exprimem interesses de classe que estão em contraste uns com os outros e que minam a solidez do conjunto fascista.

De um lado a tendência Federzoni, Rocco, Volpi, que quer tirar as conclusões de todo este período, depois da marcha sobre Roma. Quer liquidar o Partido fascista como organismo político e incorporar no aparelho estatal a situação de força burguesa criada pelo fascismo nas suas lutas contra todos os outros partidos. Esta tendência trabalha de acordo com a Coroa e com o estado-maior. Quer incorporar nas forças centrais do Estado, por um lado a Acção Católica, isto é, o Vaticano, pondo fim, de facto e possivelmente também de direito, ao dissídio entre a casa Savoia e o Vaticano e, por outro, os elementos mais moderados do ex-Aventino. É certo que enquanto o fascismo, na sua facção nacionalista, dado o passado e as tradições do velho nacionalismo italiano, trabalha no sentido da Acção Católica, por outro lado a casa Savoia procura mais uma vez explorar as suas tradições para atrair às esferas governativas os homens do grupo de Di Cesarò e do grupo Amendola.

A outra tendência é oficialmente personificada por Farinacci. Representa objectivamente duas contradições do fascismo: 1) a contradição entre agrários e capitalistas nas divergências de interesse especialmente alfandegário. É certo que o actual fascismo representa tipicamente o nítido predomínio do capital financeiro do Estado-capital que quer submeter a si todas as forças produtivas do país; 2) a segunda contradição é muito mais importante e é a que se verifica entre a pequena burguesia e o capitalismo. A pequena burguesia fascista vê no partido o instrumento da sua defesa, o seu Parlamento, a sua democracia. Através do partido, quer fazer pressões sobre o Governo para impedir que seja esmagada pelo capitalismo.

Um elemento que ocorre ter presente é o facto de servilismo completo em que a Itália foi posta pelo Governo fascista em relação à América. Na liquidação do débito de guerra, quer em relação à América ou à Inglaterra, o Governo fascista não se preocupou em obter garantias sobre a comercialidade das obrigações italianas. A bolsa e as finanças italianas estão expostas em todos os momentos à chantagem política dos Governos americano e inglês que podem, em qualquer momento,

lançar no mercado mundial quantidades de valores italianos. O débito Morgan, além disso, foi contratado em condições ainda piores. Em 100 milhões de dólares do empréstimo, o Governo italiano tem à sua disposição apenas 33 milhões. Dos outros 67 milhões, o Governo italiano só pode dispor com o alto consenso pessoal de Morgan, o que significa que o verdadeiro chefe do Governo italiano é Morgan. Estes elementos podem servir para dar à pequena burguesia, na defesa dos seus interesses através do Partido fascista como tal, uma entoação nacionalista contra o velho nacionalismo e contra a actual direcção do partido que sacrificou a soberania nacional e a independência política do país aos interesses de um grupo restrito de plutocratas. A este respeito, uma tarefa do nosso Partido deve ser a de insistir, de modo particular, sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos soviéticos de Europa, como meio de iniciativa política entre as fileiras fascistas.

Pode dizer-se, em geral, que a tendência Farinacci no Partido Fascista tem falta de unidade, de organização, de princípios gerais. É mais um estado de ânimo difuso do que uma tendência em sentido próprio. Não será muito difícil ao Governo desagregar os seus núcleos constitutivos. O que importa, do nosso ponto de vista, é que esta crise, porque representa a separação da pequena burguesia da coligação burguesa-agrário-fascista, não pode deixar de ser um elemento de fraqueza militar do fascismo.

É evidente que sucede no campo da democracia um certo agrupamento com carácter mais radical do que no passado. Reforça-se a ideologia republicana, entendendo isto no mesmo sentido da frente única, isto é, nos estratos médios dos partidos democráticos e, neste caso, também em boa parte dos estratos superiores.

Velhos chefes ex-aventinianos recusaram o convite para retomar os contactos com a casa real. Diz-se que o próprio Amendola, no último período da sua vida, se tornara completamente republicano e fazia, neste sentido, propaganda pessoal. Os populares ter-se-iam tornado, também eles, tendencialmente republicanos, etc. É certo que se faz um grande trabalho para determinar, no terreno republicano, um agrupamento neodemocrático que deveria tomar o poder no momento da catástrofe fascista, instaurar um regime de ditadura contra a direita reaccionária e contra a esquerda comunista.

Para este despertar democrático-republicano contribuíram os últimos acontecimentos europeus, como a aventura Pilsudski [1], na Polónia, e os sobressaltos pré-agónicos do Cartello francês [2]. O nosso Patido deve pôr o problema geral das perspectivas da política nacional. Os elementos podem ser assim estabelecidos:

Se é verdade que politicamente o fascismo pode ter como sucessor a ditadura do proletariado, visto que nenhum partido e coligação intermédia é capaz de dar satisfação, ainda que seja mínima, às exigências económicas das classes trabalhadoras que irromperiam violentamente na cena política no momento da ruptura das relações existentes — não é porém certo, e nem sequer provável, que a passagem do fascismo à ditadura do proletariado seja imediata. É preciso ter em conta o facto de as forças armadas existentes, dada a sua composição, não serem conquistáveis imediatamente e que elas serão o elemento determinante da situação. Podem fazer-se hipóteses, às quais se atribuem gradualmente maior carácter de probabilidade. É possível que do Governo actual se passe a um Governo de coligação, ao qual homens como Giolitti, Orlando, Di Cesarò e De Gasperi dêem uma maior elasticidade imediata. Os últimos acontecimentos parlamentares franceses demonstram de que elasticidade é capaz a política burguesa para afastar a crise revolucionária, mudar os adversários, desgastá-los, desagregá-los. Uma crise económica imprevista e fulmínea, não improvável numa situação como a italiana, poderia levar ao poder a coligação democrático-republicana, dado que ela se apresentaria aos oficiais do exército e a uma parte da própria Milícia e aos funcionários do Estado em geral (elemento de que é preciso ter em conta, em situações como a italiana) como capaz de travar a revolução. Estas hipóteses têm para nós um valor geral de perspectiva. Servem-nos para fixar estes pontos:

1) A partir de hoje, devemos restringir, ao mínimo, a influência e a organização dos partidos que podem constituir a coligação de esquerda para tornar cada vez mais provável

[1] O general polaco que actuou o golpe de Estado militar de 16 de Maio de 1926.

[2] O Cartello das esquerdas, radicais e socialistas, que venceu as eleições de 1924 mas cuja experiência governativa seria breve.

uma queda revolucionária do fascismo, desde que os elementos enérgicos e activos da população estejam no nosso terreno no momento da crise; 2) de qualquer modo, devemos procurar tornar o mais breve possível o «intermezzo» democrático, tendo a partir de hoje disposto a nosso favor o maior número de condições favoráveis.

É destes elementos que devemos extrair a indicação para a nossa actividade prática imediata. Intensificar a actividade geral da frente única e a organização de novos *comités* de agitação para os centralizar, pelo menos à escala regional e provincial. Nos *comités*, as nossas fracções devem procurar, acima de tudo, obter o máximo de representações das diversas correntes políticas de esquerda, evitando sistematicamente qualquer sectarismo de partido. As questões devem ser programadas objectivamente pelas nossas fracções, como expressão dos interesses da classe operária e dos camponeses.

Preparar ideologicamente as massas contra os perigos de novas guerras imperialistas.

Táctica em relação ao Partido Maximalista tendente a impedir, em linha subordinada, a sua entrada na órbita da concentração republicana e, em linha de máxima, a subtrair-lhe a influência sobre as massas trabalhadoras.

Necessidade em relação ao Partido sardo de acção, com vista ao seu próximo Congresso para a Itália meridional e para as ilhas.

Criação de grupos de trabalho regionais no resto da Itália.

A URSS A CAMINHO DO COMUNISMO (*)

Os jornais burgueses dedicaram, na semana passada, frequentes artigos à situação russa. Das afirmações feitas em *Stampa, Tribuna, Mondo,* expôs as conclusões no próprio *Mondo* o deputado Baldesi, afirmando estar já provado que o comunismo faliu na Rússia e que se caminha a grandes passos para o restabelecimento do capitalismo. O deputado Baldesi, antes de mais, como bom social-democrata, lamenta muito que os bolchevistas tenham feito uma revolução socialista em Outubro de 1917, visto que, quanto a ele, teria sido melhor, depois de derrubado o czarismo, um regime democrático e burguês, um daqueles regimes que deliciam os proletários das outras nações; e lamenta-o tanto que, apesar de parecer favorável à reforma agrária, esquece que só a revolução proletária deu a terra aos camponeses. Isto é, esquece que os vários governos que se sucederam na Rússia, de Fevereiro a Outubro de 1917, eram governos imperialistas e burgueses, os quais nunca teriam actuado aquela reforma agrária de que os democratas e os reformistas são tão entusiastas em teoria.

Só a aliança dos operários e dos camponeses, só a revolução bolchevista realizou aquela enorme reviravolta das bases da economia russa. Nenhum regime democrático, nem sequer depois da guerra, actuou qualquer coisa de semelhante; no Ocidente europeu, nem sequer se pôde pensar nisso. As incertas tentativas da Roménia e da Polónia estão a falir miseramente. No exame das actuais condições económicas russas, Baldesi, como todos o seus amigos, não têm, antes de mais,

(*) Não assinado, *L'Unità*, 7-9-1926.

em conta, as condições de antes da guerra. Num livro de Harvey Fischer sobre *Os débitos interaliados*, publicado em 1924 pelo *trust* dos banqueiros de Nova Iorque, encontrámos uma estatística respeitante à população, os impostos e o rendimento nacional dos diversos países, antes da guerra. O rendimento por habitante era de 351 dólares para os Estados Unidos, de 226 dólares para a Inglaterra, de 182 dólares para a França e só de 43 dólares para a Rússia. Por rendimento nacional, a Rússia estava abaixo até da Grécia, da Turquia, da Bulgária, da Sérvia. Seguiram-se depois a guerra, a revolução e, depois, a guerra civil.

Não a revolução que se desenrolou em poucos dias em Moscovo e em Leninegrado, como em todo o país, mas a intervenção das grandes potências europeias, daqueles regimes liberais e democratas que são caros ao *Mondo* e ao deputado Baldesi, a favor dos exércitos brancos, e que desvastou a Rússia, reduziu-a a um imenso território coberto de ruínas fumegantes. Por culpa dos exércitos brancos — isto é, burgueses, liberais, democratas — da França e da Inglaterra, os camponeses deixaram de cultivar a terra, o caminho de ferro foi destruído, as fábricas abandonadas, as cidades saqueadas; e se, apesar de tudo, o regime soviético venceu, isto significa, por si próprio, que tinha o consenso da imensa maioria do povo russo. Nenhum outro regime, em nenhum outro país da Europa, teria podido vencer a prova através da qual passou o regime soviético. Basta reflectir na situação em que se iniciou a revolução para compreender que se os trabalhadores russos... não se encontraram no país da fortuna, é ridículo e sandeu imputar por isso o comunismo. Devem, pelo contrário, ser considerados quase miraculosos os resultados obtidos até agora: isto é, o aumento da produção industrial e agrícola ao nível de antes da guerra e a melhoria das condições dos trabalhadores. A crise a que se aludiu e a actual, na Rússia, é sobretudo determinada pelo facto de os camponeses, já não oprimidos pelas rendas de casa e pelos impostos, e patrões do seu trabalho, comerem uma quantidade de cereais superior à de antes da guerra e poderem, no conjunto, adquirir maiores produtos industriais para o seu consumo.

Antes da guerra, os agrários russos exportavam uma enorme quantidade de cereais, mantendo na fome permanente os milhões de camponeses produtores. Hoje, estes elevaram o próprio nível de vida, tanto que as indústrias nacionais,

que alcançaram a produção de antes da guerra, já não são capazes de satisfazer os seus pedidos. Mas o argumento fundamental dos nossos contraditores é a *Nep* e o seu desenvolvimento. Não têm, porém, em conta que se na reconstrução económica russa se desenvolveu o capital privado, importância ainda maior assumiu o capital colectivo. Toda a grande indústria colectivizada, todas as oficinas, isto é, as siderúrgicas, as metalúrgicas, as têxteis, etc., são propriedades do Estado e por ele gestidas; ocupam 95 por cento dos operários, mas isto não tem importância para os adversários. Estes constatam que existem nas aldeias russas milhares de lojas, de fábricas e de alveitares, que surgem também as oficinas (estas não podem ter mais de 15 operários se são fornecidas de motor mecânico e 50 se não têm motor), e afirmam finalmente que o capitalismo triunfa na indústria russa. Fingem ignorar que o comércio externo é monopolizado pelo Estado através dos bancos, que são todos órgãos colectivos. Querem ignorar que todo o esforço do Estado é dirigido para o desenvolvimento dos elementos socialistas da produção e que os elementos capitalistas, de que se reconheceu a utilidade e a impossibilidade de suprimi-los radicalmente e de uma só vez, são rigorosamente controlados.

Resta a agricultura. Já dissemos que só a revolução russa teve a força de dar a terra aos camponeses. Em nenhum regime burguês, ainda que Baldesi fosse dele ministro, as massas rurais terão a possibilidade de ter a terra. Porém é fatal, segundo a burguesia, e o social-reformista Baldesi é do mesmo parecer, que se formem a média e a grande propriedade, que exista um processo de centralização da riqueza, de modo que a conclusão do processo seria irremediavelmente o... latifúndio. Depois do que, daqui a um par de séculos se fará uma outra revolução camponesa; e assim sucessivamente.

Nós negamos que este processo seja fatal quando a ele se oponham a força do Estado e a força da economia industrial e financeira colectivizada. Um outro processo está acontecendo na Rússia e é o desenvolvimento das pequenas propriedades e a sua associação. É através da cooperação para a produção, para a comercialização dos produtos, para o crédito, as compras, a boa produção, etc., que os camponeses russos evitarão a reconstituição do capitalismo agrário e constituirão, pelo contrário, uma economia em que as formas associadas terão sempre maior importância.

5

Já foi observado por Bukharine que as relações entre camponeses e operários, em regime soviético, podem comparar-se aos industriais e agrários nos primórdios do século XIX. A luta burguesa entre os dois sectores, apesar de pertencerem ambos à classe burguesa, foi longa porque os agrários não aceitavam a crescente supremacia do capital industrial e financeiro. A luta cessou quando os dois sectores se aproximaram para a industrialização da agricultura, de modo que as divergências se tornaram muito menos graves. Também na Rússia, onde a indústria e a finança colectiva dominam já toda a vida económica, a soldagem entre operários e camponeses para a economia industrial e a economia rural terá lugar com a industrialização da terra.

Nunca nenhum comunista prometeu aos trabalhadores realizar o reino de Bengodi (*) em 24 horas; nunca nenhum comunista pensou realizar o regime comunista em seis meses. A passagem do regime esclavagista ao feudal, do regime feudal ao capitalista, custaram à humanidade esforços enormes durante longos períodos. Nos regimes capitalistas mais florescentes, ainda hoje existem resíduos da economia feudal. Não há razão para pretender que o comunismo se realize, pelo contrário, por um golpe de batuta mágica.

A diferença profunda entre a Rússia e os outros países cujos regimes são tão apreciados pelos vários Baldesi da democracia e do reformismo é esta: na Rússia, toda a força e todo o esforço do Estado são dirigidos para a realização do comunismo, enquanto nos outros países toda a força e todo o esforço do Estado são dirigidos para sustentar o capitalismo, para impedir o comunismo; e isto também nos países onde os reformistas estão no poder: na Bélgica, por exemplo, onde Vanderwelde é escravo da burocracia e... servo da democracia, fazendo pagar as despesas da crise económica à pequena burguesia e aos trabalhadores, como um qualquer Poincaré e pior.

São estas verdades elementares que certamente são azedas para os burgueses. Se pudéssemos, pelo contrário, acreditar ainda na boa-fé dos sociais-democratas, nossos e estrangeiros, não nos seria compreensível a alegria que experimentam ao descreverem a pretensa falência do comunismo na Rússia,

(*) Nome de um país imaginário, de alegria e de abundância. —*(N. do T.)*

isto é, a falência da única revolução em que se puseram à prova as teorias marxistas e as capacidades proletárias. Mas quem é mais socialista do que eles? Eles sabem bem que se novas crises determinarem uma nova sociedade proletária, não lhes está reservada a honra e a fadiga de realizarem o ideal dos trabalhadores. Para subsistirem, já não têm outra possibilidade senão a de garantir às burguesias a própria capacidade de defesa do domínio, se se sentisse necessidade dos seus favores.

É perfeitamente natural, por isso, que no *Mondo*, isto é, jornal daqueles democratas que têm a responsabilidade da derrota da crise pós-matteottiana, que preferiram a derrota ao perigo de uma escalada revolucionária proletária, a falência do comunismo seja proclamada pelo deputado Baldesi; daquele Baldesi que, no dia da marcha sobre Roma, cumpria o seu dever de deputado socialista e de dirigente da Confederação Geral do Trabalho contando a todos os contínuos de Montecitorio que se Mussolini tivesse verdadeiramente desejado, ele estava disposto ao pessoal sacrifício de aceitar uma pasta ministerial e que, portanto, é bem digno representante do partido que cumpre todos os esforços para se libertar da cadeia do martírio matteottiano, que lhe foi imposta pelo destino escarnecedor.

EM QUE DIRECÇÃO SE DESENVOLVE A UNIÃO SOVIÉTICA (*)

O ouro estrangeiro, egrégios senhores do *Mondo* [1], é um argumento usado e abusado por todos os governos e por todos os nacionalistas contra os movimentos liberais e democráticos sem por isso renunciarem, eles próprios, a usufruir de qualquer ajuda quando lhes podia ser útil e sem conseguirem sequer infamar ou decepar os acusados. É um argumento, por isso, que fica mal na boca dos democratas. No *Mondo*, por exemplo, sabem muito bem qual e quanta influência externa aos Alpes agiu na intervenção italiana: mas em nenhum caso nós julgaremos culpa que os partidos democráticos e as maçonarias dos vários países se apoiem e se ajudem. Parece-nos, porém, estranho, digamos assim, que se reprove semelhante facto aos comunistas.

L'Unità não escreveu que na Rússia existe uma tendência para o comunismo: *l'Unità* escreveu que os elementos socialistas em política e economia são preponderantes em relação aos elementos capitalistas, que o desenvolvimento dos primeiros é constantemente maior e que, portanto, não se pode falar de regresso ao capitalismo no Estado soviético, devendo-se

---

(*) Não assinado, *L'Unità*, 10-9-1926.

[1] O *Mondo*, num artigo de 9 de Setembro *(Comunisti senza comunismo)* tinha definido *L'Unità* «o órgão da dependência italiana ao Governo russo». O artigo do *Mondo* sustentava não só que o comunismo não existia na Rússia mas «que a política económica seguida pela Rússia tendia cada vez mais a afastá-lo».

falar de um processo para a realização completa de uma sociedade comunista; os nossos argumentos foram estes:

1) A grande indústria (siderúrgica, metalúrgica, têxtil, mineira, petrolífera, eléctrica, etc.) está completamente colectivizada visto que domina completamente o mercado interno. Não tem importância o facto de existirem numerosíssimas pequenas empresas ou oficinas de artesãos para proverem às pequenas necessidades locais, visto que estas dependem da grande indústria fornecedora de matérias-primas e semitrabalhadas, de aparelhos e de máquinas.

2) O capital financeiro é colectivo. Os bancos são órgãos colectivos e controlam também o capital privado, o qual é muito menor do que o colectivo. Toda a vida financeira e, portanto, também a económica é dirigida ou controlada por estes organismos da colectividade.

3) O comércio externo é monopólio do Estado, o que significa também um outro controlo dos órgãos colectivos sobre a economia privada rural.

4) O comércio grossista interno é, na maior parte, função de órgãos colectivos (cooperativas, etc.). Pertence à economia privada quase todo o comércio a retalho na província, mas ele depende, para os créditos como para as mercadorias, dos órgãos colectivos que exercem o comércio por grosso.

A estes argumentos, a estes factos, o *Mondo* não respondeu uma palavra. Disse simplesmente que o monopólio do comércio externo era um facto comum durante a guerra, quando os estados controlavam todo o comércio, a produção e o consumo. A afirmação não é exacta e sobretudo não tem nada que ver com a nossa questão.

O cavalo de batalha para todos os nossos adversários é, porém, a questão agrária. Repetimos que os governos revolucionários que se sucederam a partir de Fevereiro de 1917 não actuaram a reforma agrária simplesmente porque... efectivamente não a fizeram; ou melhor, nem sequer a tentaram, ou melhor, declararam-se-lhe contrários e opuseram-se com a força aos primeiros movimentos dos camponeses, reprimindo-lhes severamente o início. Os bolchevistas venceram precisamente porque souberam ditar a palavra de ordem correspondente à íntima e inexorável aspiração das massas russas: paz e terra. A burguesia russa não podia permitir a revolução agrária, visto que a expropriação dos latifundiários sem indemnização teria não só despedaçado os vínculos feudais que restavam mas teria ferido de morte o capitalismo industrial e financeiro. De facto, porquê a terra aos camponeses e não as oficinas aos operários? Só a revolução operária, a revolução bolchevista, podia dar a terra aos camponeses. O *Mondo* empenha-se inutilmente em distinguir entre Oriente e Ocidente, em defender até aqueles miseráveis truques que foram as reformas agrárias da Polónia e da Roménia. E a burguesia liberal e democrática demonstrou verdadeiramente de que coisa é capaz. Distribuiu aos camponeses um pedaço de terra, garantindo naturalmente lautas indemnizações aos proprietários. Agora está tranquilamente retomando as terras porque os camponeses não podem pagar os impostos e as quotas de indemnização de que são oprimidos. Naqueles países, regressa-se verdadeiramente ao latifúndio até nas regiões onde, depois da guerra, tinha sido dividido. Mas na Rússia a situação é diversa: o Estado proclamou a terra propriedade colectiva e dela concedeu o uso aos produtores, obedecendo à irresistível vontade dos camponeses. Diz-se que se trata apenas de fórmulas; a afirmação dos grandes princípios nunca é, pelo contrário, privada de efeito ainda que a sua realização nunca seja completa. Poderíamos perguntar aos liberais e aos democratas do *Mondo* em que país os princípios liberais e democráticos se realizaram completamente. Mas não se pode negar a sua manifestação nestes dois últimos séculos.

É inevitável que na massa dos camponeses se manifestem diferenças, surjam camponeses abastados e camponeses médios; mas o próprio facto de que os primeiros serão sempre uma pequena minoria põe os seus interesses em contraste com os da massa dos camponeses pobres e dos assalariados. A sua influência política não poderá, por isso, ser perigosa visto que a aliança entre os camponeses pobres e operários será reforçada pelas próprias coisas. Por outro lado, o Estado actua e actuará no sentido de impedir a formação de grandes empresas privadas, isto é, a nova sujeição das massas trabalhadoras. A estas é demonstrado diariamente pelos factos que a via da salvação está na sua união, não nas lutas intestinas. Toda a legislação e todos os negócios do Estado burguês são dirigidos para assegurar o desenvolvimento do capital privado, isto é, a exploração e a opressão das classes pobres. Completamente oposta é a política do Estado soviético.

Nem este facto o *Mondo* tem em conta. Este recorda-se, pelo contrário, das leis marxistas da concentração do capital

mas esquece-se que Marx se referia a regimes capitalistas, a Estados capitalistas. Decerto Marx não pensava que a concentração do capital privado devia ser uma lei fatal na Comuna de Paris, por exemplo, se tivesse sobrevivido.

Poderíamos recordar todos os outros elementos que no regime russo trabalham ou contribuirão para a realização do comunismo: o novo espírito messiânico que anima as massas, o enorme desenvolvimento da cultura, a luta contra o analfabetismo que fez mais progressos em poucos anos revolucionários do que em centenas de anos czaristas, a participação das massas na vida pública, a persistente propaganda socialista que atinge os estratos mais atrasados da população, o sentimento orgulhoso de se terem libertado de uma escravidão desonrosa e de caminharem para um futuro melhor.

Em conclusão, quais serão as bases da sociedade soviética? As matérias e os instrumentos de produção aos produtores, as minas, as fábricas, os transportes, os bancos pertencem à colectividade, da qual com efeito são gestidos porque não é possível a sua divisão entre as pessoas. A terra é cultivada pelos camponeses em regime de economia familiar porque ainda não se verificou a transformação industrial, a única que pode mudar a mentalidade e a psicologia individualista do rural: mas em todos os sectores são abolidos o domínio e a exploração capitalista. Os camponeses russos serão tão parvos que deixem reviver a grande propriedade? No *Mondo* acreditam nisso. Nós negamo-lo, referindo-nos à influência cada vez maior das economias colectivas, industrial e financeira, e pensando que isto induzirá e facilitará a passagem das pequenas empresas privadas às grandes empresas colectivas. A industrialização da produção agrícola é inevitável, mas no próprio interesse das classes camponesas deve efectuar-se nas formas colectivas em vez de ter uma direcção capitalista.

Enfim, muito notável é ainda o impulso com que, de todas as partes do mundo, se olha para Moscovo. O que podem dizer hoje as democracias aos povos oprimidos, às classes submetidas? Os povos coloniais não provaram já, à sua custa, a hipocrisia das fórmulas democráticas, liberdade, antodecisão dos povos? As classes submetidas não aprenderam já que em regime burguês não pode haver para eles liberdade e bem-estar? Elas olham para Moscovo, para a revolução que deu a liberdade às classes trabalhadoras, que deu os instrumentos de produção aos produtores, que estabeleceu as bases de uma

sociedade em que a exploração capitalista será suprimida. Contra a revolução russa, as burguesias liberais e democráticas são as primeiras a usar a força. Os governos de França e de Inglaterra, de que o *Mondo* é entusiasta, em nome dos imortais princípios, liberdade, etc., armaram e subvencionaram todos os contra-revolucionários. Todos os aventureiros que se prestaram para reduzir a sua pátria à ruína foram derrotados. Recorreu-se então à política do «arame farpado». A barreira foi destruída. Estamos agora numa fase de luta relativamente mais fácil. Estamos nas campanhas de imprensa não para persuadir os povos dos erros bolchevistas — estes argumentos já não servem — mas para os persuadir da falência comunista. É esta a palavra de ordem a que obedecem todos: fascistas e sociais-democratas, conservadores e liberais. Também esta será inútil. Tal como no início do século XIX todas as esperanças dos povos se viraram para a Revolução francesa e em vão enfureciam a reacção e a Santa Aliança, também hoje se olha, da Ásia como da Europa, para a Revolução russa.

Pode acontecer que estas campanhas de imprensa sejam apenas a preparação para novos ataques armados. Há na verdade um duelo de morte entre a Rússia e a sociedade capitalista: mas nós não duvidamos da vitória que — senhores do *Mondo* — realizará para os povos a democracia e a liberdade que em vão se procuram nos vossos amadíssimos regimes de França e de Inglaterra.

Post Scriptum. O deputado Gino Baldesi onde é que se meteu? Porque deixou a polémica aos democratas? Reconhece, portanto, que entre estes burgueses e os sociais-reformistas não há nenhuma diferença?

A *Tribuna* melindrou-se porque não respondemos aos seus artigos. Não era necessário. Fascistas e reformistas adoptam os mesmos argumentos contra a revolução soviética. Quanto à delegação italiana na Rússia (²), se a *Tribuna* tem a certeza que ali verá só a ruína, etc., persuada os amigos do governo a não tentar impedi-la com os habituais meios policiais e a dar os passaportes; quer dizer que os delegados voltarão para se inscreverem nas Corporações!

(²) Uma delegação operária que, naquele tempo, os comunistas italianos estavam organizando.

OS CAMPONESES
E A DITADURA DO PROLETARIADO (*)
(NOTAS PARA O «MONDO»)

Temos portanto um novo artigo do *Mondo* intitulado, segundo os sistemas caros ao velho barzinismo e ao novo calzinismo (¹), «Procura-se o comunismo». Naturalmente o comunismo é pelo *Mondo* procurado na Rússia, operária e camponesa. Se quiséssemos imitar o sistema dialéctico caro ao *Mondo*, poderíamos escrever toda uma série de artigos intitulada: «Procura-se a democracia» e demonstrar que a democracia nunca existiu. E, de facto, se a democracia significasse, como não pode deixar de significar, governo das massas populares exprimindo-se através do Parlamento eleito por sufrágio universal, em que país existiu o governo correspondente a tais prerrogativas? Na própria Inglaterra, pátria e berço do regime parlamentar e da democracia no governo, ao lado do Parlamento existe a Câmara dos Lordes e existe a monarquia. Os poderes da democracia são, na realidade, nulos. Não existe. Antes da guerra, isto é, quando os sociais-democratas e todos

---

(*) Não assinado, *L'Unità*, 17-9-1926. O artigo apareceu com o título *Os componeses...* etc. Gramsci tinha aconselhado, pelo contrário, o «mais modesto» de *Notas para o «Mondo»*, como precisou numa «errata» onde restabelecia também a exacta lição de muitos passos do escrito (telefonado de Roma para Milão) em *L'Unità*, de 19 de Setembro.

(¹) G. pretende referir-se ao *Corriere della Sera*, o jornal das célebres *reportages* de viagem de Luigi Barzini, que publicava naquele tempo uma série de correspondências da Rússia de Raffaele Calzini, julgadas pelo próprio Gramsci, puros mexericos político-mundanos.

os «amigos do povo» não podiam ainda acusar o bolchevismo de ter provocado a burguesia e de tê-la induzida, pobre dela!, a sair da legalidade e a recorrer a meios ditatoriais, foi possível a Lord Carson (²) armar e mobilizar um exército contra a lei parlamentar sobre a liberdade irlandesa.

E em França existe por acaso a democracia? Ao lado do Parlamento existe em Franca o Senado eleito não por sufrágio universal mas por eleição de dois graus de eleitores que, por sua vez, só parcialmente são expressão do sufrágio universal, e existe a instituição do presidente da república. A diversa duração dos poderes das três diversas instituições fundamentais da República francesa devia servir, segundo as declarações oficiosas, para temperar os possíveis excessos do Parlamento eleito por sufrágio universal; na realidade, é a organização através da qual a classe dominante se prepara para organizar a guerra civil nas melhores condições de agitação e propaganda.

Na Alemanha não existe, ao lado do Parlamento, qualquer instituição de carácter aristocrático ou oligárquico; todavia pudemos recentemente ver que formidável travão exerce sobre a chamada vontade nacional o facto de o presidente da república ter uma base eleitoral diversa, no tempo, da que forma a assembleia nacional. Os votos obtidos pelo *referendum* para a expropriação, sem indemnização, dos ex-principados foram superiores aos obtidos pelo marechal Hindenburg para a sua nomeação como presidente da república. Todavia Hindenburg não se demitiu: mas depois de ter feito, no período do *referendum*, a ameaça chantagista de uma grave crise política, depois do *referendum* continuou a fazer pressões para que a vontade das massas populares fosse considerada nula.

Decerto que nós não nos propomos convencer os escritores do *Mondo*. Conhecêmo-los, tal como conhecemos os diversos patrões, dos irmãos Perrone e Max Bondí ao conde Materazzo, ao comendador Pecoraino e à Banca Comercial, ao serviço dos quais eles escrevem os artigos mais contraditórios, mas sempre com a intenção de enganar as massas trabalhadoras. É só por estas massas que nós escrevemos e perguntamos: «É justo pedir ao novo regime operário surgido na Rússia em

(²) Lord Edward Henry Carson, homem político inglês que organizou em 1914 uma insurreição armada no Ulster contra o Parlamento, tornando-se depois ministro da guerra.

1917, durante a Guerra Mundial, depois do maior desastre económico-social que a história conheceu, 100 por cento de aplicação do programa máximo do partido que na Rússia está no poder, quando se representa e se apoia um regime que em séculos de existência não conseguiu realizar nenhuma das suas promessas programáticas e faliu vergonhosamente, capitulando diante das corrente mais reaccionárias para se confundir imediatamente com elas?»

O nosso jornal deve publicar toda uma série de documentos que responderão exaustivamente às questões postas pelos escritores do *Mondo*, questões que são essenciais para o movimento operário internacional, ainda que o *Mondo* as ponha no modo mais barroco e desinteligente que se possa imaginar. Uma questão que está implícita em toda uma série de artigos e na prosa do *Mondo* deve ser imediatamente enfrentada: o que é que o *Mondo* pretende, quando procura demonstrar que na Rússia nem sequer existe um elemento de vida socialista, calando sistematicamente o carácter operário das instituições russas do Estado até às cooperativas, à banca, à direcção das fábricas? O *Mondo* pretende apenas manter nas largas massas populares a ilusão que é possível, sem uma revolução e sem a conquista integral do poder do Estado por parte da classe operária e dos camponeses, pelo menos obter o que hoje existe na Rússia. Todos os argumentos do *Mondo*, desde os que respeitam o juízo histórico a dar ao fascismo italiano, até a esta, na verdade bem mísera, crítica de princípio da estrutura económica e social russa, tendem a esta única finalidade. Para nós, comunistas, o regime fascista é a expressão do período mais avançado do desenvolvimento da sociedade capitalista; serve precisamente para demonstrar como todas as conquistas e todas as instituições que as classes trabalhadoras conseguem realizar no período de desenvolvimento relativamente pacífico do regime capitalista são destinadas à negação se, num momento determinado, a classe operária não se apodera do poder do Estado com meios revolucionários. Compreende-se então que os escritores do *Mondo* tenham interesse em sustentar que o fascismo é um regime pré-democrático, ligado a uma fase incipiente e ainda atrasada do capitalismo.

Compreende-se então como os escritores do *Mondo*, apresentando ao público do seu jornal, público infelizmente constituído em boa parte por operários e camponeses, um modelo de sociedade russa em que os elementos burgueses e pequeno-

-burgueses estariam permeando as estruturas do Estado operário para serem infalivelmente os triunfadores e restaurarem o velho regime, queiram representar de forma modernizada o velho esquema utópico da democracia e do reformismo, segundo o qual os elementos socialistas como os sindicatos, as cooperativas, os conselhos comunais socialistas, etc., etc., que existem em regime capitalista, poderiam permear a estrutura destes regimes até modificá-los completamente, levando ao triunfo incruento do socialismo.

Mas o fascismo destruiu implacavelmente estes esquemas, destruindo todos os elementos, socialistas porque ligados à classe operária, que no período de desenvolvimento da classe capitalista se tinham fundido. Existem hoje na Rússia elementos socialistas que são preponderantes e elementos de economia pequeno-burguesa que teoricamente podem desenvolver-se tal como teoricamente podiam desenvolver-se os elementos socialistas que existiam em Itália antes do fascismo. Mas, na Itália, o proletariado não conquistou o poder de Estado; a velha organização capitalista, num dado momento, pôs termo às concessões feitas às cooperativas, aos sindicatos, aos conselhos comunais socialistas, isto é, à classe operária. Na Rússia, a classe operária no poder, a classe operária que controla e dirige as partes essenciais da economia nacional, as alavancas de comando de toda a estrutura económica da sociedade russa, fez e faz concessões não à velha sociedade dos capitalistas e dos latifundiários, que foi derrubada com as armas na mão e privada de qualquer propriedade e de qualquer direito político, mas faz concessões às massas camponesas das quais teoricamente poderia nascer o novo capitalismo.

Há porém uma pequena questão que os senhores do *Mondo* parecem querer transcurar, e é esta: que o capitalismo, surgindo e desenvolvendo-se, cria proletários em número enormemente superior ao representado pelos próprios capitalistas. Portanto a questão que para os escritores do *Mondo* parece transcurável, isto é, a de saber que classe tem o poder estatal nas mãos, torna-se questão essencial. A classe operária, que na Rússia tem o Estado nas mãos, tem hoje interesse, se quiser constituir um mercado interno capaz de absorver a produção industrial, em promover e favorecer o desenvolvimento da agricultura. Como a agricultura na Rússia está ainda atrasada e a condução agrícola não pode deixar de ser individual, o desenvolvimento económico das classes agrícolas russas leva necessariamente a um certo enriquecimento de um estrato superior dos campos. Todos os operários compreendem que, se se faz uma política para obter que cem camponeses passem de mil liras de rendimento no ano a um rendimento de duas mil liras, tornando-se capazes de comprar à indústria socializada mais objectos do que podiam comprar com as mil liras primitivas, não se pode impedir que destes cem camponeses alguns não só passem das mil às duas mil liras mas possam, por determinadas conjunturas extremamente favoráveis, atingir cinco ou seis mil liras; enquanto, no outro pólo, cinco ou seis camponeses não só não conseguem passar de mil a duas mil liras de rendimento como, por conjunturas extremamente desfavoráveis (morte de gado, temporais, etc.) vêem reduzido a zero o seu rendimento de mil liras.

O que é essencial para a política da classe operária na Rússia é que a massa central dos camponeses, através das disposições legislativas, realize os resultados que o Estado operário se propõe, isto é, se torne a base para a formação de uma poupança nacional que sirva para alimentar o aparelho geral de produção na mão da classe operária, permitindo a este aparelho não só manter-se mas desenvolver-se. Existem 4 ou 5 por cento, todavia, que se desenvolvem para além dos limites previstos pela legislação do Estado operário; num país como a Rússia, onde as massas camponesas representam uma população de cem milhões de habitantes, estes 4 ou 5 por cento assumem também socialmente uma força, que pode parecer imponente, de 4 ou 5 milhões de habitantes. Mas se a classe operária, que na Rússia soma hoje como população pelo menos 20 milhões de habitantes, se mantém ligada à grande massa dos camponeses que soma dezenas e dezenas de milhão, a cifra representada pelos inimigos do socialismo reduz-se às suas justas proporções, no quadro de conjunto, e está assegurado o triunfo relativamente pacífico das forças socialistas contra as forças capitalistas. Dizemos relativamente pacífico porque existem, de facto, na Rússia, as prisões na mão dos operários, os tribunais na mão dos operários, a polícia na mão dos operários, o exército na mão dos operários... isto é, na Rússia, existe a ditadura do proletariado, elemento socialista que nós temos a sem-razão de julgar um pouco mais importante do que é julgado pelos amigos dos irmãos Perrone, de Max Bondí, do conde Materazzo e do comendador Pecoraino.

RÚSSIA, ITÁLIA E OUTROS PAÍSES (*)

Conta-se que na ilha de Martinica existe um curioso despique entre as crioulas e as mestiças. As crioulas têm os pés pequeníssimos e para elas são fabricados sapatinhos muito graciosos e gentis. As mestiças têm os pés muito grossos e nodosos e não poderiam calçar os sapatinhos das crioulas. Aquelas, portanto, passeiam e entram no café trazendo elegantemente os sapatinhos na mão.

O escritor de *Mondo* (1) assemelha-se estranhamente às mestiças da ilha de Martinica. O materialismo histórico, o socialismo, o reformismo, não são sapatos para os seus pés. Porque é que os prende então aos lóbulos das pronunciadas orelhas democráticas? Os sapatos de que ele se adorna são, além disso, grosseiros e muito rotos. O argumento principal que o escritor do *Mondo* repete, conhecêmo-lo já: se na Rússia não existe o comunismo integral mas existe um Governo comunista que gradualmente aplica a política económica que deve transformar o regime capitalista em socialista, porque é que tal política económica gradual não poderia ser aplicada por um governo de coligação burguês-socialista? Porque é que deve ser considerada útil a obra reformista dos comunistas que possuem o poder na Rússia e não poderia considerar-se do mesmo modo útil o trabalho que teria podido desenvolver

---

(*) Não assinado, *L'Unità*, 26-9-1926.

(1) G. replica ao artigo do *Mondo* intitulado *Giuste proporzioni*, de 24 de Setembro, onde se confirmava que na Rússia se estava afirmando um regime capitalista burguês. Um precedente artigo de *Mondo* sobre o mesmo tema tinha aparecido em 21 de Setembro *(Vaniloqui comunisti)*.

a facção de direita do socialismo italiano se tivesse assumido, quando podia, o poder ou nele tivesse participado?

Se o materialismo histórico não fosse para o escritor do *Mondo* um par de sapatos para trazer nas mãos e não nos pés, ele poderia por si só responder a este argumento. Na Rússia, antes da revolução proletária, havia um governo socialista. Este deixou preparar o golpe de Estado de Kornilov e teria sido derrubado sem o armamento parcial dos operários e a intervenção dos bolchevistas na luta. Tinha convocado para Setembro de 1917 a Assembleia Constituinte que deveria distribuir a terra aos camponeses mas, sob a pressão dos proprietários, adiava até ao infinito a convocação e fazia metralhar os camponeses no campo. Não conseguia dominar os capitalistas que fechavam sistematicamente as fábricas para determinar o desemprego e obrigar os operários à «disciplina» com a «mão descarnada pela fome». Por isso o Governo socialista foi afastado pela inssurreição dos elementos mais activos da população, pelos operários industriais e pelos camponeses-soldados.

Na Alemanha, existiu em 1919 um Governo puramente socialista; o Partido Socialista tinha tanta força no país que foi nomeado Presidente da República um socialista, Ebert. Os socialistas fizeram tão bem o seu dever que nem sequer uma das conquistas operárias da revolução de Novembro foi mantida. A Comissão para a socialização, tendo à cabeça o venerando Kautsky, foi saneada pelos burgueses. Hindenburg tornou-se Presidente da República.

A experiência inglesa é ainda mais instrutiva. Já em 1914, como foi recordado (²), o Parlamento inglês foi posto em cheque por um simples «particular»: Lord Carson armou no Ulster 100 000 soldados para se opor à aplicação da lei sobre a liberdade irlandesa. O exército regular, constituído por profissionais mercenários, recusou-se a marchar contra Carson que assim venceu a partida. Todavia o próprio Parlamento, durante a guerra, escolheu como ministro Lord Carson, culpado de golpe de Estado e de alta traição. A chegada ao poder de MacDonald e dos trabalhistas é mais recente e a sua piedosa falência perante a ofensiva dos conservadores está

(²) Cf. *Os camponeses e a ditadura do proletariado*, nota 2, p. 139, do presente volume.

na memória de todos. Como está na memória de todos o recente cartaz das esquerdas em França, que estão ligadas a Poincaré, contra o qual tinha programado a sua campanha eleitoral e a sua plataforma política.

E em Itália? Porque é que os socialistas de direita não tomaram o poder? Porque não fizeram uma coligação com a chamada democracia? E porque é que a mesma democracia não permaneceu no poder com Giolitti, Bonomi e Facta? Para a Itália foi encontrada a fórmula «psicose». Em 1919-1920 diz-se que havia a «psicose» maximalista; em 1921-1922 falou-se de «psicose» fascista. Recentemente, porém, apareceu o senhor Franco Clerici, escrevendo que em 1924 havia a «psicose» democrática do Aventino, o que não agradou aos escritores do *Mondo*. Deste modo, toda a Itália, nos seus três factores fundamentais — proletariado, capitalismo, pequena e média burguesia — se tornou um manicómio: toda a política italiana é «psicose»: Nós não acreditamos nas interpretações com base na «psicose». Na Itália havia um equilíbrio instável entre as forças sociais em luta. O proletariado era muito forte em 1919-1920 para continuar a submeter-se à opressão capitalista. Mas as suas forças organizadas eram incertas, titubeantes, débeis interiormente, porque o Partido Socialista não era mais do que uma amálgama de, pelo menos, três partidos; faltou na Itália de 1919-1920 um partido revolucionário bem organizado e decidido para a luta. Desta posição de equilíbrio instável nasceu a força do fascismo italiano que se organizou e tomou o poder com métodos e sistemas que, se tinham uma sua peculiaridade italiana e estavam ligados a toda a tradição italiana e à imediata situação do nosso país, tinham todavia, e têm, uma certa semelhança com métodos e sistemas descritos por Karl Marx no *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, isto é, com a táctica geral da burguesia em perigo, em todos os países.

Porque é que os socialistas de direita não tomaram o poder? Esperavam porventura o nosso consenso? Decerto que não podiam tê-lo e nunca o terão, porque estamos persuadidos que eles têm só a capacidade de capitular perante a reacção, porque sempre, e em todos os países, eles capitularam perante a reacção. Para iniciar a transformação da economia capitalista em socialista, estamos persuadidos que é condição preliminar a posse do governo, a ruptura completa das actuais relações políticas, o esmagamento físico da reacção e da classe

dominante. O processo de transformação será mais ou menos rápido, conforme o desenvolvimento das forças económicas; pode ser iniciado, porém, em todos os países da Europa e da América e numa série de países dos outros continentes; mas pode ser iniciado depois da conquista do poder em regime de ditadura do proletariado.

Para o *Mondo,* uma cooperativa, um sindicato ou um monopólio industrial são sempre iguais em qualquer parte. Para nós uma cooperativa em regime fascista é muito diferente de uma cooperativa de 1919-1920 e esta era muito diferente de uma cooperativa russa actual. Seguindo a perspectiva do *Mondo,* um governo é sempre um governo, isto é, o governo fascista é igual ao governo de qualquer outro país e tempo. Provavelmente o escritor do *Mondo* prepara as intenções para empedrar uma nova estrada sob a direcção, já não de Dante Ferraris (³) ou do comendador Pecoraino, mas de um novo mecenas iluminado da democracia.

Nota. Para usar a linguagem dos pasquins de província de todos os partidos, nós não escreveremos que o escritor do *Mondo* foge, escapa, desaparece ladrando, latindo, ganindo, ou emitindo outros rumores corporais. Escreveremos apenas que o escritor do *Mondo,* desgostoso com a nossa trivialidade inaudita e inqualificável, está para se fechar numa digna reserva segundo o costume democrático. Portanto, não continuaremos a puxar-lhe as pronunciadas orelhas.

(³) Conhecido expoente piemontês da *Confindustria,* senador.

AINDA ACERCA DAS CAPACIDADES ORGÂNICAS DA CLASSE OPERÁRIA (*)

Passaram seis anos desde Setembro de 1920. Neste período, muitas coisas mudaram no interior das massas operárias que em Setembro de 1920 ocuparam as fábricas das indústrias metalúrgicas. Uma parte notável dos operários mais activos e combativos, que naqueles anos de lutas heróicas representavam a vanguarda da classe trabalhadora, estão fora da Itália; assinalados com uma tripla cruz nas listas negras, depois de meses e meses de desemprego, depois de terem tentado, de qualquer modo (mudando de emprego, isolando-se em pequenas oficinas, etc., etc.), permanecer na pátria para continuar o trabalho revolucionário, para reconstruir quotidianamente os laços que quotidianamente a reacção destruía, depois de sacrifícios e sofrimentos inauditos, foram obrigados a emigrar. Seis anos são longos; já entrou nas fábricas uma nova geração de operários que em 1920 eram ainda adolescentes ou crianças e, na melhor das hipóteses, participavam na vida pública brincando na rua às guerras entre o exército vermelho e o exército polaco e recusando-se a ser polaco, mesmo por jogo. A ocupação das fábricas não foi todavia esquecida pelas massas e não só pelas massas operárias mas também pelas massas camponesas. Aquela foi a prova geral da classe revolucionária italiana, a qual, como classe, demonstrou estar madura, ser capaz de iniciativa, possuir uma inestimável riqueza de energias criativas e organizativas; se o movimento

(*) Não assinado, *L'Unità,* 1-10-1926.

faliu, a responsabilidade não pode ser atribuída à classe operária, como tal, mas ao Partido Socialista que não cumpriu os seus deveres, que era incapaz e inepto, que estava na cauda da classe operária e não à cabeça.

A ocupação das fábricas está ainda presente nas conversações e nas discussões que se verificam na base entre os elementos de vanguarda e os elementos mais atrasados e passivos ou entre aqueles e os inimigos de classe. Recentemente, numa reunião de camponeses e artífices de aldeia da Itália meridional, simpatizantes do nosso Partido, depois de uma breve exposição sobre a situação actual, foram pelos presentes postas duas ordens de questões:

1. O que sucede na Rússia? Como estão organizados na Rússia os municípios? Como se consegue pôr de acordo os operários e os camponeses, dado que os primeiros querem comprar os víveres por baixo preço e os segundos querem vendê-los convenientemente? Os oficiais do Exército Vermelho e os funcionários do Estado dos Sovietes são como os oficiais e os funcionários do nosso país? São de outra classe ou são operários e camponeses?

2. Expliquem-nos porque é que nós operários (falava um artífice, serralheiro) abandonámos as fábricas que tínhamos ocupado em Setembro de 1920. Os grandes senhores dizem-nos sempre: «Tinham ocupado as fábricas ou não? Porque é que as abandonaram? Certamente porque sem o "capital" não se pode fazer nada. Expulsaram os capitalistas e assim veio a faltar o "capital" e foram para a falência.» Expliquem-nos, portanto, a questão porque assim saberemos responder; nós sabemos que os grandes senhores não têm razão mas não sabemos dizer as nossas razões e quase sempre temos que fechar a boca.

A irradiação revolucionária da ocupação das fábricas foi enorme, tanto em Itália como no estrangeiro. Porquê? Porque as massas trabalhadoras viram nela a prova da revolução russa num país ocidental, num país industrialmente mais progredido do que a Rússia, com uma classe operária melhor organizada, tecnicamente mais instruída, industrialmente mais homogénea e coesa do que o proletariado russo em Outubro de 1917. Somos capazes de gestir a produção por nossa conta, segundo os nossos interesses, segundo um plano nosso? — interrogavam-se os operários. Somos capazes de reorganizar a produção de modo a conduzir toda a sociedade para uma nova linha que leve à abolição das classes e à igualdade económica? A prova foi positiva nos limites em que teve lugar e se desenvolveu, nos limites em que a experiência pôde realizar-se, no âmbito dos problemas postos e resolvidos.

A experiência foi limitada, em geral, às relações internas de fábrica. Os contactos entre fábrica e fábrica foram mínimos do ponto de vista industrial; verificaram-se apenas para as questões de defesa militar e, mesmo neste sentido, foram preferentemente empíricos e elementares.

Os aspectos positivos da ocupação das fábricas podem ser resumidos brevemente nestes pontos:

1. Capacidade de autogoverno da massa operária. Na actividade normal de massa, a classe operária aparece geralmente como elemento passivo de manobra. Nas agitações, nas greves, etc., pede-se à massa as seguintes qualidades: solidariedade, disciplina da organização, confiança nos dirigentes, espírito de resistência e de sacrifício. Mas a massa é estática; é como um imenso corpo com uma pequeníssima cabeça.

A ocupação das fábricas requereu uma multiplicidade inaudita de elementos activos, dirigentes. Cada fábrica teve que construir um governo que era investido simultaneamente de autoridade política e de autoridade industrial. Só uma parte dos técnicos e dos empregados permaneceram no seu lugar; a maioria desertou das oficinas. Os operários tiveram que escolher entre si técnicos e empregados, chefes de secção, chefes de equipa, contabilistas, etc., etc. Esta tarefa foi executada brilhantemente. Os velhos dirigentes, tornados às suas funções, não tiveram que superar nenhuma dificuldade administrativa; as normais funções de uma empresa eram mantidas no dia-a-dia, não obstante o pessoal técnico e administrativo fosse extremamente reduzido e constituído por «rudes e ignorantes» operários.

2. Capacidade da massa operária em manter e superar o nível de produção do regime capitalista. Sucedeu isto: não obstante o operariado fosse reduzido, porque uma percentagem, embora mínima, desertou do trabalho, porque uma certa percentagem trabalhava para produzir objectos não precisamente de uso corrente, ainda que muito úteis para o proletariado — não obstante a deserção da maioria dos técnicos e dos empregados que tiveram que ser substituídos por operá-

rios — não obstante tudo isto, a produção manteve o nível primitivo e frequentemente o superou. Na Fiat, produziram-se mais automóveis do que antes da ocupação; e as máquinas «operárias», expostas quotidianamente ao público da Fiat proletária, não foram uma das últimas razões das inegáveis simpatias de que gozava a ocupação entre as grandes massas da cidade de Turim, incluindo os intelectuais e até os comerciantes (os quais aceitavam como moeda óptima as *senhas* operárias).

3. Capacidade ilimitada de iniciativa e de criação das massas trabalhadoras. Para esgotar este ponto ocorreria um inteiro volume. A iniciativa desenvolveu-se em todos os sentidos. No campo industrial, pela necessidade de resolver questões técnicas, de organização e de produção industrial. No campo militar, para dirigir como instrumento de defesa as possibilidades mínimas. No campo artístico, pela capacidade demonstrada de encontrar a maneira de entreter as massas, aos domingos, com representações teatrais e de outro género, onde tudo era inventado pelos operários: da encenação à produção. É preciso ter visto velhos operários, que pareciam libertos de decénios e decénios de opressão e de exploração, renovarem-se até fisicamente no período da ocupação, desenvolverem actividades fantásticas, sugerindo, ajudando, sempre activos noite e dia; é preciso ter visto estes e outros espectáculos para saber quanto são ilimitadas as forças latentes das massas e como estas se revelam e se desenvolvem impetuosamente, mal se radica a convicção de serem árbitros e condutores dos próprios destinos.

Como classe, os operários italianos que ocuparam as fábricas demonstraram-se à altura das suas tarefas e das suas funções. Todos os problemas que as necessidades do movimento lhe puseram para resolver foram brilhantemente resolvidos. Não puderam resolver o problema dos fornecimentos e das comunicações porque não foram ocupados os caminhos de ferro e a frota. Não puderam resolver os problemas financeiros porque não foram ocupados os institutos de crédito e as empresas comerciais. Não puderam resolver os grandes problemas nacionais e internacionais porque não conquistaram o poder de Estado. Estes problemas deveriam ter sido enfrentados pelo Partido Socialista e pelos sindicatos, que, pelo contrário, capitularam vergonhosamente, pretextando a imaturidade das massas; na realidade, os dirigentes eram imaturos e

incapazes, não a classe. Por isso se verificou a ruptura de Livorno e se criou um novo partido, o Partido Comunista.

Primeira nota — A *Tribuna* acha que o nosso método de ler é *subjectivo*. Sobre as questões de método, o escritor da *Tribuna* dá a mão ao escritor do *Mondo*, o qual encontrou maneira, não obstante a vizinhança intelectual de Adriano Tilgher, de chamar à discussão Einstein e a relatividade. Com o método «objectivo» da *Tribuna*, os homens estariam ainda rigidamente ligados à noção de que a terra é firme e o sol gira à sua volta. Cremos que o escritor da *Tribuna* confunde o «subjectivismo» com a comum «inteligência».

Segunda nota — Na discussão sobre a capacidade orgânica da classe operária, interveio um escritor de *Regime Fascista* para demonstrar simplesmente que não conhece sequer a nomenclatura política da Rússia dos Sovietes. Dizem-nos que o escritor de *Regime Fascista* é um certo padre Pantaleo, que mandou a batina às urtigas. É notável o número e a qualidade dos padres apóstatas ou frades desfradados que nutrem a campanha antioperária e antibolchevista no nosso país, sob o estandarte da religião e do catolicismo, eles que são pelo menos ex-comungados: Romolo Murri, coluna política do *Resto del Carlino*, don Preziosi da *Vita Italiana* e do *Mezzogiorno*, Aurelio Palmieri, ex-jesuíta que serve de salsa em todos os acepipes anti-soviéticos e este padre Pantaleo do *Regime Fascista*.

NÓS E A CONCENTRAÇÃO REPUBLICANA (*)

No artigo que ontem abundantemente publicámos, a *Voce Repubblicana* (¹) queria convencer-nos a substituir pelos seus esquemas fossilizados a nossa análise da situação italiana e as nossas perspectivas. O esquema da *Voce* é este: a «concentração republicana» devia ser vista pelos comunistas como um elemento favorável ao seu jogo (*sic*) porque é potencialmente capaz de romper o equilíbrio actual e dar um ritmo célere e pleno de possibilidades à luta política. Em suma, nós devíamos pensar assim: antes da revolução de Outubro houve a revolução de Fevereiro; antes de Lenine existiu Kerensky. Ora vamos! Comunistas conscientes, ponhamo-nos a procurar o Kerensky italiano. Quem será? Quem não será? Encontrado: será Arturo Labriola, o teorizador da «concentração republicana».

Pois bem: todo este modo de pensar da *Voce* parece-nos enormemente pueril. Nós comunistas não temos nenhum «jogo» a fazer; nós comunistas não queremos «jogar» com a história; queremos trabalhar muito seriamente e não temos nenhum esquema prefixado para aplicar, nem sequer o esquema russo. Temos princípios, uma doutrina, fins concretos a realizar.

(*) Não assinado, *L'Unità*, 13-10-1926.

(¹) A *Voce Repubblicana*, de 11 de Outubro, polemizava com uma resolução da Direcção do Partido Comunista na qual se contrapunha à perspectiva da «concentração republicana», agrupando todas as forças radicais antifascistas, em particular as republicanas e socialistas, a palavra de ordem da «Assembleia republicana com base nos *comités* operários e camponeses». O jornal do PRI acusava os comunistas de abstracção e de demagogia.

É só em relação com os nossos princípios, com a nossa doutrina e com os fins a alcançar que estabelecemos a nossa linha política real. O nosso «Machiavelli» são as obras de Marx e Lenine; e não a redacção da *Voce Repubblicana* e o deputado Arturo Labriola que, além do mais, ventilam mestre Nicolò Machiavelli só no sentido dos conhecidos versos:

Atrás do túmulo de Machiavello
jaz o esqueleto de Stenterello.

Para nós, a base das nossas relações com a concentração republicana é suficientemente clara. Na sociedade italiana, que atingiu o máximo de desenvolvimento capitalista que historicamente podia atingir, dadas as condições de lugar e de tempo, só uma classe é revolucionária em senso completo e permanente: o proletariado industrial. Mas pelo desenvolvimento particular, pelas particulares condições nacionais do desenvolvimento do capitalismo, a sociedade italiana conservou muitas velharias do passado, uma série de instituições e de relações políticas que pesam sobre a situação e obscurecem o perfil fundamental. Também noutros países, nos quais as forças capitalistas estão muito mais desenvolvidas do que em Itália, permanecem instituições e relações políticas antiquadas. Em Inglaterra existe a monarquia, não obstante 85 por cento da população seja industrial; em Inglaterra, a Igreja é uma instituição potentíssima ainda que formalmente não seja centralizada como o Vaticano. Em Inglaterra, a Câmara Alta exerce uma função de primeira ordem especialmente quando o Partido Conservador não tem a maioria na Câmara dos Deputados. Diremos nós, por isso, que a Inglaterra é um país atrasado, pré-capitalista, semifeudal? E ainda: em Inglaterra não existe um partido republicano, não obstante exista a monarquia, o que significa que o partido republicano não existe e se desenvolve necessariamente porque existe a monarquia, porque existe uma classe e notáveis grupos sociais que encontram no terreno republicano o terreno mais adapto para a defesa da própria posição e dos próprios interesses de classe ou de grupos.

Reconhecemos, todavia, que na situação italiana o peso específico das atrás recordadas «velharias» é maior do que noutros países; por isso existe precisamente na situação geral mundial uma particular situação italiana, isto é, uma situação

em que existem determinados caracteres peculiares; existe o governo fascista e não o governo de Baldwin ou o de Poincaré, para nos exprimirmos como o senhor de La Palisse. A questão então é esta: que apreciação devemos fazer ao peso específico das «velharias» peculiares em Itália? Elas existem, devem ser superadas. Nisto estamos de acordo. Mas representam elas o conteúdo para o trabalho histórico de toda uma época, de toda uma geração e de mais de uma geração; são elas a maior alínea da palavra de ordem que a história nos manda implacavelmente esgotar? Ou não são, pelo contrário, apenas detalhes, aspectos secundários do nosso duro trabalho histórico? Este é o problema que se põe. Para nós, o conteúdo do trabalho histórico que se impõe às actuais gerações é a realização do socialismo. Na via laboriosa e difícil para esta realização, encontramos cadáveres a enterrar, velharias para deitar fora; devemos fazê-lo e fá-lo-emos porque é necessário; mas há um cadáver que devemos especialmente enterrar: o do capitalismo; uma estrada devemos abrir: a que conduz ao socialismo; este é o nosso específico dever, não outro; ao percorrer esta estrada cumpriremos as tarefas secundárias e de detalhe.

A concentração republicana exprime, na situação italiana, estes caracteres secundários e de detalhe: nós reconhecemos a existência e o peso relativo das questões que por ela são postas; por isso nos ocupamos da concentração, discutimos com os seus expoentes, procurámos e procuraremos ainda com muita probabilidade estabelecer relações de aliança. Mas se tomamos em consideração os lados historicamente positivos desta corrente política, não podemos e não devemos esconder-nos e esconder ao proletariado os seus lados negativos. Duas classes estão frente a frente: proletariado e burguesia; da luta fundamental destas duas classes é determinada a actual situação. Mas nenhuma destas duas classes está isolada: cada uma delas tem aliados reais e potenciais; a burguesia tem a primazia porque é ajudada pelos seus aliados, porque dispõe de um sistema de forças por ela controladas e dirigidas; o proletariado luta ainda para arrancar estes aliados à burguesia e para fazer deles as suas forças auxiliares. A concentração republicana é a expressão política desta oscilação das forças médias, deste latente desequilíbrio das forças que decidirão a sorte do duelo histórico entre as duas classes fundamentais. Se estas forças se mudarem como massas, se se verificar o

desmoronamento social dos estratos intermédios no sentido da concentração republicana, a burguesia como «classe» mudar-se-á imediatamente para o mesmo terreno, tornar-se-á republicana em 24 horas porque não quererá ficar isolada, porque compreenderá que só com um tal movimento poderá conservar as suas posições essenciais. A *Voce* é de uma ingenuidade comovente quando faz referência à atitude dos grupos de esquerda da burguesia antifascista (populares e democracias legalitárias); hoje, na Alemanha, o presidente da república chama-se Hindenburg e o chefe do governo chama-se dr. Marx, do Centro Católico: é muito provável que ainda em Outubro de 1918 nem um nem outro pensasse poder vir a ser o chefe do Estado e o chefe do governo de uma república germânica.

Porque (e aqui bate o ponto), quando poderia suceder o desmoronamento social dos estratos médios? Poderia suceder só no caso de uma ameaçadora retomada das energias revolucionárias do proletariado, só se o capitalismo se mostrasse inepto para continuar a satisfazer as necessidades essenciais da vida nacional. Mas nós cremos que precisamente naquele momento é necessário que o proletariado esteja unido política e ideologicamente, como classe, para que seja capaz de resolver os seus problemas essenciais, coordenando-os, bem entendido, com a solução das outras questões nacionais ligadas a classes e grupos sociais que lutarão a seu lado.

Aqui está: nós trabalhamos para que o proletariado seja a classe dirigente da renovada sociedade italiana. A concentração republicana trabalha para subordinar o proletariado a outras formas sociais, que na prática só podem ser o capitalismo, visto que só uma destas duas classes pode governar o país. Neste terreno, nenhum maquiavelismo de velha ou nova marca conseguirá perturbar a clareza das relações que o fascismo brutalmente pôs. Uma única concentração republicana tem hoje em Itália uma perspectiva de sucesso «permanente» e historicamente sólida: a que tenha o proletariado como eixo fundamental. O nosso Partido viu o problema em toda a sua extensão desde Junho de 1925 e não é por acaso que os actuais «concentracionistas» têm apenas marcado passo.

CARTA AO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA SOVIÉTICO (*)

Caros camaradas,

Os comunistas italianos e todos os trabalhadores conscientes do nosso país seguiram sempre com a máxima atenção as vossas discussões. Na véspera de cada congresso e de cada conferência do PCR estávamos seguros que, não obstante a aspereza das polémicas, a unidade do Partido russo não corria perigo; ou melhor, estávamos seguros que, tendo alcançado uma maior homogeneidade ideológica e organizativa através

(*) Esta carta foi escrita por G. (e assinada *A secretaria politica do PCI)* nas instalações da representação soviética em Roma e expedida para Moscovo, precisamente para Palmiro Togliatti (que representava o partido italiano no Executivo da Internacional Comunista). Não tem data, mas certamente foi escrita na primeira metade de Outubro de 1926. O documento, reservadíssimo, foi escrito no momento mais aceso da discussão entre a maioria do PCUS (guiada por Staline e Bukarine) e as oposições (dirigidas por Zinoviev, Kamenev e Trotsky) sobre os grandes temas do «socialismo num só país», da política em relação aos camponeses, da situação política internacional. A carta foi publicada pela primeira vez por Angelo Tasca na revista *Problemi della rivoluzione italiana* em Abril de 1938. Reeditada por Giansiro Ferrata em *2000 pagine di Gramsci* (Milão, 1964) com uma carta explicativa de Togliatti de 26 de Fevereiro de 1964. Cf. também os *Annali Feltrinelli 1966*, sob a direcção de Giuseppe Berti (pp. 299-319), que publicam também a resposta de Togliatti de Moscovo, de 18 de Outubro de 1926. Nesta, T. criticava a perspectiva de G. porque, quanto a ele, não se exprimia nela com bastante nitidez o que T. considerava como a questão essencial, «o acordo com a linha política do partido bolchevista e a condenação das posições erradas do grupo de oposição». G. replica com uma carta que aqui publicamos, p. 167 e seguintes.

de tais discussões, o Partido estaria melhor preparado e apetrechado para superar as múltiplas dificuldades que se ligam ao exercício do poder de um Estado operário. Hoje, na véspera da vossa XV Conferência, já não temos a segurança do passado; sentimo-nos irresistivelmente angustiados; parece-nos que a actual atitude do bloco de oposições e a gravidade das polémicas do PC da URSS exigem a intervenção dos partidos irmãos. É a partir desta convicção precisa que vos dirigimos esta carta. Pode acontecer que o isolamento em que o nosso Partido é obrigado a viver nos tenha induzido a exagerar os perigos que se referem à situação interna do Partido Comunista da URSS; de qualquer modo, não são decerto exagerados os nossos juízos sobre as repercussões internacionais desta situação e nós, como internacionalistas, queremos cumprir com o nosso dever.

A situação interna do nosso Partido irmão da URSS parece-nos diversa e muito mais grave do que nas precedentes discussões porque hoje vemos verificar-se e aprofundar-se uma cisão no grupo central leninista que foi sempre o núcleo dirigente do Partido e da Internacional. Uma cisão deste género, independentemente dos resultados numéricos das votações no Congresso, pode ter as mais graves repercussões, não só se a minoria de oposição não aceita com a máxima lealdade os princípios fundamentais da disciplina revolucionária do Partido mas também se ela, na condução da sua luta, ultrapassa certos limites que são superiores a todas as democracias formais.

Um dos preciosos ensinamentos de Lenine foi o de que nós devemos estudar muito os juízos dos nossos inimigos de classe. Pois bem, caros camaradas, é certo que os jornais e os homens de Estado mais fortes da burguesia internacional apontam para este carácter orgânico do conflito existente no núcleo fundamental do Partido Comunista da URSS, apontam para a cisão do nosso Partido irmão e estão convencidos que ela conduzirá à desagregação e à lenta agonia da ditadura proletária, que ela determinará a catástrofe da Revolução que as invasões e as insurreições dos guardas brancos não conseguiram determinar. A mesma fria circunspecção com que hoje a imprensa burguesa procura analisar os acontecimentos russos, o facto de ela procurar evitar, até onde lhe é consentido, a demagogia violenta que lhe era própria no passado, são sintomas que devem fazer reflectir os camaradas russos e torná-

-los mais conscientes da sua responsabilidade. Ainda por outra razão a burguesia internacional espera a possível cisão ou um agravamento da crise interna do Partido Comunista da URSS. O Estado operário existe na Rússia já há nove anos. É certo que só uma pequena minoria, não só das classes trabalhadoras mas dos próprios países comunistas dos outros países, é capaz de reconstituir, no seu conjunto, todo o desenvolvimento da Revolução e encontrar também nos detalhes de que se compõe a vida quotidiana do Estado dos Sovietes a continuidade do fio vermelho que conduz até à perspectiva geral da construção do socialismo. E isto não apenas nos países onde a liberdade de reunião já não existe e a liberdade de Imprensa é completamente suprimida ou submetida a limitações inauditas, como em Itália (onde os tribunais sequestraram e proibiram a impressão dos livros de Trotsky, Lenine, Staline, Zinoviev e ultimamente também do *Manifesto dos comunistas*) mas também nos países onde ainda os nossos Partidos têm a liberdade de fornecer aos seus membros e às massas em geral uma documentação suficiente. Nestes países, as grandes massas não podem compreender as discussões que se sucedem no Partido Comunista da URSS, especialmente se são tão violentas como a actual e investem, não um aspecto de detalhe mas todo o conjunto da linha política do Partido. Não só as massas trabalhadoras em geral mas, as próprias massas dos nossos Partidos vêem e querem ver na República dos Sovietes e no Partido que está no Governo uma única unidade de combate que trabalha na perspectiva geral do socialismo. Só quando as massas ocidentais europeias virem a Rússia e o Partido russo deste ponto de vista, estas aceitarão sem esforço e como um facto historicamente necessário que o Partido Comunista da URSS seja o Partido dirigente da Internacional, só por isso a República dos Sovietes e o Partido Comunista da URSS são hoje um formidável elemento de organização e propulsão revolucionárias.

Os partidos burgueses e sociais-democratas, pela mesma razão, exploram as polémicas internas e os conflitos existentes no Partido Comunista da URSS; querem lutar contra esta influência da Revolução russa, contra a unidade revolucionária que à volta do Partido Comunista da URSS se está constituindo em todo o mundo. Caros camaradas, é extremamente significativo que num país como a Itália, onde a organização estatal (e de partido) do fascismo consegue sufocar todas as

notáveis manifestações de vida autónoma das grandes massas operárias e camponesas, é significativo que os jornais fascistas, especialmente os da província, saiam cheios de artigos, tecnicamente bem construídos para a propaganda, com um mínimo de demagogia e de atitudes injuriosas, nos quais se procura demonstrar, com um esforço evidente de objectividade, que pelas próprias manifestações dos líderes mais conhecidos do bloco da oposição do Partido Comunista da URSS, o Estado dos Sovietes está seguramente a transformar-se num puro Estado capitalista e que, portanto, no duelo mundial entre fascismo e bolchevismo, o fascismo terá a primazia. Esta campanha, se demonstra quanto são ainda desmedidas as simpatias que a República dos Sovietes goza no meio das grandes massas do povo italiano que, em algumas regiões, há seis anos, só recebe uma escassa literatura ilegal do Partido, demonstra também como o fascismo, que conhece muito bem a real situação interna italiana e aprendeu a tratar com as massas, procura utilizar a atitude política do bloco das oposições para despedaçar definitivamente a firme aversão dos trabalhadores ao Governo de Mussolini e para determinar, pelo menos, um estado de ânimo em que o fascismo aparece, pelo menos, como uma inelutável necessidade histórica, não obstante a crueldade e os males que o acompanham.

Nós acreditamos que, no quadro da Internacional, o nosso Partido é o que mais se ressente com as repercussões da grave situação existente no Partido Comunista da URSS. E não só pelas razões já expostas que, por assim dizer, são externas, tocam as condições gerais do desenvolvimento revolucionário no nosso país. Sabeis que todos os partidos da Internacional herdaram da velha social-democracia e das diversas tradições nacionais existentes nos diversos países (anarquismo, sindicalismo, etc., etc.) uma massa de preconceitos e de motivos ideológicos que representam o centro de todos os desvios de direita e de esquerda. Nestes últimos anos, mas especialmente depois do V Congresso Mundial, os nossos Partidos estavam alcançando, através de uma dolorosa experiência, através de crises dolorosas e extenuantes, uma segura estabilização leninista, estavam a tornar-se verdadeiros partidos bolchevistas. Novos quadros proletários se estavam formando da base, das oficinas; os elementos intelectuais eram submetidos a uma rigorosa selecção e a uma verificação rígida e impiedosa com base no trabalho prático, no terreno da acção. Esta reelaboração

organizava-se sob a guia do Partido Comunista da URSS, no seu conjunto unitário e de todos os grandes dirigentes do Partido da URSS. Pois bem: a gravidade da crise actual e a ameaça de cisão aberta ou latente que ela contém, trava este processo de desenvolvimento e de reelaboração dos nossos Partidos, cristaliza os desvios de direita e de esquerda, adia uma vez mais o sucesso da unidade orgânica do partido mundial dos trabalhadores. É sobre este elemento, de modo especial, que achamos nosso dever de internacionalistas chamar a atenção dos camaradas mais responsáveis do Partido Comunista da URSS. Camaradas, vós fostes, nestes nove anos de história mundial, o elemento organizador e propulsor das forças revolucionárias de todos os países: a função que desenvolvestes não tem precedentes em toda a história do género humano que a iguale em amplitude e profundidade. Mas hoje estais destruindo a vossa obra, degradais e correis o risco de anular a função dirigente que o Partido Comunista da URSS tinha conquistado pelo impulso de Lenine; parece-nos que a paixão violenta das questões russas vos faz perder de vista os aspectos internacionais das próprias questões russas, vos faz esquecer que os vossos deveres de militantes russos só podem e devem ser cumpridos no quadro dos interesses do proletariado internacional.

A Secretaria política do PCI estudou com a maior diligência e atenção que lhe eram consentidas todos os problemas que hoje estão em discussão no Partido Comunista da URSS. As questões que hoje se vos apresentam, podem apresentar-se amanhã ao nosso Partido. Também no nosso país as massas rurais são a maioria da população trabalhadora. Além disso, todos os problemas inerentes à hegemonia do proletariado apresentar-se-nos-ão certamente de forma mais complexa e aguda do que na própria Rússia, porque a densidade da população rural, em Itália, é enormemente maior, porque os nossos camponeses têm uma riquíssima tradição organizativa e sempre conseguiram fazer sentir muito sensivelmente o seu peso específico de massa na vida política nacional, porque entre nós o aparelho organizativo eclesiástico tem dois mil anos de tradição e especializou-se na propaganda e na organização dos camponeses num modo que não tem paralelo nos outros países. Se é verdade que a indústria é mais desenvolvida entre nós e o proletariado tem uma base material notável,

é também verdade que esta indústria não tem matérias-primas no país e está, portanto, mais exposta à crise; por isso o proletariado só poderá desenvolver a sua função dirigente se for muito rico de espírito de sacrifício e se se tiver libertado completamente de todos os resíduos de corporativismo reformista ou sindicalista. Deste ponto de vista realista e que nós consideramos leninista, a Secretaria política do PCI estudou as vossas discussões. Até agora, só exprimimos uma opinião de Partido sobre a questão estritamente disciplinar das fracções, querendo limitar-nos ao convite que nos dirigiram, depois do XIV Congresso, para não transportarmos a discussão russa para as secções da Internacional. Declaramos agora que consideramos fundamentalmente justa a linha política da maioria do CC do Partido Comunista da URSS e que, em tal sentido, certamente se pronunciará a maioria do Partido italiano, se se tornar necessário apresentar toda a questão. Não queremos e consideramos inútil fazer agitação e propaganda convosco e com os camaradas do bloco das oposições. Não apresentaremos, por isso, um registo de todas as questões particulares com a nossa apreciação ao lado. Repetimos que nos impressiona o facto de a atitude das oposições investir toda a linha política do CC, tocando o próprio coração da doutrina leninista e da acção política do nosso Partido da União. É o princípio e a prática da hegemonia do proletariado que são postos em discussão, são as relações fundamentais de aliança entre operários e camponeses que são perturbados e postos em perigo, isto é, os pilares do Estado operário e da Revolução. Camaradas, nunca se viu na história que uma classe dominante, no seu conjunto, estivesse em condições de vida inferiores a determinados elementos e estratos da classe dominada e sujeita. Esta contradição inaudita reservou-a a história ao proletariado; nesta contradição residem os maiores perigos para a ditadura do proletariado, especialmente nos países onde o capitalismo não tinha assumido um grande desenvolvimento e não tinha conseguido unificar as forças produtivas. É desta contradição (que, por outro lado, se apresenta já, em alguns dos seus aspectos, nos países capitalistas onde o proletariado alcançou objectivamente uma função social elevada) que nascem o reformismo e o sindicalismo, que nasce o espírito corporativo e as estratificações da aristocracia operária. E todavia o proletariado não pode tornar-se classe dominante se não supera com o sacrifício dos interesses corporativos esta contradição, não pode manter a sua hegemonia e a sua ditadura se, mesmo tornado dominante, não sacrifica estes interesses imediatos aos interesses gerais e permanentes da classe. Decerto que é fácil fazer demagogia neste terreno, é fácil insistir sobre os lados negativos da contradição: «És tudo o dominador, ó operário mal vestido e mal nutrido ou é dominador o homem da nova política económica (*), com peliça, e que tem à sua disposição todos os bens da terra?» Depois de uma greve revolucionária que aumentou a coesão e a disciplina da massa mas empobreceu, com a sua longa duração, ainda mais operários, os reformistas dizem assim: «A favor de que coisa lutaram? Arruinaram-se e empobreceram-se.» É fácil fazer demagogia neste terreno e é difícil não fazê-la quando a questão foi posta nos termos do espírito corporativo e não nos do leninismo, da doutrina da hegemonia do proletariado que historicamente se encontra numa determinada posição e não noutra.

É este para nós o elemento essencial das vossas discussões, reside neste elemento a raiz dos erros do bloco das oposições e a origem dos perigos latentes contidos na sua actividade. Na ideologia e na prática do bloco das oposições renasce em cheio toda a tradição da social-democracia e do sindicalismo que impediu, até agora, que o proletariado ocidental se organizasse como classe dirigente.

Só uma firme unidade e uma firme disciplina no Partido que governa o Estado operário podem assegurar a hegemonia proletária em regime de Nep (*), isto é, no pleno desenvolvimento da contradição a que nos referimos. Mas a unidade e a disciplina, neste caso, não podem ser mecânicas e coactas; devem ser leais e de convicção e não as de uma secção inimiga presa ou assediada que pensa na evasão ou na surtida de surpresa.

Caríssimos camaradas, quisemos dizer-vos isto com espírito de irmãos e de amigos, embora se trate de irmãos menores. Os camaradas Zinoviev, Trotsky e Kamenev contribuíram potentemente para nos educarem para a revolução, frequentemente nos corrigiram enérgica e severamente, foram os nossos mestres. A eles especialmente nos dirigimos como aos maiores responsáveis da actual situação, porque queremos estar segu-

(*) No original, *nepman*. — *(N. do T.)*

ros que a maioria do CC da URSS não quer vencer na luta e está disposta a evitar as medidas excessivas. A unidade do nosso Partido irmão da Rússia é necessária para o desenvolvimento e o triunfo das forças revolucionárias mundiais; para esta necessidade, todos os comunistas e internacionalistas devem estar dispostos a fazer os maiores sacrifícios. Os danos de um erro cometido pelo Partido Unido são facilmente superáveis; os danos de uma cisão ou de uma prolongada condição de cisão latente podem ser irreparáveis e mortais.

Com saudações comunistas

[SP do PCI]

CARTA A TOGLIATTI

26 de Outubro de 1926

Caríssimo Ercoli,

Recebi a tua carta de 18. Respondo a título pessoal, embora tenha a persuasão de exprimir também a opinião dos outros camaradas.

A tua carta parece-me muito abstracta e muito esquemática no modo de pensar. Nós partimos do ponto de vista, que me parece exacto, de que nos nossos países não existem só os partidos, entendidos como organização técnica, mas existem também as grandes massas trabalhadoras, politicamente estratificadas de modo contraditório mas, no seu conjunto, tendendo para a unidade. Um dos elementos mais enérgicos deste processo unitário é a existência da URSS ligada à actividade real do PC da URSS e à persuasão difundida de que na URSS se caminha na via do socialismo. Enquanto os nossos Partidos representarem todo o complexo activo da URSS, têm uma determinada influência em todos os estratos políticos da grande massa, dela representam a tendência unitária, movem-se num terreno histórico fundamentalmente favorável, não obstante as superstruturas contraditórias.

Mas não podemos acreditar que este elemento, que faz do PC da URSS o organizador de massas mais potente que já apareceu na história, tenha sido já adquirido de forma estável e decisiva: pelo contrário. Ele é sempre instável. Também é

(*) Nova política económica. — *(N. do T.)*

preciso não esquecer que a revolução russa tem já nove anos de existência e que a sua actual actividade é um conjunto de acções parciais e de actos de governo que só uma consciência teórica e política muito desenvolvida pode colher, como conjunto e no seu movimento de conjunto, em direcção ao socialismo. Não só para as grandes massas trabalhadoras mas também para uma notável parte dos inscritos nos partidos ocidentais, que se diferenciam das massas só neste passo, radical mas inicial no sentido duma consciência desenvolvida que é o ingresso no partido, o movimento de conjunto da revolução russa é representado concretamente pelo facto de o Partido russo se mover unitariamente, que em conjunto operam e se movem os homens representativos que as nossas massas conhecem e foram habituadas a conhecer. A questão da unidade, não só do Partido russo mas também do núcleo leninista, é portanto uma questão da máxima importância no campo internacional; é, *do ponto de vista da massa*, a questão mais importante neste período histórico de intensificado processo contraditório no sentido da unidade.

É possível e provável que a unidade não possa ser conservada pelo menos na forma que teve no passado. É também certo que todavia não ruirá o mundo e que ocorre fazer tudo para preparar os camaradas e as massas para a nova situação. Isto não impede que seja nosso dever absoluto apelar para a consciência política dos camaradas russos e apelar energicamente sobre os perigos e fraquezas que as suas atitudes estão para determinar. Seríamos revolucionários lastimosos e irresponsáveis se deixássemos passivamente cumprirem-se os factos, justificando-lhes *a priori* a necessidade.

Que o cumprimento de um tal dever da nossa parte possa, de modo subordinado, favorecer *também* a oposição, deve preocupar-nos até certo ponto; de facto é nosso objectivo contribuir para a manutenção e criação de um plano unitário no qual as diversas tendências e as diversas personalidades possam reaproximar-se e fundir-se também ideologicamente. Mas eu não creio que na nossa carta, a qual evidentemente deve ser lida no seu conjunto e não em fragmentos destacados e avulsos, exista o perigo de enfraquecer a posição da maioria do Comité Central. De qualquer modo, prevendo isso e a possibilidade de uma tal aparência, tinha-te autorizado, numa carta anexa, a modificar a forma: podias muito bem pospor as duas partes e pôr imediatamente no início a nossa afirmação de «responsabilidade» da oposição. Por isso este teu modo de pensar me fez uma impressão penosíssima.

E quero dizer-te que em nós não existe qualquer sombra de alarmismo mas apenas ponderada e fria reflexão. Estamos seguros de que em qualquer dos casos não ruirá o mundo: mas seria estulto movermo-nos só se está para cair o mundo, parece-me. Por isso nenhum lugar-comum nos demoverá da persuasão de estarmos na linha justa, na linha leninista pelo modo de considerar as questões russas. A linha leninista consiste em lutar para a unidade do partido, e não só para a unidade exterior mas para aquela um pouco mais íntima que consiste na não existência, no partido, de duas linhas políticas completamente divergentes em todas as questões. Não só nos nossos países, no que respeita à direcção ideológica e política da Internacional mas também na Rússia, no que respeita à hegemonia do proletariado e ao conteúdo social do Estado, a unidade do partido é condição existencial.

Tu estabeleces confusão entre os aspectos internacionais da questão russa — que são um reflexo do facto histórico da ligação das massas trabalhadoras com o primeiro Estado socialista — e os problemas de organização internacional no campo sindical e político. As duas ordens de factos são coordenadas estreitamente, mas todavia distintas. As dificuldades que se encontram e se foram constituindo no campo mais restrito organizativo, são dependentes das flutuações que se verificam no mais largo campo da ideologia difusa de massa, isto é, da limitação da influência e do prestígio do Partido russo em algumas zonas populares. Por método, nós quisemos apenas falar dos aspectos mais gerais: quisemos evitar o exercício escolástico que infelizmente aflora em alguns documentos de outros partidos e tira seriedade à sua intervenção.

Não é verdade, como dizes, que somos muito optimistas sobre a bolchevização real dos partidos ocidentais. Pelo contrário. O processo de bolchevização é de tal modo lento e difícil que qualquer obstáculo, ainda que pequeno, o trava e o atrasa. A discussão russa e a ideologia das oposições joga neste travão e atraso um papel tanto maior quanto as oposições representam na Rússia todos os velhos preconceitos do corporativismo de classe e do sindicalismo que pesam sobre a tradição do proletariado ocidental, atrasando-lhe o desenvolvimento ideológico e político. A nossa observação era completamente dirigida contra as oposições. É verdade que as

crises dos partidos, e também do Partido russo, estão ligadas à situação objectiva, mas o que significa isso? Devemos por isso deixar de lutar, devemos cessar de nos esforçarmos para modificar favoravelmente os elementos subjectivos? O bolchevismo consiste precisamente também em manter a cabeça no seu lugar e em estar ideológica e politicamente firmes também nas situações difíceis. A tua observação é portanto inerte e sem valor, tal como a contida no ponto 5, visto que nós falámos das grandes massas e não da vanguarda proletária. Subordinadamente, porém, a dificuldade existe também por isso, a qual não é sem fundamento mas unida à massa: e existe de tal modo que o reformismo, com as suas tendências para o corporativismo de classe, isto é, para a não compreensão do papel dirigente da vanguarda, papel que se deve conservar mesmo à custa de sacrifícios, é muito mais radicado no ocidente do que na Rússia. Tu esqueces pois facilmente as condições técnicas em que se desenvolve o trabalho em muitos partidos que não permitem a difusão das questões teóricas mais elevadas, para além de pequenos círculos de operários. Todo o teu raciocínio está viciado por «burocracia»: hoje, nove anos depois de Outubro de 1917, já não é *o facto da tomada do poder*, por parte dos bolchevistas, que pode revolucionar as massas ocidentais, porque isso já foi assente e produziu os seus efeitos; hoje é activa, ideológica e politicamente, a persuasão (se existe) de que o proletariado, uma vez tomado o poder, *pode construir o socialismo*. A autoridade do partido está ligada a esta persuasão que não pode ser inculcada nas grandes massas com métodos de pedagogia escolástica, mas só de pedagogia revolucionária, isto é, só do *facto político* que o Partido russo, no seu conjunto, está persuadido e luta unitariamente.

Desagrada-me sinceramente que a nossa carta não tenha sido compreendida por ti, em primeiro lugar, e que tu, a partir do meu bilhete pessoal, não tenhas, de qualquer modo, tentado compreender melhor: a nossa era uma carta requisitória contra as oposições, feita não em termos demagógicos mas, precisamente por isso, mais eficaz e mais séria. Peço-te que juntes às actas, para além do texto italiano da carta e do meu bilhete pessoal, também a presente.

Saudações cordiais.

Antonio

ALGUNS TEMAS DA QUESTÃO MERIDIONAL (*)

O estímulo para estas notas foi dado pela publicação no *Quarto Stato* (1) de 18 de Setembro de um artigo sobre o problema meridional, assinado por *Ulenspiegel* (2), que a redacção da revista fez preceder de um exórdio um tanto ridículo. *Ulenspiegel* dá notícia, no seu artigo, do recente livro de Guido Dorso (3) (*La Rivoluzione meridionale*, Turim, ed. Piero

(*) Manuscrito, incompleto no acto da prisão de G. (8 de Novembro de 1926). O ensaio foi publicado pela primeira vez na revista teórica do PCI que se imprimia em Paris, *Lo Stato operaio*, em Janeiro de 1930. Numa carta a Tatiana Schucht, de 19 de Março de 1927, G. fala deste seu escrito como «rapidíssimo e superficialíssimo» e anuncia-lhe que quer «desenvolver amplamente a tese que então mal tinha esboçado». *Stato Operaio* apresentou o ensaio com uma nota onde se diz: «O escrito não está completo e provavelmente teria sido ainda retocado pelo autor, aqui e ali. Reproduzimo-lo sem qualquer correcção, como o melhor documento de um pensamento comunista, incomparavelmente profundo, forte, original, rico dos mais amplos desenvolvimentos.»

(1) *Quarto Stato*, revista de orientação socialista, fundada e dirigida por Carlo Rosselli, publicada em Milão de Março a Outubro de 1926. A propósito de *Quarto Stato*, cf. as páginas de S. Merli, *Rivista storica del Socialismo*, n.º 11, pp. 819 e segs.

(2) Pseudónimo de Tommaso Fiore, colaborador de *Rivoluzione liberale*. Os seus escritos daquele período sobre o Mezzogiorno estão recolhidos no volume *Un popolo di formiche*, Bari, 1951.

(3) Guido Dorso, numa perspectiva meridional, representa com Gobetti a tentativa mais avançada, por parte dos liberais, de dar uma solução à crise do Estado italiano no pós-guerra. Escreveu *La rivoluzione meridionale*, *Mussolini alla conquista del potere*, *Dittatura, classe politica e classe dirigente*, *L'occasione storica*. Para avaliação do pensamento de Dorso, v. R. Villari, *Il Sud nella Storia d'Italia*, Bari, 1961, pp. 519-521.

Gobetti, 1925) e faz referência ao juízo dado por Dorso acerca da perspectiva do nosso Partido sobre a questão do Mezzogiorno; no seu exórdico, a redacção do *Quarto Stato*, que se proclama constituída por «jovens que conhecem *perfeitamente*, na suas *linhas gerais* (sic) o problema meridional», prostesta colectivamente pelo facto de se poderem reconhecer «méritos» ao Partido Comunista. E até aqui nada de mal; os jovens do tipo de *Quarto Stato*, em todos os tempos e lugares, têm feito suportar ao papel muitas outras opiniões e protestos sem que o papel se rebelasse. Mas em seguida estes «jovens» acrescentam textualmente: «Não nos esquecemos que a fórmula mágica dos comunistas torineses era: dividir o latifúndio entre os proletários rurais. Esta fórmula está nos antípodas de uma visão realista e sã do problema meridional.» E aqui ocorre pôr as coisas no seu lugar, porque «mágico» é só o descaramento e o superficial diletantismo dos «jovens» escritores do *Quarto Stato*.

A «fórmula mágica» é completamente inventada. E devem ter muito pouca estima pelos seus intelectualíssimos leitores os «jovens» do *Quarto Stato* se ousam, com tanta e loquaz bazófia, virar completamente a verdade. Eis, de facto, um fragmento de *Ordine Nuovo* (n.° de 3 de Janeiro de 1920), no qual se resume o ponto de vista dos comunistas torineses:

«A burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas e reduziu-as a colónias de exploração; o proletariado setentrional, emancipando-se a si próprio da escravidão capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais submetidas à banca e ao industrialismo parasitário setentrional. A regeneração económica e política dos camponeses não se deve procurar numa divisão das terras incultas e mal cultivadas, mas na solidariedade do proletariado industrial que tem necessidade, por sua vez, da solidariedade dos camponeses, que tem interesse que o capitalismo não renasça economicamente da propriedade das terras e tem interesse que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar de contra-revolução capitalista. Impondo o controlo operário à indústria, o proletariado dirigirá a indústria para a produção de máquinas agrícolas para os camponeses, de tecidos e calçado para os camponeses, de energia eléctrica para os camponeses; impedirá que a indústria e a banca continuem a explorar os camponeses e os subjuguem como escravos dos seus cofres-fortes. Despedaçando a autocracia na fábrica, despedaçando o aparelho opressivo do Estado capitalista, instaurando o Estado operário que subjugue os capitalistas à lei do trabalho útil, os operários despedaçarão todas as cadeias que mantêm cingido o camponês à sua miséria, ao seu desespero; instaurando a ditadura operária, tendo na mão as indústrias e os bancos, o proletariado dirigirá a enorme potência da organização estatal para apoiar os camponeses na sua luta contra os proprietários, contra a natureza, contra a miséria; dará o crédito aos camponeses, instituirá as cooperativas, garantirá a segurança pessoal e dos bens contra os saqueadores, fará os trabalhos públicos de saneamento e irrigação. Fará tudo isto porque é seu interesse dar incremento à produção agrícola, porque é seu interesse ter e conservar a solidariedade das massas camponesas, porque é seu interesse dirigir a produção industrial para trabalho útil de paz e de irmandade entre cidade e campo, entre o Norte e o Mezzogiorno.»

Isto foi escrito em Janeiro de 1920. Sete anos passaram e nós estamos sete anos mais velhos, mesmo politicamente; alguns conceitos poderiam hoje ser melhor expressos, poderia e deveria ser mais bem distinto o período imediatamente sucessivo à conquista do Estado, caracterizado pelo simples controlo operário da indústria, do que os períodos sucessivos. Mas o que importa notar aqui é que o conceito fundamental dos comunistas torineses não foi a «fórmula mágica» da divisão do latifúndio mas o da aliança política entre operários do Norte e camponeses do Sul para derrubar a burguesia do poder de Estado: e, mais ainda, os comunistas torineses (que todavia sustentavam, como subordinada à acção solidária das duas clasess, a divisão das terras) punham-se precisamente de sobreaviso contra as ilusões «miraculosas» da divisão mecânica dos latifúndios. No mesmo artigo de 3 de Janeiro de 1920 está escrito: «O que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem habitação no local de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita (se é que chega à colheita sem primeiro se ter enforcado no mais forte arbusto dos bosques ou na menos tísica figueira selvagem da terra inculta) e o salvem das garras dos usurários, o que pode obter um camponês pobre com a invasão?» E todavia nós éramos pela fórmula muito realista e nada «mágica» da terra para os camponeses; mas queríamos que ela fosse enquadrada numa acção revolucionária geral das

duas classes aliadas, sob a direcção do proletariado industrial. Os escritores do *Quarto Stato* inventaram completamente a «fórmula mágica» atribuída aos comunistas de Turim, demonstrando assim a sua pouca seriedade de jornalistas e o seu pouco escrúpulo de intelectuais de farmácia de aldeia; e também estes são elementos políticos que pesam e trazem consequências.

No campo proletário, os comunistas de Turim tiveram um «mérito» incontrastável: o de ter imposto à questão meridional à atenção da vanguarda operária, expondo-a como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário. Neste sentido, contribuíram praticamente para fazer sair a questão meridional da sua fase indistinta, intelectualista, chamada «concretista» [4], fazendo-a entrar numa fase nova. O operário revolucionário de Turim e Milão tornava-se o protagonista da questão meridional e não os Giustino Fortunato, os Gaetano Salvemini, os Eugenio Azimonti, os Arturo Labriola, para só citar o nome dos santos caros aos «jovens» do *Quarto Stato*.

Os comunistas de Turim tinham posto concretamente a questão da «hegemonia do proletariado», isto é, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permite mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora, o que significa, em Itália, nas reais relações de classe existentes em Itália, na medida em que consegue obter o consenso das largas massas camponesas. Mas a questão camponesa, em Itália, é historicamente determinada, não é a «questão camponesa e agrária em geral»; em Itália, a questão camponesa, pela determinada tradição italiana, pelo determinado desenvolvimento da história italiana, assumiu duas formas típicas e peculiares, a questão meridional e a questão vaticana. Conquistar a maioria das massas camponesas significa portanto, para o proletariado italiano, tornar próprias estas duas questões do ponto de vista social, compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar estas exigências no seu programa revolucionário de transição, pôr estas exigências entre as suas reivindicações de luta.

(4) Por concretismo entende-se aqui o comportamento tendente a enfrentar o problema do Mezzogiorno fragmentando-o nos seus aspectos singulares e parciais e perdendo assim a real substância política do problema. A expressão mais conseguida e, em certo sentido, mais válida é a da experiência salveminiana do *Unità*. Cf. R. Villari, *Gaetano Salvemini e la questione meridionale*, in *Gaetano Salvemini*, Bari, 1959.

O primeiro problema a resolver, para os comunistas de Turim, era o de modificar a perspectiva política e ideológica geral do próprio proletariado como elemento nacional que vive no conjunto da vida estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa. É conhecida a ideologia difusa de forma capilar pelos propagandistas da burguesia nas massas do Norte: o Mezzogiorno é a bola de chumbo que impede mais rápidos progressos ao desenvolvimento cívico da Itália, os meridionais são biologicamente seres inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos por destino natural; se o Mezzogiorno está atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica mas da natureza que fez os meridionais poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros, temperando esta sorte madrasta com a explosão puramente individual dos grandes génios que são como as solitárias palmas num árido e estéril deserto. O Partido Socialista foi, em grande parte, o veículo desta ideologia burguesa no proletariado setentrional; o Partido Socialista deu o seu crisma a toda a literatura «meridionalista» da camarilha de escritores da chamada escola positiva, como os Ferri, os Sergi, os Niceforo, os Orano [5] e os sequazes menores que em artigos, esboços, novelas, romances, livros de impressões e de memórias repetiam em diversas formas o mesmo refrão; mais uma vez a «ciência» era usada para esmagar os míseros e os explorados, mas desta vez cobria-se de cores socialistas, pretendia ser a ciência do proletariado.

Os comunistas de Turim reagiram energicamente contra esta ideologia, precisamente em Turim onde os contos e as descrições dos veteranos da guerra contra o «banditismo» no Mezzogiorno e nas ilhas tinham maiormente influenciado a tradição e o espírito popular. Reagiram energicamente, de forma prática, conseguindo obter resultados concretos de gran-

(5) Sergi, Niceforo, Orano, Lombroso e Ferri são os expoentes da perspectiva antropológica na questão meridional. As suas teorias, de inspiração positivista, tiveram muitos seguidores também no Partido Socialista.

díssimo alcance histórico, conseguindo obter, precisamente em Turim, embriões da que será a solução do problema meridional.

Por outro lado, já antes da guerra se tinha verificado em Turim um episódio que continha, em potência, toda a acção e a propaganda desenvolvidas no pós-guerra pelos comunistas. Quando, em 1914, por morte de Pilade Gay, ficou vago o IV Sector eleitoral da cidade e foi posta a questão do novo candidato, um grupo da secção socialista, do qual faziam parte os futuros redactores de *Ordine Nuovo*, ventilou o projecto de apresentar como candidato Gaetano Salvemini. Salvemini era então o expoente mais avançado em sentido radical da massa camponesa do Mezzogiorno. Estava fora do Partido Socialista, ou melhor, conduzia contra o Partido Socialista uma campanha vivacíssima e perigosíssima, porque as suas afirmações e as suas acusações, na massa trabalhadora meridional, tornavam-se causa de ódio não só contra os Turati, os Treves, os D'Aragona mas também contra o proletariado industrial no seu conjunto. (Muitas das balas que os guardas régios descarregaram nos anos 19, 20, 21 e 22 contra os operários eram fundidas no mesmo chumbo que serviu para imprimir os artigos de Salvemini (⁶). Todavia este grupo de Turim queria fazer a afirmação do nome de Salvemini, no sentido que foi exposto ao próprio Salvemini pelo camarada Ottavio Pastore, deslocando-se a Florença para ter o consenso sobre a candidatura. «Os operários de Turim querem eleger um deputado pelos camponeses de Puglia. Os operários de Turim sabem que, nas eleições de 1913, os camponeses de Molfetta e Bitonto, na sua grande maioria, eram favoráveis a Salvemini; a pressão administrativa do governo Giolitti e a violência dos maceiros e da polícia impediu que os camponeses da Puglia se exprimissem. Os operários de Turim não pedem compromissos de classe a Salvemini, nem de partido, nem de programa, nem de disciplina ao grupo parlamentar; uma vez eleito, Salvemini inspirar-se-á nos camponeses da Puglia, não nos operários de Turim, os quais farão a campanha eleitoral segundo os seus

(⁶) Na sua introdução aos *Scritti sulla questione meridionale* (Turim, 1954), Salvemini contesta esta afirmação. Mas é evidente que G. se refere à relação objectiva entre a cobertura ideológica da crítica salveminiana ao «parasitismo vermelho» e, mais geralmente, ao corporativismo socialista e às repressões antioperárias.

princípios e não se sentirão comprometidos com a actividade política de Salvemini.»

Salvemini não quis aceitar a candidatura, embora ficasse abalado e até comovido com a proposta (naquele tempo não se falava ainda de «perfídia» comunista e os costumes eram honestos e risonhos); ele propôs Mussolini (⁷) como candidato e comprometeu-se em vir a Turim apoiar o Partido Socialista na luta eleitoral. De facto, realizou dois comícios grandiosos na Câmara do Trabalho e na Praça Statuto, entre o entusiasmo da massa que via e aplaudia nele o representante dos camponeses meridionais oprimidos e explorados de forma ainda mais odiosa e intensa do que o proletariado setentrional.

A perspectiva potencialmente contida neste episódio, que não teve maior desenvolvimento só por vontade de Salvemini, foi retomada e aplicada pelos comunistas no período do pós-guerra. Desejamos recordar os factos mais salientes e sintomáticos.

Em 1919 formou-se a associação da «Jovem Sardenha», exórdio e premissa do que será mais tarde o Partido Sardo de Acção (⁸). A «Jovem Sardenha» propunha-se unir todos os sardos da ilha e do continente num bloco regional capaz de exercer uma útil pressão sobre o Governo para obter que fossem mantidas as promessas feitas durante a guerra aos soldados; o organizador da «Jovem Sardenha» no continente era um tal Pietro Nurra, *socialista*, que muito provavelmente hoje faz parte do grupo de «jovens» que no *Quarto Stato* descobre semanalmente um novo horizonte para explorar. A ela aderiam com o entusiasmo que cria uma nova probabilidade de pescar cruzes, comendas e medalhas, advogados, professores, funcionários. A assembleia constituinte, convocada em Turim para os sardos residentes no Piemonte, resultou imponente pelo número dos intervenientes. Era em maioria gente pobre, populares sem qualificação distinguível, serventes de oficina, pequenos pensionistas, ex-carabineiros, ex-guardas prisionais, ex-guardas-fiscais que exerciam pequenos negócios variadíssimos;

(⁷) Mussolini era director do *Avanti!* e verificava-se então uma certa convergência entre Salvemini e Mussolini na crítica aos socialistas reformistas.

(⁸) Movimento autonomista e de ex-combatente fundado em 1919 por Emilio Lussu.

todos estavam entusiasmados com a ideia de se encontrarem entre conterrâneos, de sentirem discursos sobre a sua terra à qual continuavam a estar ligados por inúmeros fios de parentesco, de amizades, de recordações, de sofrimentos, de esperanças: a esperança de voltar à sua terra, mas a uma terra mais próspera e rica que oferecesse as condições de vida, mesmo modesta.

Os comunistas sardos, em número preciso de oito, deslocaram-se à reunião, apresentaram à presidência uma moção, pediram para apresentar um contra-relatório. Depois do discurso inflamado e retórico do orador oficial, ornado com todas as graças e primores da oratória regionalista, depois de os intervenientes terem chorado com a lembrança das dores passadas e do sangue derramado na guerra pelos regimentos sardos e se terem entusiasmado até ao delírio com a ideia do bloco compacto de todos os filhos generosos da Sardenha, era muito difícil «colocar» o contra-relatório; as previsões mais optimistas eram, se não a linchagem, pelo menos um passeio até à esquadra depois de terem sido salvos das consequências pelo «nobre desdém da multidão». O contra-relatório, se suscitou enorme estupefacção, foi porém ouvido com atenção e, uma vez quebrado o encanto, chegou-se rapidamente, mas com método, à conclusão revolucionária. O dilema: sois vós, pobres diabos sardos, a favor de um bloco com os senhores da Sardenha que vos arruinaram e são os vigilantes locais da exploração capitalista ou sois a favor de um bloco com os operários revolucionários do continente que querem abater todas as explorações e emancipar todos os oprimidos? — este dilema foi feito penetrar nos cérebros dos presentes. O voto por divisão foi um formidável sucesso: de um lado um grupeco de senhores janotas, de funcionários de cartola, de profissionais liberais lívidos de raiva e medo com uns quarenta polícias como acompanhamento de consenso e, do outro, toda a multidão dos pobres diabos e das mulheres, com o vestido das festas, à volta da pequeníssima célula comunista. Uma hora depois, na Câmara do Trabalho, constituía-se o Círculo Educativo Socialista Sardo com 256 inscritos; a constituição da «Jovem Sardenha» foi adiada *sine die* e nunca mais teve lugar.

Foi esta a base política da acção conduzida entre os soldados da brigada Sassari, brigada de composição quase totalmente regional. A brigada Sassari tinha participado na repressão do movimento insurreccional de Turim, de Agosto de 1917 (⁹); tinham a certeza que ela nunca confraternizaria com os operários pela recordação do ódio que cada repressão deixa na multidão, mesmo contra os instrumentos materiais da pressão e, nos regimentos, pela lembrança dos soldados caídos sob os golpes dos insurrectos. A brigada foi acolhida por uma multidão de senhores e senhoras que ofereciam aos soldados flores, cigarros, fruta. O estado de ânimo dos soldados é caracterizado por esta narrativa de um operário curtidor de Sassari, adido às primeiras sondagens de propaganda: «Aproximei-me de um acampamento na praça X (nos primeiros dias os soldados sardos acamparam nas praças como numa cidade conquistada) e falei com um jovem camponês que me tinha acolhido cordialmente porque sou de Sassari como ele. «O que vieram fazer a Turim?» «Viemos para disparar contra os senhores que fazem greve.» «Mas não são os senhores que fazem greve, são os operários e são pobres.» «Aqui todos são senhores; todos usam colarinho e gravata; ganham 30 liras por dia. Os pobres conheço eu e sei como se vestem; em Sassari, sim, há muitos pobres; todos "os camponeses" são pobres e ganham 1,50 por dia.» «Mas também eu sou operário e sou pobre.» «Tu és pobre porque és sardo.» «Mas se eu faço greve com os outros, disparas contra mim?» O soldado reflectiu um pouco, depois pondo-me uma mão no ombro: «Ouve, quando fazes greve com os outros, fica em casa!»

Era este o espírito da grande maioria da brigada, que contava apenas com um pequeno número de operários mineiros da bacia de Iglesias. E todavia, depois de alguns meses, na véspera da greve geral de 20-21 de Julho, a brigada foi afastada de Turim, os soldados antigos foram licenciados e a formação dividida em três: um terço foi mandado para Aosta, um terço para Trieste, um terço para Roma. Obrigaram a brigada a partir de noite, imprevistamente; nenhuma multidão elegante os aplaudia na estação; os seus cânticos, se eram ainda guerreiros, já não tinham o mesmo conteúdo dos que eram cantados à chegada.

(⁹) A brigada Sassari, chamada a Turim por ocasião da ocupação das fábricas (1920), tinha sido o instrumento da repressão dos movimentos de Agosto de 1917 do proletariado de Turim pelo pão e contra a guerra. Sobre os movimentos de Turim, cf. pp. 151-152, vol. I, presente edição.

Estes acontecimentos ficaram sem consequências? Não, tiveram resultados que ainda hoje subsistem e continuam a operar do mais fundo da massa popular. Têm iluminado por um momento cérebros que nunca tinham pensado naquela direcção e que ficaram marcados, modificados radicalmente. Os nossos arquivos perderam-se; muitos papéils foram por nós próprios destruídos para não provocarem prisões e perseguições. Mas nós recordamos dezenas e centenas de cartas chegadas da Sardenha à redacção de Turim do *Avanti!*; cartas muitas vezes colectivas, muitas vezes assinadas por todos os ex-combatentes da brigada Sassari de uma determinada aldeia. Por vias incontroladas e incontroláveis, difundia-se a posição política por nós defendida; a formação do partido sardo de acção foi por ela fortemente influenciada na base e seria possível recordar, a este respeito, episódios ricos de conteúdo e significado.

A última repercussão controlada desta acção verificou-se em 1922 quando, com os mesmos propósitos da brigada Sassari, foram enviados a Turim 300 carabineiros da legião de Cagliari. Recebemos na redacção de *Ordine Nuovo* uma declaração de princípios assinada por uma grande parte destes carabineiros; ela trazia ecos de toda a nossa perspectiva do problema meridional, era a prova decisiva de como a nossa linha era justa.

O proletariado devia assumir esta perspectiva para lhe dar eficiência política: isto é subententido. Nenhuma acção de massa é possível se a própria massa não está convencida das finalidades que quer alcançar e dos métodos a aplicar. O proletariado, para ser capaz de governar como classe, deve despir-se de todos os resíduos corporativos, de todos os preconceitos ou incrustações sindicalistas. O que significa isto? Que não só devem ser superadas as distinções que existem entre profissão e profissão, mas que ocorre, para conquistar a confiança e o consenso dos camponeses e de algumas categorias semiproletárias da cidade, superar alguns preconceitos e vencer certos egoísmos que possam subistir e subsistam na classe operária, como tal, mesmo quando no seu interno tenham desaparecido os particularismos de profissão. O metalúrgico, o carpinteiro, o operário da construção civil, etc., não só devem pensar como proletários e não como metalúrgico, carpinteiro, operário da construção civil, etc., mas devem dar ainda

um passo em frente: devem pensar como operários membros de um classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo quando ajudada e seguida pela grande maioria destes estratos sociais. Se não se obtém isto, o proletariado não se torna classe dirigente, e estes estratos, que em Itália representam a maioria da população, permanecendo sob a direcção burguesa, dão ao Estado a possibilidade de resistir e enfraquecer o ímpeto proletário.

Pois bem: o que se verificou no sector da questão meridional demonstra que o proletariado compreendeu os seus deveres. Dois factos devem recordar-se: um verificado em Turim, o outro em Reggio Emilia, isto é, na cidadela do reformismo, do corporativismo de classe, do proteccionismo operário levado como exemplo pelos «meridionalistas» na sua propaganda entre os camponeses do Sul.

Depois da ocupação das fábricas, a direcção da Fiat propôs aos operários que assumissem a gestão da empresa em forma de cooperativa. Como é natural, os reformistas eram favoráveis. Perfilava-se uma crise industrial. O espectro do desemprego angustiava as famílias operárias. Se a Fiat se tornasse cooperativa, uma certa segurança de emprego poderia ter sido adquirida pelo operariado e especialmente pelos operários politicamente mais activos, persuadidos como estavam que seriam destinados ao despedimento.

A secção socialista, guiada pelos comunistas, interveio energicamente na questão. Foi dito aos operários: uma grande empresa cooperativa, como a Fiat, só pode ser assumida pelos operários se estes estão decididos a entrar no sistema das forças políticas burguesas que hoje governa a Itália. A proposta da direcção da Fiat faz parte do plano político giolittiano. Em que consiste este plano? Já antes da guerra, a burguesia não podia governar tranquilamente. A insurreição dos camponeses sicilianos de 1894 e a insurreição de Milão de 1898 [10]

[10] Movimentos dos «fáscios» sicilianos e da Lunigiana de 1894, reprimidos, duramente por Crispi. Contra as condições de existência das classes populares, ocorreram em 1898 graves movimentos em toda a Itália, que alcançaram particular agudeza em Milão onde foram sanguinosamente reprimidos pelo general Bava Beccaris. Os «fáscios» sicilianos eram organizações de operários e camponeses para defenderem os seus interesses; fundados em 1891, difundiram-se em toda a Sicília sob a direcção de N. Barbato e G. De Felice-Giuffrida. A seu respeito, cf. F. S. Romano, *Storia dei fasci siciliani*, Bari, 1959.

foram a *experimentum crucis* da burguesia italiana. Depois do decénio sanguinoso de 1890-1900, a burguesia teve que renunciar a uma ditadura demasiado exclusivista, demasiado violenta, demasiado directa: insurgiam-se contra ela, ainda que não de forma coordenada, *simultaneamente* os camponeses meridionais e os operários setentrionais. No novo século, a classe dominante inaugurou uma nova política, de alianças de classe, de blocos políticos de classe, isto é, de democracia burguesa. Devia escolher: ou uma democracia rural, isto é, *uma aliança com os camponeses meridionais*, uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa, de baixos preços nos produtos industriais, ou um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, para o proteccionismo alfandegário, para a manutenção da centralização estatal (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente do Mezzogiorno e das ilhas), para uma política reformista dos salários e das liberdades sindicais. Escolheu, não por acaso, esta segunda solução; Giolitti personalizou o domínio burguês, o Partido Socialista tornou-se o instrumento da política giolittiana. Se se observa bem, no decénio 1900-1910 verificam-se as crises mais radicais no movimento socialista e operário: a massa reage espontaneamente contra a política dos dirigentes reformistas. Nasce o sindicalismo (11) que é a expressão instintiva, elementar, primitiva, mas sã, da reacção operária contra o bloco com a burguesia e por um bloco com os camponeses *e, em primeiro lugar, com os camponeses meridionais.* Precisamente assim: ou melhor, num certo sentido, o sindicalismo é uma tentativa débil dos camponeses meridionais, representados pelos seus intelectuais mais avançados, para dirigir o proletariado. De que é constituído o núcleo dirigente do sindicalismo italiano, qual é a essência ideológica do sindicalismo italiano? O núcleo dirigente do sindicalismo é constituído quase exclusivamente por meridionais: Labriola, Leone, Longobardi, Orano. A essência ideológica do sindicalismo é

(11) Movimento revisionista que teve, em França sobretudo com Sorel, que é o ideólogo reconhecido do movimento, e em Itália com Aruro Labriola, Enrico Leone e Paolo Orano a sua mais completa expressão. Sobre o movimento sindicalista, que depois confluiu em larga escala no fascismo, depois de ter assumido uma posição nitidamente intervencionista, veja-se Enzo Santarelli, *La revisione del marxismo in Italia,* Milão, 1964.

um novo liberalismo mais enérgico, mais agressivo, mais belicoso do que o tradicional. Se se observa bem, dois são os motivos fundamentais à volta dos quais sucedem as crises sucessivas do sindicalismo e a passagem gradual dos dirigentes sindicalistas para o campo burguês: a emigração e a comercialização livre, dois motivos estreitamente ligados ao meridionalismo. O facto da emigração faz nascer a concepção da «nação proletária» de Enrico Corradini (12); a guerra líbica aparece a todo um estrato de intelectuais como o início da ofensiva da «grande proletária» (*) contra o mundo capitalista e plutocrático. Um grupo de sindicalistas adere ao nacionalismo, ou melhor, o Partido Nacionalista é constituído originariamente por intelectuais ex-sindicalistas «Monicelli, Forges-Davanzati, Maraviglia). O livro de Labriola, *Storia di 10 anni* (os dez anos de 1900 a 1910), é a expressão mais típica e característica deste neoliberalismo antigiolittiano e meridionalista.

Nestes dez anos, o capitalismo reforça-se e desenvolve-se e lança uma parte da sua actividade na agricultura do Vale Padana. O traço mais característico destes 10 anos são as greves de massa dos operários agrícolas do Vale Padana. Verifica-se uma profunda revolução entre os camponeses setentrionais; verifica-se uma profunda diferenciação de classe (o número dos trabalhadores agrícolas aumenta 50 por cento, segundo os dados do recenseamento de 1911) e a ela corresponde uma reelaboração das correntes políticas e das posições espirituais. A democracia social e o mussolinismo são os dois produtos mais salientes da época: a Romagna é o caminho regional destas duas novas actividades; o trabalhador agrícola parece tornar-se o protagonista social da luta política. A democracia social, nos seus organismos de esquerda (*l'Azione,* de Cesena), e também o mussolinismo, caem rapidamente ao controlo dos «meridionalistas». *L'Azione,* de Cesena, é uma edição regional de *L'Unità* de Gaetano Salvemini. O *Avanti!,* dirigido por Mussolini, lenta mas seguramente foi-se transfor-

(12) Enrico Corradini (1865-1931) foi o maior teórico daquilo que G. define «socialismo nacional», isto é, a transposição da luta de classes para o plano das nações. Em Itália, entre os mais populares apoiadores desta tendência, recordam-se Giovanni Pascoli («a grande proletária moveu-se») e Gabriele D'Annunzio.

(*) Expressão usada por Mussolini para designar a Itália. — *(N. do T.)*

mando num ginásio para os sindicalistas e meridionalistas. Os Fancello, os Lanzillo, os Panunzio e o Ciccotti dele se tornam assíduos colaboradores: o próprio Salvemini não esconde as suas simpatias por Mussolini, que se torna também um benjamim da *Voce* de Prezzolini (13). Todos recordam que, na realidade, quando Mussolini sai do *Avanti!* e do Partido Socialista, está circundado por esta coorte de sindicalistas e meridionalistas.

A repercussão mais notável deste período, no campo revolucionário, é a Semana Vermelha de Junho de 1914: a Romagna e as Marche são o epicentro da Semana Vermelha (14). No campo da política burguesa, a repercussão mais notável é o Pacto Gentiloni (15). Visto que o Partido Socialista, por efeito dos movimentos agrários do Vale Padana, tinha regressado, depois de 1910, à táctica intransigente, o bloco industrial, apoiado e representado por Giolitti, perde a sua eficiência; Giolitti muda de táctica; à aliança entre burgueses e operários substitui a aliança entre burgueses e católicos que representam as massas camponesas da Itália setentrional e central. Por esta aliança, o partido conservador de Sonnino é completamente destruído, conservando uma pequeníssima célula só na Itália meridional, à volta de Antonio Salandra. A guerra e o pós-guerra viram desenvolver-se uma série de processos moleculares na classe burguesa da mais alta importância. Salandra e Nitti foram os primeiros dois chefes de governo meridionais (para não falar naturalmente dos sicilianos, como Crispi, que

(13) Revista de crítica literária e de cultura política, publicou-se entre 1908 e 1916. Para um quadro completo da problemática da *Voce*, veja-se *La cultura italiana del 1900 attraverso le riviste, IV, Lacerba, La Voce*, sob a direcção de Gianni Scalia, Turim, 1961.

(14) Movimento revolucionário que explodiu nas Marche e nas Romagne em Junho de 1914 e originado pelo excídio consumado pela polícia de Ancona, no final de um comício; testemunha o estado de tensão social existente no país e a aversão das massas populares à guerra. V. E. Santarelli, *Il movimento anarchico in Italia*, Milão, 1959.

(15) O chamado Pacto Gentiloni foi o ponto de chegada das negociações entre a União eleitoral católica italiana, presidida pelo conde Vincenzo Gentiloni, e Giolitti. Com base neste acordo, os eleitores católicos foram convidados a votar nos candidatos liberais que se comprometessem a respeitar os sete pontos do acordo, isto é, em Giolitti. Para uma avaliação do significado deste acordo, cf. G. Candeloro, *Il movimento cattolico in Italia*, Roma, 1961.

foi o mais enérgico representante da ditadura burguesa do século XIX) e procuraram actuar o plano burguês industrial-agrário meridional, Salandra no terreno conservador, Nitti no terreno democrático (estes dois chefes de governo foram ajudados solidamente pelo *Corriere della Sera*, isto é, pela indústria têxtil lombarda). Já durante a guerra, Salandra procurou mudar, a favor do Mezzogiorno, as forças técnicas da organização estatal, procurou substituir o pessoal giolittiano do Estado por um novo pessoal que encarnasse o novo curso político da burguesia. Recorde-se a campanha conduzida pela *Stampa*, especialmente em 1917-18, para uma estreita colaboração entre giolittianos e socialistas para impedir a «pugliesizzazione» do Estado: a campanha foi conduzida na *Stampa* por Francesco Ciccotti, isto é, era de facto uma expressão do acordo existente entre Giolitti e os reformistas. A questão não era de pouca importância e os giolittianos, na sua fúria defensiva, conseguiram até ultrapassar os limites consentidos por um partido da grande burguesia, chegaram àquelas manifestações de antipatriotismo e de derrotismo que estão na memória de todos. Giolitti está hoje novamente no poder, novamente a grande burguesia se entrega a ele, dado o pânico que a invade perante o impetuoso movimento das massas populares. Giolitti quer domesticar os operários de Turim. Derrotou-os duas vezes: na greve de Abril último e na ocupação das fábricas, das duas vezes com a ajuda da Confederação Geral do Trabalho, isto é, do reformismo corporativo. Considera agora que os pode enquadrar no sistema burguês estatal. De facto, o que acontecerá se os operários da Fiat aceitam as propostas da direcção? As actuais acções industriais passarão a ser obrigações; isto é, a cooperativa deverá pagar aos portadores de obrigações um dividendo fixo, qualquer que seja o resultado dos negócios. A empresa Fiat será explorada por todos os modos pelas instituições de crédito, que permanecem na mão dos burgueses, os quais têm interesse em reduzir os operários à sua modéstia. Os operários deverão necessariamente ligar-se ao Estado, o qual «virá em auxílio dos operários» através do trabalho dos deputados operários, através da subordinação do partido político operário à política governativa. Eis o plano de Giolitti na sua plena aplicação. O proletariado de Turim deixará de existir como classe independente mas só como apêndice do Estado burguês. O corporativismo de classe terá triunfado mas o proletariado terá perdido a sua posição e a sua

missão de dirigente e de guia; aparecerá às massas dos operários mais pobres como um privilegiado, aparecerá aos camponeses como um explorador na mesma proporção dos burgueses, porque a burguesia, como sempre tem feito, apresentará às massas camponesas os núcleos operários privilegiados como a única causa dos seus males e da sua miséria.

Os operários da Fiat aceitaram quase por unanimidade o nosso ponto de vista e as propostas da direcção foram rejeitadas. Mas esta experiência não podia ser suficiente. O proletariado de Turim, com uma série de acções, tinha demonstrado ter alcançado um altíssimo grau de maturidade e capacidade política. Os técnicos e os empregados de oficina, em 1919, puderam melhorar as condições só porque eram apoiados pelos operários. Para enfraquecer a agitação dos técnicos, os industriais propuseram aos operários que eles próprios nomeassem, por eleição, os novos mestres e chefes de oficina: os operários recusaram a proposta, embora tivessem bastantes razões de conflito com os técnicos que sempre tinham sido um instrumento patronal de repressão e perseguição. Então os jornais fizeram uma furiosa campanha para isolar os técnicos, salientando os seus altíssimos salários que chegavam a atingir 7000 liras por mês. Os operários especializados ajudaram a agitação dos serventes que só assim conseguiram impor-se: no interior das fábricas foram abolidos todos os privilégios e as explorações das categorias mais qualificadas com prejuízo das menos qualificadas. Através destas acções a vanguarda proletária ganhou a sua posição social de vanguarda; foi esta a base do desenvolvimento do Partido Comunista em Turim. Mas fora de Turim? Pois bem, nós quisemos de propósito transportar a questão para fora de Turim e precisamente para Reggio Emilia, onde existia a maior concentração de reformismo e de corporativismo de classe.

Reggio Emilia tinha sido sempre o alvo dos «meridionalistas». Uma frase de Camillo Prampolini: «A Itália divide-se em nortenhos e sujos»; era a expressão mais característica do ódio violento que entre os meridionais se espalhava contra os operários do Norte. Em Reggio Emilia apresentou-se uma questão semelhante à da Fiat: uma grande oficina devia passar para as mãos dos operários, como empresa cooperativa. Os reformistas reggianos estavam entusiasmados com o acontecimento e apregoavam-no nos seus jornais e nas suas reu-

niões. Um comunista de Turim (16) deslocou-se a Reggio, tomou a palavra no comício de fábrica, expôs o complexo da questão entre Norte e Sul e obteve-se o «milagre»: os operários, por grande maioria, rejeitaram a tese reformista e corporativa. Ficou demonstrado que os reformistas não representavam o espírito dos operários reggianos; dele representavam só a passividade e outros lados negativos. Tinham conseguido instaurar um monopólio político, dada a notável concentração, nas suas filas, de organizadores e propagandistas de um certo valor profissional, impedindo o desenvolvimento e a organização de uma corrente revolucionária; mas tinha bastado a presença de um revolucionário capaz para os pôr em cheque e revelar que os operários reggianos são valorosos combatentes e não porcos criados com a ração governativa.

Em Abril de 1921, 5000 operários revolucionários foram despedidos pela Fiat, os conselhos de fábrica foram abolidos, os salários reais diminuídos. Em Reggio Emilia aconteceu provavelmente algo de semelhante, isto é, os operários foram batidos. Mas o sacrifício que tinham feito foi inútil? Não cremos: pelo contrário, estamos convencidos que não foi inútil. É decerto difícil registar toda uma série de grandes acontecimentos de massa que provem a eficácia imediata e fulmínea destas acções. Além do mais, em relação aos camponeses, estes registos são sempre difíceis e quase impossíveis; são ainda mais difíceis em relação à massa camponesa do Mezzogiorno.

O Mezzogiorno pode ser definido uma grande desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não têm nenhuma coesão entre si. (Compreende-se que ocorre fazer excepções: as Puglie, a Sardenha e a Sicília, onde existem características especiais no grande quadro da estrutura meridional.) A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais; a grande massa camponesa amorfa e desagregada, os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários das terras e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em perpétuo fermento mas, como massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e às suas necessidades. O estrato médio dos intelectuais

(16) Trata-se de Umberto Terracini.

recebe da base camponesa os impulsos para a sua actividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no campo político, e os grandes intelectuais, no campo ideológico, centralizam e dominam, em última análise, todo este complexo de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão. Giustino Fortunato e Benedetto Croce representam por isso as bases de apoio do sistema meridional e, em certo sentido, são as duas maiores figuras da reacção italiana.

Os intelectuais meridionais são um estrato social dos mais interessantes e dos mais importantes na vida nacional italiana. Basta pensar que mais de 3/5 da burocracia estatal é constituída por meridionais. Ora para compreender a particular psicologia dos intelectuais meridionais, ocorre ter presentes alguns dados de facto:

1. Em todos os países se modificou radicalmente o estrato dos intelectuais com o desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo do intelectual era o elemento organizativo de uma sociedade prevalentemente de base camponesa e artesanal; para organizar o Estado, para organizar o comércio, a classe dominante criava um particular tipo de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades onde as forças económicas se desenvolveram em sentido capitalista até absorverem a maior parte da actividade nacional, prevaleceu este segundo tipo de intelectual, com todas as suas características de ordem e disciplina intelectual. Pelo contrário, nos países onde a agricultura exerce um papel ainda notável ou até preponderante, prevaleceu o velho tipo que constitui a máxima parte do pessoal estatal e que mesmo localmente, na aldeia ou na vila rural, exerce a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral. Na Itália meridional predomina este tipo com todos as suas características: democrático do lado camponês, reaccionário do lado dirigido para o grande proprietário e para o Governo, politiqueiro, corrompido, desleal; não se compreenderia a figura tradicional dos partidos políticos meridionais se não se tivessem em conta os caracteres deste estrato social.

2. O intelectual meridional sai prevalentemente de uma classe que no Mezzogiorno é ainda notável: o burguês rural, isto é, o pequeno e médio proprietário de terras que não é camponês, que não trabalha a terra, que se envergonharia de ser agricultor, mas que da pouca terra que tem, dada de renda ou simplesmente a meias, quer extrair: de que viver convenientemente, de que mandar à universidade ou ao seminário os filhos, de que pagar o dote às filhas que devem casar-se com um oficial ou um funcionário civil do Estado. Desta classe recebem os intelectuais uma áspera aversão pelo camponês trabalhador, considerado como máquina de trabalho que deve ser espremida até ao osso e que pode ser facilmente substituída dada a superpopulação trabalhadora: recebem também o sentimento atávico e instintivo do medo louco pelo camponês e pelas suas violências destruidoras e, portanto, um hábito de hipocrisia refinada e uma refinadíssima arte de enganar e domesticar as massas camponesas.

3. Visto que ao grupo social dos intelectuais pertence o clero, ocorre notar a diversidade de características entre o clero meridional, no seu conjunto, e o clero setentrional. O padre setentrional é comummente o filho de um artífice ou de um camponês; tem sentimentos democráticos, está mais ligado à massa dos camponeses; moralmente é mais correcto do que o padre meridional, o qual frequentemente convive quase abertamente com uma mulher e por isso exerce um trabalho espiritual socialmente mais completo, isto é, é um dirigente de toda a actividade de uma família. A separação entre a Igreja e o Estado e a expropriação dos bens eclesiásticos foi, no Norte, mais radical do que no Mezzogiorno, onde as paróquias e os conventos conservaram ou reconstituíram notáveis propriedades imobiliárias e mobiliárias. No Mezzogiorno o padre apresenta-se ao camponês: 1) como um administrador de terras com o qual o camponês entra em conflito pela questão das rendas; 2) como um usurário que pede elevadíssimas taxas de juro e se serve do elemento religioso para receber seguramente a renda ou a usura; 3) como um homem submetido às paixões comuns (mulheres e dinheiro) e que, portanto, espiritualmente não merece confiança de discrição e imparcialidade. A confissão exerce, por isso, uma escassíssima função dirigente e o camponês meridional, se frequentemente é supersticioso em sentido pagão, não é clerical. Todo este complexo de coisas explica porque é que no Mezzogiorno o Partido Popular (exceptuadas algumas zonas da Sicília) não tem uma posição notável, não possui qualquer rede de instituições e de organizações de massa. A posição do camponês

em relação ao clero é resumido no dito popular: «O padre é padre na igreja; fora, é um homem como os outros.»

O camponês meridional está ligado ao grande proprietário por intermédio do intelectual. Os movimentos dos camponeses, uma vez que não se resumem em organizações de massa autónomas e independentes, ainda que seja formalmente (isto é, capazes de seleccionar quadros camponeses de origem camponesa e de registar e acumular as diferenciações e os progressos que se realizam no movimento), acabam por sistemar-se sempre nas articulações gerais do aparelho estatal — concelhos, províncias, Câmara dos Deputados — através de composições e decomposições dos partidos locais, cujo pessoal é constituído por intelectuais mas controlados pelos grandes proprietários e pelos seus homens de confiança, como Salandra, Orlando, Di Cesarò ([17]). A guerra pareceu introduzir um elemento novo neste tipo de organização, com o movimento dos ex-combatentes, no qual os camponeses-soldados e os intelectuais-oficiais formavam um bloco mais unido entre si e, em certa medida, antagónico aos grandes proprietários. Não durou muito tempo e o último resíduo é a União Nacional concebida por Amendola, que tem uma vaga existência pelo seu antifascismo; todavia, dada a nenhuma tradição de organização *explícita* dos intelectuais *democráticos* no Mezzogiorno, também este grupo deve ser relevado e tido em conta, porque de ténue fio de água pode tornar-se em lamacenta e cheia torrente noutras condições de política geral. A única região onde o movimento dos ex-combatentes assumiu um perfil mais preciso e conseguiu criar uma estrutura social mais sólida é a Sardenha. E o facto compreende-se precisamente porque na Sardenha a classe dos grandes proprietários é pequeníssima, não exerce nenhuma função e não tem as antiquíssimas tradições culturais, intelectuais e governativas do Mezzogiorno continental. O impulso da base, exercida pelas massas dos camponeses e dos pastores não encontra um contrapeso sufocante no superior estrato social dos grandes proprietários: os intelectuais dirigentes são influenciados em cheio pelo impulso e fazem progressos mais

([17]) O duque Giovanni Colonna di Cesarò, expoente da democracia social, expressão política da grande propriedade fundiária meridional.

notáveis do que a União Nacional. A situação siciliana tem caracteres profundamente diferenciados quer da Sardenha quer do Mezzogiorno. Os grandes proprietários são ali muito mais coesos e decididos do que no Mezzogiorno continental; existe ali, além disso, uma certa indústria e um comércio muito desenvolvido (a Sicília é a mais rica região de todo o Mezzogiorno e uma das mais ricas de Itália); as classes superiores sentem muitíssimo a sua importância na vida nacional e fazem-na pesar. A Sicília e o Piemonte são as duas regiões que têm dado maior número de dirigentes políticos ao Estado italiano, são as duas regiões que têm exercido uma função proeminente desde 1870. As massas populares sicilianas estão mais avançadas do que no Mezzogiorno mas o seu progresso assumiu uma forma tipicamente siciliana; existe um socialismo siciliano, de massa, que tem toda uma tradição e um desenvolvimento peculiar; na Assembleia de 1922, contava com cerca de 20 deputados em 52 que tinham sido eleitos na ilha.

Dissemos que o camponês meridional está ligado ao grande proprietário por intermédio do intelectual. Este tipo de organização é o tipo mais difundido em todo o Mezzogiorno continental e na Sicília. Realiza um monstruso bloco agrário que, no seu conjunto, funciona como intermediário e vigilante do capitalismo setentrional e dos grandes bancos. O seu único objectivo é conservar o *statu quo*. No seu interno, não existe nenhuma luz intelectual, nenhum programa, nenhum impulso para melhorar e progredir. Se alguma ideia e algum programa foram afirmados, tiveram a sua origem fora do Mezzogiorno, nos grupos políticos agrários conservadores, especialmente da Toscana, que no Parlamento eram aliados dos conservadores do bloco agrário meridional. Sonnino e Franchetti foram dos poucos burgueses inteligentes que puseram o problema meridional como problema nacional e traçaram um plano de governo para a sua solução. Qual foi o ponto de vista de Sonnino e Franchetti? A' necessidade de criar, na Itália meridional, um estrato médio independente de carácter económico que funcionasse, como então se dizia, como «opinião pública» e limitasse os cruéis arbítrios dos proprietários, por um lado, e moderasse o insurreccionismo dos camponeses pobres, por outro. Sonino e Franchetti tinham ficado admiradíssimos com a popularidade de que gozavam no Mezzo-

giorno as ideias do bakunismo da I Internacional. Este espanto fez-lhes assumir equívocos frequentemente grotescos. Numa sua publicação, por exemplo, refere-se o facto de uma hospedaria ou restaurante popular da Calábria (citamos de memória) se chamar «dos grevistas» (*), para demonstrar como, eram difusas e radicais as ideias internacionalistas. Se é verdadeiro (como deve ser, dada a probidade intelectual dos autores), o facto explica-se muito simplesmente se nos recordarmos como no Mezzogiorno são numerosas as colónias de albaneses e como a palvara *Skipetàri* sofreu nos dialectos as deformações mais estranhas e curiosas (em alguns documentos da república véneta fala-se de formações militares de «S'ciopetà»). Ora no Mezzogiorno não eram muito difusas as teorias de Bakunine mas a própria situação era provavelmente tal que sugeriu a Bakunine as suas teorias: decerto que os camponeses pobres meridionais pensavam na «destruição» muito antes que o cérebro de Bakunine tivesse excogitado a teoria da «pan-destruição».

O plano governativo de Sonnino e Franchetti nunca teve sequer princípio de actuação. E não podia tê-lo. É tal o eixo de relações entre Norte e Mezzogiorno na organização da economia nacional e do Estado que o nascimento de uma classe média de natureza económica (o que significa o nascimento de uma burguesia capitalista) se tornou quase impossível. Qualquer acumulação local de capital e qualquer acumulação de poupanças tornou-se impossível pelo sistema fiscal e alfandegário e pelo facto de os capitalistas proprietários de empresas não transformarem localmente o rendimento em novo capital porque não nasceram ali. Quando a emigração assumiu, no século XX, as formas gigantescas que assumiu, e as primeiras remessas começaram a afluir da América, os economistas liberais gritaram triunfalmente: o sonho de Sonnico será uma realidade. Verifica-se no Mezzogiorno uma silenciosa revolução que lenta mas seguramente modificará toda a estrutura económica e social do país. Mas o Estado interveio e a revolução silenciosa foi sufocada ao nascer. O Governo ofereceu obrigações do tesouro a juro certo e os emigrantes e as suas famílias passaram de agentes da revolução silenciosa a agentes para dar ao Estado os meios financeiros para subsidiar as indústrias parasitárias do Norte. Francesco

(*) No texto italiano, «scioperanti». — *(N. do T.)*

Nitti que, no plano democrático e formalmente fora do bloco agrário meridional, podia parecer um activo realizador do programa de Sonnico, foi, pelo contrário, o melhor agente do capitalismo setentrional para limpar os últimos recursos da poupança meridional. Os biliões engolidos pela Banca eram quase todos devidos ao Mezzogiorno: os 400 000 credores da BIS ([18]) eram, em grande maioria, depositantes meridionais.

Acima do bloco agrário, funciona no Mezzogiorno um bloco intelectual que praticamente serviu até agora para impedir que as fendas do bloco agrário se tornassem muito perigosas e determinassem uma avalanche. Expoentes deste bloco intelectual são Giustino Fortunato e Benedetto Croce, os quais, por isso, podem ser julgados como os reaccionários mais operosos da península.

Dissemos que a Itália meridional é uma grande desagregação social. Para além dos camponeses, esta fórmula pode referir-se também aos intelectuais. É notável o facto de, no Mezzogiorno, terem existido e existirem, ao lado da grandíssima propriedade, grandes acumulações culturais e de inteligência ao nível individual ou em restritos grupos de grandes intelectuais, enquanto não existe uma organização da cultura média. Existe no Mezzogiorno a casa editora Laterza e a revista *La Critica,* existem academias e empresas culturais de grandíssima erudição; não existem pequenas e médias revistas, não existem casas editoras à volta das quais se agrupem formações médias de intelectuais meridionais. Os meridionais que procuraram sair do bloco agrário e apresentar a questão meridional de forma radical encontraram hospitalidade e agruparam-se à volta de revistas publicadas fora do Mezzogiorno. Pode dizer-se até que todas as iniciativas culturais, devidas aos intelectuais médios, que tiveram lugar no século XX, na Itália central e setentrional, foram caracterizadas pelo meridionalismo, fortemente influenciadas por intelectuais meridionais: todas as revistas do grupo de intelectuais floren-

([18]) Depois da expansão do período bélico tinha começado uma grave crise na qual se envolveram os bancos, então «mixtos», que tinham fortes interesses financeiros na indústria. A falência do Ansaldo arrastou a da «Banca Italiana di Sconto» que fechou as portas fazendo perder aos depositantes cerca de um terço das somas depositadas; constituiu, como G. sublinha, um episódio de expropriação dos pequenos depositantes.

tinos, *Voce, Unità*; as revistas dos democratas-cristãos, como *L'Azione*, de Cesena; as revistas dos jovens liberais emilianos e milaneses de G. Borelli, como a *Patria* de Bolonha ou *L'Azione* de Milão; por fim, a *Rivoluzione liberale*, de Gobetti. Pois bem: Giustino Fortunato e Benedetto Croce foram os supremos moderadores políticos e intelectuais de todas estas iniciativas. Num círculo mais amplo do que aquele muito sufocante do bloco agrário, conseguiram que a apresentação dos problemas meridionais não excedesse certos limites, não se tornasse revolucionária. Homens de grande cultura e inteligência, nascidos no terreno tradicional do Mezzogiorno mas ligados à cultura europeia e até mundial, tinham todos os dotes para dar uma satisfação às necessidades intelectuais dos mais honestos representantes da juventude culta do Mezzogiorno, para consolar-lhe as irrequietas veleidades de revolta contra as condições existentes, para os orientar segundo uma linha média de serenidade clássica do pensamento e da acção. Os chamados neoprotestantes ou calvinistas não compreenderam que em Itália, não se podendo realizar uma reforma religiosa de massa pelas condições modernas da civilização, se verificou a única reforma historicamente possível com a filosofia de Benedetto Croce: mudou-se a perspectiva e o método do pensamento, construiu-se uma nova concepção do mundo que superou o catolicismo e todas as outras religiões mitológicas. Neste sentido, Benedetto Croce cumpriu uma altíssima função «nacional»; separou os intelectuais radicais do Mezzogiorno das massas camponesas, fazendo-os participar na cultura nacional e europeia e, através desta cultura, fê-los absorver a cultura burguesa e, portanto, o bloco agrário.

Ordine Nuovo e os comunistas de Turim se, num certo sentido, podem ser relacionados com as formações intelectuais a que nos referimos e se também eles sofreram portanto a influência intelectual de Giustino Fortunato e de Benedetto Croce, representam porém, ao mesmo tempo, uma completa ruptura com aquela tradição e o início de um novo desenvolvimento que já deu frutos e que ainda os dará. Como já foi dito, puseram o proletariado urbano como protagonista moderno da história italiana e, portanto, da questão meridional. Tendo servido de intermediários entre o proletariado e determinados estratos de intelectuais de esquerda, conseguiram

modificar, se não completamente pelo menos notavelmente, a sua orientação mental. É este o elemento principal da figura de Piero Gobetti, se reflectirmos bem. O qual não era um comunista e provavelmente nunca o viria a ser, mas tinha compreendido a posição social e histórica do proletariado e já não conseguia pensar abstraindo deste elemento. Gobetti, no trabalho comum do jornal, tinha sido por nós posto em contacto com um mundo vivo que antes só tinha conhecido através das fórmulas dos livros. A sua característica mais relevante era a lealdade intelectual e a ausência completa de qualquer vaidade e mesquinhez de ordem inferior: por isso não podia deixar de se convencer como toda uma série de modos de ver e de pensar tradicionais, em relação ao proletariado, eram falsos e injustos. Que consequências tiveram em Gobetti estes contactos com o mundo proletário? Foram a origem e o impulso para uma concepção que não queremos discutir e aprofundar, uma concepção que em grande parte se liga ao sindicalismo e ao modo de pensar dos sindicalistas intelectuais: os princípios do liberalismo são nela projectados da ordem dos fenómenos individuais ao dos fenómenos de massa. As qualidades de excelência e de prestígio na vida dos indivíduos são transportadas para as classes, concebidas quase como individualidades colectivas. Esta concepção leva usualmente os intelectuais que a condividem à pura contemplação e registo dos méritos e deméritos, a uma posição odiosa e pateta de árbitros de contendas e atribuidores de prémios e punições. Gobetti fugiu praticamente a este destino. Revelou-se um organizador da cultura de extraordinário valor e teve neste último período uma função que não deve ser transcurada nem menosprezada pelos operários. Cavou uma trincheira para além da qual não se atrasaram aqueles grupos de intelectuais mais honestos e sinceros que em 1919-20-21 sentiram que o proletariado, como classe dirigente, teria sido superior à burguesia. Alguns com boa-fé e honestamente, outros com má-fé e desonestamente, foram repetindo que Gobetti não era mais do que comunista camuflado, um agente, se não do Partido Comunista, pelo menos do grupo comunista de *Ordine Nuovo*. Nem sequer ocorre desmentir tais ditos insulsos. A figura de Gobetti e o movimento por ele representado foram espontâneas produções do novo clima histórico italiano: nisto reside o seu significado e a sua importância. Foi-nos algumas vezes censurado pelos camaradas de partido por não se ter

combatido contra a corrente de ideias de *Rivoluzione liberale*: esta ausência de luta, pelo contrário, parece a prova de ligação orgânica, de carácter maquiavélico (como costuma dizer-se) entre nós e Gobetti. Não podíamos combater contra Gobetti porque ele desenvolvia e representava um movimento que não deve ser combatido, pelo menos em linha de princípio. Não compreender isto significa não compreender a questão dos intelectuais e a função que eles desenvolvem na luta de classes. Gobetti servia-nos praticamente de ligação: 1. com os intelectuais nascidos no terreno da técnica capitalista que tinham assumido uma posição de esquerda, favorável à ditadura do proletariado, em 1919-20. 2. com uma série de intelectuais meridionais que, através de ligações mais complexas, apresentavam a questão meridional num terreno diverso do tradicional, introduzindo-lhe o proletariado do Norte: destes intelectuais, Guido Dorso é a figura mais completa e interessante. Porque deveríamos lutar contra o movimento de *Rivoluzione liberale*? Talvez porque não era constituído por comunistas puros que aceitassem de A a Z o nosso programa e a nossa doutrina? Isto não podia ser requerido porque teria sido política e historicamente um paradoxo. Os intelectuais desenvolvem-se lentamente, muito mais lentamente do que qualquer outro grupo social, pela sua própria natureza e função histórica. Representam toda a tradição cultural de um povo, querem resumir-lhe e sintetizar-lhe toda a história: seja isto dito especialmente acerca do velho tipo de intelectual, do intelectual nascido no terreno camponês. Pensar, como possibilidade, que ele pode, como massa, romper com todo o passado para se pôr completamente no terreno de uma nova ideologia, é absurdo. É absurdo para os intelectuais como massa e talvez absurdo também para muitíssimos intelectuais considerados individualmente, não obstante todos os honestos esforços que fazem e querem fazer. Ora a nós interessam os intelectuais como massa e não apenas como indivíduos. É decerto importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais, individualmente, adiram ao seu programa e à sua doutrina, se confundam no proletariado, dele se tornem e se sintam parte integrante. O proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos, não tem e não pode formar um estrato próprio de intelectuais senão muito lentamente, com muita fadiga e só depois da conquista do poder estatal. Mas é também importante e útil que na massa dos intelectuais se determine

uma fractura de carácter orgânico, historicamente caracterizada: que se forme, como formação de massa, uma tendência de esquerda, no moderno significado da palavra, isto é, orientada para o proletariado revolucionário. A aliança entre proletariado e massas camponesas exige esta formação: com maior razão a exige a aliança entre o proletariado e as massas camponesas do Mezzogiorno. O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através do seu Partido, organizar cada vez mais notáveis massas de camponeses pobres em formações autónomas e independentes; mas conseguirá, em medida mais ou menos larga, a sua tarefa obrigatória subordinadamente à sua capacidade de desagregar o bloco intelectual que é a armadura flexível mas resistentíssima do bloco agrário. Para a solução desta tarefa o proletariado foi ajudado por Piero Gobetti e nós pensamos que os amigos do morto continuarão, mesmo sem a sua guia, a obra empreendida que é gigantesca e difícil mas, precisamente por isso, digna de todos os sacrifícios (até da vida, como foi o caso de Gobetti) daqueles intelectuais (e são muitos, mais do que se pensa) setentrionais e meridionais que compreenderam serem essencialmente nacionais e portadores do futuro apenas duas forças sociais: o proletariado e os camponeses... [19]

---

(19) O manuscrito interrompe-se aqui.

APÊNDICE

A SITUAÇÃO ITALIANA E AS TAREFAS DO PCI (*)

1. A transformação dos partidos comunistas (nos quais se reúne a vanguarda da classe operária) em partidos bolchevistas, pode-se considerar, no momento presente, como a tarefa fundamental da Internacional Comunista. Esta tarefa deve ser posta em relação com o desenvolvimento histórico do movimento operário internacional e, em particular, com a luta que se desenvolve no seu interno entre o marxismo e as correntes que constituíam um desvio dos princípios e da prática da luta de classe revolucionária.

Em Itália, a tarefa de criar um partido bolchevista só assume todo o relevo que é necessário se se têm presentes as peripécias do movimento operário, desde o seu início, e as deficiências fundamentais que nele se revelaram.

2. O nascimento do movimento operário teve lugar de forma diversa em cada país. Em comum, assistiu-se em toda a parte à espontânea rebelião do proletariado contra o capitalismo. Esta rebelião assumiu porém, em cada nação, uma forma específica, a qual era reflexo e consequência das particulares características nacionais dos elementos que, provindo da pequena burguesia e dos camponeses, tinham contribuído para formar a grande massa do proletariado industrial.

(*) Teses aprovadas pelo III Congresso do Partido Comunista Italiano que se realizou clandestinamente, em Janeiro de 1926, em Lyon. O documento foi redigido por Gramsci com a colaboração principal de Togliatti e do grupo dirigente presente no Congresso.

O marxismo constituiu o elemento consciente, científico, superior ao particularismo das várias tendências de carácter e origem nacional e conduziu contra elas uma luta no campo teórico e no campo da organização. Todo o processo formativo da I Internacional teve como eixo esta luta, a qual se concluiu com a expulsão do bakuninismo da Internacional. Quando a I Internacional deixou de existir, o marxismo já tinha triunfado no movimento operário. A II Internacional formou-se, de facto, com os partidos que aderiam ao marxismo e o assumiam como fundamento da sua táctica em todas as questões essenciais.

Depois da vitória do marxismo, as tendências de carácter nacional, das quais tinha triunfado, procuraram manifestar-se por outro lado, ressurgindo no próprio interior do marxismo como formas de revisionismo. Este processo foi favorecido pelo desenvolvimento da fase imperialista do capitalismo. Estão estreitamente conexos com este fenómeno os seguintes três factos: a diminuição, nas filas do movimento operário, da crítica do Estado, parte essencial da doutrina marxista, à qual se substituem as utopias democráticas; a formação de uma aristocracia operária; uma nova transferência de massas da pequena burguesia e dos camponeses para o proletariado e, portanto, uma nova difusão, entre o proletariado, de correntes ideológicas de carácter nacional, contrastando com o marxismo. O processo de degeneração da II Internacional assumiu assim a forma de uma luta contra o marxismo que se desenvolvia no interior do próprio marxismo. Aquele culminou na ruína provocada pela guerra.

O único Partido que se salvou da degeneração foi o Partido Bolchevista, o qual conseguiu manter-se à frente do movimento operário do próprio país, expulsas do seu interno as tendências antimarxistas, e elaborou, através das experiências de três revoluções, o leninismo, que é o marxismo da época do capitalismo monopolista, das guerras imperialistas e da revolução proletária. Determinou-se assim historicamente a posição do Partido Bolchevista, na fundação e à frente da III Internacional, e puseram-se os termos do problema da formação de partidos bolchevistas em todos os países: o problema de chamar a vanguarda do proletariado à doutrina e à prática do marxismo revolucionário, superando e liquidando completamente todas as correntes antimarxistas.

3. As origens e as peripécias do movimento operário foram tais, em Itália, que nunca se constituiu, antes da guerra, uma corrente de esquerda marxista que tivesse um carácter de permanência e de continuidade. O carácter originário do movimento operário italiano foi muito confuso; nele confluíram tendências diversas, do idealismo mazziniano ao genérico unitarismo dos cooperadores e dos fautores da mutualidade e ao bakunismo, o qual sustentava que existiam em Itália, mesmo antes de um desenvolvimento do capitalismo, as condições para passar imediatamente ao socialismo. A tardia origem e a fraqueza do industrialismo fizeram faltar o elemento clarificador dado pela existência de um forte proletariado, e tiveram como consequência que também a cisão entre anarquistas e socialistas se verificou com um atraso de uns vinte anos (1892, Congresso de Génova).

Quando saiu do Congresso de Génova, duas eram as correntes dominantes no Partido Socialista Italiano. De um lado havia um grupo de intelectuais que não representavam mais do que a tendência para uma reforma democrática do Estado; o seu marxismo não ultrapassava o propósito de suscitar e organizar as forças do proletariado para as utilizar na instauração da democracia (Turati, Bissolati, etc.). Do outro, um grupo mais directamente ligado ao movimento proletário, representando uma tendência operária, mas desprovido de qualquer adequada consciência teórica (Lazzari). Até 1900, o partido não propôs outros fins que não fossem de carácter democrático. Conquistada, depois de 1900, a liberdade de organização e iniciada uma fase democrática, foi evidente a incapacidade de todos os grupos que o compunham para lhe dar a fisionomia de um partido marxista do proletariado.

Os elementos intelectuais afastaram-se cada vez mais da classe operária e não resultou a tentativa, devida a outro estrato de intelectuais e pequenos burgueses, de constituir uma esquerda marxista que tomou forma no sindicalismo. Como reacção a esta tentativa, triunfou no interior do partido a fracção integralista, a qual foi a expressão, no seu vazio verbalismo conciliador, de uma característica fundamental do movimento operário italiano, que se explica, ela também, pela fraqueza do industrialismo e pela deficiente consciência crítica do proletariado. O revolucionarismo dos anos precedentes à guerra manteve intacta esta característica, nunca conseguindo superar os confins do genérico popularismo para atingir a

construção de um partido da classe operária e a aplicação do método da luta de classes.

No interior desta corrente revolucionária começou a diferenciar-se, já antes da guerra, um grupo de «extrema-esquerda» que sustentava as teses do marxismo revolucionário, porém sem continuidade e sem conseguir exercer uma influência real no desenvolvimento do movimento operário.

Deste modo se explica o carácter negativo e equívoco que teve a oposição do Partido Socialista à guerra e explica-se como o Partido Socialista se encontrava, depois da guerra, diante duma situação revolucionária imediata, sem ter resolvido, nem posto, qualquer dos problemas fundamentais que a organização política do proletariado deve resolver para actuar as suas tarefas: em primeiro lugar, o problema da «escolha da classe» e da forma organizativa a ela adequada; depois o problema do programa do partido, o da sua ideologia e, finalmente, os problemas de estratégia e de táctica cuja resolução leva a reunir à volta do proletariado as forças que lhe são naturalmente aliadas na luta contra o Estado e a guiá-lo na conquista do poder.

A acumulação sistemática de uma experiência que possa contribuir de modo positivo para a resolução destes problemas inicia-se, em Itália, apenas depois da guerra. Só com o Congresso de Livorno se puseram as bases constitutivas do partido de classe do proletariado, o qual, para se tornar um partido bolchevista e actuar plenamente a sua função, deve liquidar todas as tendêncios antimarxistas tradicionalmente próprias do movimento operário.

Análise da estrutura social italiana

4. O capitalismo é o elemento predominante na sociedade italiana e a força que prevalece ao determinar o desenvolvimento dela. Deste dado fundamental deriva a consequência que não existe em Itália possibilidade de uma revolução que não seja a revolução socialista. Nos países capitalistas, a única classe que pode actuar uma transformação social, real e profunda, é a classe operária. Só a classe operária é capaz de traduzir em acto as transformações de carácter económico e político que são necessárias para que as energias do nosso país tenham liberdade e possibilidade de desenvolvimento completas. O modo como ela actuará esta sua função revolucionária está em relação com o grau de desenvolvimento do capitalismo em Itália e com a estrutura social que a ele corresponde.

5. O industrialismo, que é a parte essencial do capitalismo, é em Itália muito débil. As suas possibilidades de desenvolvimento são limitadas, quer pela situação geográfica quer pela falta de matérias-primas. Não consegue, portanto, absorver a maioria da população italiana (4 milhões de operários industriais contra 3 milhões e meio de operários agrícolas e 4 milhões de camponeses). Opõe-se ao industrialismo uma agricultura que se apresenta naturalmente como base da economia do país. As variadíssimas condições do solo e as consequentes diferenças de cultura e sistemas de exploração provocam porém uma forte diferenciação das classes rurais, com uma prevalência dos estratos pobres, mais próximos das condições do proletariado e mais aptos a receber a sua influência e a aceitar-lhe a direcção. Entre as classes industriais e agrárias interpõe-se uma pequena burguesia urbana bastante espalhada e que tem uma importância assaz grande. Consta prevalentemente de artífices, profissões liberais e empregados do Estado.

6. A fraqueza intrínseca do capitalismo obriga a classe industrial a adoptar expedientes para garantir o controlo de toda a economia do país. Estes expedientes reduzem-se, em substância, a um sistema de compromissos económicos entre uma parte dos industriais e uma parte das classes agrícolas, precisamente os grandes proprietários de terras. Não tem, portanto, lugar a tradicional luta económica entre industriais e agrários, nem tem lugar a rotação de grupos dirigentes que ela determina noutros países. Por outro lado, os industriais não têm necessidade de sustentar, contra os agrários, uma política económica que assegure o contínuo afluxo de mão-de-obra do campo para as fábricas, porque este afluxo é garantido pela exuberância de população agrícola pobre que é característica da Itália. O acordo industrial-agrário baseia-se numa solidariedade de interesses entre alguns grupos privilegiados, em prejuízo dos interesses gerais da população e da maioria que trabalha. Isso determina uma acumulação de riqueza na mão dos grandes industriais, que é consequência de uma espoliação sistemática de inteiras categorias da população e de inteiras regiões do país. Os resultados desta política económica são,

de facto, o *deficit* do balanço económico, a travagem do desenvolvimento económico de inteiras regiões (Mezzogiorno, Ilhas), o impedimento que surja e se desenvolva uma economia maiormente adaptada à estrutura do país e aos seus recursos, a miséria crescente da população trabalhadora, a existência de uma contínua corrente de emigração e o consequente empobrecimento demográfico.

7. Como não controla naturalmente toda a economia, a classe industrial não consegue também organizar, por si só, a sociedade inteira e o Estado. A construção de um Estado nacional só lhe foi possível pela exploração de factores de política internacional (o chamado Ressurgimento). Para o reforço dele e para a sua defesa é necessário o compromisso com as classes sobre as quais a indústria exerce uma hegemonia limitada, particularmente os agrários e a pequena burguesia. Daqui deriva uma heterogeneidade e uma fraqueza de toda a estrutura social e do Estado que dela é expressão.

7a. Um reflexo da fraqueza da estrutura social reside, de modo típico, antes da guerra, no exército. Um círculo restrito de oficiais, desprovidos do prestígio de chefes (velhas classes dirigentes agrárias, novas classes industriais), tem abaixo de si uma casta burocratizada de oficiais subalternos (pequena burguesia), a qual é incapaz de servir de ligação à massa dos soldados, indisciplinada e abandonada a si própria. Na guerra, o exército é obrigado a reorganizar-se a partir da base, depois da eliminação dos graus superiores e duma transformação de estrutura organizativa que corresponde ao advento de uma nova categoria de oficiais *subalternos*. Este fenómeno precede análoga operação que o fascismo executará, numa escala mais vasta, em relação ao Estado.

8. As relações entre indústria e agricultura, que são essenciais para a vida económica de um país e para a determinação das superstruturas políticas, têm em Itália uma base territorial. No Norte estão centralizadas em alguns grandes centros a produção e a população agrícola. Como consequência disso, todos os contrastes inerentes à estrutura social do país contêm em si um elemento que toca a unidade do Estado e põe-na em perigo. A solução do problema é procurada pelos grupos dirigentes burgueses e agrários através de um compromisso. Nenhum destes grupos possui naturalmente um carácter unitário e uma função unitária. O compromisso com o qual a unidade se salva é, além disso, de tal modo que torna mais grave a situação. Aquele dá às populações trabalhadoras do Mezzogiorno uma posição análoga à das populações coloniais. A grande indústria do Norte, em relação a elas, cumpre a função das metrópoles capitalistas, os grandes proprietários de terras e a própria média burguesia meridional põem-se, pelo contrário, na situação das categorias que nas colónias se aliam às metrópoles para submeter a massa do povo que trabalha. A exploração económica e a opressão política unem-se portanto para fazer da população trabalhadora do Mezzogiorno uma força continuamente mobilizada contra o Estado.

9. O proletariado tem em Itália uma importância superior à que tem, noutros países europeus, mesmo o capitalismo mais avançado, comparável só à que tinha na Rússia antes da revolução. Isto está, acima de tudo, em relação com o facto de a indústria se basear (pela escassez de matérias-primas) preferentemente na mão-de-obra (operariado especializado), portanto com a heterogeneidade e com os contrastes de interesses que enfraquecem as classes dirigentes. Perante esta heterogeneidade, o proletariado apresenta-se como o único elemento que, pela sua natureza, tem uma função unificadora e coordenadora de toda a sociedade. O seu programa de classe é o único programa «unitário», isto é, o único cuja actuação não conduz ao agravamento dos contrastes entre os diversos elementos da economia e da sociedade e não leva a despedaçar a unidade do Estado. Ao lado do proletariado industrial, além disso, existe uma grande massa de proletários agrícolas, centralizada sobretudo no Vale do Pó, facilmente influenciada pelos operários da indústria e portanto facilmente mobilizável na luta contra o capitalismo e o Estado.

Verifica-se em Itália uma confirmação da tese segundo a qual as condições mais favoráveis para a revolução proletária não se observam necessariamente sempre nos países onde o capitalismo e o industrialismo atingiram o mais alto grau do seu desenvolvimento, podendo, pelo contrário, verificar-se onde o tecido do sistema capitalista oferece menores resistências, pelas suas fraquezas de estrutura, a um ataque da classe revolucionária e dos seus aliados.

10. O objectivo que as classes dirigentes italianas se propuseram alcançar, a partir das origens do Estado unitário, foi o de submeterem as grandes massas da população trabalhadora, impedindo-lhes que se tornassem, organizando-se à volta do proletariado industrial e agrícola, uma força revolucionária capaz de actuar uma completa transformação social e política e dar vida a um Estado proletário. A fraqueza intrínseca do capitalismo obrigou-as, porém, a estabelecer como base da ordem económica e do Estado burguês uma unidade obtida através de compromissos entre grupos não homogéneos. Numa vasta perspectiva histórica, este sistema demonstra-se não adequado aos objectivos que pretende. Todas as formas de compromisso entre os diversos grupos que dirigem a sociedade italiana resolvem-se, de facto, num obstáculo para o desenvolvimento de uma ou de outra parte da economia do país. Assim se determinam novos contrastes e novas reacções da maioria da população, torna-se necessário acentuar a pressão sobre as massas e produz-se um estímulo cada vez mais decisivo para a sua mobilização, revoltando-se contra o Estado.

11. O primeiro período de vida do Estado italiano (1870-1890) é o da sua maior fraqueza. As duas partes de que se compõe a classe dirigente, os intelectuais burgueses, de um lado, e os capitalistas, do outro, estão unidas com o propósito de manter a unidade mas divididos sobre a forma a dar ao Estado unitário. Falta-lhes uma homogeneidade positiva. Os problemas que o Estado propõe são limitados; dizem preferentemente respeito à forma e não à substância do domínio político da burguesia; subrepõe-se a todos o problema do equilíbrio, que é um problema de pura conservação. A consciência da necessidade de alargar a base das classes que dirigem o Estado ocorre apenas com o início do «transformismo».

A maior fraqueza do Estado é dada neste período pelo facto de, fora dele, o Vaticano agrupar à sua volta um bloco reaccionário e antiestatal constituído pelos agrários e pela grande massa dos camponeses atrasados, controlados e dirigidos pelos ricos proprietários e pelos padres. O programa do Vaticano consta de duas partes: quer lutar contra o Estado burguês unitário e «liberal» e, ao mesmo tempo, propõe-se

constituir, com os camponeses, um exército de reserva contra o avanço do proletariado socialista, provocado pelo desenvolvimento da indústria. O Estado reage à sabotagem que o Vaticano realiza em seu prejuízo e promulga uma legislação de conteúdo e objectivos anticlericais.

12. No período que decorre de 1890 a 1900, a burguesia encara resolutamente o problema de organizar a sua ditadura e resolve-o com uma série de medidas de carácter político e económico de que dependeu a sucessiva história italiana.

Em primeiro lugar, resolve-se o dissídio entre a burguesia intelectual e os industriais: o advento do poder de Crispi é o sinal. A burguesia assim reforçada resolve a questão das suas relações com o estrangeiro (Tríplice aliança) conquistando uma segurança que lhe permite tentativas de colocação no campo da concorrência internacional para a conquista de mercados coloniais. A ditadura burguesa instaura-se politicamente no país com uma restrição do direito de voto que reduz o corpo eleitoral a pouco mais de um milhão de eleitores em 30 milhões de habitantes. No campo económico, a introdução do proteccionismo industrial-agrário corresponde ao propósito, por parte do capitalismo, de conquistar o controlo de toda a riqueza nacional. Por intermédio dele, consolidou-se uma aliança entre os industriais e os agrários. Esta aliança tira ao Vaticano uma parte das forças que ele agrupava à sua volta, sobretudo os proprietários de terras do Mezzogiorno, e fá-las entrar no quadro do Estado burguês. O próprio Vaticano, de resto, adverte a necessidade de dar maior relevo à parte do seu programa reaccionário que se refere à resistência ao movimento operário e toma posição contra o socialismo com a encíclica *Rerum Novarum*. As classes dirigentes reagem porém ao perigo que o Vaticano continua a representar para o Estado, organizando-se unitariamente, com um programa anticlerical na maçonaria.

Os primeiros progressos reais do movimento operário ocorrem, de facto, neste período. A instauração da ditadura industrial-agrária põe nos seus termos reais o problema da revolução, determinando-lhe os factores históricos. Surge no Norte um proletariado industrial e agrícola, enquanto no Sul a população agrícola, submetida a um sistema de exploração «colonial», tem de ser mantida com uma compressão política cada vez mais forte. Os termos da «questão meridional» são

postos, neste período, de modo nítido. E espontaneamente, sem a intervenção de um factor consciente e sem que o Partido Socialista extraia sequer deste facto uma indicação para a sua estratégia de partido da classe operária, verifica-se neste período, pela primeira vez, a confluência de tentativas insurreccionais do proletariado setentrional com uma revolta de camponeses meridionais (os «fáscios» sicilianos).

13. Vencidas as primeiras tentativas de insurreição do proletariado e dos camponeses contra o Estado, a burguesia italiana consolidada pode adoptar, para impedir os progressos do movimento operário, os métodos exteriores da democracia e os da corrupção política em relação à parte mais avançada da população trabalhadora (aristocracia operária) para a tornar cúmplice da ditadura reaccionária que ela continua a exercer e impedir que se torne o centro da insurreição popular contra o Estado (giolittismo). Verifica-se, porém, entre 1900 e 1910, uma fase de concentração industrial e agrária. O proletariado agrícola cresce cerca de 50 por cento em prejuízo das categorias dos «servos da gleba», meeiros e rendeiros. Por isso se verifica uma onda de movimentos agrícolas e uma nova orientação dos camponeses que obriga o próprio Vaticano a reagir com a fundação da Acção Católica e com um movimento «social» que chega a atingir, nas suas formas extremas, a aparência de uma reforma religiosa (modernismo). A esta reacção do Vaticano para não perder o controlo das massas corresponde o acordo dos católicos com as classes dirigentes para dar ao Estado uma base mais segura (abolição do *non expedit*, pacto Gentiloni). Também no fim deste terceiro período (1914), os diversos movimentos parciais do proletariado e dos camponeses culminam numa nova e inconsciente tentativa de unidade das diversas forças de massa anti-estatais, numa insurreição contra o Estado reaccionário. Nesta tentativa é já posto com suficiente relevo o problema que surgirá, em toda a sua vastidão, no pós-guerra: isto é, o problema da necessidade de o proletariado organizar, no seu interior, um partido de classe que lhe dê a capacidade de se pôr à frente da insurreição e de guiá-la.

14. O máximo de concentração económica, no campo industrial, verifica-se no pós-guerra. O proletariado atinge o mais alto grau de organização e a ele corresponde o máximo

de desagregação das classe dirigentes e do Estado. Todas as contradições inerentes ao organismo social italiano afloram com a máxima crueza dado o despertar das massas, mesmo as mais atrasadas, para a vida política, provocado pela guerra e pelas suas consequências imediatas. E, como sempre, o avanço dos operários da indústria e da agricultura é acompanhado por uma agitação profunda das massas dos camponeses, quer do Mezzogiorno quer das outras regiões. As grandes greves e a ocupação das fábricas desenvolvem-se contemporaneamente à ocupação das terras. A resistência das forças reaccionárias exerce-se ainda segundo a direcção tradicional. O Vaticano consente que, ao lado da Acção Católica, se forme um verdadeiro e próprio partido, o qual se propõe inserir as massas camponesas no quadro do Estado burguês, acontentando aparentemente as suas aspirações de redenção económica e de democracia política. As classes dirigentes, por sua vez, actuam em grande estilo o plano de corrupção e desagregação interna do movimento operário, fazendo aparecer aos chefes oportunistas a possibilidade que uma aristocracia operária colabore com o Governo numa tentativa de solução «reformista» do problema do Estado (Governo de esquerda). Mas num país pobre e desunido como a Itália, a possibilidade de uma solução «reformista» do problema do Estado provoca inevitavelmente a desagregação da estrutura estatal e social, a qual não resiste ao choque dos numerosos grupos em que as próprias classes dirigentes e as classes intermédias se pulverizam. Cada grupo tem exigências próprias de protecção económica e de autonomia política e, na ausência de um homogéneo núcleo de classe que saiba impor, com a sua ditadura, uma disciplina de trabalho e de produção a todo o país, dispersando e eliminando os exploradores capitalistas e agrários, o Governo torna-se impossível e a crise do poder é continuamente aberta.

A derrota do proletariado revolucionário deveu-se, neste período decisivo, às deficiências políticas, organizativas, tácticas e estratégicas do partido dos trabalhadores. Como consequência destas deficiências, o proletariado não consegue pôr-se à frente da insurreição da grande maioria da população e fazê-la desembocar na criação de um Estado operário; ele próprio, pelo contrário, sofre a influência de outras classes sociais que lhe paralisam a acção. A vitória do fascismo em

1922 deve ser considerada, portanto, não como uma vitória sobre a revolução mas como a consequência da derrota que coube às forças revolucionárias pelo seu intrínseco defeito.

O fascismo e a sua política

15. O fascismo, como movimento de reacção armada que se propõe o objectivo de desagregar e de desorganizar a classe trabalhadora para a imobilizar, enquadra-se no plano da política tradicional das classes dirigentes italianas e na luta do capitalismo contra a classe operária. É por isso favorecido, na sua origem, na sua organização e no seu caminho, por todos os velhos grupos dirigentes, indistintamente, com preferência, porém, pelos agrários que sentem mais ameaçadora a pressão das plebes rurais. Socialmente, porém, o fascismo encontra a sua base na pequena burguesia urbana e numa nova burguesia agrária saída de uma transformação da propriedade rural em algumas regiões (fenómenos do capitalismo agrário na Emilia, origem de uma categoria de intermediários rurais, «incentivos da terra», novas divisões de terrenos). Este facto e a circunstância de ter encontrado uma unidade ideológica e organizativa nas formações militares, onde revive a tradição da guerra («arditismo») (*), e que servem de guerrilha contra os trabalhadores, permitem ao fascismo conceber e actuar um plano de conquista do Estado, contrapondo-se às velhas classes dirigentes. É absurdo falar de revolução. As novas categorias que se agrupam à volta do fascismo extraem, porém, da sua origem uma homogeneidade e uma mentalidade comum de «capitalismo nascente». Isto explica como é possível a luta contra os homens políticos do passado e como podem justificá-la com uma construção ideológica em contraste com as teorias tradicionais do Estado e das suas relações com os cidadãos. O fascismo modifica, na substância, o programa de conservação e de reacção que sempre dominou a política italiana apenas na diversa maneira de conceber o processo de unificação das forças reaccionárias. À táctica dos acordos e dos compromissos, substitui o propósito de realizar uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num único organismo político controlado por uma única central que deveria dirigir simultaneamente o Partido, o Governo e o Estado. Este propósito corresponde à vontade de resistir completamente a qualquer ataque revolucionário, o que permite ao fascismo recolher as adesões da parte decididamente mais reaccionária da burguesia industrial e dos agrários.

(*) *Ardito:* Soldado dos batalhões de assalto, instituídos durante a Primeira Guerra Mundial. — *(N. do T.)*

16. O método fascista de defesa da ordem, da propriedade e do Estado, ainda mais do que o sistema tradicional dos compromissos e da política de esquerda, é desagregador das classes sociais e das suas superstruturas políticas. As reacções que provoca devem ser examinadas em relação com a sua aplicação, quer no campo económico quer no campo político.

No campo político, antes de mais, a unidade orgânica da burguesia, no fascismo, não se realiza imediatamente depois da conquista do poder. Fora do fascismo, persistem centros de oposição burguesa ao regime. Por um lado, não é absorvido o grupo que tem fé na solução giolittiana do problema do Estado. Este grupo liga-se a uma secção da burguesia industrial e, com um programa de reformismo «trabalhista», exerce influência sobre estratos de operários e pequenos burgueses. Por outro, o programa de fundar o Estado sobre uma democracia rural do Mezzogiorno e sobre a parte «sã» da indústria setentrional (*Corriere della sera*, liberalismo, Nitti) tende a tornar-se um programa de uma organização política de oposição ao fascismo com bases de massa no Mezzogiorno (União Nacional).

O fascismo é obrigado a lutar contra estes grupos sobreviventes com muita vivacidade e a lutar com vivacidade ainda maior contra a maçonaria, que ele considera justamente como centro de organização de todas as tradicionais forças de apoio ao Estado. Esta luta, que é, queiram ou não, o indício de uma fractura no bloco das forças conservadoras e antiproletárias, pode favorecer, em determinadas circunstâncias, o desenvolvimento e a afirmação do proletariado como terceiro e decisivo factor de uma situação política.

No campo económico, o fascismo age como instrumento de uma oligarquia industrial e agrária para centralizar, na mão do capitalismo, o controlo de todas as riquezas do país. Isto não pode deixar de provocar um descontentamento na pequena burguesia que, com o advento do fascismo, julgava chegada a era do seu domínio.

Toda uma série de medidas foi adoptada pelo fascismo para favorecer uma nova concentração industrial (abolição do imposto sucessório, política financeira e fiscal, agudização do proteccionismo) e a elas correspondem outras medidas a favor dos agrários e contra os pequenos e médios cultivadores (impostos, imposto sobre o trigo, «batalha do trigo»). A acumulação determinada por estas medidas não se traduz em acréscimo de riqueza nacional mas é a espoliação de uma classe a favor da outra, isto é, das classes trabalhadoras e médias a favor da plutocracia. O plano de favorecer a plutocracia aparece, sem pudor, no projecto de legalizar no novo código de comércio o regime das acções privilegiadas; um pequeno grupo de financeiros é, deste modo, posto em condições de poder dispor, sem controlo, de grandes massas de poupança provenientes da média e pequena burguesia e estas categorias são expropriadas do direito de disporem da sua riqueza. No mesmo plano, mas com consequências políticas mais vastas, enquadra-se o projecto de unificação dos bancos emissores, isto é, na prática, de supressão dos dois grandes bancos meridionais. Estes dois bancos cumprem hoje a função de absorver as poupanças do Mezzogiorno e as remessas dos emigrantes (600 milhões), isto é, a função que, no passado, cumpria ao Estado, com as emissões de títulos do tesouro, e ao Banco de Desconto, no interesse de uma parte da indústria pesada do Norte. Os bancos meridionais foram controlados, até agora, pelas próprias classes dirigentes do Mezzogiorno, que encontraram neste controlo uma base real do seu domínio político. A supressão dos bancos meridionais, como bancos emissores, fará passar esta função para a grande indústria do Norte, que controla, através da banca comercial, o Banco de Itália e, deste modo, acentuar-se-á a exploração económica «colonial» e o empobrecimento do Mezzogiorno e, além disso, acelerar-se-á o lento processo de separação do Estado também da pequena burguesia meridional.

A política económica do fascismo completa-se com as providências para realçar o curso da moeda, para sanear o balanço do Estado, para pagar as dívidas de guerra e favorecer a intervenção do capital anglo-americano na Itália. Em todos estes campos, o fascismo actua o programa da plutocracia (Nitti) e de uma minoria industrial-agrária em prejuízo da grande maioria da população, cujas condições de vida pioram progressivamente.

Coroamento de toda a propaganda ideológica, da acção política e económica do fascismo é a sua tendência para o «imperialismo». Esta tendência é a expressão da necessidade sentida pelas classes dirigentes industriais-agrárias italianas para encontrarem fora do campo nacional os elementos para a resolução da crise da sociedade italiana. Nela residem os germes de uma guerra que será combatida, aparentemente, para a expansão italiana mas na qual, na realidade, a Itália fascista será um instrumento nas mãos de um dos grupos imperialistas que disputam o domínio do mundo.

17. Como consequência da política do fascismo, determinam-se profundas reacções das massas. O fenómeno mais grave é a separação, cada vez mais decidida, das populações agrárias do Mezzogiorno e das Ilhas, em relação ao sistema de forças que regem o Estado. A velha classe dirigente local (Orlando, Di Cesarò, De Nicola, etc.) já não exerce de modo sistemático a sua função de anel de conjugação com o Estado. A pequena burguesia tende, portanto, a aproximar-se dos camponeses. O sistema de exploração e de opressão das massas meridionais é levado ao extremo pelo fascismo; isto facilita a radicalização também das categorias intermédias e põe a questão meridional nos seus verdadeiros termos, como questão que será resolvida apenas pela insurreição dos camponeses aliados do proletariado na luta contra os capitalistas e contra os agrários.

Também os camponeses médios e pobres das outras partes da Itália adquirem uma função revolucionária, ainda que de modo mais lento. O Vaticano — cuja função reaccionária foi assumida pelo fascismo — já não controla as populações rurais de modo completo através dos padres, da Acção Católica e do Partido Popular. Há uma parte dos camponeses que foi despertada para as lutas de defesa dos seus interesses pelas próprias organizações autorizadas e dirigidas pelas autoridades eclesiásticas e que agora, sob a pressão económica e política do fascismo, acentua a própria orientação de classe e começa a sentir que a sua sorte não é separável da da classe operária. Indício desta tendência é o fenómeno Miglioli. Um sintoma assaz interessante é também o facto de as organizações brancas (as quais, sendo uma parte da Acção Católica,

são controladas directamente pelo Vaticano) terem de entrar nos *comités* intersindicais com as ligas vermelhas, expressão daquele período proletário que os católicos indicavam, até 1870, como iminente na sociedade italiana.

Quanto ao proletariado, a actividade desagregadora das suas forças encontra um limite na resistência passiva da grande massa, a qual continua fundamentalmente classista e ameaça pôr-se em movimento mal se afrouxa a pressão física do fascismo e se tornam mais fortes os estímulos do interesse de classe. A tentativa de levar ao seu interior a cisão com os sindicatos fascistas, pode considerar-se falida. Os sindicatos fascistas, mudando o seu programa, tornam-se agora instrumentos directos de compressão reaccionária ao serviço do Estado.

18. Às perigosas mudanças e aos novos recrutamentos de forças provocados pela sua política, o fascismo reage fazendo agravar sobre toda a sociedade o peso de uma força militar e um sistema de compressão que mantém a população agarrada ao facto mecânico da produção, sem possibilidade de ter uma vida própria, de manifestar uma vontade própria e de organizar-se para a defesa dos seus interesses.

A chamada legislação fascista só tem como objectivo consolidar e tornar permanente este sistema. A nova lei eleitoral política, as modificações da ordem administrativa com a introdução do administrador nos conselhos rurais, etc., queriam assinalar o fim da participação das massas na vida política e administrativa do país. O controlo das associações impede qualquer forma permanente «legal» de organização das massas. A nova política sindical tira à Confederação do Trabalho e aos sindicatos de classe a possibilidade de concluir acordos para os excluir do contacto com as massas que se tinham organizado à sua volta. A imprensa proletária foi suprimida. O partido de classe do proletariado, reduzido à vida plenamente ilegal. As violências físicas e as perseguições de polícia são adoptadas sistematicamente, sobretudo nas zonas rurais, para incutir o terror e manter uma situação de estado de sítio.

O resultado desta complexa actividade de reacção e de compressão é o desequilíbrio entre a relação real das forças sociais e a relação das forças organizadas, pelo que, a um aparente regresso à normalidade e à estabilidade, corresponde

uma agudização de contrastes prontos a romper em cada instante por novas vias.

18a. A crise que se seguiu ao delito Matteotti forneceu um exemplo da possibilidade de a aparente estabilidade do regime fascista ser perturbada pelas bases, dada a explosão imprevista de contrastes económicos e políticos agudizados sem terem sido advertidos. Ao mesmo tempo, ela forneceu a prova da incapacidade de a pequena burguesia guiar com êxito, no actual período histórico, a luta contra a reacção industrial-agrária.

Forças motrizes e perspectivas da revolução

19. As forças motrizes da revolução italiana, como resulta da nossa análise, são, por ordem da sua importância, as seguintes:

1) A classe operária e o proletariado agrícola;

2) Os camponeses do Mezzogiorno e das Ilhas e os camponeses das outras partes de Itália.

O desenvolvimento e a rapidez do processo revolucionário não são previsíveis fora de uma valorização de elementos subjectivos: isto é, à medida que a classe operária conseguir conquistar uma figura política própria, uma consciência de classe decidida e uma independência de todas as outras classes, à medida que conseguir organizar as suas forças, ou seja, exercer de facto uma acção de guia dos outros factores e, em primeiro lugar, concretizar politicamente a sua aliança com os camponeses.

Pode afirmar-se em linha geral e com base, de resto, na experiência italiana, que do período da preparação revolucionária se entrará num período revolucionário «imediato» quando o proletariado industrial e agrícola do Norte conseguir reconquistar, pelo desenvolvimento da situação objectiva e através de uma série de lutas particulares e imediatas, um alto grau de organização e de combatividade.

Quanto aos camponeses, os do Mezzogiorno e das Ilhas devem ser postos na primeira linha entre as forças com que deve contar a insurreição contra a ditadura industrial-agrária,

embora não se deva atribuir-lhes, fora de uma aliança com o proletariado, uma importância resolutiva. A aliança entre eles e os operários é o resultado de um processo histórico natural e profundo, favorecido por todas as peripécias do Estado italiano. Para os camponeses das outras partes da Itália o processo de orientação para a aliança com o proletariado é mais lento e deverá ser favorecido por uma atenta acção política do partido do proletariado. Os sucessos já obtidos em Itália, neste sector, indicam, de resto, que o problema de romper a aliança dos camponeses com as forças reaccionárias deve ser posto, em grande parte, também em outros países da Europa ocidental, como modo de destruir a influência da organização católica sobre as massas rurais.

20. Os obstáculos ao desenvolvimento da revolução, para além dos justificados pela pressão fascista, estão em relação com a variedade dos grupos em que a burguesia se divide. Cada um destes grupos esforça-se por exercer uma influência numa secção da população trabalhadora para impedir que se estenda a influência do proletariado, ou no próprio proletariado para lhe fazer perder a sua figura e autonomia de classe revolucionária. Constitui-se, deste modo, uma cadeia de forças reaccionárias que, partindo do fascismo, compreende os grupos antifascistas que não têm grandes bases de massa (liberais), os que têm uma base nos camponeses e na pequena burguesia (democratas, combatentes, populares, republicanos) e, em parte, também nos operários (Partido Reformista), e os que tendo uma base proletária tendem a manter as massas operárias numa condição de passividade, fazendo-lhes seguir a política de outras classes (Partido Maximalista). Também o grupo que dirige a Confederação do Trabalho deve ser considerado na mesma proporção, isto é, como veículo de uma influência desagregadora de outras classes em relação aos trabalhadores. Cada um dos grupos que indicámos tem ligada a si uma parte da população trabalhadora italiana. A modificação deste estado de coisas é apenas concebível como consequência de uma sistemática e ininterrupta acção política da vanguarda proletária organizada no Partido Comunista.

Uma particular atenção deve ser dada aos grupos e partidos que têm uma base de massa ou que procuram formá-la, como partidos democráticos ou como partidos regionais, na

população agrícola do Mezzogiorno e das Ilhas (União Nacional, Partido de Acção Sardo, Molisano, Irpino, etc.). Estes partidos não exercem uma influência directa no proletariado, mas são um obstáculo para a realização da aliança entre operários e camponeses. Orientando as classes agrícolas do Mezzogiorno para uma democracia rural e para soluções democráticas regionais, fragmentam a unidade do processo de libertação da população trabalhadora italiana, impedem que os camponeses tenham êxito na sua luta contra a exploração económica e política da burguesia e dos agrários e preparam a sua transformação em guardas brancos da reacção. O sucesso político da classe operária está também, neste sector, em relação com a acção política do partido do proletariado.

21. A possibilidade de derrube do regime fascista por uma acção de grupos antifascistas que se afirmam democráticos só existiria se estes grupos conseguissem, neutralizando a acção do proletariado, controlar um movimento de massas até poder travar-lhe o desenvolvimento. A função da oposição burguesa democrática é, pelo contrário, a de colaborar com o fascismo para impedir a reorganização da classe operária e a realização do seu programa de classe. Neste sentido está em acto um compromisso entre fascismo e oposição burguesa e inspirará a política de todas as formações de «centro» que surjam dos escombros do Aventino. A oposição só poderá tornar a ser protagonista da acção de defesa do regime capitalista quando a própria compressão fascista deixar de conseguir impedir o desencadeamento dos conflitos de classe, e o perigo de uma insurreição de proletários e da sua ligação com uma guerra de camponeses surgirá grave e iminente. A possibilidade de recurso da burguesia e do próprio fascismo ao sistema da reacção encoberta pela aparência de um «Governo de esquerda» deve, pois, estar continuamente presente nas nossas perspectivas (divisão de funções entre fascismo e democracia, *Teses do V Congresso Mundial*).

22. Desta análise dos factores da revolução e das suas perspectivas deduzem-se as tarefas do Partido Comunista. A ela se devem ligar os critérios da sua actividade organizativa e os da sua acção política. Dela derivam as linhas directivas e fundamentais do seu programa.

23. Depois de ter resistido vitoriosamente à onda reaccionária que queria submergi-lo (1923), depois de ter contribuído com a sua acção para assinalar o primeiro ponto de paragem no processo de dispersão das forças trabalhadoras (eleições de 1924), depois de ter aproveitado a crise Matteotti para reorganizar uma vanguarda proletária que se opôs com notável sucesso à tentativa de instaurar um predomínio pequeno-burguês na vida política (Aventino) e ter estabelecido as bases de uma real política camponesa do proletariado italiano, o partido encontra-se hoje na fase da preparação política da revolução.

A sua tarefa fundamental pode ser indicada por estes três pontos:

1) Organizar e unificar o proletariado industrial e agrícola para a revolução;

2) Organizar e mobilizar à volta do proletariado todas as forças necessárias para a vitória revolucionária e para a fundação do Estado operário;

3) Pôr ao proletariado e aos seus aliados o problema da insurreição contra o Estado burguês e da luta para a ditadura proletária e guiá-los política e materialmente para a solução disso através de uma série de lutas parciais.

A construção do Partido Comunista como partido «bolchevista»

24. A organização da vanguarda proletária no Partido Comunista é a parte essencial da nossa actividade organizativa. Os operários italianos aprenderam com a sua experiência (1919-20) que onde falta a guia de um Partido Comunista, construído como partido da classe operária e como partido da revolução, não é possível um êxito vitorioso da luta para abater o regime capitalista. A construção de um Partido Comunista que seja de facto o partido da classe operária e o partido da revolução — isto é, que seja um partido «bolchevista» — está em conexão directa com os seguintes pontos fundamentais:

1) A ideologia do partido;
2) A forma da organização e a sua unidade;
3) A capacidade de funcionar em contacto com as massas;
4) A capacidade estratégica e táctica.

Cada um destes pontos está ligado intimamente com os outros e não poderia logicamente estar separado. Cada um deles, de facto, indica e compreende uma série de problemas cujas soluções interferem e se sobrepõem. O seu exame separado só será útil quando se tiver presente que nenhum pode ser resolvido sem que todos sejam ordenados e conduzidos igualmente para uma solução.

A ideologia do Partido

25. Ao Partido Comunista é necessária unidade ideológica completa para poder cumprir, em todos os momentos, a sua função de guia da classe operária. A unidade ideológica é elemento da força do partido e da sua capacidade política, é indispensável para o fazer tornar um partido bolchevista. Base da unidade ideológica é a doutrina do marxismo e do leninismo, este último entendido como a doutrina marxista adequada aos problemas do período do imperialismo e do início da revolução proletária (*Teses sobre a bolchevização do Executivo alargado de Abril de 1925*, n.os IV e VI).

O Partido Comunista de Itália formou a sua ideologia na luta contra a social-democracia (reformistas) e contra o centralismo político representado pelo Partido Maximalista. Não encontra, porém, na história do movimento operário italiano uma vigorosa e contínua corrente de pensamento marxista a que se apoiar. Além disso, falta nas suas fileiras um profundo e difuso conhecimento das teorias do marxismo e do leninismo. São, portanto, possíveis os desvios.

A elevação do nível ideológico do partido deve obter-se com uma sistemática actividade interna que se proponha conduzir todos os membros a um completo conhecimento dos fins imediatos do movimento revolucionário, uma certa capacidade de análise marxista das situações e uma correlativa capacidade de orientação política (escola de partido). É de

recusar uma concepção que defenda que os factores de consciência e de maturidade revolucionárias (que constituem a ideologia) se podem realizar no partido sem que se realizem num vasto número de indivíduos que o compõem.

26. Não obstante as origens de um luta contra degenerações de direita e centristas do movimento operário, o perigo de desvios à direita continua presente no Partido Comunista de Itália.

No campo teórico, é representado pelas tentativas de revisão do marxismo, feitas pelo camarada Graziadei e motivadas por uma explicação «científica» de alguns conceitos fundamentais da doutrina de Marx. As tentativas de Graziadei não podem certamente levar à criação de uma corrente e, portanto, de uma fracção que ponha em perigo a unidade ideológica e a estrutura do partido. Nelas é porém implícito um apoio a correntes e desvios políticos de direita. De qualquer modo, indicam que o partido tem necessidade de efectuar um profundo estudo do marxismo e conquistar uma consciência teórica mais alta e mais segura.

O perigo da criação de uma tendência de direita está ligado à situação geral do país. A própria compressão exercida pelo fascismo tende a alimentar a opinião de que, estando o proletariado na impossibilidade de abater rapidamente o regime, é melhor táctica a que conduz, se não a um bloco burguês-proletário para a eliminação constitucional do fascismo, a uma passividade da vanguarda revolucionária, a uma não intervenção activa do Partido Comunista na luta política imediata, para permitir que a burguesia se sirva do proletariado como massa de manobra eleitoral contra o fascismo. Este programa apresenta-se com a fórmula de que o Partido Comunista deve ser «a esquerda» de uma oposição de todas as forças que conspiram para abater o regime fascista. Isto é a expressão de um profundo pessimismo acerca das capacidades revolucionárias da classe trabalhadora.

O próprio pessimismo e os próprios desvios levam a interpretar de modo errado a natureza e a função histórica dos partidos sociais-democratas no momento actual, a esquecer que a social-democracia (embora tenha a sua base social, em grande parte, no proletariado, em relação à sua ideologia e à função política que exerce) deve ser considerada não como

a direita do movimento operário, mas como uma esquerda da burguesia e como tal deve ser desmascarada perante as massas.

O perigo de direita deve ser combatido com a propaganda ideológica, contrapondo ao programa de direita o programa revolucionário da classe operária e do seu partido, e com meios disciplinares usuais sempre que seja necessário.

27. Ligado às origens do partido e à situação geral do país existe igualmente o perigo de desvio à esquerda da ideologia marxista e leninista. É representado pela tendência extremista, encabeçada pelo camarada Bordiga. Esta tendência formou-se na particular situação de desagregação e incapacidade programática, organizativa, estratégica e táctica em que se encontrou o Partido Socialista Italiano, desde o fim da guerra até ao Congresso de Livorno: a sua origem e a sua fortuna, sendo a classe operária uma minoria na população trabalhadora italiana, estão além disso em relação com o facto de ser contínuo o perigo de o seu partido se corromper por infiltrações de outras classes e, em particular, pela pequena burguesia. A esta condição da classe operária e à situação do Partido Socialista Italiano, a tendência de extrema-esquerda reagiu com uma particular ideologia, isto é, com uma concepção da natureza do partido, da sua função e da sua táctica que contrasta com a do marxismo e do leninismo:

a) Pela extrema-esquerda o partido é definido, transcurando ou menosprezando o seu conteúdo social, como um «órgão» da classe operária que se constitui por síntese de elementos heterogéneos. O partido deve ser definido, pelo contrário, pondo em relevo acima de tudo o facto de ser uma «parte» da classe operária. O erro na definição do partido determina que se apresentem, de modo errado, os problemas organizativos e os problemas de táctica;

b) Para a extrema-esquerda a função do partido não é a de guiar em todos os momentos a classe, esforçando-se por estar em contacto com ela através da mudança da situação objectiva, mas a de elaborar quadros preparados para guiar a massa quando o desenvolvimento das situações a conduzir ao partido, fazendo-as aceitar as posições programáticas e de princípio por ele fixadas;

c) Em relação à táctica, a extrema-esquerda defende que não deve ser determinada relativamente às situações objecti-

vas e à posição das massas de modo que adira sempre à realidade e forneça um contínuo contacto com os estratos mais vastos da população trabalhadora, mas deve ser determinada com base em preocupações formais. É própria do extremismo a concepção de que os desvios dos princípios da política comunista não se evitam com a construção de partidos «bolchevistas» que sejam capazes de cumprir, sem desviar, as acções políticas requeridas pela mobilização das massas e pela vitória revolucionária, mas só podem ser evitados impondo à táctica limites rígidos e formais de carácter externo (no campo organizativo: «adesão individual», isto é, recusa das «fusões» que podem ser sempre, contrariamente e em condições determinadas, um meio eficaz de extensão da influência do partido; no campo político: alteração dos termos do problema da conquista da maioria, frente única sindical e não política, nenhuma diversidade no modo de lutar contra a democracia conforme o grau de adesão das massas a formações democráticas contra-revolucionárias e de iminência e gravidade de um perigo reaccionário, recusa da palavra de ordem do Governo operário e camponês). Ao exame das situações dos movimentos de massa recorre-se, portanto, só para o controlo da linha deduzida com base em preocupações formais e sectárias: por isso acaba sempre por faltar, na determinação da política do partido, o elemento particular; despedaça-se a unidade e amplitude de visão que são próprias do nosso método de análise política (dialéctica); a actividade do partido e as suas palavras de ordem perdem eficácia e valor, permanecendo como actividade e palavras de simples propaganda.

É inevitável, como consequência destas posições, a passividade política do partido. O «abstencionismo» dela foi um aspecto, no passado. Isto permite aproximar o extremismo de esquerda ao maximalismo e aos desvios de direita. É, além disso, como as tendências de direita, expressão de um cepticismo sobre a possibilidade de a massa operária organizar, partindo de si própria, um partido de classe que seja capaz de guiar a grande massa, esforçando-se por tê-la sempre ligada a si.

A luta ideológica contra o extremismo de esquerda deve ser conduzida contrapondo-lhe a concepção marxista e leninista do partido do proletariado como partido de massas e

mostrando a necessidade que este adapte a sua táctica às situações para as poder modificar, para não perder o contacto com as massas e para conquistar sempre novas zonas de influência.

O extremismo de esquerda foi a ideologia oficial do partido italiano no primeiro período da sua existência. É defendido por camaradas que foram fundadores do partido e deram um grande contributo à sua construção depois de Livorno. Existem pois motivos para explicar como esta concepção se radicou por muito tempo na maioria dos camaradas, sem que por estes fosse avaliada criticamente, de modo completo, mas preferentemente como consequência de um estado de ânimo difuso. É evidente, por isso, que o perigo de extrema-esquerda deve ser considerado como uma realidade imediata, como um obstáculo, não só para a unificação e elevação ideológica mas para o desenvolvimento político do partido e para a eficácia da sua acção. Deve ser combatido como tal, não só com a propaganda mas com uma acção política e, eventualmente, com medidas organizativas.

28. Elemento da ideologia do partido é o grau de espírito internacionalista que penetrou nas suas filas. É muito forte, entre nós, como espírito de solidariedade internacional, mas não como consciência de pertencer a um partido mundial. Contribui para esta fraqueza a tendência para apresentar a concepção de extrema-esquerda como uma concepção nacional («originalidade» e valor «histórico» das posições da «esquerda italiana») que se opõe à concepção marxista e leninista da Internacional Comunista e procura substituí-la. Daqui deriva uma espécie de «patriotismo de partido» que evita o enquadramento numa organização mundial, segundo os princípios que são próprios desta organização (recusa de cargos, luta de fracção internacional, etc.). Esta fraqueza de espírito internacionalista oferece o terreno para uma repercussão, no partido, da campanha conduzida pela burguesia contra a Internacional Comunista, qualificando-a como órgão do Estado russo. Algumas das teses de extrema-esquerda, a este propósito, ligam-se às teses habituais dos partidos contra-revolucionários. Aquelas devem ser combatidas com extremo vigor, com uma propaganda que demonstre como historicamente respeita ao partido russo uma função predominante e directiva na construção de uma Internacional Comunista e qual é

a posição do Estado operário russo — primeira e única real conquista da classe operária na luta pelo poder — em relação ao movimento operário internacional (*Teses sobre a situação internacional*).

A base da organização do Partido

29. Todos os problemas de organização são problemas políticos. A sua solução deve tornar possível ao partido a actuação da sua tarefa fundamental, fazendo conquistar ao proletariado uma completa independência política, dando-lhe uma fisionomia, uma personalidade, uma consciência revolucionária precisa, impedindo qualquer infiltração e a influência desagregadora de classes e elementos, os quais, embora tendo interesses contrários ao capitalismo, não querem conduzir a luta contra ele até às suas últimas consequências.

É, em primeiro lugar, um problema político: o da base da organização. A organização do partido deve ser construída com base na produção e, portanto, nos locais de trabalho (células). Este princípio é essencial para a criação de um partido «bolchevista». Depende do facto de o partido dever ser apetrechado para atingir o movimento de massas da classe operária, a qual é naturalmente unificada pelo desenvolvimento do capitalismo segundo o processo da produção.

Colocando a base organizativa no local da produção, o partido cumpre um acto de escolha da classe sobre a qual se baseia. Ele proclama ser um partido de classe e o partido de uma única classe, a classe operária.

Todas as objecções ao princípio que coloca a organização do partido com base na produção partem de concepções ligadas a classes estranhas ao proletariado, embora sejam apresentadas por camaradas e grupos que se dizem de «extrema-esquerda». Tais concepções baseiam-se numa consideração pessimista das capacidades revolucionárias do operário e do operário comunista, e são expressão do espírito antiproletário do pequeno-burguês intelectual que crê ser o sal da terra e vê no operário o instrumento material da perturbação social e não o protagonista consciente e inteligente da revolução.

Reproduzem-se no partido italiano, a propósito das células, a discussão e o contraste que conduziram na Rússia à cisão entre bolchevistas e mencheviques a propósito do mesmo problema da escolha da classe, do carácter de classe do partido e do modo de adesão ao partido de elementos não proletários. Este facto tem, de resto, em relação à situação italiana, uma importância notável. É a própria estrutura social e são as condições e as tradições da luta política que tornam, em Itália, muito mais sério do que nos restantes países o perigo de edificar o partido com base numa «síntese» de elementos heterogéneos, isto é, abrindo neles o caminho para a influência paralisante de outras classes. Trata-se de um perigo que se tornará, além do mais, sempre mais grave pela própria política do fascismo, o qual empurrará para o terreno revolucionário estratos completos da pequena burguesia.

É certo que o Partido Comunista não pode ser unicamente um partido de operários. A classe operária e o seu partido não podem deixar de contar com os intelectuais nem podem ignorar o problema de reunir à sua volta e guiar todos os elementos que, por um motivo ou por outro, são impelidos para a revolta contra o capitalismo. Assim também o Partido Comunista não pode fechar as portas aos camponeses: pelo contrário, deve contar com os camponeses e servir-se deles para estreitar o laço político entre o proletariado e as classes rurais. Mas há que recusar energicamente, como contra-revolucionária, qualquer concepção que faça do partido uma «síntese» de elementos heterogéneos em lugar de defender, sem concessões de qualquer espécie, que ele é uma parte do proletariado, que o proletariado deve dar-lhe a marca da organização que lhe é própria e que ao proletariado deve ser garantida, no próprio partido, uma função directiva.

30. Não têm consistência as objecções práticas à organização com base na produção (células), segundo as quais esta estrutura organizativa não permitiria superar a concorrência entre diversas categorias de operários e deixaria o Partido à mercê do funcionalismo.

A prática do movimento de fábrica (1919-20) mostrou que só uma organização aderente ao lugar e ao sistema da produção permite estabelecer um contacto entre os estratos superiores e os estratos inferiores da massa trabalhadora (qualificados, não qualificados e serventes) e criar vínculos de solidariedade que fazem cair as bases de qualquer fenómeno de «aristocrata operária».

A organização por células leva à formação, no Partido, de um estrato assaz vasto de elementos dirigentes (secretários

de célula, membros dos *comités* de célula, etc.) que são parte da massa e nela permanecem, embora exercendo funções directivas, diferenciando-se dos secretários das secções territoriais que eram necessariamente elementos afastados da massa trabalhadora. O partido deve dedicar uma atenção particular à educação destes camaradas que formam o tecido de ligação das organizações e são o instrumento de comunicação com as massas. Qualquer que seja o ponto de vista que a considere, a transformação da estrutura com base na produção é tarefa fundamental do partido, no momento presente, e meio para a solução dos seus mais importantes problemas. Nela se deve insistir e intensificar todo o trabalho ideológico e prático que lhe é relativo.

Unidade da organização do Partido. Divisionismo

31. A organização de um partido bolchevista deve ser, em todos os momentos da vida do partido, uma organização centralizada, dirigida pelo Comité Central, não só por palavras mas pelos factos. Uma disciplina proletária de ferro deve reinar nas suas filas. Isto não quer dizer que o partido deva ser regido do alto, com sistemas autocráticos. Tanto o Comité Central como os órgãos inferiores de direcção são formados com base numa eleição e com base numa escolha de elementos capazes, completada através da prova do trabalho e da experiência do movimento. Este segundo elemento é garantia de que os critérios para a formação dos grupos dirigentes locais e do grupo dirigente central não são mecânicos, exteriores e «parlamentares» mas correspondem a um processo real de formação de uma vanguarda proletária homogénea e em comunicação com a massa.

O princípio da eleição dos órgãos dirigentes — democracia interna — não é absoluto mas relativo às condições da luta política. Mesmo quando ele sofre limitações, os órgãos centrais e periféricos devem sempre considerar o seu poder não sobreposto mas proveniente da vontade do partido e esforçar-se por acentuar o seu carácter proletário, multiplicando as suas ligações com a massa dos camaradas e com a classe operária. Esta última necessidade é particularmente sentida em Itália, onde a reacção obrigou e obriga ainda a uma forte limitação da democracia interna.

A democracia interna é também relativa ao grau de capacidade política possuída pelos órgãos periféricos e pelos camaradas que trabalham na periferia. A acção que o centro exerce para aumentar esta capacidade torna possível uma extensão dos sistemas «democráticos» e uma redução cada vez maior do sistema da «cooptação» e das intervenções da cúpula para regular as questões organizativas locais.

32. A centralização e a unidade do Partido exigem que não existam no seu interno grupos organizados que assumam carácter divisionista. Um partido bolchevista diferencia-se profundamente por esta característica dos partidos sociais-democratas, os quais compreendem uma grande variedade de grupos e nos quais a luta de facções é a forma normal de elaboração das directivas políticas e de selecção dos grupos dirigentes. Os partidos e a Internacional Comunista apareceram a seguir a uma luta de facções desenvolvida no interno da II Internacional. Constituindo-se como partidos e como organização mundial do proletariado, elegeram como norma da sua vida interna e do seu desenvolvimento, não a luta de facções mas a colaboração orgânica de todas as tendências, através da participação nos órgãos dirigentes.

A existência e a luta de facções são de facto inconcebíveis com a essência do partido do proletariado, ao qual quebram a unidade, abrindo o caminho à influência de outras classes. Isto não quer dizer que no Partido não possam surgir tendências e que as tendências não procurem então organizar-se em facções, mas quer dizer que contra esta última eventualidade se deve lutar energicamente para reduzir os contrastes de tendências, as elaborações de pensamento e a selecção dos dirigentes à forma que é própria dos partidos comunistas, isto é, a um processo de desenvolvimento real e unitário (dialéctico) e não a uma controvérsia e a lutas de carácter «parlamentar».

33. A experiência do movimento operário, falido a seguir à impotência do PSI, pela luta das facções e pelo facto de cada facção fazer, independentemente do Partido, a sua política, paralisando a acção das outras facções e a do Partido, oferece um bom terreno para criar e manter a unidade e a centralização que devem ser próprias de um partido bolchevista.

Entre os diversos grupos de que o Partido Comunista de Itália teve origem subsistem algumas diferenças que devem desaparecer com um aprofundamento da comum ideologia marxista e leninista. Só entre os seguidores da ideologia antimarxista de extrema-esquerda se mantiveram por muito tempo uma homogeneidade e uma solidariedade de carácter divisionista. Do divisionismo encoberto fez-se a tentativa de passar à luta aberta de facção com a constituição do chamado «Comitato d'intesa». A profundidade com que o Partido reagiu a esta insana tentativa de cindir as suas forças é a certeza segura de que cairá no vazio, neste sector, qualquer tentativa para nos fazer voltar aos hábitos da social-democracia.

O perigo de divisionismo existe em certa medida também pela fusão com os aderentes à III Internacional do Partido Socialista. Estes não têm uma ideologia comum mas subsistem entre si relações de carácter essencialmente corporativo, criadas nos dois anos de vida como facção do PSI: estas relações têm afrouxado e não será difícil eliminá-las totalmente.

A luta contra o divisionismo deve ser, antes de mais, propaganda de justos princípios organizativos, mas não terá sucesso até que o partido italiano não puder novamente considerar a discussão dos problemas actuais, seus e da Internacional, como facto normal, e orientar as suas tendências em relação a estes problemas.

O funcionamento da organização do Partido

34. Um partido bolchevista deve ser organizado de modo a poder funcionar, em todas as condições, em contacto com as massas. Este princípio assume a maior importância, entre nós, dada a compressão exercida pelo fascismo com o fim de impedir que as relações de forças reais se traduzam em relações de forças organizadas. Só com a máxima concentração e intensidade da actividade do partido se pode conseguir neutralizar, pelo menos em parte, este factor negativo e obter que não impeça profundamente o processo da revolução. Devem ser, por isso, tomados em consideração:

a) O número dos inscritos e a sua capacidade política; deve ser tal que permita uma contínua extensão da nossa influência. É de combater a tendência para conservar artificialmente fechados os quadros: isso conduz à passividade, à atrofia. Cada inscrito, porém, deve ser um elemento politicamente activo, capaz de difundir a influência do partido e traduzir quotidianamente em acto as suas directrizes, guiando uma parte da massa trabalhadora;

b) A utilização de todos os camaradas num trabalho prático;

c) A coordenação unitária das diversas espécies de actividade por meio de *comités* nos quais se articula todo o partido como órgão de trabalho entre as massas;

d) O funcionamento colegial dos órgãos centrais do partido, considerado como condição para a constituição de um grupo dirigente «bolchevita» homogéneo e compacto;

e) A capacidade de os camaradas trabalharem entre as massas, estarem continuamente presentes entre elas, estarem na primeira fila em todas as lutas, saberem, em todos os momentos, assumir e tomar a posição que é própria da vanguarda do proletariado. Insiste-se neste ponto porque a necessidade do trabalho subterrâneo e a errada ideologia da «extrema-esquerda» produziram uma limitação da capacidade de trabalho entre as massas e com as massas;

f) A capacidade de os organismos periféricos e os camaradas (individualmente) enfrentarem situações imprevistas e tomarem posições exactas, mesmo antes que cheguem disposições dos organismos superiores. É de combater a forma de passividade, resíduo também das falsas concepções organizativas do extremismo que consiste em saber apenas «esperar as ordens da cúpula». O partido deve ter, na base, uma sua «iniciativa», isto é, os órgãos de base devem reagir imediatamente a cada situação imprevista e improvisa;

g) A capacidade de executar um trabalho «subterrâneo» (ilegal) e defender o partido da reacção de qualquer espécie sem perder o contacto om as massas, fazendo servir, como defesa, o próprio contacto com os mais vastos estratos da classe trabalhadora. Na situação actual, uma defesa do partido e do seu aparelho, que se obtenha limitando-se a justificar uma actividade de simples «organização interna», deve considerar-se como um abandono da causa da revolução.

Cada um destes pontos deve considerar-se com atenção porque indica simultaneamente um defeito do partido e um progresso que se lhe deve fazer cumprir. Eles têm grande importância porque é de prever que os golpes da reação enfra-

quecerão ainda o aparelho de ligação entre o centro e a periferia, por muito grandes que sejam os esforços para o manter intacto.

Estratégia e táctica do Partido

35. A capacidade estratégica e táctica do partido é a capacidade de organizar e unificar à volta da vanguarda proletária e da classe operária todas as forças necessárias para a vitória revolucionária e guiá-las de facto para a revolução, aproveitando as situações objectivas e as mudanças de força que elas provocam, quer na população trabalhadora quer nos inimigos da classe operária. Com a estratégia e com a sua táctica, o partido «dirige a classe operária» nos grandes movimentos históricos e nas suas lutas quotidianas. Uma direcção está ligada a outra e é condicionada pela outra.

36. O princípio de que o partido dirige a classe operária não deve ser interpretado de modo mecânico. É preciso não acreditar que o partido possa dirigir a classe operária por uma imposição autoritária externa; isto não é verdade, nem para o período que precede, nem para o período que se segue à conquista do poder. O erro de uma interpretação mecânica deste princípio deve ser combatido no partido italiano como uma possível consequência dos desvios ideológicos de extrema-esquerda; estes desvios conduzem, de facto, a uma sobrevalorização formal do partido respeitante à função de guia da classe. Nós afirmamos que a capacidade de dirigir a classe não está em relação com o facto de o partido se «proclamar» o seu órgão revolucionário, mas com o facto de «efectivamente» conseguir ligar-se, como uma parte da classe operária, a todas as secções da própria classe e imprimir às massas um movimento na direcção desejada e favorecida pelas condições objectivas. Só como consequência da sua acção entre as massas o partido poderá obter que estas o reconheçam como o «seu» partido (conquista da maioria) e só quando esta condição se realizar ele pode presumir poder arrastar consigo a classe operária. As exigências desta acção, entre as massas, são superiores a qualquer «patriotismo» de partido.

37. O partido dirige a classe penetrando em todas as organizações em que se reúne a massa trabalhadora, cumprindo

nelas e através delas uma sistemática mobilização de energias, segundo o programa da luta de classes e uma acção de conquista da maioria para as directrizes comunistas.

As organizações em que trabalha o partido e que tendem, por sua natureza, a incorporar toda a massa operária nunca podem substituir o Partido Comunista, que é a organização política dos revolucionários, isto é, da vanguarda do proletariado. Assim se exclui uma relação de subordinação e de «igualdade» entre as organizações de massa e o partido (pacto sindical de Estugarda, pacto de aliança entre o Partido Socialista e a Confederação Geral do Trabalho). A relação entre sindicatos e partido é uma especial relação de direcção que se realiza mediante a actividade que os comunistas praticam no interior dos sindicatos. Os comunistas organizam-se como facção nos sindicatos e em todas as formações de massa e participam, entre os primeiros, na vida destas formações e na luta que estas conduzem, defendendo o programa e as palavras de ordem do seu partido.

Cada tendência para se afastar da vida das organizações, quaisquer que sejam, onde é possível contactar com as massas trabalhadoras, deve combater-se como perigoso desvio, indício de pessimismo e fonte de passividade.

38. Órgãos específicos de agrupamento das massas trabalhadoras, nos países capitalistas, são os sindicatos. A acção nos sindicatos deve considerar-se como essencial para alcançar os fins do partido. O partido que renuncia à luta para exercer a sua influência nos sindicatos e para conquistar a sua direcção, renuncia de facto à conquista da massa operária e à luta revolucionária para o poder.

A acção nos sindicatos assume, em Itália, uma importância particular porque permite trabalhar com intensidade maior e com melhores resultados na reorganização do proletariado industrial e agrícola que deve voltar a dar-lhe uma posição de predomínio em relação às outras classes sociais. A compressão fascista e especialmente a nova política sindical do fascismo criam, porém, uma condição completamente particular. A Confederação do Trabalho e os sindicatos de classe vêem fugir-lhes a possibilidade de desenvolver, nas formas tradicionais, uma actividade de organização e de defesa económica. Tendem a reduzir-se a simples órgãos de propaganda. Ao mesmo tempo, porém, impulsionada pela situação objec-

tiva, a classe operária consegue reordenar as suas forças segundo novas formas de organização. O partido deve, portanto, conseguir cumprir uma acção de defesa do sindicato de classe e de reivindicações da sua liberdade e, simultaneamente, deve secundar e estimular a tendência para a criação de organismos representativos de massas que adiram ao sistema da produção. Paralisada a actividade do sindicato de classe, a defesa do interesse imediato dos trabalhadores tende a cumprir-se através dum desmembramento da resistência e da luta por oficinas, por categorias, por secções de trabalho, etc. O Partido Comunista deve saber seguir todas estas lutas e exercer a sua verdadeira e própria direcção, impedindo que nelas se perca o carácter unitário e revolucionário dos contrastes de classe, explorando-as, pelo contrário, para favorecer a mobilização de todo o proletariado e a sua organização numa frente de combate *(Teses sindicais)*.

39. O partido dirige e unifica a classe operária, participando em todas as lutas de carácter parcial, formulando e agitando um programa de reivindicações de imediato interesse para a classe trabalhadora. As acções parciais e limitadas são por ele consideradas como momentos necessários para alcançar a mobilização progressiva e a unificação de todas as forças da classe trabalhadora.

O partido combate a concepção segundo a qual se deveria abster de apoiar ou de tomar parte em acções parciais porque os problemas que interessam a classe trabalhadora só se resolvem com o derrube do regime capitalista e com uma acção geral de todas as forças anticapitalistas. Está consciente da impossibilidade de melhorar, de modo sério e durável, as condições dos trabalhadores no período do imperialismo e antes que o regime comunista seja abatido. A agitação de um programa de reivindicações imediatas e o apoio às lutas parciais é, porém, o único modo para poder alcançar as grandes massas e mobilizá-las contra o capital. Por outro lado, cada agitação ou vitória de categorias operárias, no campo das reivindicações imediatas, torna mais aguda a crise do capitalismo, acelerando-lhe também subjectivamente a queda, visto que muda o instável equilíbrio sobre o qual hoje baseia o seu poder.

O Partido Comunista liga todas as reivindicações imediatas a um objectivo revolucionário, serve-se das lutas parciais

para ensinar às massas a necessidade da acção geral, da insurreição contra o domínio reaccionário do capital e procura obter que todas as lutas de carácter limitado sejam preparadas e dirigidas de modo a conduzirem à mobilização e unificação das forças proletárias e não à sua dispersão. Defende estas concepções no interior das organizações de massa, a quem cabe a direcção dos movimentos parciais, ou em relação aos partidos políticos que delas tomam a iniciativa, ou então fá-las valer tomando a iniciativa de propor as acções parciais, quer no interior das organizações de massa quer de outros partidos (táctica de frente única). De qualquer modo, serve-se da experiência do movimento e do êxito das suas propostas para fazer crescer a sua influência, demonstrando com os factos que o seu programa de acção é o único que corresponde aos interesses das massas e à situação objectiva para conduzir a uma situação mais avançada uma secção atrasada da classe trabalhadora.

A iniciativa dirigida pelo Partido Comunista para uma acção parcial pode ter lugar quando ele controlar, através de organismos de massa, uma parte notável da classe trabalhadora ou quando esteja seguro que uma sua palavra de ordem é seguida igualmente por uma parte notável da classe trabalhadora. O partido só tomará, porém, esta iniciativa quando ela conduzir, em relação à situação objectiva, a uma mudança, a seu favor, das relações de força e representar um passo em frente na unificação e mobilização da classe no terreno revolucionário.

Exclui-se que uma acção violenta de indivíduos ou de grupos possa servir para tirar da passividade as massas operárias enquanto o partido a elas não estiver profundamente ligado. A actividade dos grupos armados, particularmente, mesmo como reacção contra a violência física dos fascistas, só tem valor quando se liga a uma reacção das massas ou consegue suscitá-la e prepará-la, conquistando no campo da mobilização de forças materiais o mesmo valor que têm as greves e as agitações económicas particulares para a mobilização geral das energias dos trabalhadores em defesa dos seus interesses de classe.

39a. É um erro pensar que as reivindicações imediatas e as acções parciais apenas podem ter carácter económico. Uma vez que, com o agravar-se da crise do capitalismo, as classes

dirigentes capitalistas e agrárias, para manterem o seu poder, são obrigadas a limitar e suprimir as liberdades de organização e políticas do proletariado, a reivindicação destas liberdades oferece um óptimo terreno para agitações e lutas parciais que podem chegar à mobilização de vastos estratos da população trabalhadora. A legislação com a qual os fascistas suprimem, em Itália, até as mais elementares liberdades da classe operária, deve pois fornecer ao Partido Comunista motivos para a agitação e mobilização das massas. Será tarefa do Partido Comunista ligar cada uma das palavras de ordem que lançará neste campo com as directrizes gerais da sua acção: em particular, com a demonstração prática da impossibilidade de o regime instaurado pelo fascismo vir a sofrer radicais limitações e transformações em sentido «liberal» e «democrático» sem que se desencadeie contra o fascismo uma luta de massas que deverá inexoravelmente desembocar na guerra civil. Esta convicção deve difundir-se nas massas à medida que conseguirmos transformar os movimentos «revolucionários democráticos» em movimentos revolucionários operários e socialistas, ligando as reivindicações parciais de carácter político com as de carácter económico.

Isto deverá ser obtido particularmente em relação à agitação contra a monarquia. A monarquia é um dos apoios do regime fascista; é a forma estatal do fascismo italiano. A mobilização antimonárquica das massas da população italiana é um dos objectivos que o Partido Comunista deve propor. Servirá eficazmente para desmascarar alguns dos grupos ditos antifascistas já coligados no Aventino. Deve, porém, ser sempre conduzida em conjunto com a agitação e com a luta contra os outros pilares fundamentais do regime fascista, a plutocracia industrial e os agrários. Na agitação antimonárquica, o problema da forma do Estado será, além disso, apresentado pelo Partido Comunista em conexão contínua com o problema do conteúdo de classe que os comunistas pretendem dar ao Estado. No passado recente (Junho de 1925), a conexão destes problemas foi obtida pelo Partido estabelecendo como base da sua acção política as palavras de ordem: «Assembleia republicana com base nos *comités* operários e camponeses; controlo operário da indústria; a terra aos camponeses.»

40. A tarefa de unificar as forças do proletariado e da classe trabalhadora, num terreno de luta, é a parte «positiva» da táctica da frente única e é, na Itália, nas circunstâncias actuais, tarefa fundamental do Partido.

Os comunistas devem considerar a unidade da classe trabalhadora como um resultado concreto, real, que se deve obter, para impedir ao capitalismo a actuação do seu plano de desagregação, de modo permanente, do proletariado, tornando impossível a luta revolucionária. Devem saber trabalhar de todas as maneiras para atingir este objectivo e devem sobretudo ser capazes de se aproximarem dos operários de outros partidos e sem partido, superando hostilidades e incompreensões inoportunas e apresentando-se, de qualquer modo, como os fautores da unidade da classe na luta pela sua defesa e pela sua libertação.

A «frente única» de luta antifascista e anticapitalista, que os comunistas se esforçam por criar, deve ser uma frente única organizada, isto é, deve fundar-se com base em organismos em torno aos quais toda a massa encontre uma forma e se agrupe. Estes são os organismos representativos que as próprias massas têm hoje tendência para constituir, a partir das oficinas e por ocasião das agitações, depois que as possibilidades de funcionamento normal dos sindicatos começaram a ser limitadas. Os comunistas devem ter presente esta tendência das massas e sabê-la estimular, desenvolvendo os elementos positivos que ela contém e combatendo os desvios particulares a que pode dar lugar. A questão deve ser considerada sem feiticismos por uma determinada forma de organização, tendo presente que o nosso objectivo fundamental é obter uma mobilização e uma unidade orgânica de forças cada vez mais vastas. Para atingir este objectivo ocorre saber adaptar-se a todos os terrenos oferecidos pela realidade, explorar todos os motivos de agitação, insistir numa ou noutra forma de organização, segundo as necessidades e segundo as possibilidades de desenvolvimento de cada uma delas (*Teses sindicais:* capítulos relativos às comissões internas, aos *comités* de agitação, às conferências de fábrica).

41. A palavra de ordem dos *comités* operários e camponeses deve ser considerada como fórmula que resume toda a acção do Partido visto que se propõe criar uma frente única e organizada da classe trabalhadora. Os *comités* operários e camponeses são órgãos de unidade da classe trabalhadora mobilizada, quer para uma luta de carácter imediato quer

para acções políticas de mais largo desenvolvimento. A palavra de ordem da criação de *comités* operários e camponeses é, portanto, uma palavra de ordem de actuação imediata para todos os casos em que o Partido consegue mobilizar, com a sua actividade, uma secção da classe trabalhadora bastante alargada (mais do que uma só fábrica, mais do que uma só categoria numa localidade) mas é igualmente uma solução política e uma palavra de agitação adequada a todo um período da vida e da acção do Partido. Ela torna evidente e concreta a necessidade de os trabalhadores organizarem as suas forças, contrapondo-as de facto às de todos os grupos de origem e natureza burguesa, com o fim de poder tornar-se elemento determinante e preponderante da situação política.

42. A táctica da frente única, como acção política (manobra) destinada a desmascarar partidos e grupos ditos proletários e revolucionários que têm uma base de massa, está estreitamente ligada ao problema da direcção das massas, por parte do Partido Comunista, e ao problema da conquista da maioria. Tal como foi definida pelos congressos mundiais, ela é aplicável em todos os casos em que, por adesão das massas aos grupos que combatemos, a luta frontal contra estes não seja suficiente para nos dar os resultados rápidos e profundos. O sucesso desta táctica está ligado à medida em que ela é precedida ou acompanhada por um efectivo trabalho de unificação e de mobilização de massas, obtida pelo partido com uma acção a partir da base.

A táctica da frente única, em Itália, deve continuar a ser adoptada pelo Partido, na medida em que ele está ainda longe de ter conquistado uma influência decisiva sobre a maioria da classe operária e da população trabalhadora. As particulares condições italianas asseguram a vitalidade de formações políticas intermédias, baseadas no equívoco e favorecidas pela passividade de um parte das massas (maximalistas, republicanos, unitários). Uma formação deste género será o grupo de centro que muito provavelmente surgirá da ruína do Aventino. Só é possível lutar plenamente contra o perigo representado por estas formações com a táctica da frente única. Mas só é possível contar com sucessos relativamente ao trabalho que será feito contemporaneamente para subtrair as massas da passividade.

42a. O problema do Partido Maximalista deve ser considerado com o critério do problema de todas as outras formações intermédias que o Partido Comunista combate como obstáculo para a preparação revolucionária do proletariado e em relação às quais adopta, conforme as circunstâncias, a táctica da frente única. É certo que em algumas zonas o problema da conquista da maioria está para nós ligado especificamente ao problema de destruir a influência do PSI e do seu jornal. Os dirigentes do Partido Socialista, por outro lado, estão-se cada vez mais a classificar entre as forças contra-revolucionárias e de conservação da ordem capitalista (campanha para a intervenção do capital americano; solidariedade com os dirigentes sindicais reformistas). Nada permite excluir completamente a possibilidade da sua aproximação aos reformistas e de uma sucessiva fusão com eles. O Partido Comunista deve ter presente esta possibilidade e propor-se obter, a partir de agora e quando ela se realizar, que as massas agora controladas pelos maximalistas, mas que conservam um espírito classista, se afastem decididamente deles e se liguem estreitamente às massas que a vanguarda comunista tem à sua volta. Os bons resultados dados pela fusão com a facção da III Internacional, decidida pelo V Congresso, ensinaram ao partido italiano como em condições determinadas se obtêm, com uma acção política avisada, resultados que não se poderiam obter com a normal actividade de propaganda e organização.

43. Enquanto agita o seu programa de reivindicações imediatas de classe e concentra a sua actividade para obter a mobilização e unificação das forças operárias e trabalhadoras, o Partido pode apresentar, com o objectivo de facilitar o desenvolvimento da sua acção, soluções intermédias de problemas políticos gerais e agitar estas soluções entre as massas que ainda aderem a partidos e formações contra-revolucionários. Esta apresentação e agitação de soluções intermédias — afastadas tanto das palavras de ordem do Partido como do programa de inércia e passividade dos grupos que se deseja combater — permite recolher no partido forças mais vastas, pôr em contradição as palavras dos que dirigem os partidos contra-revolucionários de massa com as suas intenções reais, empurrar as massas para soluções revolucionárias e estender a nossa influência (exemplo: «antiparlamento»). Não se podem prever todas estas soluções intermédias porque devem, em

qualquer dos casos, aderir à realidade. Devem, porém, apresentar-se de tal modo que possam constituir uma ponte de passagem para as palavras de ordem do Partido e deve parecer sempre evidente às massas que uma sua eventual realização se resolveria numa aceleração do processo revolucionário e no início de lutas mais profundas.

A apresentação e agitação destas soluções intermédias é a forma específica de luta que deve ser usada contra os partidos ditos democráticos, os quais, na realidade, são um dos mais fortes apoios da ordem capitalista vacilante e, como tais, se alternam no poder com os grupos reaccionários, quando estes partidos ditos democráticos estão ligados a estratos importantes e decisivos da população trabalhadora (como em Itália, nos primeiros meses da crise Matteotti) e quando é eminente e grave um perigo reaccionário (táctica adoptada pelos bolchevistas em relação a Kerenski, durante o golpe de Kornilov). O Partido Comunista obtém, nestes casos, os melhores resultados agitando as soluções que deveriam ser próprias dos partidos ditos democráticos se estes soubessem conduzir para a democracia uma luta consequente, com todos os meios que a situação requer. Estes partidos, postos assim à prova pelos factos, desmascaram-se perante as massas e perdem a sua influência sobre elas.

44. Todas as agitações particulares que o Partido conduz e as actividades que desenvolve em todas as direcções para mobilizar e unificar as forças da classe trabalhadora devem convergir e ser resumidas numa fórmula política que seja de fácil compreensão para as massas e tenha para elas o máximo valor de agitação. Esta fórmula é a do «Governo operário e camponês». Ela indica, mesmo às massas mais atrasadas, a necessidade da conquista do poder para a solução dos problemas vitais que lhes interessam e fornece o meio para as conduzir no terreno que é próprio da vanguarda proletária mais evoluída (luta pela ditadura do proletariado). Neste sentido, ela é uma fórmula de agitação mas não corresponde a uma fase real de desenvolvimento histórico diferente das soluções intermédias referidas no número precedente. A sua realização, de facto, só pode ser concebida pelo Partido como início de uma luta revolucionária directa, isto é, da guerra civil conduzida pelo proletariado, em aliança com os camponeses, para a conquista do poder. O partido poderia ser levado a graves

desvios da sua tarefa de guia da revolução se interpretasse o Governo operário e camponês como correspondente a uma fase real de desenvolvimento da luta pelo poder, isto é, se considerasse que esta palavra de ordem indica a possibilidade de o problema do Estado vir a ser resolvido no interesse da classe operária usando uma forma que não seja a da ditadura do proletariado.

Lyon, Janeiro de 1926.